

# Apontamentos: Legislação

---

Legislação de autorização das diversas emissões de moeda para os territórios de Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné, Índia, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor (1910-2001)

Organizado por: Nuno Couto





# INTRODUÇÃO

Segue-se a transcrição da legislação relativa à emissão de moedas em Portugal e seus territórios de 1910 a 2001. Assim, serão abarcadas as emissões do período da República durante a vida do escudo. Dado, serem da mesma época emissões ultramarinas noutras moedas (nomeadamente Rúpias e Patacas) o mesmo será também exposto. Por uma questão de rigor histórico será mantida a escrita do original.

Em termos organizativos, será dado primazia a Portugal, seguindo-se os vários territórios ultramarinos por ordem alfabética. Sempre que tiverem ocorrido emissões comemorativas estas serão colocadas em sequência cronológica à sua emissão no espaço do território específico. Pretende-se assim, transpor de forma organizada e de fácil acesso toda a legislação relativa não só às emissões correntes mas também emissões comemorativas. Os decretos que apenas sejam referentes à retirada ou aumento de volumes de emissão não foram incluídos, e pela sua natureza específica a legislação relativa às emissões de notas foi também deixada de parte.

## PORTUGAL

*Lei de 22 de Maio de 1911*

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

O nosso actual systema monetario apresenta grandes defeitos, que tornam indispensável a sua substituição. Estes defeitos referem-se principalmente à unidade monetária, ao toque das moedas de ouro e prata e no material, peso e dimensões das moedas de 20, 10 e 5 réis. É o que vamos ver em seguida, indicando ao mesmo tempo as modificações convenientes.

A nossa unidade monetaria, o real, tem um valor muito pequeno, nada parecido com os valores das unidades monetarias dos diversos países, geralmente iguaes ou superiores a um franco. D'esta circumstancia resulta ser necessario empregar um grande numero de algarismos para representar na escrita uma quantia, mesmo relativamente pouco importante, o que tem o duplo inconveniente, de originar grandes perdas de tempo e induzir os estrangeiros em erro, na apreciação dos valores expressos em moeda portuguesa. Para remediar este inconveniente propomos que se adopte como nova unidade monetaria o escudo de ouro, moeda que contará o mesmo peso de ouro fino que a actual moeda de 1\$000 réis em ouro, á qual será portanto inteiramente equivalente. O escudo dividir-se-ha em 100 pártes iguaes, denominadas centavos, correspondendo assim um centavo a 10 réis do actual systema.

Como multiplos do escudo, cunhar-se-hão moedas de 2, 5 e 10 escudos, todas de ouro, as quaes equivalerão evidentemente ás actuaes moedas de 2, 5 e 10 mil réis; e como sub-multiplos, moedas de prata do valor legal de 50, 20 e 10 centavos que corresponderão respectivamente ás actuaes moedas de 500, 200 e 100 réis, e moedas subsidiarias de bronze-nickel, do valor legal de 4, 2, 1 e 0,5 centavos, correspondentes respectivamente á antiga moeda de 40 réis, e ás actuaes moedas de 20, 10 e 5 réis. Alem d'estas moedas, cunhar se-hão ainda moedas de prata do valor legal de um escudo.

O systema de moedas que acabamos de mencionar remedeia o inconveniente acima apresentado; alem d'isto, é manifesto que a sua adopção não envolverá quaesquer difficuldades, mesmo para as pessoas menos illustradas. Nisto consiste uma das suas grandes vantagens.

As nossas actuaes moedas de ouro e as de prata de 500 e 1\$000 réis teem o toque de 916  $\frac{2}{3}$  por mil; e as de 50, 100 e 200 réis o de 835. Hoje quâsi todos os paes adoptam o toque de 900 para as moedas de ouro e para as moedas de prata de grandes dimensões, e o de 835 para as restantes moedas de prata. A propria Inglaterra adoptou o toque de 900 para as moedas de ouro do Canadá, pela lei de 4 de maio de 1910. Alem d'isto, experiencias diversas, sobretudo as feitas na Casa da Moeda de Paris, teem mostrado que as ligas de 900 e 835 são superiores á de 916 $\frac{2}{3}$ , sob o ponto de vista do desgaste produzido pela circulação, circumstancia esta de grande importancia economica. Por estes motivos, fixaremos em 900 milésimos o toque das moedas de ouro e dos escudos de prata e em 835 milésimos o das moedas de 50, 20 e 10

centavos. Apesar de serem de toques diversos, a actual moeda de 1\$000 réis em ouro e o esduo de ouro conteem, como dissemos, a mesma quantidade de ouro fino, tendo assim logar as correspondencias acima enunciadadas. Podemos ainda notar que a libra esterlina, cujo curso legal se acha autorizado no nosso pais, vale no novo systema monetario 4,5 escudos, ouro, relação também muito simples e inteiramente equivalente á actual relação em réis.

As actuaes moedas de bronze de 20, 10 e 5 réis são muito volumosas e pesadas. Convem, por isso, substituilas por outras mais pequenas e de outra liga, á semelhança do que se está fazendo nos diversos paises. Propomos para isso o emprego de uma liga de bronze e nickel na razão de 75 por cento e 25 por cento respectivamente. Esta liga, muito semelhante á de cobre e nickel empregada nalgumas das nossas actuaes moedas de 50 e 100 réis, tem bom aspecto, não se oxida e resiste bem ao desgaste da circulação; alem d'isso, é economica, porque nos permite aproveitar o bronze das actuaes moedas de 20, 10 e 5 réis e o nickel existente na Casa da Moeda.

Assentes as bases da reforma monetaria, analysemos agora o problema sobre o ponto de vista financeiro.

Baseando-se o nosso systema monetario no principio do monometalismo-ouro, em uso na maior parte dos systemas monetarios modernos, a cujas vantagens não podem ser postas em duvida, será illimitada e facultada aos particulares a cunhagem das moedas de ouro e limitada e reservada para o Estado a das moedas das outras especies.

A importancia das moedas de prata actualmente em circulação regula por 33.400:000\$000 réis, não incluindo nesta conta as moedas dos centenarios da India, Marquês de Pombal e Guerra Peninsular; e a das moedas de bronze e cobre-nickel em cêrca de 3.900:000\$000 réis. A primeira d'estas importancias não é exagerada para as necessidades do país; o mesmo, porem, já não acontece com a segunda, sendo Portugal o país em que a circulação media, por habitante, das moedas subsidiarias é mais elevada. Por estes motivos, modificamos um pouco aquelles numeros fixando em 35.000:000\$000 réis e 3.750:000\$000 réis, respectivamente, os limites da cunhagem e emissão das novas moedas de prata e bronze-nickel.

A recunhagem das moedas de ouro não dá evidentemente lucro algum para o Estado, não havendo, por isso, grande vantagem em proceder immediatamente a esta operação.

O mesmo acontece, sensivelmente, com as moedas de bronze-nickel. Assim, suppondo que, na recolha da moeda, não apparecerão á troca 10 por cento do respectivo total circulante, a conta da amoedação do bronze-nickel é como segue, em números redondos:

### RECEITA

Importancia da amoedação .....	3.750:000\$000
Venda de 758:000 kilogrammas de bronze proveniente	
da recolha das moedas, a 240 réis o kilogramma.....	<u>182:000\$000</u> 3.932:000\$000

### DESPESA

Recolha da moeda de bronze.....	2.083:000\$000
Idem da de nickel.....	1.403:000\$000
107:287 kilogrammas de cobre-nickel existente na Casa da Mo-	

## Apontamentos: Legislação

eda, a 400 réis o kilogramma.....	43:000\$000
Compra de 162:000 kilogrammas de nickel, a 900 réis o kilogra- ma.....	<u>146:000\$000</u> 3.675:000\$000
LUCRO.....	<u>257:000\$000</u>

A cunhagem das moedas de bronze-nickel não dá pois lucro sensível, attendendo a que no quadro precedente não se acham incluídas as despesas de amoedação.

A recunhagem das moedas de prata, ao contrario das de ouro e bronze-nickel, dá um lucro importante como mostra o quadro seguinte, onde também supomos que não apparecerá á troca 10 por cento do respectivo total circulante:

### RECEITA

Importancia da amoedação ..... 35.000:000\$000

### DESPESA

Recolha da moeda de prata.....	30.100:000\$000
Compra de 70:330 kilogrammas de prata a 17\$800 réis o kilo- gramma.....	1.252:000\$000
Idem de 71:572 kilogrammas de cobre, a 268 réis o kilogr.....	<u>19:000\$000</u> 31.375:000\$000
LUCRO.....	<u>3.629:000\$000</u>

No quadro anterior não contamos com as despesas de amoedação, que são na verdade muito importantes, pois que, faltando na Casa da Moeda os necessarios dados estatísticos, e não tendo ainda os preços de algumas das machinas que será necessario adquirir, aquellas despesas não podem ser calculadas desde já com a devida precisão. É porem de crer que ellas não excedam 400:000\$000 réis, alem da dotação ordinaria da Casa da Moeda, podendo por isso contar-se, na amoedação da prata, com um lucro liquido não inferior a 3.200:000\$000 réis.

Em vista do que fica dito propomos que se comece a reforma monetaria pela amoedação da prata.

Nestes termos:

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Em todo o territorio da Republica, com excepção da Índia, a unidade monetaria é o escudo de ouro, que conterà o mesmo peso de ouro fino que a actual moeda de 1\$000 réis em ouro. D'esta sorte, a razão de equivalencia do actual systema monetario e de novo systema será de 1\$000 réis, ouro, por um escudo.

Art.2.º Serão cunhadas e emittidas moedas de ouro de 10, 5, 2 e 1 escudos, cujas equivalencias em réis, diametro, pesos, toque e tolerancias constam do quadro seguinte:

## Apontamentos: Legislação

Designação das moedas	Equivalencias no actual systema	Diametros	Toque		Pesos		Tolerancia para o desgaste abaixo da tolerancia mínima de fabrico
	Réis	Millimetros	Toque legal Millesimos	Tolerancia Millesimos	Peso legal Grammas	Tolerancia de fabrico Millesimos	
10 escudos	10\$000	30			18,0650		5
5 escudos	5\$000	24			9,0626		
2 escudos	2\$000	19	900	± 2	3,6180	± 2	
1 escudo	1\$000	15			1,8065		

Estas moedas serão serrilhadas, terão no anverso uma composição ou figura symbolica com a legenda “Republica Portuguesa” e a era da cunhagem em algarismos e no reverso o escudo nacional e a designação do valor.

§ unico. Será aberto concurso entre os artistas nacionaes para os modelos e gravuras das faces d’estas moedas.

Art. 3.º A cunhagem e emissão das meodas de ouro serão illimitadas. Os particulares, bancos e quaesquer outras corporações poderão fazer amoedar na Casa da Moeda quaesquer porções de ouro, segundo os typos estabelecidos no artigo anterior. A Casa da Moeda fixará a tarifa da troca das moedas de ouro estrangeiras e barras de ouro por moedas nacionaes, precedendo autorização do Governo.

Art. 4.º Continuarão a ter curso legal no territorio da Republica com os valores de 4,5 e 2,25 escudos, respectivamente, as moedas de ouro ingleses, denominadas soberanos e meios soberanos, do toque de 916  $\frac{2}{3}$  e de pesos iguaes a 7<sup>g</sup>,98805 e 3<sup>g</sup>,99402.

§ unico. Admittem-se para estas moedas as tolerancias indicadas no artigo 2.º para as moedas nacionaes.

Art. 5.º O escudo dividir-se-ha em cem partes iguaes, denominadas centavos, correspondendo assim um centavo a dez réis do actual systema monetario.

Art. 6.º Serão cunhadas e emittidas moedas de prata dos valores legaes de um escudo, cinquenta, vinte e dez centavos, cujas equivalencias em réis, diametro, toque, pesos e tolerancias são indicadas no quadro seguinte:

Designação das moedas	Equivalencias no actual systema	Diametros	Toque		Pesos		Tolerancia para o desgaste abaixo da tolerancia mínima de fabrico
	Réis	Millimetros	Toque legal Millesimos	Tolerancia Millesimos	Peso legal Grammas	Tolerancia de fabrico Millesimos	



## Apontamentos: Legislação

1 escudo	1\$000	37	900	$\pm 2$	25,000	$\pm 3$	10
50 centavos	\$500	30			12,500		
20 centavos	\$200	24	835	$\pm 3$	5,000	$\pm 5$	50
10 centavos	\$100	19			2,500	$\pm 7$	

Estas moedas serão serrilhadas, terão no anverso uma composição ou figura symbolica com a legenda Republica Portuguesa e a era da cunhagem em algarismos, e no reverso o escudo nacional e a designação do valor.

§ unico. Os modelos e gravuras das faces d'estas moedas, para que tambem se abrida concurso entre os artistas nacionaes, deverão distinguir-se dos destinados ás moedas de ouro.

Art. 7.º A cunhagem e emissão das moedas de prata, exclusivamente reservadas para o Estado, não poderão exceder as importancias fixadas no quadro seguinte:

Designação das moedas	Numero de moedas	Importancias Escudos
1 escudo.....	5.000:000	5.000.000
50 centavos.....	50.000:000	25.000:000
20 centavos.....	15.000:000	3.000:000
10 centavos.....	20.000:000	2.000:000
Total.....	90.000:000	35.000.000

Art. 8.º Ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, seja qual for a sua importancia e proveniencia, mais do que dez escudos em moeda de prata.

Art. 9.º Serão cunhadas e emittidas moedas de bronze-nickel dos valores legaes de 4, 2, 1 e 0,5 centavos, cujas equivalencias em réis, diametros, pesos, toque e tolerancias são indicadas no quadro seguinte:

Designação das moedas	Equivalencias no actual systema Réis	Diametros Millimetros	Toque		Pesos	
			Toque legal Millesimos	Tolerancia Millesimos	Peso legal Grammas	Tolerancia de fabrico Millesimos
4 centavos	40	28	bronze	$\pm 10$	5,000	$\pm 15$
2 centavos	20	21	75		4,000	
1 centavo	10	19	Nickel		3,000	
0,5 centavos	5	17	25		2,000	

Estas moedas não serão serrilhadas, terão no anverso uma composição ou figura symbolica com a legenda REPUBLICA PORTUGUESA e a era da cunhagem em algarismos; e no

reverso a designação do valor, devidamente ornamento. Os primeiros tres milhões de cada uma d'estas especies de moeda terão ornamentação differente das restantes e a data de 5 de outubro de 1910, em commemoração da proclamação da Republica.

§ unico. Abrir-se-ha igualmente concurso entre os artistas portugueses para os modelos e gravuras das faces d'estas moedas.

Art. 10.º A cunhagem e emissão das moedas de bronze-nickel são exclusivamente reservadas para o Estado e não poderão exceder os limites fixados no quadro seguinte:

Designação das moedas	Numero de moedas	Importancias Escudos
4 centavos.....	25.000:000	1.000.000
2 centavos.....	100.000:000	2.000:000
1 centavo.....	50.000:000	500:000
0,5 centavos.....	50.000:000	250:000
Total.....	225.000:000	3.750.000

§ unico. Ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento, seja qual for a sua importancia e origem, mais que um escudo em moedas de bronze-nickel.

Art. 12.º É o Governo autorizado a mandar recolher as actuaes moedas de ouro, prata, cobre-nickel e bronze que serão trocadas por especies correspondentes do novo systema, segundo as equivalencias mencionadas nos artigos 2.º, 6.º e 9.º.

§ unico. Exceptuam-se da disposição d'este artigo as moedas commemorativas dos centenarios da Índia, Guerra Peninsular e Marquês de Pombal, que continuarão em circulação, segundo as equivalencias designadas no artigo 6.º.

Art. 13.º A cunhagem a que se refere o artigo 7.º será effectuada no prazo de tres a quatro annos, a contar da data da publicação d'esta lei, melhorando-se para isso convenientemente os meios de que dispõe a Casa da Moeda.

§ unico. O Governo abrirá por conta dos lucros da amoedação os creditos necessarios para a execução d'este artigo.

Art. 14.º É o Governo autorizado a adquirir em concurso publico a prata, cobre o nickel necessarios para a cunhagem a que se refere o artigo anterior, e a vender, tambem em concurso publico, os metaes existentes na Casa da Moeda e os provenientes da recolha das moedas actuaes , que não forem precisos para a referida cunhagem.

Art. 15.º O Governo publicará as instrucções necessarias para a completa execução d'esta lei, e determinará opportunamente o anno economico em que a contabilidade publica começará a ser feita segundo o novo systema monetario.

Art. 16.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

O Ministro das Finanças o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 22 de maio de 1911. == *Joaquim Theophilo Braga* == *Antonio José de Almeida* == *Bernardino Machado* == *José Relvas* == *Antonio Xavier Correia Barreto* == *Amaro de Azevedo Gomes* == *Manuel de Brito Camacho*.

Numero 122 — Anno 1911

Sexta feira 26 de maio

# DIARIO DO GOVERNO

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

Lei n.º 220

(Lei orçamental)

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta e eu promulgo, a lei seguinte:

(...)

Art. 20.º As moedas de prata de 1\$ terão o toque de 0,835 com a tolerância de  $\pm 0,003$ , e satisfarão às restantes condições designadas no artigo 6.º, do decreto de 22 de Maio de 1911. Os lucros de amoedação constantes da mesma lei, serão aumentados de 142.812\$, economia resultante desta alteração de toque.

§ unico. No orçamento de receitas do ano de 1914-1915 será descrita como lucros de amoedação, resultantes do presente artigo a quantia de 40 000\$

Art. 21.º É o Govêrno autorizado a mandar proceder a uma cunhagem especial de 1 milhão de escudos em moedas de prata de 1\$, cujo lucro, calculado em 613.616\$, fica reservado para as despesas da defesa nacional.

§ unico. Estas moedas comecarão a circular no dia 5 do próximo mês de Outubro, em comemoração da proclamação da República.

Art. 22.º As moedas a que se refere o artigo 20.º da presente lei, terão o toque de 0,835 com a tolerâmcoa de  $\pm 0,003$ , o diâmetro e o pêso designados no artigo 6.º do decreto de 22 de Maio de 1911, e as faces diferentes das das moedas ordinárias, - serão serrilhadas e apresentarão num dos lados a data de 5 de Outubro de 1910.

§ unico. O lucro da amoedação constará do orçamento das receitas, com o fim especial constante do artigo 20.º, e é calculado da seguinte forma:

Receita.....	1:000.000\$
Despesa:	
21:980 quilogramas de prata a 18\$....	377.640\$
4:145 quilogramas de cobre a \$30.....	1.244\$
Outras despesas.....	<u>7.500\$</u>
	386.384\$
Lucro da amoedação.....	613.616\$

(...)

O Ministro das Finanças a faça imprimir, publicar e correr. Dada nos paços do Govêrno da República, em 30 de Junho de 1914. ==*Manuel de Arriaga*== *António dos Santos Lucas*.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

Decreto n.º 927

Com fundamento no artigo 21.º da lei n.º 220, de 30 de Junho último, e ao abrigo das disposições da lei n.º 275, do Agosto próximo findo: hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, tendo em atenção as ocorrentes dificuldades comerciais e a urgência do assunto, decretar:

Artigo 1.º É autorizada a Casa da Moeda a proceder à cunhagem especial de um milhão de moedas de prata de 1\$ em comemoração da proclamação da República e a que se refer o artigo 21º da lei orçamental do Ministério das Finanças para o corrente ano económico; utilizando a prata necessária proveniente da execução do decreto-lei de 22 de Maio de 1911.

Artigo 2.º Oportunamente, quando as circunstâncias o permitirem, o Govêrno fará inscrever no Orçamento do corrente ano económico, por meio de crédito especial, a verba necessária para aquisição de prata que substitua na amoedação geral a que dela for retirada por motivo do disposto no artigo anterior ou a que se calculou ser indispensável para semelhante feito.

O Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Govêrno da República, e publicado em 3 de Outubro de 1914. ==Manuel de Arriaga == António de Sousa Lucas.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

Secretaria Geral

Lei n.º 679

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º As moedas de bronze-níquel, a que se refere o artigo 9.º do decreto-lei de 22 de Maio de 1911, são substituídas pelas moedas de cobre-níquel e de bronze constantes do seguinte quadro:

Metal	Designação das moedas	Equivalência em réis	Diâmetros Milésimos	Toque Milésimos	Pesos	
					Peso legal Gramas	Tolerância Milésimos
Cobre-níquel	4 centavos	40 réis	25	Cobre 750 Níquel 250	7	± 15
Bronze . . .	2 centavos	20 réis	23	Cobre 960	5	± 30
	1 centavo	10 réis	19	Estanho 20 Zinco 20	3	

## Apontamentos: Legislação

§ 1.º Estas moedas não serão serrilhadas.

As de cobre-níquel terão no anverso o busto da República e no reverso a legenda “República Portuguesa”, a era da cunhagem e a designação do valor legal.

As de bronze terão no anverso o escudo nacional e no reverso os mesmos dizeres da moeda de cobre-níquel.

§ 2.º Os modelos e gravuras destas moedas serão executados na Casa da Moeda, sem dependência de concurso.

Art. 2.º A cunhagem e emissão das moedas de 4 e 2 centavos não poderá exceder os limites fixados para cada uma delas no artigo 10º do decreto-lei de 22 de Maio de 1911, e a moeda de 1 centavo não poderá ultrapassar o valor de 750 contos.

Art. 3.º O fabrico das moedas de cobre-níquel e de bronze será custeado pela verba das despesas de amoedação, já inscrita no Orçamento Geral do Estado, abrindo-se os créditos especiais necessários para suprir as deficiências da mesma verba por conta das receitas a realizar pela execução da presente lei, e que se computam em 200 contos, até o fim do corrente ano económico.

Art. 4.º É desde já aberto no Ministério das Finanças a favor do mesmo Ministério, um crédito da importância de 10.000\$ para adicionar à verba de material para laboração das oficinas, do artigo 84.º do capítulo 17.º da tabela das despesas do Ministério das Finanças para o corrente ano económico.

Art. 5.º São confirmadas as disposições do artigo 3.º do decreto n.º 2:511, de 15 de Junho de 1916, e do artigo 7.º do decreto n.º 2:862, de 30 de Novembro de 1916, e fica proibida durante o estado de guerra a exportação de qualquer quantidade de moeda metálica portuguesa, com excepção da indispensável para as necessidades do viajante, computada em 100\$ ou seu valor para o ouro, em 5\$ para a prata e \$50 para o cobre e níquel.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Finanças a faça imprimir, publicar e correr. Paços do Govêrno da República, 21 de Abril de 1917. – BERNARDINO MACHADO – *António José de Almeida*

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Lei n.º 950

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

## Apontamentos: Legislação

Artigo 1.º A liga das moedas de bronze de \$01 e \$02 criadas pela lei n.º 679, de 21 de Abril de 1917, passará a ser de 96 por cento de cobre e 4 por cento de zinco desde a data da publicação da presente lei.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Finanças a faça imprimir, publicar e correr. Paços do Govêrno da República, 28 de Fevereiro de 1920. – ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA – *António Joaquim Ferreira da Fonseca*.

### SECRETARIA DE ESTADO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Fazenda Pública

1.ª Repartição

Decreto n.º 4:849

Considerando que é de urgente necessidade providenciar sobre a falta de pequenos trocos, devida ao desaparecimento das moedas de cobre, níquel e de bronze de \$04, \$02 e \$01;

Em nome da Nação, o Govêrno da República Portuguesa decreta e eu promulgo, para valer como lei o seguinte:

Artigo 1.º É o Govêrno autorizado a mandar cunhar, na Casa da Moeda e Papel Selado, moedas de ferro de \$04, \$02 e \$01, não podendo exceder os limites fixados para cada uma delas no artigo 10.º do decreto com fôrça de lei de 22 de Maio de 1911 e do artigo 2.º da lei n.º 679, de 21 de Abril de 1917.

Art. 2.º Os cunhos para o fabrico das novas moedas serão os mesmos das actuais moedas de cobre-níquel de \$04 e de bronze de \$02 e \$01.

Art. 3.º O fabrico das moedas de ferro será custeado pela verba das despesas de amoedação já inscritas no Orçamento Geral do Estado, abrindo-se pela verba das despesas da guerra os créditos especiais necessários para suprir as deficiências daquela verba e para a aquisição de ferro por conta das receitas a realizar pela execução da presente lei e que se computam em 300 contos, até ao fim do corrente ano económico.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com fôrça de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Secretários de Estado de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Govêrno da República, 9 de Setembro de 1918 – SIDÓNIO PAIS – *João Tamagnini de Sousa Barbosa* – *Alberto Osório de Castro* – *Joaquim Mendes de Amaral* – *Amílcar de Castro Abreu e Mota* – *João*

*do Canto e Castro Silva Antunes – Joaquim do Espírito Santo Lima – Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá – José Alfredo Mendes de Magalhães – Henrique Forbes de Bessa – Eduardo Fernandes de Oliveira.*

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

Secretaria Geral

Lei n.º 1:085

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É o Governo autorizado a mandar cunhar até a importância de 2:000.000\$ em moedas de bronze de \$05.

Art. 2.º A nova moeda será de tipo e liga das actuais moedas de \$01 e #02, tendo o pêso de 8 gramas e o diâmetro de 25 milímetros.

Art. 3.º O Governo regulará oportunamente a troca das cédulas pela nova moeda de \$05, fixando os prazos dentro dos quais deve efectuar-se a mesma troca.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Finanças a faça imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 9 de Dezembro de 1920 – ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA – *Francisco Pinto da Cunha Leal.*

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

Secretaria Geral

Decreto n.º 9:718

As moedas divisionárias actualmente em circulação, destinadas a facilitar os pequenos trocos, estão, na realidade, reduzidas ao papel emitido pela Casa da Moeda e Valores Selados. São as chamadas cédulas, dos valores de \$05, \$10 e \$20.

É importante a despesa que a emissão de cédulas destes valores provoca, não somente em virtude do custo elevado do papel empregado no seu fabrico, inicialmente, mas ainda pela constante renovação dessas cédulas causada pela sua deterioração pelo uso, sendo periodicamente substituídas pelas novas, o que determina um consumo incessante e notável de papel.



Por outro lado, é considerável o número de indivíduos utilizados no trabalho do fabrico das referidas cédulas, indivíduos contratados extraordinariamente, cujo número vem aumentando à medida que as solicitações de todos os pontos do país forçam a intensificar a produção.

Acresce que essas cédulas são facilmente falsificáveis, não obstante no fabrico delas, na Casa da Moeda e Valores Selados, se usar dos melhores processos que as defendam desse grave inconveniente. No mercado aparecem cédulas falsificadas e tam bem imitadas que todo o esforço das autoridades policiais tem redundado inútil para develar a criminosos e audaciosa tendência.

Acresce ainda que a fácil deterioração das cédulas pelo uso transforma estes instrumentos de pagamento em agentes perigosos de transmissão de doenças, sendo um elemento de anti-higiene individual e colectiva.

Ora considerando que na Casa da Moeda e Valores Selados se fizeram experiências que provam haver possibilidades de substituir essas cédulas por instrumentos metálicos de iguais valores-legais, mas menos perigosos sob o ponto de vista higiénico e mais difíceis de falsificação;

Considerando que uma das condições para as moedas divisionárias de trocos se manterem constantemente em circulação consiste em o valor facial das moedas ser superior ao seu valor intrínseco, incluindo o custo da mão de obra, não havendo, deste modo, receio de que as moedas assim cunhadas e postas em circulação desapareçam pela sua utilização como matéria prima para a indústria privada;

Considerando que na Casa da Moeda e Valores Selados se fizeram nestes últimos dias experiências que garantem a realização dêste objectivo, tendo-se tomado em conta as causas que determinaram o desaparecimento do mercado das moedas divisionárias de diversos valores até hoje cunhadas e lançadas em circulação;

Considerando que há na Casa da Moeda e Valores Selados quantidades importantes de cobre amoadado e de cobre em barra que asseguram a cunhagem de novas moedas divisionárias por um custo efectivo muito reduzido, incluindo o preço da mão de obra;

Considerando que da substituição das actuais cédulas em circulação por moedas de iguais valores legais, além de ser relativamente menos dispendiosa do que a renovação periódica e incessante de cédulas de papel, produz lucros apreciáveis provenientes da amoeção, com os quais há que contar e a inscrevê-los no Orçamento ainda no corrente ano económico;

Vista a urgência e a manifesta utilidade de pôr em prática estas operações;

Usando da faculdade concedida ao Poder Executivo pela lei n.º 1:545, de 7 de Fevereiro de 1924, hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Na Casa da Moeda e Valores Selados proceder-se há à cunhagem e emissão de moedas divisionárias de bronze de \$20, \$10 e \$05, exclusivamente reservadas para o Estado

e destinadas a substituir as cédulas emitidas pelo mesmo estabelecimento, pela legislação em vigor, de iguais valores de \$20, \$10 e \$05.

§ 1.º A liga destas moedas será a estabelecida pela lei n.º 950, de 28 de Fevereiro de 1920: 96 por cento de cobre e 4 por cento de zinco. O pêso será respectivamente: para a moeda de \$05, 3 gramas; para a de \$10, 4 gramas; para a de \$20, 5 gramas. As dimensões serão de 19 milímetros para a moeda de \$05; de 22<sup>mm</sup>,5 para a de \$10; de 25 milímetros para a de \$20. As tolerâncias no título para as moedas dos três valores referidos serão  $\pm$  de 1 por cento, e no pêso de 3 por cento.

§ 2.º As moedas serão serrilhadas, terão no anverso sòmente, o busto da República, segundo o modelo, já aprovado em concurso público, do escultor Francisco dos Santos, e já usado na Casa da Moeda e Valores Selados na cunhagem de outros espécies de moedas divisionárias, e no reverso a legenda “República Portuguesa”, a era da cunhagem e a designação do valores legal.

§ 3.º O limite da cunhagem e emissão das moedas de bronze de \$20, \$10 e \$05 será, para o conjunto dêstes valores, de 20:000.000\$, limite mais ou menos atingido até esta data pela emissão das actuais cédulas dêsses valores, salvo se as necessidades de pequenos trocos aconselharem a elevação dêsse limite.

§ 4.º O número de moedas de \$20 será de 50.000:000 e de \$10 será de 60.000:000 e o de \$05 será de 80.000:000.

Art. 2.º As moedas a que êste decreto se refere terão curso legal em todo o continente da República e ilhas adjacentes para as necessidades de trocos, ninguém podendo ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 5\$ dessas moedas.

Art. 3.º Em decreto especial será designado o dia em que em todo o continente da República e ilhas adjacentes entrarão em circulação as moedas de bronze de \$20, \$10 e \$05.

§ 1.º Nesse dia não poderão ter curso legal no pais e não serão recebidas em pagamento nos cofres do Estado incluindo os dos serviços autónomos, e nos dos corpos e corporações administrativas, as cédulas actualmente em circulação de \$20, \$10 e \$05 e emitidas pela Casa da Moeda e Valores Selados.

§ 2.º A todos os portadores de cédulas dêstes valores é garantido o direito de obter a troca delas pelas moedas correspondentes de bronze, em prazo que serão oportunamente fixados no mesmo decreto.

§3.º Proceder-se há a essa troca na sede do Banco de Portugal, suas filiais e agências, na secção do Tesouro do mesmo Banco, na Casa da Moeda e Valores Selados e em todas as tesourarias da Fazenda Pública do país.

§ 4.º As cédulas trocadas nos termos dos parágrafos anteriores serão recolhidas para a Casa da Moeda e Valores Selados, retiradas da circulação e queimadas.

Art. 4.º As moedas divisionárias de diversos valores de \$01, \$02, \$04 e \$05, que até à data dêste decreto foram cunhadas pela Casa da Moeda e Valores Selados e postaas em circulação não terão mais curso legal e não poderão ser recebidas em pagamento.

§ único. Aos possuidores dessas moedas é garantido dentro dum prazo que será designado oportunamente, o direito de obter a troca dessas moedas pelo equivalente em moedas de bronze de \$20, \$10 e \$05, cunhadas por virtude dêste decreto.

Art. 5.º Para a cunhagem das moedas de bronze de \$20, \$10 e \$05 será aproveitado o cobre amoedado e o cobre em barra existentes na Casa da Moeda e Valores Selados ou armazenado na Alfândega de Lisboa à sua ordem, até a quantidade indispensável para se atingir o limite máximo da emissão fixado neste decreto.

Art. 6.º Quando fôr publicado o decreto que há-de fixar o dia em que as moedas de bronze de \$20, \$10 e \$05 entrarem em circulação no país, cessará na Casa da Moeda e Valores Selados o fabrico das cédulas de iguais valores, pondo-se têrmo a toda a despesa que êsse fabrico ocasiona.

§ único. Todo o pessoal extraordinário contratado para o serviço do fabrico das cédulas será logo dispensado.

Art. 7.º É absolutamente proibida a saída para fora do continente e ilhas adjacentes, quer por via postal, marítima ou terrestre, quer por mão própria, das moedas de bronze de \$20, \$10 e \$05 a que êste decreto se refere.

§ 1.º A infracção do disposto neste artigo terá como consequência a imediata apreensão das moedas pelo agente da autoridade policial, fiscal, administrativa e militar que descobrir a infracção, e a perda delas a favor do Estado.

§ 2.º A apreensão constará de um auto lavrado nos termos usuais em casos semelhantes. O infractor poderá recorrer do acto de apreensão, sem efeitos suspensivo, para o Ministro das Finanças, no prazo de cinco dias, a contar da data da apreensão, em petição sumária e sem mais formalidades de processo, o qual decidirá, em última instância, como fôr justo.

Art. 8.º O Ministro das Finanças é autorizado a tomar as providências que entender mais eficazes para impedir que essas moedas possam ser assambracadas no país, nas mãos dos particulares, deixando de manter-se constantemente em circulação, para os efeitos de exercerem a função de trocos.

Art. 9.º É absolutamente proibido aos indivíduos ou quaisquer entidades particulares, corpos ou corporações administrativas emitir cédulas; senhas ou quaisquer títulos pagáveis à vista e ao portador, sob pena de desobediência, além das demais responsabilidades legais.

§ único. Se à data da execução deste decreto houver em circulação, em qualquer localidade do país, cédulas, senhas ou quaisquer títulos pagáveis à vista e ao portador que não sejam emitidos pela Casa da Moeda e Valores Selados, qualquer agente da autoridade fiscal,

policial, administrativa e militar deverá proceder imediatamente à sua apreensão, impedindo, mesmo coarctivamente, que continuem a circular.

Art. 10.º No orçamento a conta geral do Estado será inscrita a importância do lucro proveniente da cunhagem e emissão das moedas de bronze de \$20, \$10 e \$05, para êste efeito a Administração da Casa da Moeda e Valores Selados enviará à Direcção Geral da Contabilidade Pública todos os elementos de informação que sirvam de base para os cálculos a realizar.

§ único. Da importância dos lucros da amoedação será reservada a soma de 1:000.000\$ e inscrita com rubrica especial, a qual será aplicada ao ano económico de 1924-1925 exclusivamente na aquisição de utensílios e maquinismos destinados a completar, aperfeiçoar e desenvolver a laboração das oficinas da Casa da Moeda e Valores Selados.

Art. 11.º Pelo Ministério das Finanças serão abertos os créditos necessários para reforço das verbas inscritas no orçamento das despesas do corrente ano económico do artigo 82.º, capítulo 17.º, sob as rubricas “Abonos variáveis – “Remuneração por trabalhos extraordinários”; no artigo 83.º do mesmo capítulo sob a rubrica “Material para laboração das oficinas”; no artigo 87.º capítulo 20.º, sob as rubricas “Despesas de amoedação” – “Amoedação de bronze”, devendo a Direcção Geral da Contabilidade tomar as providências necessárias para que não haja interrupção nos pagamentos na transição do ano económico de 1923-1924, a findar, para o ano económico de 1924-1925.

Art. 12.º Todos os actos preparatórios de amoedação ordenados pela Administração da Casa da Moeda e Valores Selados desde o dia 21 de Abril último, bem como todos os despachos do Ministro das Finanças que os autorizaram, são por êste artigo confirmados e regularizados.

Art. 13.º A Imprensa Nacional de Lisboa fará uma separata dêste decreto com tipo especial e uma tiragem necessária para que os seus principais preceitos possam ser largamente divulgados em todo o país.

§ 1.º Pelo Ministério do Interior e por intermédio das autoridades administrativas se fará essa divulgação.

§ 2.º A despesa que êste serviço ocasionar será satisfeita em conta de verba orçamental consignada para despesas de amoedação e cujo reforço é autorizada pelo artigo 11.º dêste decreto.

Art. 14.º O Ministro das Finanças publicará os regulamentos e as instruções para a boa execução dêste decreto.

Art. 15.º Êste decreto entra imediatamente em vigor na parte em que não esteja dependente de fixação de prazos e revoga a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 23 de Maio de 1924. – MANUEL TEIXEIRA GOMES – *Álvaro Xavier de Castro* – *Alfredo Ernesto de Sá Cardoso* – *José Domingues dos Santos* – *Américo Olvao Correia de Azevedo* – *Fernando Augusto*

*Pereira da Silva – Domingos Leite Pereira – Nuno Simões – Mariano Martins – Helder Armando dos Santos Ribeiro – Júlio Ernesto de Lima Duque – Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro.*

**Decreto n.º 9:719**

A lei n.º 1:424, de 15 de Maio de 1923, deu ao Poder Executivo várias autorizações, entre as quais avultam as que se destinavam a criar recursos de diversa proveniência para habilitar a tesouraria do Estado a efectuar os seus pagamentos.

Assim, foi o Poder Executivo autorizado a realizar um empréstimo consolidado de 6½ por cento, liberado em esterlino, de um nominal de £ 4.000:000, empréstimo que se efectuou, como é do domínio público.

Foi também o Poder Executivo, pela mesma lei, autorizado a celebrar com o Banco de Portugal um contrato para obter desta entidade bancária suprimentos para o Tesouro, até o limite de 140:000.000\$, o que também efectivou.

Sòmente a autorização que a referida lei concedeu ao Poder Executivo, para mandar cunhar e emitir moeda subsidiária de \$50 e 1\$, enquanto o câmbio sobre Londres se mantiver abaixo de 12 *pence*, até o limite de 40:000.000\$ para o conjunto das duas espécies de moedas, não foi ainda posta em execução, devido a inúmeras dificuldades que a impediram.

É já decorrido mais de um ano depois que esta autorização foi dada. A tesouraria do Estado contou com estes instrumentos de pagamento para o corrente ano económico e a sua não realização pode criar embaraços.

Ora considerando que se o Tesouro não puder contar com os recursos provenientes da cunhagem dessas moedas subsidiárias, o Estado pode ver-se forçado a ter de recorrer aos suprimentos do Banco de Portugal pelos novos aumentos da circulação fiduciária, o que o Governo tem procurado evitar a todo o transe e conta persistir resolutamente, neste propósito, visto os graves inconvenientes de ordem económica e social que o uso e abuso dêsse meio goram inevitavelmente;

Considerando que a cunhagem daquelas moedas determina um lucro apreciável a inscrever-se no orçamento do corrente ano económico;

Considerando que na Casa da Moeda e Valores Selados já se realizaram os actos preparatórios indispensáveis, a título de experiência, e que os ensaios efectuados asseguram plenamente a imediata cunhagem das referidas moedas e a sua circulação ainda no corrente ano económico;

Vista a urgência inadiável de tomas as medidas necessárias que facilitem desde já o completo êxito dêsse acto de alto alcance para o presítgio das instituições do Estado;

Usando da faculdade concedida ao Poder Executivo pela lei n.º 1:545, de 7 de Fevereiro de 1924:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º A cunhagem e emissão de moedas subsidiárias de \$50 e 1\$ criadas pelo artigo 9.º da lei n.º 1:424, de 15 de Maio de 1923, será feita pela Casa da Moeda e Valores Selados.

Art. 2.º O limite da cunhagem e emissão das moedas referidas no artigo anterior, exclusivamente reservadas para o Estado, será de 20:000.000\$ por cada espécie, como está previsto na alínea *a)* do artigo 9.º da citada lei n.º 1:424, de 15 de Maio de 1923.

§ 1.º O número de moedas de \$50 será de 40.000:000; o número de moedas de 1\$ será de 20.000:000.

§ 2.º As moedas serão serrilhadas, terão no anverso uma composição ou figura simbólica com a legenda “República Portuguesa”, segundo o modelo, já aprovado em concurso público, dos escultor Simões de Almeida (Sobrinho) e a era de cunhagem em algarismos, e no reverso o escudo nacional e a designação do valor.

§ 3.º A liga metálica será de bronze de alumínio com as percentagens de 95 por cento de cobre e 5 por cento de alumínio. As moedas de \$50 terão a dimensão de 22<sup>mm</sup>,8 e o peso de 4 gramas; as moedas de 1\$ terão as dimensões de 26<sup>mm</sup>,8 e o peso de 8 gramas. As tolerâncias no título para ambas as moedas serão de  $\pm 1,5$  por cento no cobre e 0,5 por cento no alumínio, e no peso de 4 por cento.

Art. 3.º As moedas a que este decreto se refere terão curso legal em todo o continente da República e ilhas adjacentes para as necessidades de trocos, ninguém podendo ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 20\$ dessas moedas.

Art. 4.º Nos termos da alínea *b)* do artigo 9.º da citada lei n.º 1:424 de 15 de Maio de 1923, a cunhagem e emissão das moedas de que trata este decreto terá por efeito imediato a cessação da faculdade concedida ao Banco de Portugal, pelo artigo 4.º do decreto de 9 de Julho de 1891, de emitir as suas notas de \$50 e 1\$ para as necessidades de trocos.

Art. 5.º Em decreto especial será designado o dia em que em todo o continente da República e ilhas adjacentes entrarão em circulação as moedas de bronze de alumínio de \$50 e 1\$.

§ 1.º Nesse dia não poderão ter curso legal no país e não serão recebidas em pagamento nos cofres do Estado, incluindo os dos serviços autónomos, e nos dos corpos e corporações administrativas, as notas do Banco de Portugal de \$50 e 1\$.

§ 2.º A todos os portadores das notas do Banco de Portugal desses valores é garantido o direito de obter a troca delas pelas moedas correspondentes de bronze de alumínio em prazos que serão oportunamente fixados no mesmo decreto.

§ 3.º Proceder-se há a essa troca na sede do banco de Portugal, suas filiais e agências, na secção do Tesouro do mesmo Banco, na Casa da Moeda e Valores Selados e em todas as tesourarias da Fazenda Pública do país.

§ 4.º As notas do Banco de Portugal trocadas nos termos dos parágrafos anteriores serão recolhidas para o mesmo estabelecimento bancário e retiradas da circulação.

Art. 6.º Para a cunhagem das moedas de bronze de alumínio será aproveitado o cobre existente na Casa da Moeda e Valores Selados e armazenado na Alfândega de Lisboa à sua ordem, até a quantidade indispensável para se atingir o limite máximo de emissão fixado neste decreto.

Art. 7.º É absolutamente proibida a saída para fora do continente e ilhas adjacentes, quer por via postal, marítima ou terrestre, quer por mão própria, das moedas de bronze de alumínio a que êste decreto se refere, qualquer que seja a quantidade.

§ 1.º A infracção ao disposto neste artigo terá como consequência a imediata apreensão das moedas pelo agente da autoridade policial, fiscal, administrativa e militar que descobrir a infracção, e a perda delas a favor do Estado.

§ 2.º A apreensão constará de um auto lavrado nos termos usuais em casos semelhantes. O infractor poderá recorrer do acto de apreensão, sem efeito suspensivo, para o Ministro das Finanças, no prazo de cinco dias, a contar da data da apreensão, em petição sumária e sem mais formalidades de processo, o qual decidirá, em última instância, como fôr justo.

Art. 8.º O Ministro das Finanças é autorizado a tomar as providências que entender mais eficazes para impedir que essas moedas possam ser assambradas no país, nas mãos dos particulares, deixando de manter-se constantemente em circulação, para os efeitos de exercerem a função de trocos.

Art. 10.º No orçamento e conta geral do Estado será inscrita a importância do lucro proveniente da cunhagem e emissão das moedas de bronze de alumínio; para êste efeito a Administração da Casa da Moeda enviará à Direcção Geral da Contabilidade Pública todos os elementos de informação que sirvam de base para os cálculos a realizar.

§ 1.º. Da importância dos lucros da amoedação será reservada a soma de 2:000.000\$, e inscrita com rubrica especial, a qual será aplicada ao ano económico de 1924-1925 exclusivamente na aquisição de utensílios e maquinismos destinados a completar, aperfeiçoar e desenvolver a laboração das oficinas da Casa da Moeda e Valores Selados.

§ 2.º Todas as despesas relacionadas com a cunhagem e emissão das moedas de bronze de alumínio, incluindo as despesas com trabalhos extraordinários e todas as que ocasionar a expedição das moedas para o Banco de Portugal, suas filiais e agências e para todos os locais do país onde funcionem cofres públicos, sairão da verba inscrita no capítulo 20.º, artigo 87.º-A, do orçamento da despesa do Ministério das Finanças e reforçada pelo decreto n.º 9:692, de 19 do corrente mês, devendo a Direcção Geral da Contabilidade tomar as providências necessárias para que não haja interrupção nos pagamentos na transição do ano económico de 192-31924, a findar, para o ano económico de 1924-1925.

Art. 10.º Todos os actos preparatórios de amoedação ordenados pela Administração da Casa da Moeda desde o dia 21 de Abril último, bem como todos os despachos do Ministro das Finanças que os autorizaram, são por êste artigo confirmados e regularizados.

Art. 13.º A Imprensa Nacional de Lisboa fará uma separata de uma parte dêste decreto com tipo especial e uma tiragem necessária para que os seus principais preceitos possam ser largamente divulgados em todo o país.

§ 1.º Pelo Ministério do Interior e por intermédio das autoridades administrativas se fará essa divulgação.

§ 2.º A despesa que êste serviço ocasionar será satisfeita em conta dos créditos abertos ou a abrir para completa execução do artigo 9.º da lei n.º 1:424 citada.

Art. 12.º O Ministro das Finanças é autorizado a elevar a percentagem actual das melhorias ao pessoal operário da Casa da Moeda e Valores Selados, sendo o novo encargo compensado, na proporção correspondente, pelas receitas provenientes dos lucros da amoedação.

§ 1.º A despesa total anual com a nova melhoria não poderá ser superior a 500.000\$ e só será paga a contar do mês de Julho do próximo ano económico de 1924-1925.

§ 2.º Se posteriormente a êste decreto uma medida legislativa estabelecer com carácter geral novos coeficientes de melhorias aplicadas a todos os assalariados do Estado, os operários da Casa da Moeda e Valores Selados só terão direito mais à diferença entre a melhoria que fôr fixada em virtude dêste artigo e a que venha a ser estatuída pela medida legislativa de ordem geral, caso este seja superior.

Art. 13.º O Ministro das Finanças publicará os regulamentos e as instruções para a boa execução dêste decreto.

Art. 14.º Êste decreto entra imediatamente em vigor na parte em que não esteja dependente de fixação de prazos e revoga a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Govêrno da República, 23 de Maio de 1924. – MANUEL TEIXEIRA GOMES – *Álvaro Xavier de Castro* – *Alfredo Ernesto de Sá Cardoso* – *José Domingues dos Santos* – *Américo Olavo Correia de Azevedo* – *Fernando Augusto Pereira da Silva* – *Domingos Leite Pereira* – *Nuno Simões* – *Mariano Martins* – *Helder Armando dos Santos Ribeiro* – *Júlio Ernesto de Lima Duque* – *Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro*.

**Direcção Geral da Fazenda Pública**

**Decreto n.º 13:797**



Pelo artigo 9.º da lei n.º 1:424, de 15 de Maio de 1923, foi o Governo autorizado a fazer cunhar e emitir moeda subsidiária de \$50 e 1\$, de uma liga metálica adequada, com o limite de 10:000.000\$ por cada espécime, que pode ser elevado ao triplo pelo disposto no artigo 5.º da lei n.º 1:648, de 11 de Agosto de 1924, decretando o Governo o título da liga, dimensões, peso e tolerâncias.

Pelo decreto n.º 9:719, de 23 de Maio de 1924, foi determinado o limite da cunhagem e emissão, número de aquelas moedas e as suas características.

Tendo se porém procedido ao estudo de uma nova liga que permite fabrico mais rápido e económico do que a de bronze de alumínio, sem os inconvenientes verificados nas moedas já em circulação, e havendo sido mandada cessar a cunhagem destas;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, e com fundamento no artigo 9.º da lei n.º 1:424 do 15 de Maio de 1923, e artigo 5.º da lei n.º 1:648, de 11 de Agosto de 1924, sob proposta do Ministro das Finanças:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Nos termos do artigo 1.º e mais disposições aplicáveis do decreto n.º 9:719, de 23 de Maio de 1924, e n.ºs 12:390 e 12:892, de 29 de Setembro e 17 de Dezembro de 1926, serão cunhadas e emitidas na Casa da Moeda e Valores Selados moedas de \$50 e 1\$ com as características a seguir indicadas e cujo limite será, por cada espécie, de 30:000.000\$, juntas às que já foram cunhadas e emitidas em virtude do citado decreto n.º 9:719.

1.º O número total de moedas de \$50 das duas emissões ficará assim sendo de 60.000:000\$ e o das de 1\$ de 30.000:000\$;

2.º As moedas serão serrilhadas, terão no anverso uma figura simbólica com a legenda “República Portuguesa” e a era da cunhagem em algarismos, e no reverso o escudo nacional e a designação do seu valor;

3.º A liga metálica compor-se-á de 61 por cento de cobre, 19 por cento de níquel e 20 por cento de zinco.

As moedas de \$50 terão o diâmetro de 26<sup>mm</sup>,8 e o peso de 4,5 gramas; as moedas de 1\$, 26<sup>mm</sup>,8 de diâmetro e 8 gramas de peso.

A tolerância será de 15 milésimos para mais ou para menos.

Art. 2.º Estas moedas serão postas em circulação à medida que forem fabricadas e nela se conservarão juntamente com as cunhadas em virtude do já citado decreto n.º 9:719 e nas mesmas condições.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Finanças assim, o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 21 de Junho de 1927. – ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *Adriano da Costa Macedo* – *Manuel Rodrigues Júnior* – *Josão José Sinel de Cordes* – *Abílio Augusto Valdês de*

Passos e Sousa – Jaime Afreixo – António Maria de Bettencourt Rorigues – Júlio César de Carvalho Teixeira – João Belo – José Alfredo Mendes de Magalhães – Felisberto Alves Pedrosa.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Secretaria Geral

#### Decreto n.º 15:386

Considerando que a comissão permanente nomeada por portaria do Ministério da Guerra, de 21 de Julho de 1926, e incumbida de propor e executar anualmente a comemoração da batalha de Ourique, facto grandioso da nossa incipiente nacionalidade, precisa dos recursos necessários para dar cumprimento à missão de que foi encarregada;

Considerando que êsse *desideratum* se pode alcançar sem encargo para o Estado, afectuando a cunhagem de uma moeda comemorativa daquela batalha, e que ao mesmo tempo permita que fique mais indelêvelmente assinalado o heróico esforço do nosso primeiro rei e de todos os portugueses daquela época, que já assim manifestaram o valor da nossa raça;

Considerando que já foi assente a primeira pedra para a construção de um singelo monumento a levantar ao nosso primeiro rei, comemorando a referida batalha;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Ministério das Finanças a mandar proceder na Casa da Moeda e Valores à cunhagem de duzentas mil moedas de prata do toque legal, do valor facial de 10\$ cada uma, com o diâmetro de 30 milímetros e o peso de 12 ½ gramas, tendo no anverso gravado D. Afonso Henriques a cavalo, em atitude triunfal, circundado da legenda: “Comemoração da Batalha de Ourique – 1139”, e no reverso o escudo da época na forma e disposição usados pelo grande rei, circundado por: “República Portuguesa – 1928”, com a indicação de 10\$ , em caracteres góticos.

Art. 2.º Todas as despesas a efectuar pela Casa da Moeda com a projectada amoedação serão descontadas na importância total da cunhagem autorizada por êste decreto, devendo o excedente ser entregue à comissão encarregada da comemoração, que o aplicará a custear a construção do monumento comemorativo daquela batalha, a erguer em Vila Chã de Ourique<sup>1</sup>, e a constituir um fundo para as despesas que a referida comissão permanente tenha a efectuar.

§ único. A importância líquida do lucro proveniente da amoedação será depositada na Caixa Geral de Depósitos à ordem da aludida comissão, que irá levantando os fundos necessários para ocorrer às diversas despesas mediante autorização do Ministro da Guerra.

## Apontamentos: Legislação

Art. 3.º A construção do referido monumento só poderá realizar-se depois de o orçamento e o projecto serem aprovados respectivamente pelo Ministro da Guerra e por um júri presidido por um membro da comissão, e tendo como vogais os professores de arquitectura e de escultura da Escola de Belas Artes de Lisboa.

Art. 4.º A comissão só é obrigada a entregar aos construtores do monumento as prestações que forem estipuladas no contrato por meio de escritura pública e em harmonia com as cláusulas do mesmo contrato.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Govêrno da República, 18 de Abril de 1928. – ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *José Vicente Freitas* – *João José Sinel de Cordes* – *Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa* – *Agnelo Portela* – *António Maria de Bettencourt Rorigues* – *Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa* – *Artur Ivens Ferraz* – *José Alfredo Mendes de Magalhães* – *Felisberto Alves Pedrosa*.



<sup>1</sup> Monumento Comemorativo da Batalha de Ourique em Vila Chã de ourique custeado com a emissão da moeda de 10 escudos de 1928.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Secretaria Geral**

**Decreto n.º 19:871**

O decreto de estabilização da moeda mantém o princípio do monometalismo de ouro, velho em Portugal de muitas dezenas de anos. A consequência lógica do sistema é que só as moedas daquele metal têm emissão ilimitada e curso forçado ilimitado, ficando a emissão e cunhagem da moeda subsidiária exclusivamente reservadas para o Estado. Umas e outras moedas têm de ser definidas, sendo êste decreto o complemento natural dos que hoje se publicam com a criação da nova unidade monetária e as medidas atinentes a manter a sua estabilidade.

Temos de começar por escolher as moedas de ouro que devem constituir o sistema português. E ainda que não haja probabilidade de virem a ser cunhadas em prazo curto, a lógica do sistema obriga-nos a tomar a êsse respeito alguma posição.

A moeda de 1\$ de ouro prevista pela reforma de 1911, que equivaleria agora a uma moeda de 25\$, era demasiado pequena para se reconhecer como prática. Por outro lado uma de 20\$, com a vantagem de ser mais harmónica com os usos portugueses, teria o gravíssimo defeito de ser mais pequena ainda que o escudo de 1911.

Podemos adoptar duas moedas – de 50\$ e de 100\$ - um pouco inferiores à meia libra e à libra esterlina, mas de valores convenientes, e ainda adoptar outra de 250\$, que é a quarta parte de 1 conto, quási a nossa linda moeda de 10\$000 réis.

É isto o que se decreta, mas não vale a pena discutir muito o caso, porque, até que sejam cunhadas, há ainda tempo de mudar de opinião.

✱

Passemos ao sistema da moeda subsidiária, que exige algumas explicações prévias sobre a evolução legislativa de que nasceu o estado desordenado em que sob certos aspectos se encontra a circulação das pequenas moedas metálicas.

Quando da reforma de 1911, encontravam-se em circulação, segundo o relatório que precede o respectivo decreto, 34:400 contos de moeda de prata, incluindo 1:000 contos de moeda comemorativa, e 3:000 contos de bronze e cupro-níquel, importâncias que então foram consideradas insuficientes para a prata e excessivas para o bronze e cupro-níquel. Por êsse motivo a reforma modificou os limites de emissão, fixando para as moedas de prata o valor global de 35:000.000\$00 e para as de bronze-níquel o de 3:750.000\$00.

Nunca estes limites foram atingidos na emissão da nova moeda. Por outra lado foram feitas posteriormente algumas modificações nas ligas empregadas no fabrico das espécies de bronze e de níquel.

O quadro seguinte indica-nos a quantidade de prata cinhada, ao abrigo dos decretos de 22 de Maio de 1911 e n.º 927, de 3 de Outubro de 1914:

1	{	\$10	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	341.840\$00
		\$20	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	249.200\$00
		\$50	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	8:105.161\$50
		\$100	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	4:222.961\$00
															<hr/>
															12:919.162\$50

A lei n.º 679, de 21 de Abril de 1917, alterou a liga de bronze-níquel que fôra adoptada para as moedas de 4, 2, 1 e 0.5 centavos, substituindo-a por cupro-níquel nos 4 centavos e por bronze nas moedas de 2 e 1 centavos, tendo já ebtão desaparecido, por virtude do decreto de 21 de Junho de 1913, as moedas de 0,5 centavos equivalentes aos antigos 5 réis. A modificação da liga oferecia vantagem, se se atender a que tècnicamente a liga de bronze-níquel adoptada pela reforma era um pouco extravagante, por ser dada com as características de 75 por cento de bronze – já de si liga variável, como é sabido – e de 25 por cento de níquel. Dessa moeda foram cunhadas as importâncias seguintes:

2	{	\$04 . . . . .	524.384\$32
		\$02 . . . . .	301.525\$00
		\$01 . . . . .	430.300\$00
			<hr/>
			1:256.209\$32

Comparando-se agora os quadros 1 e 2 com o que fora determinado emitir na reforma de 1911, verifica-se que a cunhagem da moeda subsidiária pouco ultrapassou um terço do valor estabelecido.

Nos princípios de 1918 começou a acentuar-se a falta de trocos no País pelo desaparecimento das moedas de \$04, \$02, \$01, tendo-se por isso ordenado pelo decreto n.º 4:849, de 9 de Setembro, que se cunhassem moedas desses valores em ferro. Não deu resultado esta cunhagem, mas ainda se lançaram em circulação 3.400\$00 de \$02.

Em 1920, tendo desaparecido completamente da circulação a moeda de prata, em virtude da desvalorização do escudo papel, e sendo necessário substituir as cédulas representativas das moedas de baixo valor, foi o Governo autorizado pelas leis n.ºs 990, de 25 de Junho, e 1:085, de 9 de Dezembro, a mandar cunhar moedas de \$20 e \$10 de cupro-níquel, e \$05 de bronze, de que foram postas em circulação as importâncias seguintes:

\$20. . . . .	1:035.500\$00
\$10. . . . .	240.500\$00
\$05. . . . .	301.500\$00
	<hr/>
	1:577.500\$00
	<hr/>

Toda a moeda atrás mencionada foi mandada retirar da circulação, à excepção da prata cunhada depois de 1911 e da comemorativa dos Centenários da Índia, Guerra Peninsular e Marquês de Pombal, a qual, acrescida da prata do antigo regime que se não apresentou à troca, devia andar por três dezenas de milhares de contos. Assim:

Circulação de prata em 1911	34:400.000\$00
Emitida depois de 1911 . . . .	12:919.162\$50
	<hr/>
	47:319.162\$50
Recolha de 30 de Junho de 1911 a 30 de Junho de 1921	14:155.468\$65
	<hr/>
Em poder dos particulares, da Casa da Moeda e do Banco de Portugal . . . . .	33:163.693\$85
	<hr/>

Sabendo-se que o Banco de Portugal transferiu em 1924 para Londres 3:640.581\$75 de prata e o Estado 13:955 contos (valores nominais), segue-se que, a não ter sido fundida, bastante devia haver ainda nesta data em poder do público. Há-de notar-se que do número acima citado estão excluídos 2:000 contos que foram emitidos em moedas de 10\$, comemorativas da Batalha de Ourique.

\*

Em 1924, por se ter reconhecido a necessidade de substituir totalmente o papel representativo da moeda de pequeno valor, assim como de uniformizar os tipos de moeda em circulação, publicaram-se os decretos n.ºs 9:718 e 9:719, de 23 de Maio, que determinaram a emissão e cunhagem, respectivamente, de moeda de cobre de \$05, \$10 e \$20 e de bronze-alumínio de \$50 e 1\$. Liga esta mais tarde substituída pela alpaca por força do decreto n.º 13:793, de 21 de Junho de 1927.

Os limites da respectiva emissão e cunhagem eram, em harmonia com os citados decretos, os seguintes:

	Contos
\$05 . . . . .	4:000
\$10 . . . . .	6:000
\$20 . . . . .	10:000
\$50 . . . . .	60:000
1\$00 . . . . .	30:000
	<hr/>
	110:000
	<hr/>

A importância de 110:000 contos é porém tam exagerada, que encontrando-se apenas em circulação em Março do corrente ano cerca de 42:000 contos, assim distribuídos:

\$05 . . . . .	1:492.017	\$50
\$10 . . . . .	2:842.505	\$30
\$20 . . . . .	3:143.358	\$60
\$50 . . . . .	16:688.782	\$00
1\$00 . . . . .	17:788.131	\$00
	<hr/>	
	41:954.794	\$40
	<hr/>	

Tem havido reclamações contra o seu excesso da parte dos organismos industriais e comerciais.

Parece pois haver motivo para se reduzirem os limites não só abaixo dos que foram fixados na lei, mas dos actualmente atingidos pela circulação e que se julga inconveniente manter. Baixar-se há para 40:000 contos a soma total das referidas moedas, fazendo-se essa diminuição principalmente à custa da recolha da moeda de bronze-alumínio.

De facto é conveniente uniformizar as moedas de \$50 e 1\$, de que andam dois tipos em giro, um dos quais, embora tenha seus inconvenientes no fabrico, derivados da dureza da liga escolhida, se revelou superior ao outro sob o ponto de vista da circulação: ficarão por isso as moedas de alpaca, recolhendo-se as demais. A Casa da Moeda e Valores Selados encontra-se habilitada a fazer face a esta transformação, e a moeda que está cunhada, além de autorizada pelo presente decreto, servirá para a substituição da que se for inutilizando por não serem económicas, devido à grande baixa dos metais, a sua fusão e venda.

A moeda de \$05 é de tam pequeno valor que deve reputar-se condenada. É entretanto mantida ainda neste decreto, porque se reconhece que há, sobretudo, serviços largamente utilizados pelo público cujo preço exige a existência dela, causando neste momento alguns prejuízos a sua abolição. Basta porém considerar que vale menos de metade de 5 réis para se ver que não é natural se conserve durante muito tempo em circulação.

\*

Determinando-se no decreto n.º 19:869, desta data, a substituição das notas do Banco de Portugal de 2\$50, 5\$ e 10\$ por moeda de prata, com o que se restabelecerá ainda a nossa

tradição quanto às moedas de valor médio resta determinar a quantidade desta moeda por espécime e as suas características.

O toque da moeda de prata do antigo regime era de 916 $\frac{2}{3}$  por mil, mas a reforma de 1911 alterou-o para 900 por mil no escudo e 835 por mil nas outras moedas divisionárias, em virtude de a experiência ter demonstrado que a moeda nestas condições oferecia maior resistência ao desgaste. Mais tarde pela lei n.º 220, de 30 de Junho de 1914, uniformizou-se o título, passando-se o escudo para 835 por mil.

Ora justamente baseados no mesmo princípio e atendendo a que a moeda de prata é, no nosso regime monetário, puramente fiduciária; considerando os bons resultados obtidos ultimamente nalguns países da Europa Oriental, com o fabrico de moedas de prata de toque inferior a 835 por mil, sem falar já dos exemplos da Suécia, Noruega e Dinamarca em que o toque da moeda de prata é de 800 por mil para as espécies de maior valor, 600 para as de valor médio e 400 para as de menor valor, adoptou-se para a moeda de 10\$ o toque de 835 por mil e baixou-se o das moedas de 2\$50 e 5\$ para 650 por mil.

Quanto às outras principais características – peso e diâmetro – adoptaram-se pouco mais ou menos as que se achavam estipuladas para os antigos \$50, \$20 e \$10, moedas correspondentes às novas agora criadas, e a que o público português já se encontrava habituado.

No que diz respeito à quantidade de moeda a receber para trocos, fixou-se o limite máximo de 200\$ ou sejam oitenta moedas de 2\$50 que, em peso, correspondem a menos que o anteriormente estava estabelecido (10\$ em moeda de qualquer espécie ou fossem duzentas moedas de \$10).

Recolhe-se a moeda de prata de 1\$, \$50, \$20 e \$10, assim como a comemorativa do Centenário da Índia, Guerra Peninsular e Marquês de Pombal, pagando-se por ela um preço um pouco superior à cotação da prata fina e tomando-a pelo seu peso legal. Desta forma opúblico que, em obediência às disposições legais, não transaccionou a moeda de prata terá uma pequena compensação não só no valor por que lhe é paga, como no peso por que é recebida, naturalmente superior ao real se atendermos ao desgaste da circulação.

Nestes termos, e tendo sido ouvido o Banco de Portugal, em harmonia com o § 2.º do artigo 3.º do decreto n.º 19:869;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928 sob proposta dos Ministros de todas as Repastições.

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Serão cunhadas e emitidas moedas de ouro de 250\$, 100\$ e 50\$, cujos diâmetros, toque, pesos e tolerâncias constam do seguinte quadro:



Designação das moedas — Escudos	Diâmetro — Milímetros	Toque		Pêso		Tolerância para desgaste abaixo da tolerância mínima de fabrico
		Legal ‰	Tolerância ‰	Legal Gramas	Tolerância ‰	
250\$00	31	900	$\pm 2$	18,4908	$\pm 2$	5
100\$00	22			7,3963		
50\$00	19			3,6981		

§ 1.º Estas moedas serão serrilhadas, terão no anverso uma composição com a legenda *República Portuguesa* e a era de cunhagem em algarismos, e no reverso o escudo nacional e a designação do valor também em algarismos.

§ 2.º Os modelos das faces destas moedas serão aprovados em concurso entre artistas nacionais e deverão distinguir-se dos destinados às moedas de prata.

§ 3.º A cunhagem e emissão das moedas de ouro são ilimitadas. Os particulares, bancos e quaisquer outras entidades poderão fazer amoedar na Casa da Moeda e Valores Selados quaisquer porções de ouro segundo os tipos estabelecidos neste artigo.

Art. 2.º A moeda subsidiária de prata para o continente e ilhas adjacentes será cunhada e emitida pela Casa da Moeda e Valores Selados, tendo o valor, diâmetro, toque, peso e tolerância indicados no quadro seguinte:

Designação das moedas — Escudos	Diâmetro — Milímetros	Toque		Pêso		Tolerância para desgaste abaixo da tolerância mínima de fabrico
		Legal ‰	Tolerância ‰	Legal Gramas	Tolerância ‰	
10\$00	30	835	$\pm 3$	12,5	$\pm 5$	30
5\$00	25			7		
2\$50	20			3,5		

§ 1.º Estas moedas serão serrilhadas, terão no anverso uma composição com a legenda *República Portuguesa* e a era de cunhagem em algarismos, e no reverso o escudo nacional e a designação do valor também em algarismos.

§ 2.º Os modelos das faces destas moedas serão aprovados em concurso entre artistas nacionais.

## Apontamentos: Legislação

Art. 3.º A cunhagem e emissão da moeda de prata, exclusivamente reservadas para o Estado, será a constante do quadro seguinte:

Designação da moeda	Número de moedas	Importâncias
10\$00 . . . . .	6.500:000	65:000.000\$00
5\$00 . . . . .	5.000:000	25:000.000\$00
2\$50 . . . . .	4.000:000	10:000.000\$00
<i>Total</i> . . . . .	15.500:000	100:000.000\$00

§ 1.º A moeda a que se refere este artigo deverá ser posta em circulação até 31 de Dezembro de 1933.

§ 2.º Ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 200\$ em moeda de prata.

Art. 4.º À medida que forem entrando em circulação as novas moedas de 2\$50, 5\$ e 10\$ serão retiradas pelo Banco de Portugal as notas de iguais valores.

Art. 5.º A prata necessária à cunhagem da moeda adquirir-se há em concurso público ou por compra directa pelo Tesouro, devendo ser aproveitada a prata existente na Casa da Moeda e Valores Selados bem como a moeda em depósito na mesma Casa e a que for recolhida em conformidade com o presente decreto.

Art. 6.º Os limites das emissões de moeda de alpaca nos termos do decreto n.º 13:798, de 21 de Junho de 1927, são substituídas pelos seguintes:

Designação da moeda	Número de moedas	Importâncias
1\$00 . . . . .	16.000:000	16:000.000\$00
\$50 . . . . .	30.000:000	15:000.000\$00
<i>Total</i> . . . . .	46.000:000	31.000:000\$00

§ único. Ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 20\$ em moeda de alpaca.

Art. 7.º São alterados os limites das emissões das moedas de bronze, a que se refere o decreto n.º 9:718 de 23 de Maio de 1924, em harmonia com o prescrito no seguinte quadro:

Designação da moeda	Número de moedas	Importâncias
\$20 . . . . .	20.000:000	4:000.000\$00
\$10 . . . . .	35.000:000	3:500.000\$00
\$05 . . . . .	30.000:000	1:500.000\$00
<i>Total</i> . . . . .	85:000.000	9:000.000\$00

§ único. Ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 5\$ em moeda de bronze.

Art. 8.º A moeda cunhada que ultrapasse os limites determinados nos artigos 6.º e 7.º ficará em poder da Casa da Moeda e Valores Selados e servirá para a substituição da que se for inutilizando.

Art. 9.º É o Governo autorizado a mandar recolher as actuais moedas de prata de 1\$, \$50, \$20 e \$10, em circulação, que serão trocadas à razão de \$20 por grama do seu peso legal.

§ 1.º Incluem-se na disposição deste artigo as moedas comemorativas do Centenário da Índia, Guerra Peninsular e Marquês de Pombal.

§ 2.º A troca da moeda de prata retirada da circulação efectua-se há na sede do Banco de Portugal, sua filial e agências até 31 de Dezembro do corrente ano.

§ 3.º A prata obtida pela recolha deverá ser entregue sessenta dias depois de terminado o prazo a que se refere o parágrafo anterior, a fim de lhe ser dado o destino indicado no artigo 4.º

Art. 10.º Deixará de ter curso legal no continente e ilhas adjacentes a moeda de bronze-alumínio de \$50 e 1\$ a partir de 1 de Janeiro de 1932, devendo efectuar-se a respectiva troca depois dessa data, na sede do Banco de Portugal, sua filial e agências, tesourarias da Fazenda Pública e Casa da Moeda e Valores Selados, contra notas do Banco de Portugal ou moeda metálica até 30 de Junho do mesmo ano.

§ 1.º Os diversos serviços que efectuarem esta troca irão enviando para a Casa da Moeda e Valores Selados, à medida que o forem recolhendo, o metal apurado.

§ 2.º A partir da data da publicação deste decreto a Casa da Moeda e Valores Selados fica autorizada a fazer a recolha da moeda desta espécie que se apresentar para troca.

Art. 11.º A Casa da Moeda e Valores Selados fará em separata a publicação deste decreto, para que os seus preceitos possam ser largamente divulgados por todo o País.

§ único. Pelo Ministério do Interior e por intermédio das autoridades administrativas se fará essa divulgação.

Art. 12.º O Ministro das Finanças publicará os regulamentos e instruções necessários para a boa execução deste decreto.

Art. 13.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga toda a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 9 de Junho de 1931. – ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* – *António Lopes Mateus* – *José de Almeida Eusébio* – *António de Oliveira Salazar* – *Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo* – *Luís António de Magalhães Correia* – *João Antunes Guimarães* – *Armando Rodrigues Monteiro* – *Gustavo Cordeiro Ramos* – *Henrique Linhares de Lima*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Direcção Geral da Fazenda Pública

#### Decreto-lei n.º 32:648

Atendendo a que, apesar de terem sido elevados os limites de emissão de moeda divisionária, esta continua a escassear, em grande parte, por ser desviada para fins industriais:

Nestes termos e de acordo com o Banco de Portugal conforme é preceituado no § 2.º do artigo 3.º do decreto n.º 19:869, de 9 de Junho de 1931;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São criados novos tipos de moeda metálica de \$10 e \$20, das ligas de 95 por cento Cu, 3 por cento Zn e 2 por cento Sn, as primeiras com o diâmetro de 17<sup>mm</sup>,5 e o peso de 2 gramas e as segundas com o diâmetro de 20<sup>mm</sup>,5 e 3 gramas de peso, ambas com a tolerância de mais ou menos de 2 por cento.

§ único. Estas moedas não serão serrilhadas, terão no anverso as cinco quinas circundadas pela legenda “República Portuguesa” e a era da sua cunhagem, e no reverso o seu valor em algarismos romanos (X ou XX) seguido da palavra “centavos” e em baixo um motivo decorativo e simbólico (um ramo de oliveira).

Art. 2.º Todos os actos preparatórios para a amoedação autorizada por este diploma, ordenados pela Administração da Casa da Moeda, bem como os despachos do Ministro das Finanças para o mesmo fim, consideram-se legalizados por este diploma.

Art. 3.º As moedas dos novos tipos serão postas a circular à medida que forem fabricada, mantendo-se em circulação conjuntamente com as que estão em vigor, de cupro-zinco.

## Apontamentos: Legislação

Art. 4.º O comércio e a exportação de moedas fora da circulação para fins numismáticos depende de autorização do Ministro das Finanças.

Art. 5.º O Ministro das Finanças é autorizado a tomar as providências que considerar mais eficazes para impedir que as moedas em circulação sejam assambracadas em mãos de particulares ou desviadas do seu fim legal.

Art. 6.º Os limites de emissão dos novos tipos criados por este diploma são os que constam do seguinte quadro:

Moedas	Quantidades	Importâncias
\$10	50.000.000	5:000.000\$00
\$20	25 000.000	5:000.000\$00
		10:000.000\$00

Art. 7.º Este decreto-lei entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 29 de Janeiro de 1943. – ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *António de Oliveira Salazar* – *Mário Pais de Souza* – *Adriano Pais da Silva Vaz Serra* – *João Pinto da Costa Leite* – *Manuel Ortins de Bettencourt* – *Duarte Pacheco* – *Francisco José Vieira Machado* – *Mário de Figueiredo* – *Rafael da Silva Neves Duque*.

### CASA DA MOEDA

#### Decreto-lei n.º 39:508

Considerando que no corrente ano foram comemorados 25 anos de Renovação Financeira, os quais se entendeu deverem ficar assinalados por uma moeda comemorativa;

Considerando que se torna necessário reajustar a actual moeda de 10\$ às moedas de 2\$50, 5\$ e 20\$, a emitir;

Nestes termos, e de acordo com o Banco de Portugal, conforme é preceituado no § 2.º artigo 3.º do Decreto n.º 19 869, de 9 de Junho de 1931;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Ministro das Finanças a mandar proceder na Casa da Moeda à cunhagem de 1 milhão de moedas – 20 000 contos – de prata do toque de 800<sup>0</sup>/<sub>100</sub>, do valor facial de 20\$ cada uma, com o diâmetro de 34 mm, com o peso de 21 g e serrilhadas, tendo no anverso uma figura simbólica do Estudo, circundada pela legenda “Renovação Financeira –

Ressurgimento”, e no reverso uma interpretação da heráldica nacional, tendo à direita os algarismos 20 e à esquerda Esc., circundada por “República Portuguesa – 1953”.

§ único. Esta moeda terá a tolerância de 3 milésimos para mais ou para menos no toque e de 5 milésimos para mais ou para menos no peso.

Art. 2.º É criado um novo tipo de moeda de prata de 10\$, com o toque de  $680^0/_{00}$ , com o diâmetro de 30mm e o peso de 12,5 g, serrilhada, tendo as tolerâncias, respectivamente, de  $\pm 4^0/_{00}$  e  $\pm 5^0/_{00}$ .

§ 1.º Esta moeda terá no anverso o mesmo desenho das actuais moedas de prata e no reverso o desenho das moedas a que se refere o artigo 1.º deste decreto-lei, com as respectivas alterações no valor e sem legenda nem era de cunhagem.

§ 2.º Esta moeda será posta a circular à medida que for fabricada.

§ 3.º É fixado em 95 000 contos o limite de circulação desta moeda.

Art. 3.º A partir de 31 de Dezembro de 1954 deixam de ter curso legal e perdem, portanto, o seu poder liberatório as moedas de 10\$ da anterior emissão, devendo efectuar-se a respectiva troca na sede do Banco de Portugal, sua filial e agências, tesourarias da Fazenda Pública e Casa da Moeda, contra notas do Banco de Portugal ou moeda metálica.

§ único. A Casa da Moeda fará passar à conta de metais para amoedar as moedas da anterior emissão à medida que forem apresentadas à troca.

Art. 4.º Continuam com curso legal as actuais moedas de 5\$ de prata de toque de  $650^0/_{00}$ , com o diâmetro de 25mm, o peso de 7 g, e com as tolerâncias, respectivamente, de  $\pm 5^0/_{00}$  e  $\pm 7^0/_{00}$ , a que se refere o artigo 2.º do Decreto com força de lei n.º 19 871, de 9 de Junho de 1931, com o actual limite de circulação de 100 000 contos.

Art. 5.º Continuam com curso legal as actuais moedas de 2\$50 de prata de toque de  $650^0/_{00}$ , com o diâmetro de 20mm, o peso de 3,5 g, e com as tolerâncias, respectivamente, de  $\pm 5^0/_{00}$  e  $\pm 7^0/_{00}$ , a que se refere o artigo 2.º do Decreto com força de lei n.º 19 871, de 9 de Junho de 1931, com o actual limite de circulação de 120 000 contos.

Art. 6.º Ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 200\$ em moedas de prata.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Janeiro de 1954. –FRANCICO HIGINO CRAVEIRO LOPES – *António de Oliveira Salazar* – *João Pinto da Costa Leite* – *Fernando dos Santos Costa* – *Joaquim Trigo de Negreiros* – *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* – *Artur Águeda de Oliveira* – *Adolfo do Amaral Abranches Pinto* – *Américo Deus Rodrigues Thomaz* – *Paulo Arsénio Viríssimo Cunha* – *José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich* – *Manuel Maria Sarmento Rodrigues* – *Fernando Andrade Pires de Lima* – *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* – *Manuel Gomes de Araújo* – *José Soares da Fonseca*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Direcção Geral da Fazenda Pública**

**Decreto-lei n.º 42:138**

Entendeu o Governo que o V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, o qual ocorre em 1960 e será objecto de solenes comemorações nacionais, deverá ficar assinalado por uma moeda comemorativa.

A cunhagem de uma moeda com a efígie do infante de Sagres perpetuará a homenagem dos portugueses de hoje ao extraordinário vulto da nossa história, inspirado intérprete da missão de Portugal no Mundo.

Nestes termos:

Ouvido o Banco de Portugal, de harmonia com o disposto no § 2.º artigo 3.º do Decreto n.º 19 869, de 9 de Junho de 1931;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo e decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Ministro das Finanças a mandar proceder na Casa da Moeda à cunhagem de moeda de prata comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, no valor total de 10 000 contos, sendo 2000 contos em moedas do valor facial de 10\$ cada, 4000 contos em moedas do valor facial de 5\$ e igual montante em moedas do valor facial de 2\$50, e a elevar a, respectivamente, 104 000 contos e 124 000 contos os actuais limites da circulação das duas últimas.

§ 1.º Estas moedas serão de toque estabelecido para as de igual valor facial no Decreto-lei n.º 39 508, de 2 de Janeiro de 1954, e terão a tolerância e demais características estabelecidas naquele diploma.~

§ 2.º As mesmas moedas terão no anverso a efígie do infante, a legenda “V Centenário da Morte do Infante D. Henrique” e a data “1960” e no reverso as armas e a divisa do infante.

Art. 2.º A moeda a que se refere o presente diploma será posta em circulação em 1 de Janeiro de 1960.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Fevereiro de 1959. – AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ – *António de Oliveira Salazar* – *Pedro Theotónio Pereira* – *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* – *Arnaldo Schulz* – *João de Matos Antunes Varela* – *António Manuel Pinto barbosa* – *Afonso Magalhães de Almeida Fernandes* – *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* – *Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias* – *Eduardo de Arantes e Oliveira* – *Vasco Lopes Alves* – *Francisco*

*de Paula Leite Pinto – José do Nascimento Ferreira Dias Júnior – Carlos Gomes da Silva Ribeiro – Henrique Veiga de Macedo – Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.*

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Direcção Geral da Fazenda Pública**

**Decreto-lei n.º 42:357**

Tendo-se verificado que o pequeno diâmetro da moeda de prata de 2\$50 comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, cuja emissão foi autorizada pelo Decreto-lei n.º 42 138, de 5 de Fevereiro do corrente ano, não oferece condições para a perfeita cunhagem do modelo oficialmente aprovado, torna-se necessário substituir o quantitativo de 4000 contos daquela moeda por igual importância de moeda de 20\$.

Nestes termos:

Ouvido o Banco de Portugal, de harmonia com o disposto no § 2.º artigo 3.º do Decreto n.º 19 869, de 9 de Junho de 1931;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo e decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. O artigo 1.º e respectivo § 2.º do Decreto-Lei n.º 42 138, de 5 de Fevereiro de 1959, passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 1.º É autorizado o Ministro das Finanças a mandar proceder na Casa da Moeda à cunhagem de moeda de prata comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, no valor total de 10 000 contos, sendo 4000 contos em moedas do valor facial de 20\$, 2000 contos em moedas do valor facial de 10\$ e 4000 contos em moedas do valor facial de 5\$.

.....

§ 2.º As mesmas moedas terão no anverso a efígie do Infante, a legenda “Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique” e a data “1960” e no reverso as armas e a divisa do Infante, circundadas por “República Portuguesa”.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 3 de Julho de 1959. – AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ – *António de Oliveira Salazar – Pedro Theotónio Pereira – Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz – Arnaldo Schulz – João de Matos Antunes Varela – António Manuel Pinto Barbosa – Afonso Magalhães de Almeida Fernandes – Fernando Quintanilha Mendonça Dias – Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias – Eduardo de Arantes e Oliveira – Francisco de Paula Leite*



*Pinto – José do Nascimento Ferreira Dias Júnior – Carlos Gomes da Silva Ribeiro – Henrique Veiga de Macedo – Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.*

Para ser presente à Assembleia Nacional.

## **MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

### **Gabinete do Ministro**

#### **Decreto-lei n.º 45 129**

Considerando que as moedas de prata de mais baixo valor facial apresentam um estado de desgaste excessivo e que se torna conveniente proceder à sua substituição utilizando liga metálica mais adequada à sua intensa circulação;

Ponderando, por outro lado, que não é aconselhável a utilização dos actuais desenhos das moedas de 2\$50 e 5\$ pelas dificuldades a que daria lugar a operação de recolha, a realizar oportunamente, quando as necessidades da circulação o permitam;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criado um tipo de moeda de 2\$50, em liga de cupro-níquel, na proporção de 75 por cento de cobre e 25 por cento de níquel, com o diâmetro de 20mm e o peso de 3,5 g, serrilhada, com a tolerância, em título e em peso, de mais ou menos 1,5 por cento.

Art. 2.º É criado um tipo de moeda de 5\$, em liga de cupro-níquel, na proporção de 75 por cento de cobre e 25 por cento de níquel, com o diâmetro de 24,5 mm e o peso de 7 g, serrilhada, com a tolerância, em título e em peso, de mais ou menos 1,5 por cento.

Art. 3.º O desenho do anverso de ambas as moedas é constituído pela caravela das descobertas circundada pela legenda “República Portuguesa”, com a era de cunhagem na parte inferior.

O desenho de reverso é constituído pelo escudo nacional, ladeado por quatro estrelas, com o valor da moeda em algarismos na parte inferior.

Art. 4.º Estas moedas serão postas a circular à medida que forem fabricadas e conforme as necessidades de circulação o aconselharem.

Art. 5.º Continuam com curso legal as moedas de 2\$50 e 5\$, em liga de prata, actualmente em circulação, até que a respectiva recolha seja determinada por diploma oficial, a publicar oportunamente.

Art. 6.º Ninguém pode ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 200\$ em moedas com as características referidas nos artigos 1.º e 2.º

Art. 7.º O limite de emissão, para as moedas criadas por este diploma, é fixado em 135 000 contos para a moeda de 2\$50 e em 120 000 contos para a moeda de 5\$.

Art. 8.º Este decreto-lei entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 12 de Julho de 1963. – AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ – *António de Oliveira Salazar* – *José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira* – *Manuel Gomes de Araújo* – *Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior* – *João e Matos Antunes Varela* – *António Manuel Pinto Barbosa* – *Joaquim da Luz Cunha* – *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* – *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira* – *Eduardo de Arantes e Oliveira* – *António Augusto Peixoto Correia* – *Inocêncio Galvão Teles* – *Luís Maria Teixeira Pinto* – *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* – *José João Gonçalves de Proença* – *Pedro Mário Soares Martinez*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Gabinete do Ministro

#### Decreto-Lei n.º 47 111

A construção da ponte sobre o Tejo, em Lisboa, encontra-se praticamente concluída. A concretização de tão significativo empreendimento corresponde, por um lado, a antiga aspiração da capital – justificada, aliás, pelas necessidades impostas pelo seu mais rápido e amplo desenvolvimento – e simboliza, por outro, o surto de progresso económico que se estende por todo o território nacional e que só foi possível alcançar mercê da estabilidade e normalidade de vida do País durante os últimos 40 anos.

Assim, em face do significado especial do acontecimento, decidiu o Governo assinalar a inauguração da nova ponte com a cunhagem de uma moeda de prata.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Ministro das Finanças a mandar proceder na Casa da Moeda à cunhagem de uma emissão de moeda de prata comemorativa da inauguração da ponte sobre o Tejo, no valor total de 40 000 000\$ sendo de 20\$ o seu valor facial.

§ 1.º Esta moeda será de toque de 650 por mil, com o diâmetro de 30 mm e o peso de 10 g, sendo de  $\pm 5$  por mil a tolerância de título e de peso.

§ 2.º A moeda terá no anverso uma perspectiva da ponte e no reverso, sobre um fundo decorativo alusivo às construções metálicas, o escudo nacional, encimado por uma flor de lis, com valor de “20 escudos” na parte inferior.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Julho de 1966. – AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ – *António de Oliveira Salazar – António Jorge Martins da Mota Veiga – Manuel Gomes de Araújo – Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior – João de Matos Antunes Varela – Ulisses Cruz de Aguiar Cortês – Joaquim da Luz Cunha – Fernando Quintanilha Mendonça Dias – Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira – Eduardo de Arantes e Oliveira – Joaquim Moreira da Silva Cunha – Inocêncio Galvão Teles – José Gonçalo da Cunha Sottomayor Garcia de Oliveira – Carlos Gomes da Silva Ribeiro – José João Gonçalves de Proença – Francisco Pereira Neto de Carvalho.*

## CASA DA MOEDA

### Decreto-Lei n.º 49 001

Entendeu o Governo que o 5.º centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral, ocorrido em 1968, deve ficar assinalado com a emissão de uma moeda comemorativa.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Secretário de Estado do Tesouro a mandar proceder na Casa da Moeda à cunhagem de 1 milhão de moedas de prata, serrilhadas, do toque de 650 milésimas, valor facial de 50\$, diâmetro de 34 mm e peso de 18 g.

§ 1.º O anverso será constituído pelo efígie do navegador, a legenda “V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral” e a data “1968”, e o reverso, pelo escudo nacional da época manuelina, a legenda “República Portuguesa” e o valor “50\$00”.

§ 2.º Esta moeda terá a tolerância de 5 milésimos para mais ou para menos, no toque e no peso.

Art. 2.º Ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 500\$ desta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. – *Marcello Caetano – João Augusto Dias Rosas.*

Promulgado em 30 de Abril de 1969.

Publique-se.

Presidência da República, 10 de Maio de 1969 – AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Secretaria de Estado do Tesouro**

**Casa da Moeda**

**Decreto-Lei n.º 49 167**

1. A flutuação do preço dos metais é fenómeno de carácter mundial que tem causado periodicamente a alteração das moedas metálicas em circulação nos vários países. Como consequência desse fenómeno, e em íntima associação com a perda do poder de compra da moeda, verificou-se a abolição das moedas de 3 réis no reinado de D. Luís, de meio centavo (5 réis) em 1913, no princípio da República, e , posteriormente, de \$01, \$02 e \$04.

A Primeira Guerra Mundial criou uma situação que conduziu ao desaparecimento total da moeda metálica no nosso país, pelo facto de a mesma ter atingido um valor intrínseco superior ao valor facial: o País, de 1918 a 1924, esteve praticamente sem moeda metálica, utilizando apenas cédulas de papel.

2. Das reformas a que se procedeu desde então veio a resultar o actual conjunto das moedas em circulação.

Assim, em 1924, foram criadas as moedas de bronze de \$05, \$10 e \$20, constituindo o grupo de moedas de mais baixo valor do novo sistema que se ia estabelecer.

Três anos mais tarde, depois de experiências mal sucedidas com ligas de bronze-alumínio, foram criadas moedas de \$50 e 1\$, de liga branca de alpaca, as quais conseguiram resistir às perturbações resultantes da Segunda Guerra Mundial.

Com a reforma monetária de 1931 aboliram-se as notas de banco de 2\$50, 5\$ e 10\$, que foram substituídas por moedas de prata de idênticos valores.

Em resultado das condições geradas pela guerra, além da supressão das moedas de \$05, houve que proceder, em 1943, à substituição das moedas de bronze de \$10 e \$20 pelas que, com peso bastante menor, estão actualmente em circulação.

Por último, o aumento progressivo do preço da prata aconselhou em 1963 o início da cunhagem de moedas de 2\$50 e 5\$, de cuproníquel, e a recolha simultânea das moedas de prata de 10\$, 5\$ e 2\$50, operação que ficou terminada em 1968.

3. Verifica-se actualmente que as moedas de \$10 e \$20 de bronze estão desaparecendo por desvio ilícito para fins industriais, e as moedas de alpaca de \$50 e 1\$ se encontram, em grande parte, desgastadas, carecendo de substituição. Por isso, só as moedas de cuproníquel de 2\$50 e 5\$, que não apresentam desgaste apreciável nem oferecem perigo de desvio para fins industriais, serão integradas no novo sistema de moeda metálica criado pelo presente diploma.

4. Reconhecida assim, por motivos de ordem técnica e económica, a necessidade de remodelação do sistema de moeda metálica, julga-se agora oportuno regressar ao tradicional sistema de dois grupos de moedas de cor diferente, criando o grupo de moedas de bronze, constituído pelo escudo e seus submúltiplos, e o grupo de moedas de ligas brancas de níquel ou prata, constituído pelas moedas de valor múltiplo do escudo.

Terá de verifica-se uma excepção a esta regra, aliás verificada também em outros países, utilizando liga branca de alumínio para a moeda de menor valor (\$10), dado que o seu baixo valor facial não é compatível com o custo de fabrico de liga de bronze. Não existe, porém, possibilidade de confusão com as restantes moedas brancas, dadas as notáveis diferenças de diâmetro e peso.

5. O grupo de moedas de mais baixo valor do novo sistema será, portanto, constituído pela moeda de \$10, de liga de alumínio, e pelas moedas de \$20, \$50 e 1\$, de liga de bronze. O grupo das moedas de maior valor será constituído pelas moedas brancas de cuproníquel de 2\$50 e 5\$, já em circulação, e por uma nova moeda de 10\$ de liga branca de cobre e níquel, fabricada de modo a oferecer condições técnicas de segurança adequadas à generalização do uso de máquinas automáticas para venda de mercadorias. Com a mesma intenção, ultimam-se agora os estudos preparatórios da próxima emissão de nova moeda de 20\$, que será objecto de diploma a publicar oportunamente.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criado novo tipo de moeda metálica de \$10 de liga de alumínio com 1 por cento de magnésia, com o diâmetro de 16 mm e o peso de 0,6 g. Estas moedas terão a tolerância, em título e em peso, de mais ou menos 2 por cento.

Art. 2.º - 1. São criados novos tipos de moedas metálicas de \$20, \$50 e 1\$, fabricadas em liga de bronze, na proporção de 95 por cento de cobre, 3 por cento de zinco e 2 por cento de estanho, com a tolerância, em título e em peso, de mais ou menos de 2 por cento.

2. As moedas de \$20 terão o diâmetro de 16 mm e o peso de 1,8 g.

3. As moedas de \$50 terão o diâmetro de 22,5 mm e o peso de 4,5 g.

4. As moedas de 1\$ terão o diâmetro de 26 mm e o peso de 8 g.

Art. 3.º É criado novo tipo de moeda metálica de 10\$ fabricada com discos de níquel puro, capeados em ambas as faces com cuproníquel de 75 por cento de cobre e 25 por cento de níquel. Estas moedas terão o diâmetro de 28 mm e o peso de 10 g e a tolerância de mais ou menos de 2 g em peso.

Art. 4.º - 1. As moedas de \$10 e \$20 terão ambas o mesmo desenho, apenas com a alteração do valor.

## Apontamentos: Legislação

2. O anverso é constituído pelas cinco quinas, circundadas pela legenda “República Portuguesa” e a era da cunhagem.

3. O reverso é constituído por um ornato de ramos de oliveira e o dístico: “10 centavos” ou “20 centavos”.

Art. 5.º - 1. As moedas de \$50 e 1\$ terão ambas o mesmo desenho, apenas com a alteração do valor.

2. O anverso é constituído pelas cinco quinas, circundadas pela legenda “República Portuguesa” e a era da cunhagem.

3. O reverso é constituído por um ornato de espigas de trigo e o dístico: “50 centavos” ou “1 escudo”.

Art. 6.º - 1. O desenho do anverso das moedas de 10\$ é constituído pela caravela dos Descobrimentos, circundada pela legenda “República Portuguesa” e a era da cunhagem.

2. O desenho do reverso é constituído pelo escudo nacional, ornamentado com duas estrelas em cada lado, com o valor da moeda em algarismos na parte inferior.

Art. 7.º Continuem com curso legal as moedas de bronze de \$10 e \$20 e as moedas de alpaca de \$50 e 1\$, actualmente em circulação, até que a respectiva recolha seja determinada por diploma oficial a publicar oportunamente.

Art. 8.º O limite da emissão para as moedas criadas por este diploma é fixado em 25 000 contos para a moeda de \$10, de 35 000 contos para a moeda de \$20, em 70 000 contos para a moeda de \$50, em 50 000 contos para a moeda de 1\$ e em 100 000 contos para a moeda de 10\$.

Art. 9.º Todas estas moedas serão postas a circular à medida que forem fabricadas e conforme as necessidades de circulação o aconselharem.

Art. 10.º Ninguém pode ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, moedas circulantes que ultrapassem os seguintes quantitativos: 5\$ em moedas de \$10 ou de \$20, 20\$ em moedas de \$50 ou 1\$ e 200\$ em moedas de “450, 5\$ e 10\$.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. – *Marcello Caetano* – *João Augusto Dias Rosas*.

Promulgado em 24 de Julho de 1969.

Publique-se.

Presidência da República, 4 de Agosto de 1969. – AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Secretaria de Estado do Tesouro**

**Casa da Moeda**

**Decreto-Lei n.º 399/70**

Entendeu o Governo que o 5.º centenário do nascimento de Vasco da Gama, ocorrido em 1969, deve ficar assinalado com a emissão de uma moeda comemorativa.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º - 1. É autorizado o Secretário de Estado do Tesouro a mandar proceder na Casa da Moeda à cunhagem de 1 milhão de moedas de prata, do toque de 650 milésimos, valor facial de 50\$, diâmetro de 34 mm e peso de 18 g.

2. A moeda levará, na superfície periférica da borda, a inscrição “V Centenário de Vasco da Gama”.

3. O anverso será constituído pela efígie do navegador com a legenda “Vasco da Gama” e as datas “1469 – 1969”, e o reverso pelo escudo nacional da época de D. Manuel I, sobre a cruz da Ordem de Cristo, com a legenda “República Portuguesa” e o valor “50\$”.

4. Esta moeda terá a tolerância de 5 milésimos para mais ou para menos, no toque e no peso.

Art. 2.º Ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento mais de 500\$ desta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. – *Marcello Caetano* – *João Augusto Dias Rosas*.

Promulgado em 12 de Agosto de 1970.

Publique-se.

Presidência da República, 21 de Agosto de 1970. – AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Secretaria de Estado do Tesouro**

**Direcção-Geral da Fazenda Pública**

**Decreto-Lei n.º 525/70**

de 6 de Novembro

Os limites de emissão das moedas divisionárias de 2\$50 e de 5\$ fixados pelos Decretos-Leis n.ºs 47 876 e 48 837 de 31 de Agosto de 1967 e 17 de Janeiro de 1969, respectivamente, encontram-se atingidos, sendo por isso oportuno proceder à sua elevação, de modo a assegurar a função económica destas moedas.

Como nas elevações anteriores, o preenchimento da margem de aumento agora autorizada, depois de ouvido o Banco de Portugal, será feito à medida das necessidades.

Aproveita-se o ensejo para fixar novas características às moedas de \$10 e 10\$ definidas pelo Decreto-Lei n.º 49 167, de 4 de Agosto de 1969.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os limites de emissão das moedas de 2\$50 e 5\$ são fixados em 225 000 000\$, para cada espécie.

Art. 2.º Os artigos 1.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 49 167, de 4 de Agosto de 1969, passa, a ter a seguinte redacção:

Artigo 1.º É criado novo tipo de moeda metálica de \$10 de alumínio que não contenha mais de 2,5 por cento de matérias estranhas, incluindo magnésio, com o diâmetro de 15 mm, o peso de 0,50 g e a tolerância de mais ou menos 2 por cento em peso.

.....

Art. 3.º É criado novo tipo de moeda metálica de 10\$, fabricada com discos de níquel puro, capeados em ambas as faces com cuproníquel de 75 por cento de cobre e 25 por cento de níquel. Estas moedas terão o diâmetro de 28 mm, o peso de 10 g e a tolerância de mais ou menos de 2 g em peso, não serão serrilhadas e terão na superfície periférica da borda, em letra escavada, as palavras “Fraternidade”, “Confiança” e “Esperança”.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. – *Marcello Caetano – João Augusto Dias Rosas.*

Promulgado em 29 de Outubro de 1970.

Publique-se.

Presidência da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.



**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Secretaria de Estado do Tesouro**

**Casa da Moeda**

**Decreto-Lei n.º 311/71**

de 17 de Julho

Entendeu o Governo que o 1.º centenário do nascimento do marechal António Óscar de Fragoso Carmona, ocorrido em 1969, deve ficar assinalado com a emissão de uma moeda comemorativa.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º - 1. É autorizado o Secretário de Estado do Tesouro a mandar proceder na Casa da Moeda à cunhagem de 500 000 moedas de prata, do toque de 650 milésimos, valor facial de 50\$, diâmetro de 34 mm e o peso de 18 g.

2. A moeda, levará na superfície periférica da borda, a inscrição “POR PORTUGAL D’AQUÉM E D’ALÉM MAR”.

3. O anverso será constituído pela efígie do marechal António Óscar de Fragoso Carmona, com a legenda “I CENT. DO NASCIMENTO DO MARECHAL CARMONA” e as datas “1869 – 1969”, e o reverso pelo escudo das armas nacionais, com a legenda “República Portuguesa” e o valor “50\$”.

4. Esta moeda terá a tolerância de 5 milésimos para mais ou para menos, no toque e no peso.

Art. 2.º Ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 500\$ desta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

*Marcello Caetano – João Augusto Dias Rosas.*

Promulgado em 8 de Julho de 1971.

Publique-se.

Presidência da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Secretaria de Estado do Tesouro**

**Casa da Moeda**

**Decreto-Lei n.º 134/72**

de 28 de Abril

Entendeu o Governo que o 125.º aniversário da fundação do Banco de Portugal, ocorrido em Novembro do ano transacto, deve ficar assinalado com a emissão de uma moeda comemorativa.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Secretário de Estado do Tesouro a mandar proceder na Casa da Moeda à cunhagem de 500 000 moedas de prata, do toque de 650 milésimos, valor facial de 50\$, diâmetro de 34 mm e o peso de 18 g.

2. A moeda, levará na superfície periférica da borda, a inscrição “CXXV ANIVERSÁRIO DO BANCO DE PORTUGAL”.

3. O anverso será constituído por uma árvore estilizada, com a legenda “BANCO DE PORTUGAL” e as datas “1846-1971”, e o reverso pelas cinco quinas tendo por fundo uma estilização da esfera armilar, com a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA” e o valor “50\$00”.

4. Esta moeda terá a tolerância de 5 milésimos para mais ou para menos, no toque e no peso.

Art. 2.º Ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 500\$ desta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. – *Marcello Caetano – João Augusto Dias Rosas.*

Promulgado em 19 de Abril de 1972, nos termos do § 2.º do artigo 80.º da Constituição.

Publique-se.

Pelo Presidência da República, MARCELLO CAETANO.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Secretaria de Estado do Tesouro**

**Decreto-Lei n.º 399/72**

de 24 de Outubro

Entendeu o Governo que o IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas* deve ficar assinalado com a emissão de uma moeda comemorativa.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Secretário de Estado do Tesouro a mandar proceder na Imprensa Nacional – Casa da Moeda à cunhagem de 1 milhão de moedas de prata, serrilhadas, com o toque de 650 milésimos, o valor facial de 50\$, o diâmetro de 34 mm e o peso de 18 g.

2. O anverso, que terá, na orla, a legenda “IV CENTENÁRIO DA PUBLICAÇÃO DE ‘OS LUSÍADAS’”, será constituído por uma figura alada, sobre uma lira simbólica, sustendo na mão direita, como atributo próprio, uma pena, e na mão esquerda uma coroa de louros, ladeando a figura as duas datas comemorativas de 1572 e 1972; no reverso figurará o livro *Os Lusíadas*, sobre as cinco quinas, sendo os intervalos decorados com ornamentação renascentista, e contendo a orla a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA” e o valor “50 ESCUDOS”.

3. Esta moeda terá a tolerância de 5 milésimos para mais ou para menos, no toque e no peso.

Art. 2.º Ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 500\$ desta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. – *Marcello Caetano* – *Manuel Artur Cotta Agostinho Dias*.

Promulgado em 18 de Outubro de 1972.

Publique-se.

O Presidência da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

**Secretaria de Estado do Tesouro**

**Decreto-Lei n.º 381/76**

de 20 de Maio

A grande maioria dos portugueses encontra-se indissoluvelmente ligada à data de 25 de Abril, que constitui o momento histórico da libertação de quase meio século de regime ditatorial e obscurantista.

Daí que perpetuar em moeda comemorativa a relevância e o significado daquela data, na sequência, aliás, de uma tradição comum à generalidade dos países, seja acto que, desde já, se impõe ao Governo praticar.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo artigo 3.º, n.º 1 alínea 3), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de Março, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º - 1. É autorizado o Secretário de Estado do Tesouro a mandar proceder na Imprensa Nacional – Casa da Moeda à cunhagem de moeda de prata comemorativa do “25 de Abril”, no valor total de 350 000 000\$, sendo 250 000 000\$ em moedas do valor facial de 250\$ cada uma e 100 000 000\$ em moedas do valor facial de 100\$.

2. A moeda de 250\$ terá o toque de 680 milésimos, diâmetro de 37 mm e peso de 25g.

3. A moeda de 100\$ terá o toque de 650 milésimos, diâmetro de 32 mm e peso de 15g.

4. Estas moedas serão ambas serrilhadas, com uma tolerância de 5‰, para mais ou para menos no toque e no peso.

Art. 2.º - 1. O anverso será igual para ambas as moedas. Na parte superior do anverso constará o valor facial de 100\$ e 250\$, respectivamente, e, na parte inferior, a legenda “República Portuguesa”, circunscrevendo uma estilização das quinas do escudo nacional.

2. O reverso da moeda do valor facial de 100\$ é composto, sobre o eixo vertical, por uma forma paralelepípedica em desintegração, pela intercepção perpendicular da legenda “25 de Abril de 1974”.

3. No reverso da moeda do valor facial de 250\$, o campo é preenchido por formas geométricas que se entrelaçam e a legenda “25 de Abril de 1974” ocupa os espaços que essas formas determinam.

Art. 3.º Ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 1000\$ destas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. – *José baptista Pinheiro de Azevedo* – *Vítor Manuel Ribeiro Constâncio*.

Promulgado em 7 de Maio de 1976.

Publique-se.

O Presidência da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Secretaria de Estado do Tesouro**

**Decreto-Lei n.º 847/76**

de 15 de Dezembro

Dado o grande volume de notas de 20\$ em circulação e o elevado custo que a sua emissão e manutenção ocasionam, torna-se oportuno considera, desde já, a sua substituição por um novo tipo de moeda metálica, com o valor facial de 25\$, sem contudo eliminar, por um período ainda relativamente longo a coexistência em circulação das duas espécies monetárias.

A medida apontada justifica-se, já porque possibilita a economia de divisas decorrentes da circunstância de a moeda metálica ser fabricada em Portugal, ao contrário do que neste momento sucede em relação à nota, já porque permite uma cobertura dos custos de produção mais ampla e segura por maior período de tempo, dada a fácil deterioração do papel-moeda e os custos apreciáveis que acarreta a sua apropriada escolha e consequente manuseamento no Banco de Portugal.

A observação colhida do estudo de diversos sistemas estrangeiros demonstrou a conveniência da adopção do valor facial indicado, que parece ser o que melhor se ajusta ao escalonamento de valores do sistema monetário português, permitindo, em muitos casos, maior facilidade de trocos.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea *a)* do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º É criado um novo tipo de moeda metálica, por acordo entre o Estado e o Banco de Portugal, com o valor facial de 25\$, fabricada em liga de cupro-níquel, na proporção de 75% de cobre e de 25% de níquel, a qual será serrilhada e terá o diâmetro de 26,25 mm e o peso de 8 g, com a tolerância de mais ou menos 2% em título e no peso.

Art. 2.º - 1. A nova moeda será cunhada pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, que, para o efeito de selecção do modelo da composição das respectivas faces, procederá a abertura de concurso público entre artistas nacionais.

2. A referida composição, embora livre, deverá conter obrigatoriamente os seguintes elementos: a legenda “República Portuguesa”, a era da cunhagem em algarismos, o escudo nacional, ou a sua estilização, e a designação do valor facial, também em algarismos.

3. O modelo que vier a ser seleccionado pelo júri do concurso público será aprovado por diploma legal, donde constará a respectiva descrição.

Art. 3.º - 1. O limite de emissão para a moeda criada pelo presente diploma é de 1 milhão de contos.

2. As moedas de 25\$ serão postas a circular à medida que forem sendo fabricadas, mas a sua entrada em circulação não implica que o Banco de Portugal proceda de imediato à retirada das notas de 20\$, a qual se fará progressivamente, consoante as disponibilidades dessas espécies e as necessidade de circulação o aconselharem.

Art. 4.º Ninguém pode ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 1000\$ destas moedas.

*Mário Soares – Henrique Teixeira Queirós de Barros – Joaquim Jorge de Pinho Campinos – Henrique Medina Carreira.*

Promulgado em 3 de Dezembro de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

## **MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

### **Secretaria de Estado do Tesouro**

#### **Decreto-Lei n.º 534/77**

de 30 de Dezembro

O Decreto n.º 847/76, de 15 de Dezembro, criou um novo tipo de moeda metálica, com o valor facial de 25\$, cujas características intrínsecas se encontram estabelecidas no seu artigo 1.º.

A composição das respectivas faces, embora devendo conter obrigatoriamente alguns elementos referidos no citado diploma, seria, porém, a do modelo seleccionado pelo júri do concurso público que a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, entidade incumbida da respectiva cunhagem, abria para o efeito entre artistas nacionais.

Acontece, porém, que, não obstante o inegável valor artístico de alguns trabalhos, o júri, por motivos de natureza técnica previstos nas bases do concurso, não atribuiu qualquer prémio, pelo que a INCM, de acordo com o estipulado nas mesmas bases, encomendou o trabalho a artista da especialidade.

A necessidade de descrever o modelo assim seleccionado acresce a oportunidade de corrigir, pelas razões que passam a indicar-se, o peso e a tolerância inicialmente estabelecidos.

A alteração do peso deriva da circunstância de, não obstante a notória diferença entre a liga da actual moeda de 1\$ e a da moeda de 25\$, o certo é que, sendo muito aproximados os

respectivos diâmetros – 26 mm para a primeira e 26,25 mm para a segunda –, se se mantiver o peso igual de 8 g em relação a ambas, muito próxima será também a espessura de cada uma.

Desta similitude resultam graves inconvenientes para a venda de artigos processada através de máquinas automáticas, já que assim seria possível a utilização de 1\$ para artigos que exijam moedas de 25\$.

A alteração da tolerância deve-se apenas a um objectivo de normalização, uma vez que a de todas as moedas de cuproníquel é de mais ou menos de 1,5% no título e no peso. A única excepção, em que tal valor era de mais ou menos 2%, verificou-se em relação à anterior moeda de 10\$, mas pelo mero facto de esta ser constituída por um núcleo de níquel puro chapeado de ambos os lados por liga de cuproníquel.

À semelhança do que sucedeu com a moeda comemorativa do 25 de Abril, também uma pequena parcela da emissão autorizada de 1 milhão de moedas do valor facial de 25\$ terá acabamento *proof-like* e será destinada a comercialização.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º É fixado em 9,5 g o peso e em mais ou menos 1,5% a tolerância em título e no peso em relação à moeda de 25\$ criada pelo Decreto n.º 847/76, de 15 de Dezembro, mantendo-se, porém, inalteradas as demais características estabelecidas no artigo 1.º do mesmo diploma.

Art. 2.º A moeda de 25\$ é serrilhada, sendo o seu anverso constituído por uma cabeça circundada pela legenda “Liberdade” “Democracia”, tendo na parte inferior, do lado esquerdo, a inscrição da era da cunhagem; o reverso é constituído, na parte central, pelo escudo das armas nacionais, que tem, ao lado direito, o n.º 25, sendo esta composição central encimada pela legenda “República Portuguesa”, desdobrada em duas linhas e rematada, na parte inferior, pela palavra “Escudos”.

Art. 3.º Fica a Imprensa Nacional-Casa da Moeda autorizada a cunhar até um limite de 20 000 exemplares da emissão autorizada pelo Decreto n.º 847/76 da moeda de 35\$ com acabamento *proof-like*, destinada a comercialização, nas condições e pela forma que for estabelecido pela Secretaria de Estado do Tesouro.

*Mário Soares – Henrique Teixeira Queirós de Barros – Joaquim Jorge de Pinho Campinos – Henrique Medina Carreira.*

Promulgado em 20 de Dezembro de 1977.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO**

**Secretaria de Estado do Tesouro**

**Decreto-Lei n.º 46/78**

de 16 de Março

O Decreto n.º 847/76, de 15 de Dezembro, criou um novo tipo de moeda metálica com o valor facial de 25\$ e fixou o respectivo limite de emissão em 1 milhão de contos.

Por outro lado, os Decretos-Leis n.ºs 369/77, de 3 de Setembro, e 472/77, de 11 de Novembro, fixaram respectivamente, em 525 000 000\$ e 575 000 000\$ os limites de emissão para as moedas de 5\$ e 2\$50.

Desejando-se deixar registado o centenário da morte de Alexandre Herculano através de uma emissão comemorativa, definem-se pelo presente diploma as quantidades a cunhar e descrevem-se as respectivas figurações.

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a Imprensa Nacional – Casa da Moeda a cunhar até um limite de 6 000 000 de moedas de 25\$, no valor de 150 000 000\$; 6 000 000 de moedas de 5\$, no valor de 30 000 000\$, e 6 000 000 de moedas de 2\$50, no valor de 15 000 000\$, substituídos os respectivos anverso e reverso pelos que se descrevem no artigo seguinte.

2 – Os quantitativos indicados no número anterior serão retirados dos fixados nos diplomas que estabeleceram a correspondente emissão.

Art. 2.º - 1 – As moedas serão serrilhadas, sendo o anverso constituído pela efígie de Alexandre Herculano circundada perifericamente pela legenda “Centenário da Morte de Alexandre Herculano”, tendo sobre a linha de eixo horizontal à esquerda “1877” e à direita “1977”; o reverso é constituído pelo escudo das armas nacionais circundado pela legenda “República Portuguesa” e na parte inferior, em algarismos, o correspondente valor facial, ou seja: 25\$, 5\$ ou 2\$50.

2 – As moedas objecto do presente diploma manterão as restantes características, no tocante a liga, peso e diâmetro, bem como a tolerância em título e no peso, definidas no diploma que autorizou a respectiva cunhagem.

Art. 3.º Fica igualmente autorizada a Imprensa Nacional – Casa da Moeda a cunhar, dentro das quantidades estabelecidas no artigo 1.º, até um limite de 10 000 moedas de 25\$, 10 000 moedas de 5\$ e 10 000 moedas de 2\$50 com acabamento *proof-like*, destinadas a comercialização, nas condições e pela forma que forem estabelecidas pela Secretaria de Estado do Tesouro.



Visto e aprovado em Conselho de Ministros. – *Mário Soares – Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.*

Promulgado em 7 de Março de 1978.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

### **Decreto-Lei n.º 519-R/79**

de 28 de Dezembro

A moeda metálica de valor facial de 25\$, criada pelo Decreto n.º 847/76, de 15 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 534/77, de 30 de Dezembro, tem sido refeitada pelo público, pelo que não circula. Esta rejeição é ocasionada por se confundir com a moeda de valor facial de 5\$, devido não só à proximidade dos seus diâmetros como também a serem fabricadas na mesma liga metálica.

Deste modo, com vista a uma clara diferenciação dimensional entre as moedas de 5\$ e de 25\$ e salvaguardadas as exigências de não paralelismos com sistemas monetários estrangeiros mais próximos, aumenta-se o diâmetro da moeda de 25\$ dos iniciais 26,25 mm para 28,5 mm, com o consequente aumento de peso de 9,5 g para 11 g.

Todas as outras características da moeda se mantêm sem alteração.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º É fixado em 28,5 mm o diâmetro e em 11 g, com a tolerância de  $\pm 2\%$ , o peso da moeda de 25\$, criada pelo Decreto n.º 847/76, de 15 de Dezembro, e posteriormente alterada pelo Decret-Lei n.º 534/77, de 30 de Dezembro, mantendo-se, porém, sem alterações todas as outras características estabelecidas nos citados diplomas legais.

Art. 2.º - 1 – O limite de emissão para a moeda de 25\$ a que se refere o artigo anterior é de 1 500 000 contos. Este limite é independente do limite do artigo 3.º, n.º 1, do Decreto n.º 847/76 de 15 de Dezembro, para a moeda com as características anteriores.

2 – As moedas de 25\$ com as novas características serão postas a circular à medida que forem fabricadas e conforme as necessidade de circulação o aconselharem.

Art. 3.º - 1 – Fica suspensa a fabricação da moeda de 25\$ com as características anteriores.

2 – Mantêm curso legal as moedas de 25\$, actualmente em circulação, com as anteriores características, até que a respectiva recolha seja determinada por diploma a publicar oportunamente.

Art. 4.º Ninguém pode ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais do que 1000\$ em moedas de 25\$ com as características definidas no presente diploma.

Art. 5.º A Imprensa Nacional – Casa da Moeda fica autorizada a cunhar até ao limite de 20 000 exemplares, incluídos no limite de emissão estabelecidos no artigo 2.º, da moeda de 25\$ com as novas características e acabamento *proof-like*, destinadas à comercialização nas condições e pela forma que forem estabelecidas pela Secretaria de Estado do Tesouro.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 11 de Dezembro de 1979. – *Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintassilgo – António Luciano Pacheco de Sousa Franco.*

Promulgado em 22 de Dezembro de 1979.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

### **Decreto-Lei n.º 299/80**

de 16 de Agosto

A autonomia político-administrativa reconhecida pela Constituição da República às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, em obediência às suas características geográficas, económicas e sociais próprias e às tradicionais aspirações autonomistas das suas populações, constitui uma das inovações mais significativas da lei fundamental em vigor.

Justifica-se, pois, que essa autonomia regional seja assinalada por uma emissão de moeda comemorativa, aproveitando-se a oportunidade para atribuir às regiões as receitas que, em princípio, o Estado arrecadaria através da emissão.

Assim, ouvido o Banco de Portugal, nos termos do artigo 12.º, n.º 2, da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

#### **ARTIGO 1.º**

(Emissão)

É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, de moedas comemorativas da autonomia regional dos Açores e da Madeira, respectivamente.

## Apontamentos: Legislação

### ARTIGO 2.º

#### (Valores faciais)

As moedas referidas no artigo anterior são de dois tipos, correspondendo cada um deles aos valores faciais de 25\$ e 100\$.

### ARTIGO 3.º

#### (Características)

As moedas de 25\$ e 100\$ são de cupro-níquel, na proporção de três para um, e têm, respectivamente 28,5 mm e 34 mm de diâmetro e 11 g e 16,5 g de peso.

### ARTIGO 4.º

#### (Desenho)

1 – O desenho das moedas compreende a expressão “República Portuguesa” e o escudo nacional ou a sua estilização, bem como a designação da respectiva região autónoma e os seus símbolos próprios.

2 – Os desenhos das moedas comemorativas referidas no artigo 1.º serão aprovados por portaria do Ministro das Finanças e do Plano, sob proposta dos governos regionais respectivos.

### ARTIGO 5.º

#### (Limites de emissão)

O valor total da emissão é de 92 500 000\$, sendo respectivamente, de 19 250 000\$ e 27 000 000\$ em moedas de 25\$ e 100\$ alusivas aos Açores e de outro tanto em moedas alusivas à Madeira.

### ARTIGO 6.º

#### (Distribuição)

As moedas são postas em circulação, em todo o território nacional, pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

### ARTIGO 7.º

#### (Receitas)

À medida que as moedas cunhadas forem requisitas pelo Banco de Portugal, deve este creditar às respectivas regiões autónomas o equivalente ao seu valor facial, que constitui receita regional, atribuída pelo Estado.

### ARTIGO 8.º

#### (Moedas de prata)

## Apontamentos: Legislação

1 – Os governos das regiões autónomas podem solicitar, dentro dos valores estabelecidos no artigo 5.º, emissões especiais em prata, ao toque de 925, com acabamento *proof-like*, para comercialização até ao limite de 40 000 moedas por região.

2 – As condições de comercialização das moedas de prata são estabelecidas pelos governos das regiões autónomas respectivas.

3 – O produto da comercialização referida neste artigo é receita regional.

### ARTIGO 9.º

(Despesas de amoedação)

Os governos regionais reembolsarão o Governo Central pelas despesas de amoedação, por conta de verbas inscritas nos orçamentos regionais respectivos.

### ARTIGO 10.º

(Poder liberatório)

Ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 1000\$ destas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 16 de Junho de 1980 – *Francisco Sá Carneiro*.

Promulgado em 1 de Agosto de 1980.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO

### Secretaria de Estado do Tesouro

#### Decreto-Lei n.º 545/80

de 17 de Novembro

O custo de produção da espécie de 1\$, fabricada em liga de bronze e com as características fixadas no Decreto-Lei n.º 49 167, de 4 de Agosto de 1969, é hoje verdadeiramente inoportuno, tornando antieconómica esta produção.

## Apontamentos: Legislação

Impõe-se, assim, que desde já se utilize no fabrico da moeda de 1\$ outra liga metálica que se mostre mais económica, bem como se alterem as suas características de dimensão e de peso.

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º – 1 – É criado novo tipo de moeda metálica de 1\$ fabricada em liga de latão e níquel, na proporção de 79% de cobre, 20% de zinco e 1% de níquel, com a tolerância, em título e em peso, de mais ou menos 1,5%.

2 – A moeda a que se refere o número anterior terá o diâmetro de 18 mm e o peso de 3 g.

Art. 2.º A moeda criada por este diploma não é serrilhada e terá os seguintes desenhos:

1) O anverso é constituído pelo Escudo Nacional colocado ao centro, circundado pela legenda “República Portuguesa” e a era de cunhagem no exergo.

2) O reverso tem inscrito o valor facial, composto do algarismo 1, colocado sobre o eixo vertical da moeda e ocupando os dois terços superiores desse eixo e a palavra “escudo”, por baixo.

Art. 3.º O limite de emissão da moeda de 1\$ de latão-níquel é fixado em 50 000 contos.

Art. 4.º Continúa com curso legal a moeda de liga de bronze, actualmente em circulação, até que a respectiva recolha seja determinada por diploma a publicar oportunamente.

Art. 5.º Ninguém pode ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 20\$ em moedas de 1\$.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, 30 de Outubro de 1980 – *Francisco Sá Carneiro*.

Promulgado em 11 de Novembro de 1980.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

**Decreto-Lei n.º 326/81**

de 4 de Dezembro

O Decreto-Lei n.º 299/80, de 16 de Agosto, definiu, no seu artigo 3.º, as características das moedas comemorativas da autonomia regional dos Açores e da Madeira, que são de 2 tipos, correspondendo cadaum deles aos valores faciais de 25\$ e 100\$.

Acontece, porém, que, na aludida definição legal das características das moedas, não foi feita referência ao bordo serrilhado e à tolerância na liga e no peso, omissão que, pelo presente diploma, se rectifica.

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. É alterado o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 299/80, de 16 de Agosto, que passa a ter a seguinte redacção:

### ARTIGO 3.º

#### (Características)

1 – As moedas de 25\$ e de 100\$ são de cupro-níquel, na proporção de 3 para 1, e têm, respectivamente 28,5 mm e 34 mm de diâmetro e 11 g e 16,5 g de peso.

2 – As moedas são serrilhadas, fixando-se em mais ou menos 1,5% a tolerância na liga e no peso.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 10 de Novembro de 1981. – *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*.

Promulgado em 21 de Novembro de 1981.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

## SECRETARIA DE ESTADO DO TESOURO

### Decreto-Lei n.º 325/81

de 4 de Dezembro

É sem dúvida a cunhagem de moeda uma das formas perenes de assinalar um facto, uma data, uma circunstância ou um nome que deva ficar a repercutir-se na memória das gerações.

Para comemorar o IV Centenário da Morte de Luís de Camões há pois que proceder também à emissão de uma moeda que, pelas suas características e valor facial, atinja a finalidade pretendida.

Assim, ouvido o Banco de Portugal, nos termos do artigo 12.º, n.º 2, da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º – 1 – É criado um tipo de moeda metálica, de prata, com o toque de 9250/00, o diâmetro de 34 mm, o peso de 17 g e o valor facial de 1000\$. A tolerância no toque e no peso será de mais ou menos 50/00.

2 – As moedas são serrilhadas, sendo o anverso constituído pela efígie de Camões, circundada perifericamente na metade superior pela legenda “IV Centenário da Morte de Camões”, levando sobre a linha de eixo horizontal, à esquerda, a data “1580” e, à direita, a data “1980”; o reverso é constituído pelo escudo das armas nacionais centrado sobre a esfera armilar, ornamentada esta, na sua base, com duas vergôntes de louro e circundada perifericamente na metade superior pela legenda “República Portuguesa” e na inferior, em algarismos, pelo valor facial.

Art. 2.º – 1 – O limite de emissão da moeda agora criada é fixado em 1 020 000 contos.

2 – Dentro deste limite, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda fica autorizada a cunhar 1 000 000 de moedas “flor do cunho” e 20 000 com acabamento proof destinadas estas a comercialização.

Art. 3.º As moedas são postas em circulação, em todo o território nacional, pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 4.º Todas as moedas têm curso legal mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 100 moedas de 1000\$.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 10 de Novembro de 1981. – Francisco José Pereira Pinto Balsemão.

Promulgado em 21 de Novembro de 1981.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO

### Portaria n.º 307/81

de 31 de Março

O Decreto-Lei n.º 299/80, de 16 de Agosto, autorizou a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, de moedas comemorativas da autonomia regional dos Açores.

## Apontamentos: Legislação

Nestes termos, e ao abrigo do disposto nos artigos 2.º, 3.º, 4.º e 5.º do supramencionado diploma legal:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças e do Plano, aprovar, sob proposta do Governo Regional dos Açores, a emissão de 27 milhões de escudos em moedas de 100\$ alusivas à Região Autónoma dos Açores, em conformidade com os desenhos do verso e reverso da moeda, que junto se publicam.

Ministério das Finanças e do Plano, 5 de Fevereiro de 1981. – O Ministro das Finanças e do Plano, *João António de Morais Leitão*.



**SECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOURO**

**Decreto-Lei n.º 353/82**



de 4 de Setembro

A exemplo da iniciativa da UNICEF e do Secretariado do IYDP – International Year of Disabled Persons, de estabelecer um programa internacional de emissão de moedas para assinalar 1981 como o ano internacional das pessoas deficientes, dentro de uma vasta campanha, a nível mundial, com vista a prevenir as incapacidades, a intensificar a assistência ao deficiente e a educar o público acerca dos seus direitos e necessidades, por sugestão da CCNOD – Comissão Coordenadora Nacional dos Organismos dos Deficientes, o Governo como manifestação do real interesse que o assunto merece por parte da população portuguesa, determina que se proceda a uma emissão de moedas alusivas ao acontecimento.

Seguindo o critério adoptado pelo Secretariado do IYDP para as emissões internacionais, também a emissão nacional de moedas contempla a representação em efígie de personalidades de mérito, que, ou alcançaram posições de relevo, a despeito das suas incapacidades, ou se distinguiram pelo contributo científico que puseram à disposição dos deficientes. É assim que a escolha recaiu sobre o nome de 2 portugueses ilustres: António Feliciano de Castilho, intelectual de grande prestígio na cultura portuguesa do século passado, e Jacob Rpdrigues Pereira, judeu de origem portuguesa, considerado um dos beneméritos da humanidade por ter sido o iniciador de um método de ensino para surdos-mudos e autor da obra *Observations sur les sourdes-muets*, publicada em França no ano de 1762.

Assim, e com o acordo do Banco de Portugal, nos termos do artigo 12.º, n.º 2, da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 201º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º - 1- É criada uma colecção de moedas comemorativas do Ano Internacional do Deficiente, constituída por 2 moedas metálicas de valores faciais de 25\$ e 100\$.

2 – Dos lucros da amoedação reverte para o Ministério dos Assuntos Sociais a importância de 50 000 contos, destinada à criação de programas de reabilitação de deficientes.

As moedas dos respectivos valores faciais serão cunhadas segundo as características técnicas definidas nos Decretos-Leis n.ºs 847/76, de 15 de Dezembro, 534/77, de 30 de Dezembro, 519-R/79, de 28 de Dezembro e 299/80 de 16 de Agosto, que se resumem:

Moeda de 25\$ - liga de 75% de cobre e 25% de níquel, diâmetro: 28,5mm; peso: 11g; tolerância no título:  $\pm 1,5\%$ , e no peso:  $\pm 2\%$ ; bordo serrilhado;

Moeda de 100\$ - liga de 75% de cobre e 25% de níquel, diâmetro: 34mm; peso: 16,5g; tolerância no título e no peso:  $\pm 1,5\%$ ; bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1- Os desenhos dos aversos apresentam no centro do campo o escudo das armas nacionais, orlado na parte superior pela legenda “República Portuguesa” e na parte inferior pela inscrição do respectivo valor facial em algarismos: 25\$ e 100\$.

2 - Os reversos ostentam a legenda circular comum, na orla superior, “Ano Internacional do Deficiente 1981” em 2 linhas e na orla inferior “Trabalho-Reabilitação”.

No campo, os desenhos são:

Na moeda de 25\$ - a efígie de Jacob Rodrigues Pereira, interrompendo a legenda na orla inferior, e , à direita, o seu nome e as eras “1715-1780”, em 5 linhas;

Na moeda de 100\$ - a efígie de António Feliciano de Castilho, interrompendo a legenda na orla inferior, e, à esquerda, o seu nome e as eras “1800-1885”, em 6 linhas.

Art. 3.º É autorizada a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., a cunhar, até aos limites de 2 000 000 e 1 000 000, respectivamente, a moeda comemorativa do Ano Internacional do Deficiente, dos valores faciais de 25\$ e 100\$.

Art. 4.º As moedas criadas por este decreto-lei têm curso legal, mas ninguém pode ser obrigado a receber em qualquer pagamento, mais de 2000\$ ou 4000\$, conforme os casos, em moedas de 25\$ ou 100\$.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de Julho de 1982. – *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*.

Promulgado em 26 de Agosto de 1982.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

### **Decreto-Lei n.º 354/82**

de 4 de Setembro

A modalidade desportiva de hóquei em patins, praticado em Portugal desde 1922, é um dos desportos pelo qual os Portugueses têm mostrado grande entusiasmo e em cuja prática bastantes atletas se têm distinguido, tendo mesmo as selecções nacionais, a partir de 1947, atingido posição de grande notoriedade ao saírem vencedoras em largas dezenas de provas internacionais, nomeadamente nos campeonatos do mundo e nas taças das nações.

Estas circunstâncias, ligadas aos factos de, neste ano de 1982, passarem 60 anos sobre o início da prática da modalidade em Portugal, de se ter realizado em território nacional o XXV Campeonato Mundial de Hóquei em Patins e de a equipa portuguesa se haver consagrado campeã mundial, justificariam, só por si, que se assinalasse aquela importante realização desportiva com uma emissão de moedas correntes comemorativas, o que já era, de há tempo, intenção do Governo, agora concretizada.

Assim, e com o acordo do Banco de Portugal, nos termos do artigo 12.º, n.º 2, da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 201º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É criada uma colecção de moedas comemorativas do XXV Campeonato Mundial de Hóquei em Patins, constituída por 4 moedas metálicas de valores faciais de 1\$, 2\$50, 5\$ e 25\$.

2 – As moedas dos respectivos valores faciais serão cunhadas segundo as características técnicas definidas nos Decretos-Leis n.ºs 545/80, de 17 de Novembro, para as moedas de 1\$, 45 129, de 12 de Julho de 1963, para as moedas de 2\$50 e 5\$, e 847/76, de 15 de Dezembro, 534/77, de 30 de Dezembro, e 519-R/79, de 28 de Dezembro, para a moeda de 25\$, que se resumem:

Moeda de 1\$ - liga latão-níquel: 79% de cobre, 20% de zinco e 1% de níquel; diâmetro: 18mm; peso: 3g; tolerância no título e no peso:  $\pm 1,5\%$ ; bordo não serrilhado;

Moeda de 2\$50 – liga cuproníquel: 75% de cobre e 25% de níquel; diâmetro: 20mm; peso 3,5g; tolerância no título e no peso  $\pm 1,5\%$ ; bordo serrilhado;

Moeda de 5\$ – liga cuproníquel: 75% de cobre e 25% de níquel; diâmetro: 24,5mm; peso 7g; tolerância no título e no peso  $\pm 1,5\%$ ; bordo serrilhado;

Moeda de 25\$ – liga cuproníquel: 75% de cobre e 25% de níquel; diâmetro: 28,5mm; peso 11g; tolerância no título:  $\pm 1,5\%$ ; e no peso:  $\pm 2\%$ ; bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 – Os desenhos dos aversos apresentam no centro do campo o escudo das armas nacionais, orlado na parte superior pela legenda “República Portuguesa” e na parte inferior pela inscrição do respectivo valor facial em algarismos: 1\$, 2\$50, 5\$ e 25\$.

2 – Os reversos ostentam a legenda circular comum, na orla inferior “Mundial Hóquei” e na parte superior a inscrição abreviada da era “82” em linha.

No campo, os motivos representados são:

Na moeda de 1\$ - jogador em posição de arranque;

Na moeda de 2\$50 - jogador em posição de passe;

Na moeda de 5\$ - jogador em posição de remate;

Na moeda de 25\$ - guarda-redes em posição de defesa.

Art. 3.º É autorizada a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., a cunhar, até ao limite de 8 000 000, a moeda agora criada, no limite de 2 000 000 por cada um dos valores faciais fixados.

Art. 4.º Estas moedas, embora comemorativas, têm curso legal, mas ninguém pode ser obrigado a receber em qualquer pagamento, mais de 500\$ em moedas de 1\$, 2\$50 e 5\$ ou mais de 2000\$ em moedas de 25\$.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de Julho de 1982. – *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*.

Promulgado em 26 de Agosto de 1982.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO**

**Decreto-Lei n.º 22/83**

de 22 de Janeiro

O Decreto-Lei n.º 353/82, de 4 de Setembro, criou uma colecção de moedas comemorativas do Ano Internacional do Deficiente, constituída por 2 moedas metálicas dos valores faciais de 25\$ e de 100\$, com as efígies de Jacob Rodrigues Pereira e de António Feliciano de Castilho, respectivamente.

Considerando que o n.º 2 do artigo 2.º do referido diploma menciona a efígie de Jacob Rodrigues Pereira para o desenho da moeda de 25\$ e a de António Feliciano de Castilho para o da moeda de 100\$, quando se pretendia o inverso:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. O artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 353/82, de 4 de Setembro, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 2.º - 1 - .....  
2 – Os reversos ostentam a legenda circular comum, na orla superior, “Ano Internacional do Deficiente 1981”, em 2 linhas, e, na orla inferior, “Trabalho-Reabilitação”.

No campo, os desenhos são:

Na moeda de 25\$ - a efígie de António Feliciano de Castilho, interrompendo a legenda na orla inferior, e, à esquerda, o seu nome e as eras “1800-1885”, em 6 linhas;

Na moeda de 100\$ - a efígie de Jacob Rodrigues Pereira, interrompendo a legenda na orla inferior, e, à direita, o seu nome e as eras “1715-1780”, em 5 linhas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 28 de Dezembro de 1982 – *Francisco José Pereira Pinto Balsemão – João Maurício Fernandes Salgueiro.*

Promulgado em 11 de Janeiro de 1983.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO**

**Secretaria de Estado do Tesouro**

**Decreto-Lei n.º 84/83**

de 11 de Fevereiro

Desde 1954 que sob os auspícios do Conselho da Europa se têm realizado em diversas capitais da Europa exposições de arte. Estas exposições, que anteriormente se confinavam a temas de arte europeia, passaram, a partir da XVI Exposição, que se realizou em Florença, a abranger aspectos relacionados com a ciência e a cultura, tendo por finalidade realçar a herança cultural europeia e alicerçar o fundo comum da civilização que neste continente se desenvolveu ao longo da história.

Neste novo contexto se insere a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, a inaugurar em Lisboa em 7 de Maio de 1983 e subordinada ao tema “Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento”.

~ Pela própria temática, esta exposição extravasa os limites do continente europeu, exemplificando a recolha e expansão mútua com influência em novos espaços extra-europeus, o que naturalmente lhe vem dar um carácter universal.

Considera por isso o Governo dever assinalar tão importante realização cultural com a emissão de 3 moedas comemorativas, em cujos reversos serão representadas faces de outras moedas ligadas a momentos dos mais significativos na epopeia de Portugal e na história da civilização: conquista dos mercados do ouro africano, assinalada pelo “meio escudo” de ouro, de Ceuta, de D. Afonso V; partida da armada de Vasco da Gama para a Índia, assinalada pelo “português” de ouro, de D. Manuel I; expansão comercial na época dos Descobrimentos, assinalada pelo “índio” de prata, de D. Manuel I.

Assim, e com o acordo do Banco de Portugal, nos termos do artigo 12.º, n.º 2, da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 201º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É criada uma colecção de moedas comemorativas da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, constituída por 3 moedas metálicas de valores faciais de 500\$, 750\$ e 1000\$.

2 – Dos lucros da amoedação, 262 000 contos são postos pelo Ministério das Finanças e do Plano à disposição do Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, criado pelo Decreto-Lei n.º 244/80, de 22 de Julho, para fazer face aos encargos decorrentes da realização do mesmo acontecimento.

Art. 2.º As moedas dos respectivos valores faciais são em liga de prata, com toque de 835‰, e com mais as seguintes características:

## Apontamentos: Legislação

Na moeda de 500\$ - diâmetro: 25mm; peso: 7g; tolerância no toque e no peso de mais ou menos 5°/oo; bordo serrilhado;

Na moeda de 750\$ - diâmetro: 30mm; peso: 12,5g; tolerância no toque e no peso de mais ou menos 5°/oo; bordo serrilhado;

Na moeda de 1000\$ - diâmetro: 34mm; peso: 21g; tolerância no toque e no peso de mais ou menos 5°/oo; bordo serrilhado;

Art. 3.º - 1 – O anverso de cada uma das denominações é constituído na parte superior do campo central pela representação da cruz de Cristo, na parte inferior do mesmo campo pelo desenho do astrolábio, símbolo adoptado para a XVII Exposição, ficando ambas as figuras assentes sobre o desenhada esfera armilar, ladeada pela era em algarismos separados: 19-83. Por baixo da esfera armilar o valor facial em algarismos.

Na orla superior da moeda a legenda “República Portuguesa” e na orla inferior a legenda “Descobrimentos – Renascimento”, legendas essas separas por 2 florões.

2 – Nos reversos de cada uma das moedas são reproduzidas uma das faces das seguintes moedas portuguesas da época dos Descobrimentos:

Na moeda de 500\$ - reverso do “meio escudo” de ouro, de Ceuta, de D. Afonso V;

Na moeda de 750\$ - anverso do “índio” de prata, de D. Manuel I;

Na moeda de 1000\$ - anverso do “português” de ouro, de D. Manuel I.

Art. 4.º - 1 – O limite da emissão da moeda agora criada é fixado em 585 000 000\$.

2 – Dentro deste limite a Imprensa Nacional-Casa da Moeda fica autorizada a cunhar 250 000 de cada um dos valores faciais em moeda corrente e a proceder à cunhagem de 10 000 colecções com acabamento *proof*, destinadas estas a comercialização pela própria Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Art. 5.º As moedas são postas em circulação em todo o território nacional pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 6.º Todas as moedas terão curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 5000\$, 7500\$ e 10 000\$ em moedas de 500\$, 750\$ e 1000\$, respectivamente.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 6 de Janeiro de 1983 – *Francisco José Pereira Pinto Balsemão – João Maurício Fernandes Salgueiro.*

Promulgado em 27 de Janeiro de 1983.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 28 de Janeiro de 1983.

O Primeiro-Ministro, *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*.

**SECRETARIA DE ESTADO DO TESOURO**

**Decreto-Lei n.º 70/84**

de 27 de Fevereiro

A Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) decidiu organizar, em 1984, a Conferência Mundial sobre Gestão e Desenvolvimento das Pescas.

Esta Conferência terá como principal objectivo alertar a opinião internacional para a necessidade de uma exploração racional dos recursos pesqueiros, por forma a melhorar as condições de vida das populações.

Como uma das formas de sensibilização da opinião pública, o Governo decidiu, com o acordo do Banco de Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 644/75, de 15 de Novembro, autorizar a emissão de uma moeda comemorativa desta iniciativa.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E, P., de uma moeda comemorativa, do valor facial de 250\$00, alusiva à Conferência Mundial sobre Gestão e Desenvolvimento das Pescas, promovida pela Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO).

Art. 2.º O valor total da emissão é limitado a 55500000\$00.

Art. 3.º Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, poderão ser emitidas até 200000 moedas de liga de cupro-níquel, na proporção de 75% de cobre e de 25% de níquel, com acabamento brilhante não circulado (BNC), e até 22000 moedas de prata, com acabamento *proof*, de toque 925 (por mil).

Art. 4.º Todas as moedas serão serrilhadas, com o diâmetro de 37 mm e o peso de 23 g, sendo as tolerâncias, no peso e na liga, de (mais ou menos) 1,5% para as de cupro-níquel e de 5 (por mil) para as de prata.

Art. 5.º - 1 - O desenho do reverso da moeda apresenta, no centro do campo, o escudo das armas nacionais, orlado na parte superior pela legenda “República Portuguesa” e na parte inferior pela inscrição do respectivo valor facial, de 250\$00, em algarismos.

2 - O desenho do reverso representa um cardume, em forma de cunha, apontada da esquerda para a direita, e a legenda “FAO - CONFERÊNCIA MUNDIAL DE PESCAS, 1983-1984”, na orla, nascendo na parte superior e terminando na parte inferior do cardume.

3 - Intercalado na legenda, na orla inferior da moeda, figura o símbolo da FAO relativo à Conferência.

Art. 6.º A Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada, nos termos do Decreto-Lei 176/83, de 3 de Maio, a proceder à comercialização da totalidade desta emissão.

Art. 7.º As moedas são postas em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 8.º A moeda cunhada ao abrigo deste diploma tem curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 50 moedas de 250\$00.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 9 de Fevereiro de 1984.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*. - O Vice-Primeiro-Ministro, *Carlos Alberto da Mota Pinto*. - O Ministro das Finanças e do Plano, *Ernâni Rodrigues Lopes*.

Promulgado em 20 de Fevereiro de 1984.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 21 de Fevereiro de 1984.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

## **PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO**

### **Decreto-Lei n.º 123-A/84**

de 16 de Abril

Comemorando-se no próximo dia 25 de Abril 10 anos de vigência do regime democrático em Portugal, deliberou o Governo assinalar essa data histórica de restauração das liberdades individuais e colectivas através de uma moeda comemorativa do 10.º aniversário da revolução do 25 de Abril de 1974.



Nesse sentido, o Governo decidiu, com o acordo do Banco de Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro, autorizar a emissão da referida moeda.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 201º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa do 10.º aniversário da revolução de 25 de Abril de 1974, do valor facial de 25\$.

2 – A moeda referida no número anterior será cunhada segundo as características técnicas definidas nos Decretos-Leis n.ºs 847/76, 534/77 e 519-R/79, respectivamente de 15, 30 e 28 de Dezembro, e que se resumem:

Liga de cupro-níquel, na proporção de 75% de cobre e de 25% de níquel; diâmetro: 28,5mm; peso 11g; tolerância no título:  $\pm 1,5\%$ ; e no peso:  $\pm 2\%$ ; bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 – O desenho do anverso apresenta, no campo, junto à orla inferior, o escudo das armas nacionais encimado por 2 ondas e orlado pela legenda “1974 – República Portuguesa – 1984”.

2 – O desenho do reverso apresenta, no campo, junto à orla superior, o número 25, em algarismos, sobreposto à inscrição, em 2 linhas, “Abril 1984” e orlado lateralmente pelas legendas “Democraci”, à esquerda, e “Liberdade”, à direita, e, na parte inferior, o valor facial de “25 escudos”.

Art. 3.º - 1 – O limite da emissão desta moeda comemorativa é fixado em 50 000 000\$.

2 – Dentro do limite fixado no número anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., fica autorizada a cunhar 20 000 espécimes numismáticos, com acabamento superficial “flor de cunho”, destinados a comercialização pela própria empresa, nos termos do Decreto-Lei n.º 176/83, de 3 de Maio.

Art. 4.º A moeda será posta em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 5.º A moeda cunhada ao abrigo deste diploma tem curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 2000\$ nesta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 5 de Abril de 1984 – *Mário Soares – Ernâni Rodrigues Lopes.*

Promulgado em 13 de Abril de 1984.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 16 de Abril de 1984.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO**

**Secretaria de Estado do Tesouro**

**Decreto-Lei n.º 127/84**

de 26 de Abril

Desde 1974 que a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) institui o dia 16 de Outubro para ser comemorado como o “Dia Mundial da Alimentação”.

Tal acto tem por finalidade chamar a atenção de todos os países membros para a degradação que, neste domínio, existe no Mundo. De facto, mais de 500 milhões de seres humanos padecendo de mal-nutrição e milhares de outros morrendo diariamente de fome são situações de tal modo angustiantes que tudo o que se faça para alertar a consciência individual dos novos é pouco para tão grande flagelo que assola a Humanidade.

Em Portugal, as comemorações destinadas a assinalar o dia 16 de Outubro de 1983 incluíram diversas acções, entre as quais a provisão do lançamento de uma colecção de moedas comemorativas.

Nesse sentido, o Governo decidiu, com o acordo do Banco de Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro, autorizar a emissão das referidas moedas.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 201º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma colecção de moedas comemorativas alusivas ao Dia Mundial da Alimentação, instituído pela Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), constituída por 3 moedas metálicas de valores faciais de 2\$50, 5\$ e 25\$.

2 – As moedas referidas no número anterior serão cunhadas segundo as características técnicas definidas no Decreto-Lei n.º 45 129, de 12 de Julho de 1963, para as moedas de 2\$50 e 5\$, e nos Decretos-Leis n.ºs 847/76, de 15 de Dezembro, 534/77, de 30 de Dezembro, e 519-R/79, de 28 de Dezembro, para a moeda de 25\$, que se resumem:

Moeda de 2\$50:

## Apontamentos: Legislação

liga cuproníquel: 75% de cobre e 25% de níquel; diâmetro: 20mm; peso 3,5g; tolerância no título e no peso  $\pm 1,5\%$ ; bordo serrilhado;

Moeda de 5\$:

liga cuproníquel: 75% de cobre e 25% de níquel; diâmetro: 24,5mm; peso 7g; tolerância no título e no peso  $\pm 1,5\%$ ; bordo serrilhado;

Moeda de 25\$:

liga cuproníquel: 75% de cobre e 25% de níquel; diâmetro: 28,5mm; peso 11g; tolerância no título:  $\pm 1,5\%$ ; e no peso:  $\pm 2\%$ ; bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 – Os desenhos dos anversos apresentam, no centro do campo, o escudo das armas nacionais, orlado na parte superior pela legenda “República Portuguesa” e na parte inferior pela inscrição dos respectivos valores faciais de 2\$50, 5\$ e 25\$, em algarismos.

2 – O reverso da moeda de valor facial de 2\$50 contém, no lado esquerdo do campo, uma maçaroca de milho, meia desfolhada, e, no lado direito e ao centro, em 2 linhas, as iniciais FAO e a era de 1983.

3 – O reverso da moeda de valor facial de 5\$ ostenta a legenda circular “Dia Mundial da Alimentação”, na orla superior do campo, e, na orla inferior, “16 de Outubro de 1983”; no centro do campo apresenta a imagem lateral de uma vaca, encimada pelas iniciais FAO.

4 – O reverso da moeda de valor facial de 25\$ apresenta, na orla superior direita da face, a legenda circular “Alimentos para todos”; o centro do campo é preenchido, na parte inferior e estendendo-se da esquerda para a direita, com a figuração de um peixe em forma curva, encimado, à esquerda, pelas iniciais FAO e pela era de 1983.

Art. 3º - 1 – O limite desta emissão é fixado em 3 000 000 de moedas, com o máximo de 1 000 000 de moedas para cada um dos respectivos valores faciais.

2 – Dentro dos limites fixados no número anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., fica autorizada a cunhar espécimes numismáticos com acabamento brilhante não circulante (BNC), até ao máximo de 50 000 colecções, destinadas a comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 176/83, de 3 de Maio.

Art. 4.º As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 500\$ em moedas de 2\$50 e de 5\$ nem mais de 2000\$ em moedas de 25\$.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 5 de Abril de 1984 – *Mário Soares – Ernâni Rodrigues Lopes.*

Promulgado em 13 de Abril de 1984.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 16 de Abril de 1984.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO**

**Decreto-Lei n.º 183/84**

de 28 de Maio

Em 1979 fez 20 anos que a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou a Declaração sobre os Direitos da Criança.

Não só para comemorar tal aniversário como para chamar a atenção de todos – governos, instituições e particulares – para a ainda lamentável situação de centenas de milhares de crianças carecidas de alimentos, habitação e cuidados de saúde, foi 1979 declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como Ano Internacional da Criança.

O Governo, como forma de assinalar aquele acontecimento e de criar uma maior sensibilidade para iniciativas que visem o benefício das crianças mais necessitadas, decidiu, com o acordo do Banco de Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro, promover a emissão de uma moeda comemorativa alusiva ao tema Ano Internacional da Criança – 1979.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda E. P., de uma moeda comemorativa do Ano Internacional da Criança – 1979, de valor facial de 25\$.

Art. 2.º A moeda referida no artigo anterior será cunhada segundo as características técnicas definidas nos Decretos-Leis n.ºs 847/76, de 15 de Dezembro, 354/77, de 30 de Dezembro, e 519-R/79, de 28 de Dezembro, e que se resumem:

Liga de cupro-níquel, na proporção de 75% de cobre e de 25% de níquel; diâmetro de 28,5 mm; peso de 11 g; tolerâncias de  $\pm 1,5\%$  no título e de  $\pm 2\%$  no peso; bordo serrilhado.

Art. 3.º - 1 – O anverso apresenta, no centro do campo, o escudo das armas nacionais, orlado na parte superior pela legenda “República Portuguesa” e na parte inferior pela inscrição do respectivo valor facial de 25\$, em algarismos.

2 – O reverso apresenta, no centro do campo, o perfil de um rosto de mulher, ligeiramente sobreposto a um rosto de criança de frente; na orla superior a legenda “Dá-me o teu amor” e na orla inferior a legenda “ANO I. CRIANÇA – 1979”.

## Apontamentos: Legislação

Art. 4.º - 1 – O valor total da emissão é fixado em 25 000 000\$.

2 – Dentro do limite fixado no número anterior, a Imprensa Nacional – Casa da Moeda E. P., fica autorizada a cunhar até 50 000 espécimes numismáticos com acabamento brilhante não circulado (BNC), destinadas a comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 176/83, de 3 de Maio.

Art. 5.º A moeda cunhada ao abrigo deste diploma tem curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 2000\$ desta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 3 de Maio de 1984. – *Mário Soares – António de Almeida Santos – Alípio Barrosa Pereira Dias.*

Promulgado em 13 de Maio de 1984.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 14 de Maio de 1984.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares.*

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO

#### Secretario de Estado do Tesouro

#### Decreto-Lei n.º 17-A/86

de 6 de Fevereiro

Decorrendo em 1985 o cinquentenário da morte de Fernando Pessoa, poeta maior da língua portuguesa e embaixador privilegiado da nossa cultura no mundo, através de uma poesia ao mesmo tempo clássica e moderna, nacional e universal, desmultiplicada numa pluralidade de heterónimos singulares considera-se da maior oportunidade assinalar esta efeméride com uma emissão de moeda comemorativa.

Prossegue-se, deste modo, uma política de emissões monetárias que vem dando especial relevo a grandes acontecimentos e vultos da história e cultura portuguesas, ao mesmo tempo que torna possível a circulação em grande escala da criação plástica de importantes artistas nacionais, a quem tem sido encomendada a concepção de tais moedas comemorativas.

Assim, e com o acordo do Banco de Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa do cinquentenário da morte do poeta Fernando Pessoa, com o valor facial de 100\$.

2 – A moedas referida no número anterior será cunhada em liga de cupro-níquel 75/25, com 34 mm de diâmetro de 16,5gde peso, com uma tolerância de  $\pm 1,5\%$  no título e no peso, e terá bordo serrilhado.

Art. 2º - 1 – A gravura do anverso apresenta, no campo, o escudo das armas nacionais, na metade superior, e o valor facial “100\$” em duas linhas, na metade inferior, circundado pela legenda “República Portuguesa”.

2 – A gravura do reverso apresenta, no campo, quatro efígies sobrepostas do poeta, confrontadas à direita com o mar, um veleiro e aves, orladas pela legenda “1888 – Poeta Fernando Pessoa – 1935 – 1985”.

Art 3.º O limite da emissão desta moeda comemorativa é fixado em 50 500 000\$.

Art. 4.º - 1 – Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 20 000 espécimes numismáticos de liga de cupro-níquel com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 5000 espécimes numismáticos de liga de prata toque de 925 ‰ com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 176/83, de 3 de Maio.

2 – Os espécimes numismáticos de prata referidos no número anterior serão serrilhados, com o diâmetro de 34 mm e o peso de 16,5 g, sendo as tolerâncias no peso e na liga de 5 ‰.

Art. 5.º A moeda é posta em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 6.º A moeda cunhada ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 1000\$ nesta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 16 de Janeiro de 1986. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Miguel José Ribeiro Cadilhe*.

Promulgado em 27 de Fevereiro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 31 de Janeiro de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

de 6 de Fevereiro

O Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias, cuja assinatura teve lugar a 12 de Junho de 1985, entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1986.

No sentido de assinalar de forma perene tal acontecimento, de tão grandes repercussões sociais e económicas para o povo português, o Governo, por sugestão do Conselho Numismático da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, deliberou promover a emissão de uma moeda comemorativa corrente, de grande circulação pública, alusiva à adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

Assim, e com o acordo do Banco de Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 201º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa da Adesão de Portugal às Comunidades Europeias, com o valor facial de 25 \$.

2 – A moedas referida no número anterior será cunhada em liga de cupro-níquel 75/25, com 28,5mm de diâmetro de 11g de peso, com uma tolerância de  $\pm 1,5\%$  no título e  $\pm 2\%$  no peso, e terá bordo serrilhado.

Art. 2º - 1 – A gravura do anverso apresenta, no campo, o escudo das armas nacionais, orlado pela legenda “\* República Portuguesa \* 25\$”.

2 – A gravura do reverso apresenta, no campo e prolongando-se até à orla inferior, 12 tiras encanastradas formando um quadrado – simbolizando a contribuição de cada um dos 12 países comunitários na construção de um tecido social e económico homogéneo – orlado superiormente pela legenda “PORTUGAL :: EUROPA” e a era “1986” sobre o lado direito.

Art 3.º O limite da emissão desta moeda comemorativa é fixado em 125 125 000\$.

Art. 4.º - 1 – Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 10 000 espécimes numismáticos de liga de cupro-níquel com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 5000 espécimes numismáticos de liga de prata toque de 925 ‰ com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 176/83, de 3 de Maio.

2 – Os espécimes numismáticos de prata referidos no número anterior serão serrilhados, com o diâmetro de 28,5mm e o peso de 11g, sendo as tolerâncias no peso e na liga de 5 ‰.

Art. 5.º A moeda é posta em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 6.º A moeda cunhada ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 2000\$ nesta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 16 de Janeiro de 1986. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Miguel José Ribeiro Cadilhe*.

Promulgado em 27 de Fevereiro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 31 de Janeiro de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO

### Secretario de Estado do Tesouro

#### Decreto-Lei n.º 47/86

de 11 de Março

De entre as datas da História de Portugal cuja lembrança permanece inalterada na memória das gerações, o dia 14 de Agosto de 1385 sempre mereceu celebrações especiais, evocativas de um notável feito de armas que permitiu a manutenção da independência e a afirmação da unidade nacional.

No ano em que se completa o 6.º centenário da Batalha de Aljubarrota e no âmbito das comemorações nacionais realizadas, pretende-se homenagear duas figuras ímpares desse período da nossa memória colectiva pela emissão de moedas comemorativas alusivas à aclamação de D. João, metre de Avis, como rei de Portugal (Cortes de Coimbra, 6 de Abril de 1385) e ao Condestável D. Nuno Álvares Pereira, que consubstancia a valentia do exército português nos campos de Aljubarrota.

Assim, e com o acordo do Banco de Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma colecção de duas moedas comemorativas da aclamação de D. João I e da Batalha de Aljubarrota, com valores faciais de 25\$ e 100\$.

2 – As moedas referidas no número anterior serão cunhadas segundo as características técnicas definidas no Decreto-Lei n.º 847/76, 534/77 e 519-R/79, respectivamente de 15, 30 e 28 de Dezembro, para a moeda de 25\$, e 299/80 e 326/81, respectivamente de 16 de Agosto e 4 de Dezembro, para a moeda de 100\$, que se resumem:



Moeda de 25\$ - liga cupro-níquel: 75/25; diâmetro: 28,5mm; peso 11g; tolerâncias de  $\pm 1,5\%$  no título e de  $\pm 2\%$  no peso; bordo serrilhado;

Moeda de 100\$ - liga de cupro-níquel, 75/25; diâmetro: 34mm; peso 16,5g; tolerâncias de  $\pm 1,5\%$  no título e no peso; bordo serrilhado

Art. 2.º - 1 – As gravuras dos anversos apresentam, no campo, o escudo das armas nacionais, encimado pelo respectivo valor facial em algarismos, 25\$ e 100\$, sobreposto numa esfera armilar, circundada na parte centro inferior pela legenda “República Portuguesa”.

2 – As gravuras dos reversos apresentam:

Na moeda de 25\$ - a figura de D. João I, no centro do campo, sentado de frente no seu trono, coroado e empunhando o ceptro com a mão direita. Lateralmente, dois escudos, à esquerda o das armas reais e à direita o da inicial do seu nome, coroada, como aparece representada nas moedas deste reinado;

Na orla inferior a legenda “Cortes de Coimbra” e na orla superior a legenda “1385 – D. João I – 1985”;

Na moeda de 100\$ - a figura do Condestável de Portugal, no centro do campo, de frente e de pé, com armadura e segurando a espada junto ao peito. Lateralmente, duas colunas que sustentam a inscrição em arco “D. Nuno Álvares Pereira”; e na parte inferior, o seu elmo. Nas orlas laterais a legenda “ : 1385 : Batalha de Aljubarrota : 1985 : ”.

Art 3.º O limite da emissão destas moedas comemorativas é fixado em 65 625 000\$, sendo, respectivamente, 52 500 000\$ em moeda de 100\$ e 13 125 000\$ em moeda de 25\$.

Art. 4.º - 1 – Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 20 000 colecções de espécimes numismáticos de prata, de cada um dos valores faciais, com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 5000 colecções de espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*Proof*), destinadas à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 176/83, de 3 de Maio.

2 – Os espécimes numismáticos de prata referidos no número anterior serão cunhados em liga de prata de 925‰ e com as seguintes características:

Na moeda de 25\$ - diâmetro: 28,5mm; peso 11g; tolerâncias no título e na liga, 5‰; bordo serrilhado;

Moeda de 100\$ - diâmetro: 34mm; peso 16,5g; ; tolerâncias no título e na liga, 5‰; bordo serrilhado.

Art. 5.º As moedas são postas em circulação pelo Estado, por intermédio do Banco de Portugal.

Art. 6.º As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 2000\$ e 1000\$ em moedas de 25\$ e 100\$, respectivamente.

## Apontamentos: Legislação

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 30 de Janeiro de 1986. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Miguel José Ribeiro Cadilhe*.

Promulgado em 13 de Fevereiro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 19 de Fevereiro de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.



**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Secretário de Estado do Tesouro**

**Decreto-Lei n.º 76-A/86**

de 30 de Abril

De entre as modalidades desportivas de maior prática e popularidade em Portugal o futebol ocupa lugar de particular destaque, não só pelo elevado número de desportistas praticantes, amadores e profissionais, como também e sobretudo pelo entusiasmo com que este desporto é acompanhado pelos Portugueses como espectáculo-competição entre as muitas dezenas de clubes federados.

A circunstância de a selecção nacional de futebol se ter qualificado para participar na fase final do 13º Campeonato Mundial de Futebol, a realizar neste ano de 1986 no México, facto que desde 1966 não acontecia, aliada ao reconhecimento por parte do Governo do relevante contributo dos clubes desportivos e suas federações para o fomento desportivo em Portugal, justifica que se assinale a participação da selecção das quinas no 13º Campeonato Mundial de Futebol com a emissão de uma moeda comemorativa.

Assim, e com o acordo do Banco de Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa alusiva à participação da selecção nacional de futebol no 13.º Campeonato Mundial de Futebol, México, com o valor facial de 100\$.

2 – A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de cuproníquel 75/25, com 34mm de diâmetro, com 16,5g de peso, com uma tolerância de  $\pm 1,5\%$  no título e no peso e com bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 – A gravura no anverso apresenta, na metade superior do campo, as armas nacionais laureadas, ladeadas pela era 19-86 e circundadas pela legenda “República Portuguesa”; na metade inferior do campo, o valor facial “100 escudos”.

2 – A gravura do reverso apresenta, no campo, as figuras de dois jogadores em despique pela posse do esférico, sobrepondo-se a uma baliza no fundo e ladeadas pela legenda “XIII Mundial de Futebol” – “México 86”; junto à orla, na parte inferior, o emblema da selecção nacional de futebol.

Art. 3.º O limite da emissão desta moeda comemorativa é fixado em 61 000 000\$.

Art. 4.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 100 000 espécimes numismáticos de prata, com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 10 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*Proof*), destinadas à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 176/83, de 3 de Maio.

2 – Os espécimes numismáticos de prata referidos no número anterior serão cunhados em liga de prata de 925<sup>o</sup>/<sub>oo</sub>, com o diâmetro de 34mm, peso de 16,5g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e na liga de 5<sup>o</sup>/<sub>oo</sub>.

Art. 5.º A moeda é posta em circulação pelo Estado, por intermédio do Banco de Portugal.

Art. 6.º A moeda, cunhada ao abrigo deste diploma, tem curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 1000\$ nesta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 3 de Abril de 1986. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Miguel José Ribeiro Cadilhe*.

Promulgado em 22 de Abril de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 29 de Abril de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

## **MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

### **Secretario de Estado do Tesouro**

#### **Decreto-Lei n.º 191/86**

de 17 de Junho

Tendo passado em Dezembro de 1985 o 8.º Centenário da morte de D. Afonso Henriques, considera-se da maior oportunidade assinalar esta efeméride com a emissão de uma moeda comemorativa evocativa da sua memória.

Assim, e com o acordo do Banco de Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro, o Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa do 8.º centenário da morte de D. Afonso Henriques, com o valor facial de 100\$.

2 – A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de cuproníquel 75/25, com diâmetro: 34mm e 16,5g de peso, com uma tolerância de  $\pm 1,5\%$  no título e no peso, e terá bordo serrilhado.

## Apontamentos: Legislação

Art. 2.º - 1 – A gravura no anverso apresenta, no campo, o primitivo escudo das quinas dos reis de Portugal, de formato amendoado, ladeado por sete castelos dispersos no campo. Na orla superior a legenda “República Portuguesa”; na parte inferior do campo, o valor facial “100 Esc.” do lado direito e a era “1985” do lado esquerdo.

2 – A gravura do reverso apresenta, no campo, a efígie do rei, à esquerda, envergando cota de malha e capelo de nasal; na parte inferior esquerda, a representação de um sinal de 1139 da chancelaria de D. Afonso I, “PO-RT-VG-AL” contornando a cruz. Na orla lateral direita, a legenda “D. Afonso Henriques” e, na parte superior do campo, a era “1185”.

Art. 3.º O limite da emissão desta moeda comemorativa é fixado em 52 500 000\$.

Art. 4.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 20 000 espécimes numismáticos de prata, com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 5000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*Proof*), destinadas à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 176/83, de 3 de Maio.

2 – Os espécimes numismáticos de prata referidos no número anterior serão cunhados em liga de prata de 925‰, com o diâmetro de 34mm, peso de 16,5g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e na liga de 5‰.

Art. 5.º A moeda é posta em circulação pelo Estado, por intermédio do Banco de Portugal.

Art. 6.º A moeda cunhada ao abrigo deste diploma tem curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 1000\$ nesta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Junho de 1986. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Miguel José Ribeiro Cadilhe*.

Promulgado em 3 de Julho de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 6 de Julho de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Decreto-Lei n.º 293/86**

de 12 de Setembro

1. Os sucessivos reajustamentos do sistema de moeda metálica, criado pelo Decreto-Lei n.º 49 167, de 4 de Agosto de 1969, associados ao progressivo aumento do custo de fabrico das moedas e à alteração do seu poder de compra, conduziram a que as moedas em circulação apresentassem características técnicas e denominações desinseridas das necessidades da actual circulação monetária, pelo que se justifica a sua substituição.

O novo sistema de moedas metálicas criado pelo presente diploma será constituído por dois subsistemas de moedas, os quais, embora possam ser representativos das mesmas denominações, perseguem objectivos e exercem funções diferentes.

Por um lado, teremos o conjunto de espécimes correntes, cuja emissão visa assegurar o normal funcionamento do mercado de moeda subsidiária, e, por outro, consagra-se o conjunto de moedas de carácter comemorativo com curso legal, mas emitidas em quantidades reduzidas, pelo que não se encontrarão, normalmente, na circulação diária.

2. Quanto ao conjunto de moedas correntes, o novo sistema mantém uma referência decimal de denominações, em dois grupos de moedas, de cores diferentes, aos quais se irá associar oportunamente uma terceira liga metálica.

O primeiro grupo, de cor amarela, será constituído por moedas de latão-níquel de 1\$, 5\$ e 10\$. As moedas de 50\$ e de 200\$ mantêm as características actuais até que sejam substituídas por novos tipos de moedas com o mesmo valor facial.

O segundo grupo será constituído pelas moedas de liga de cuproníquel, de cor prateada, de 20\$ e 50\$, que irão substituir a moeda de 25\$ e as notas de 20\$ e 50\$.

3. A necessidade de permitir uma rápida distinção visual e táctil entre as moedas agora criadas e as actuais, que terão de circular conjuntamente durante algum tempo, obrigou à introdução de elementos necessários de identificação, bem como à escolha de novo desenho das suas gravuras.

Assim, as gravuras que ornamentam as novas moedas apresentam a particularidade de caracterizarem individualmente cada denominação, constituindo uma unidade plástica, tendo como base testemunhos populares e eruditos da cultura portuguesa, tais como rendas artesanais, filigranas e rosáceas, bem como testemunhos da ciência náutica que marcou o destino colectivo da Nação e que ainda hoje constituem elementos de clara identificação da moeda portuguesa.

Assim, e de acordo com o Banco de Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

### CAPÍTULO I

#### ÂMBITO

## Apontamentos: Legislação

### Artigo 1.º

#### (Constituição e caracterização)

1 – O sistema de moeda metálica é constituído pelas moedas correntes e pelas moedas comemorativas.

2 – Consideram-se moedas metálicas correntes as moedas com valores faciais de \$50, 1\$, 2\$50, 5\$, 10\$, 20\$ e 50\$, que se destinam a assegurar as necessidades da circulação monetária subsidiária e a facilitar os trocos.

3 – Consideram-se moedas metálicas comemorativas as moedas com valores faciais correntes ou outros, mas com gravuras distintas das gravuras das moedas correntes e alusivas a personalidades, factos, temas ou efemérides.

## CAPÍTULO II

### Moedas metálicas correntes

### Artigo 2.º

#### (Características técnicas)

1 – São criados novos tipos de moedas metálicas de 1\$, 5\$ e 10\$, fabricadas em liga de latão-níquel, na proporção de 79% de cobre, 20% de zinco e 1% de níquel, com a tolerância, em título e em peso, de mais ou menos 1,5% e bordo serrilhado:

- a) As moedas de 1\$ terão o diâmetro de 16 mm e o peso de 1,7 g;
- b) As moedas de 5\$ terão o diâmetro de 21 mm e o peso de 5,3 g;
- c) As moedas de 10\$ terão o diâmetro de 23,5 mm e o peso de 7,4 g.

2 – São criados novos tipos de moedas metálicas de 20\$ e 50\$, fabricadas em liga de cuproníquel, na proporção de 75% de cobre e 25% de níquel, com a tolerância, em título e em peso, de mais ou menos 2% e bordo denteado:

- a) As moedas de 20\$ terão o diâmetro de 26,5 mm e o peso de 6,9 g;
- b) As moedas de 50\$ terão o diâmetro de 31 mm e o peso de 9,4 g.

3 – As moedas de \$50 e de 2\$50 mantêm as características actuais até que sejam introduzidos novos tipos destas moedas.

### Artigo 3.º

#### (Gravuras numismáticas)

1 – A gravura comum ao averso das moedas de 1\$, 5\$ e 10\$ apresenta, no centro do campo, o escudo das armas nacionais, encimado por um nó manuelino e orlado pela legenda, da direita para a esquerda “República Portuguesa” e a era da cunhagem.

2 – A gravura do reverso da moeda de 1\$ apresenta, na metade superior do campo, uma rosácea octilobada e, na metade inferior, o valor facial “1 escudo”.

## Apontamentos: Legislação

3 – A gravura do reverso da moeda de 5\$ apresenta, na metade superior do campo, uma rosácea de treze pontos e centro cheio e, na metade inferior, o valor facial “5 escudos”.

4 – A gravura do reverso da moeda de 10\$ apresenta, na metade superior do campo, uma rosácea de quatro palmas axiais contornadas por rosetas e, na metade inferior, o valor facial “10 escudos!”.

5 – A gravura comum ao anverso das moedas de 20\$ e 50\$ apresenta, no campo limitado por um rebordo heneagonal, o escudo das armas nacionais, na parte superior, ladeado em baixo pela era da cunhagem, e, na parte inferior, o valor facial correspondente, “20 escudos” ou “50 escudos”, dispondo-se lateralmente a legenda “República Portuguesa” da esquerda para a direita.

6 – A gravura do reverso da moeda de 20\$ apresenta, no centro do campo limitado por um rebordo heneagonal, uma rosa-dos-ventos portuguesa de figuração seiscentista, da qual irradiam linhas de rumo com a cruz de Cristo assinalando o Oriente.

7 – A gravura do reverso da moeda de 50\$ apresenta, no campo limitado por um rebordo heneagonal, uma estilização de um navio português, segundo uma pintura em cerâmica de princípios do século XV, circundada por ornatos marítimos e florais.

### Artigo 4.º

#### (Limite de emissão)

1 – O limite de emissão para as moedas correntes criadas por este diploma é fixado em:

200 000 contos para a moeda de 1\$;

950 000 contos para a moeda de 5\$;

500 000 contos para a moeda de 10\$;

3 800 000 contos para a moeda de 20\$;

3 875 000 contos para a moeda de 50.

2 – Todas estas moedas serão postas a circular à medida que forem emitidas e conforme as necessidades de circulação o aconselharem.

3 – Mantêm-se os limites de emissão em vigor para as moedas de \$50 e de 2\$50.

### Artigo 5.º

#### (Espécimes numismáticos)

Dentro dos limites estabelecidos no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar, anualmente, até 50 000 colecções de moedas de 1\$, 5\$, 10\$, 20\$ e 50\$ de uma mesma era de cunhagem com acabamento superficial “brilhante não circulado” (BNC) e até 20 000 colecções das mesmas moedas com acabamento superficial



## Apontamentos: Legislação

“prova numismática” (*proof*) destinadas a comercialização nos termos do Decreto-Lei n.º 176/83, de 3 de Maio.

### Artigo 6.º

(Moeda de 1\$ de bronze)

**1** – Deixa de ter curso legal e perde o seu poder liberatório, a partir de 31 de Dezembro de 1986, a moeda de 1\$ de liga de bronze criada pelo Decreto-Lei n.º 49 167, de 4 de Agosto de 1969.

**2** – A troca da moeda referida no número anterior efectuar-se-á desde a data da entrada em vigor deste diploma, na sede do Banco de Portugal, sua filial, delegações regionais e agências, bem como nas tesourarias da Fazenda Pública, até 30 de Junho de 1987.

**3** – À medida que as tesourarias da Fazenda Pública Pública forem efectuando a troca, deverão enviar as moedas recebidas para a sede do Banco de Portugal.

### Artigo 7.º

(Curso legal e poder liberatório)

**1** – Continuam com curso legal as moedas de 1# de liga de latão-níquel e de 5\$ e 25\$ de liga de cuproníquel actualmente em circulação.

**2** – As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais do que os montantes a seguir indicados:

50\$ em moeda de \$50;

100\$ em moeda de 1\$;

250\$ em moeda de 2\$50;

500\$ em moeda de 5\$

1000\$ em moeda de 10\$

2000\$ em moeda de 20\$;

2000\$ em moeda de 50\$.

## CAPÍTULO III

Moedas metálicas comemorativas

### Artigo 8.º

(Âmbito das amoedações)

Além das moedas correntes criadas ao abrigo deste diploma, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., poderá ser autorizada a cunhar, cumulativamente, outros tipos de moedas

## Apontamentos: Legislação

metálicas destinadas a comemorar efemérides e eventos ou alusivas a temas de relevante interesse, quer regional, quer nacional ou internacional, no campo cultural, científico, humanitário, histórico, artístico e desportivo.

### Artigo 9.º

(Autorização de cunhagem e limites de emissão)

**1** – Os diplomas que autorizem a cunhagem de moedas comemorativas deverão definir as suas características técnicas, descrever as gravuras numismáticas e fixar os limites de emissão e respectivo poder liberatório.

**2** – Os limites de emissão de moedas comemorativas de valores faciais correntes serão fixados independentemente dos limites de emissão estabelecidos no artigo 4.º.

### Artigo 10.º

(Características técnicas e denominações)

**1** – As moedas comemorativas poderão ser cunhadas segundo as características técnicas estabelecidas para as moedas de tipos correntes, e ainda com os valores faciais de 100\$ e 250\$, de acordo com as seguintes características:

- a) Moeda de 100\$: liga de cuproníquel 75/25; diâmetro de 34 mm; peso de 16,5g; tolerância, no título e no peso, de mais ou menos 1,5%; bordo serrilhado;
- b) Moeda de 250\$: liga de cuproníquel 75/25; diâmetro de 37 mm; peso de 25g; tolerância, no título e no peso, de mais ou menos 1,5%; bordo serrilhado;

**2** – Poderão também ser cunhadas moedas comemorativas de ligas de metais preciosos com valores faciais de 500\$, 1000\$, 2000\$, 5000\$ e 10 000\$.

### Artigo 11.º

(Lucros das amoedações)

O Estado poderá afectar parte ou a totalidade do diferencial entre o valor facial e os custos de produção de moedas comemorativas a entidades ou fins específicos relacionados com o motivo das emissões.

## CAPÍTULO IV

Disposições Gerais

### Artigo 12.º

(Responsabilidade da emissão)

Toas as moedas metálicas correntes e comemorativas são emitidas pelo Estado e têm curso legal e poder liberatório limitado.

## Apontamentos: Legislação

### Artigo 13.º

(Lançamento em circulação)

As moedas metálicas correntes e, bem assim, as comemorativas destinadas a distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 21 de Agosto de 1986. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Miguel José Ribeiro Cadilhe*.

Promulgado em 11 de Setembro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 12 de Setembro de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Decreto-Lei n.º 224-A/87

de 3 de Junho

Considerando que, em finais de 1985, o Conselho da Europa aprovou a organização de uma campanha europeia a favor do mundo rural;

Considerando que tinha sido atribuída a Portugal a responsabilidade do seu lançamento oficial, em 12 de Junho próximo, por ocasião da V Conferência Ministerial Europeia sobre o Ambiente e da Feira Nacional da Agricultura, em sessões que decorreram em Lisboa e Santarém;

Considerando o interesse de Portugal na participação activa nesta campanha, tendo em conta a importância da componente agrária na sua economia;

Considerando ainda a importância de que se reveste uma ampla sensibilização do público para os objectivos desta campanha:

Pelo exposto, o Governo decidiu, com o acordo do Banco de Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro, autorizar a emissão de uma moeda comemorativa desta iniciativa.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

## Apontamentos: Legislação

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa da Campanha Europeia para o Mundo Rural, com o valor facial de 10\$.

2 – A moeda referida no número anterior será cunhada segundo as características técnicas definidas no Decreto-Lei n.º 293/86, de 12 de Setembro, que se resumem:

Liga de latão-níquel, na proporção de 79% de cobre, 20% de zinco e 1% de níquel; diâmetro de 23,5mm; peso de 7,4g; tolerância de  $\pm 1,5\%$  no título e no peso; bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 – A gravura do anverso apresenta, no centro do campo, o escudo das armas nacionais, encimado por um nó manuelino e orlado pela legenda, da direita para a esquerda “República Portuguesa -1987”.

2 – A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, o emblema da Campanha Europeia para o Mundo Rural, orlado por doze estrelas e circundado pela legenda, da esquerda para a direita, “Conselho da Europa – Mundo Rural”; na orla inferior, o valor facial “10\$00”.

Art. 3.º O limite da emissão desta moeda comemorativa é fixado em 20700 000\$.

Art. 4.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a INCM é autorizada a cunhar até 50 000 espécimes numismáticos com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 20 000 espécimes numismáticos com acabamento “prova numismática” (*Proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 176/83, de 3 de Maio.

Art. 5.º A moeda destinada a distribuição pública, pelo respectivo valor facial, é posta em circulação pelo Estado por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 6.º Dos lucros da amoedação, 5000 contos são postos pelo Ministério das Finanças à disposição do Ministério do Plano e da Administração do Território, para fazer face aos encargos decorrentes da realização da Campanha Europeia para o Mundo Rural, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 293/86, de 12 de Setembro.

Art. 7.º A moeda cunhada ao abrigo deste diploma tem curso legal, mas ninguém pode ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 1000\$ nesta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 21 de Maio de 1987. – *Aníbal António Cavaco Silva – Miguel José Ribeiro Cadilhe.*

Promulgado em 30 de Maio de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 2 de Junho de 1987.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva.*

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Decreto-Lei n.º 282/87**

de 24 de Junho

A passagem do cabo da Boa Esperança e a descoberta do termo austral da África representam um dos feitos mais memoráveis da história dos Descobrimentos, culminando mais de 50 anos de sucessivas e sistemáticas viagens de exploração da costa ocidental africana.

Desde 1434, ano da não menos importante viagem de Gil Eanes que permitiu ultrapassar a temerosa posta do cabo Bojador, até então considerado como limite convencional do mundo, até 1488 foram inúmeras as viagens de navegadores portugueses que contribuíram para o aperfeiçoamento da ciência náutica e para o conhecimento de novas terras, de novas gentes e de novas culturas.

Integradas nas comemorações nacionais dos 500 anos dos descobrimentos portugueses, considera-se assim da maior oportunidade assinalar algumas efemérides representativas dessas explorações marítimas com a emissão de uma série de quatro moedas comemorativas alusivas à passagem do cabo Bojador (Gil Eanes – 1434), ao reconhecimento das costas do Senegal até ao rio Gâmbia (Nuno Tristão – 1446), ao reconhecimento das costas do Sudoeste Africano (Diogo Cão – 1486) e à passagem do cabo da Boa Esperança (Bartolomeu Dias – 1488).

Assim, e de acordo com o Banco de Portugal, nos termos do .º 2 do artigo 12.º da sua Lei Orgânica aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. (INCM), de uma série de quatro moedas comemorativas alusivas às navegações e descobrimentos portugueses ao longo da costa ocidental africana, designadamente à passagem do Cabo Bojador (Gil Eanes – 1434), à descoberta do rio Gâmbia (Nuno Tristão – 1446), ao reconhecimento das costas do Sudoeste Africano (Diogo Cão – 1482-186) e à passagem do cabo da Boa Esperança (Bartolomeu Dias – 1488), com valores faciais de 100\$.

2 – Cada um das moedas referidas no número anterior será cunhada em liga de cuproníquel 75/25, com 34mm de diâmetro e 16,5 g de peso, com uma tolerância de  $\pm 1,5\%$  no título e no peso, e terá bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva a Gil Eanes apresenta, no centro do campo, o escudo das armas nacionais dentro de cercadura lisa, orlado pela legenda “República Portuguesa”, na parte superior, e pelo valor facial “100 escudos”, na parte inferior. Junto ao rebordo, uma cercadura perolada.

2 – A gravura do reverso apresenta, no campo, a figuração de uma barca portuguesa dobrando um cabo, orlado pela legenda “Gil Eanes . 1434 . Cabo Bojador”. Na orla inferior a era da moeda, “1987”, entre duas cruzes de Cristo. Junto ao rebordo, uma cercadura perolada.

Art. 3.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva a Nuno Tristão apresenta, no centro do campo, o escudo das armas nacionais sobreposto à cruz de Aviz dentro de uma cercadura lisa, orlado pela legenda “República Portuguesa”, na parte superior, e pelo valor facial “100 escudos”, na parte inferior. Junto ao rebordo, uma cercadura encordoada.

2 – A gravura do reverso apresenta, no campo, a figuração de uma caravela portuguesa de dois mastros navegando na foz de um rio. Na orla superior a legenda “Nuno Tristão” e, à direita, a inscrição “Rio Gâmbia 1446”, em três linhas. Na orla inferior, entre elementos vegetais, a era da moeda, “1987”. Junto ao rebordo, uma cercadura encordoada.

Art. 4.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva a Diogo Cão apresenta, no centro do campo, a figuração de uma medícina de um astrolábio náutico, centrada sobre uma rosa-dos-ventos donde irradiam linhas de rumo; na parte superior direita, o escudo das armas nacionais, parcialmente sobreposto sobre elementos centrais. Na orla a legenda “República Portuguesa”, na parte superior, e o valor facial, “100 Esc.”, na parte inferior entre cruzes de Cristo. Na parte inferior esquerda a era da moeda, “1987”. Junto do rebordo, uma cercadura tracejada.

2 – A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, uma rosa-dos-ventos donde irradiam linhas de rumo, sobrepondo-se a uma figuração de uma caravela portuguesa; do lado direito uma representação estilizada do mapa de África, tendo assinalados por três quinas as latitudes correspondentes à implantação de três padrões, cuja leitura é representada sobre a cercadura tracejada: 6º S., 13º S. e 22º S. Na orla inferior a legenda “Diogo Cão” e na orla lateral direita a era “1486”, separada da anterior por uma cruz de Cristo.

Art. 5.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva a Bartolomeu Dias apresenta, no centro do campo, o escudo das armas nacionais dentro de uma cercadura lisa, orlado pela legenda “República Portuguesa”; na parte inferior o valor facial “100 Escudos”. Junto ao rebordo, uma cercadura ondulada.

2 – A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, o perfil deitado do continente africano, tendo sobrepostas duas caravelas portuguesas de dois mastros, em posição vertical e simétrica. Na orla a legenda “Bartolomeu Dias . Cabo da Boa Esperança”; na parte inferior as eras “1488 \* 1988”. Junto ao rebordo, uma cercadura ondulada.

Art. 6.º O limite da emissão de cada uma destas moedas comemorativas é fixado em 112300 000\$.

Art. 7.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar de cada uma destas moedas até 50 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 22 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 30 000 espécimes numismáticos de paládio, com acabamento “brilhante não circulado” (BNC), até 2000 espécimes numismáticos de paládio com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 10 000 espécimes numismáticos de ouro com

acabamento “brilhante não circulado” (BNC), até 2000 espécimes numismáticos de ouro com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 5000 espécimes numismáticos de platina com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 2000 espécimes numismáticos de platina com acabamento “prova numismática” (*proof*) destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 176/83, de 3 de Maio.

2 – Os espécimes numismáticos de prata serão cunhados em liga de prata de 925‰, com o diâmetro de 34 mm, peso de 16,5 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e na liga de  $\pm 5$ ‰.

3 – Os espécimes numismáticos de paládio serão cunhados em metal fino 999,5‰, com o diâmetro de 34 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de  $\pm 2$ ‰.

4 – Os espécimes numismáticos de ouro serão cunhados em liga de ouro 916,6‰, com o diâmetro de 34 mm, peso de 24 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de  $\pm 3$ ‰ e na liga de  $\pm 1$ ‰.

5 – Os espécimes numismáticos de platina serão cunhados em metal fino 999,5‰, com o diâmetro de 34 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de  $\pm 2$ ‰.

Art. 8.º As moedas destinadas a distribuição pública, pelo respectivo valor facial, são postas em circulação pelo Estado, por intermédio do Banco de Portugal.

Art. 9.º À medida que estas moedas comemorativas forem postas em circulação, 75% do diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção são posoto pelo Ministério das Finanças à disposição da Comissão dos Descobrimentos Portugueses, cirada pelo Decreto-Lei n.º 391/86, de 22 de Novembro, e nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 293/86, de 12 de Setembro.

Art. 10.º As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém pode ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 1000\$ nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Junho de 1987. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Manuel Carlos Carvalho Fernandes*.

Promulgado em 8 de Julho de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 15 de Julho de 1987.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.



**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Decreto-Lei n.º 159/88**

de 13 de Maio

Em Setembro de 1988 têm lugar os XXIV Jogos Olímpicos da Era Moderna, acontecimento desportivo da maior projecção mundial e no qual Portugal participará com uma significativa delegação de atletas.

Considerando que nos Jogos Olímpicos de Los Angeles Portugal ganhou, pela primeira vez, uma medalha de ouro na modalidade de maratona masculina, facto que na antiguidade grega era celebrado pela cunhagem de moeda, considera-se oportuno recordar os sucessos dos atletas nacionais em anteriores Olimpíadas, bem como assinalar a participação portuguesa nos Jogos Olímpicos de Seul com a emissão de uma moeda comemorativa.

Ouvido o Banco de Portugal, e com respectivo acordo, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa alusiva à participação portuguesa nos Jogos Olímpicos de Seul (1988), com o valor facial de 250\$.

2 – A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de cupro-níquel 75/25, com 37mm de diâmetro, com 23 g de peso e bordo serrilhado, com uma tolerância de mais ou menos 1,5 % no título e no peso.

Art. 2.º - 1 – A gravura do anverso apresenta, no centro do campo, o escudo das armas nacionais sobreposto a uma estilização dos anéis olímpicos, tendo por baixo o valor facial, “250Esc.”, e, nas orlas laterais, a legenda “República Portuguesa”.

2 – A gravura do reverso apresenta no centro do campo um grupo de seis corredores na linha de chegada, na orla superior a legenda “XXIV Jogos Olímpicos” e na orla inferior a legenda “Seul 1988”.

Art. 3.º O limite da emissão desta moeda comemorativa é fixado em 237 500 000\$.



Art. 4.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 70 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 30 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*Proof*), destinados à comercialização, nos termos da lei.

2 – Os espécimes numismáticos de prata referidos no número anterior serão cunhados em liga de prata de 925/1000, com o diâmetro de 37 mm, peso de 28 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e na liga de mais ou menos 5‰.

Art. 5.º 20% dos lucros desta amoedação são postos pelo Ministério das Finanças à disposição do Comité Olímpico Português, para fazer face aos encargos da preparação da equipa olímpica nacional, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 293/86, de 12 de Setembro.

Art. 6.º A moeda destinada a distribuição pública pelo respectivo valor facial é posta em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 7.º A moeda cunhada ao abrigo deste diploma tem curso legal, mas ninguém pode ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 2500\$ nesta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 7 de Abril de 1988. – *Aníbal António Cavaco Silva – Miguel José Ribeiro Cadilhe – Roberto Artur da Luz Carneiro.*

Promulgado em 29 de Abril de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 4 de Maio de 1988.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva.*

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Decreto-Lei n.º 210/88

de 17 de Junho

O surgimento, com a Constituição da República de 1976, das autonomias regionais dos Açores e da Madeira traduziu-se num fenómeno inovador, susceptível de dar satisfação às aspirações de progresso e desenvolvimento económico e social das populações insulares.

Quer no plano da acção política, quer na perspectiva do desenvolvimento regional, o processo autonómico dos Açores e da Madeira tem constituído um referencial político significativo para a sociedade portuguesa, o qual importava assinalar devidamente.

Tendo ocorrido em 1986 o X Aniversário da Autonomia dos Açores, achou-se por bem assinalar essa efeméride com a emissão de uma moeda comemorativa.

Observando, o disposto no n.º 2 do artigo 12.º da sua Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro:

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa do Xaniversário da Autonomia Regional dos Açores, com o valor facial de 100\$.

2 – A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de cupro-níquel 75/25, com 34mm de diâmetro, com 16,5g de peso e bordo serrilhado, com uma tolerância de  $\pm 1,5\%$  no título e no peso.

Art. 2.º - 1 – A gravura do anverso apresenta, no campo, o brasão heráldico da Região Autónoma dos Açores, circundado pela legenda “República Portuguesa . Açores” e pelo valor facial “100 escudos” na orla inferior.

2 – A gravura do reverso apresenta, no campo, uma hortênsia, circundada pela legenda “X Aniversário da Autonomia Regional” e pela era “1986” na orla inferior esquerda.

Art. 3.º O limite da emissão desta moeda comemorativa é fixado em 78000 000\$.

Art. 4.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 20 000 espécimes numismáticos de prata, com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 10 000 exemplares de prata com acabamento “prova numismática” (*Proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

2 – Os espécimes numismáticos referidos no artigo anterior serão cunhados em liga de prata de 925‰, com o diâmetro de 34mm, peso de 16,5g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e na liga de 5‰.

Art. 5.º A moeda destinada a distribuição pública, pelo respectivo valor facial, é posta em circulação pelo Estado por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 6.º À medida que a moeda comemorativa for posta em circulação, o diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção será colocado à disposição do Governo Regional dos Açores, a título de receita regional atribuída pelo Estado, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 293/86, de 12 de Setembro.

## Apontamentos: Legislação

Art. 7.º A moeda cunhada ao abrigo deste diploma tem curso legal, mas ninguém pode ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 1000\$ nesta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 5 de Maio de 1988. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Vasco Joaquim Rocha Vieira* – *Miguel José Ribeiro Cadilhe*.

Promulgado em 27 de Maio de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 1 de Junho de 1988.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.



### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

#### Decreto-Lei n.º 144/89

de 4 de Maio

Tendo decorrido em 1987 o centenário no nascimento do pintor Amadeo de Souza-Cardoso, considerado como o precursor da arte moderna portuguesa, considera-se da maior oportunidade assinalar a efeméride com a emissão de uma moeda comemorativa.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 12 da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro:

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa do centenário do nascimento do pintor Amadeo de Souza-Cardoso, com o valor facial de 100\$.

2 – A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de cupro-níquel 75/25, com 34mm de diâmetro, com 16,5 g de peso, com uma tolerância de  $\pm 1,5\%$  no título e no peso, e terá bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 – A gravura do anverso apresenta, no lado esquerdo do campo, o escudo das armas nacionais de formato estilizado, tendo por baixo o valor facial “100 escudos”, no lado direito uma composição alegórica à pintura do artista e na orla superior a legenda “República Portuguesa”.

2 – A gravura do reverso apresenta, no campo, a efígie do pintor de frente e uma composição alegórica à pintura do artista, na parte inferior do campo as datas “1887.1918”, do lado direito e era “1987” e na orla superior a legenda “Pintor Amadeo de Souza-Cardoso”.

Art. 3.º O limite da emissão desta moeda comemorativa é fixado em 84 500 000\$.

Art. 4.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 30 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 15 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*Proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

2 – Os espécimes numismáticos de prata referidos no número anterior serão cunhados em liga de prata de 925/1000, com o diâmetro de 34 mm, peso de 16,5 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e na liga de 5‰.

Art. 5.º Dos lucros desta amoedação 20 000 contos são postos pelo Ministério das Finanças à disposição da Secretaria de Estado da Cultura para fazer face aos encargos relacionados com o Museu de Arte Moderna, no Porto, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 293/86, de 12 de Setembro.

Art. 6.º A moeda destinada a distribuição pública pelo respectivo valor facial é posta em circulação pelo Estado por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 7.º A moeda cunhada ao abrigo deste diploma tem curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 1000\$ nesta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 6 de Abril de 1989. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Miguel José Ribeiro Cadilhe*.

Promulgado em 20 de Outubro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 25 de Abril de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Decreto-Lei n.º 343/89

de 11 de Outubro

Data de 2 de Julho de 1439 a carta régia de D. Afonso V que concede licença ao infante D. Henrique para mandar povoar as sete ilhas dos Açores até então descobertas, efeméride esta que completará 550 anos em 1989.

Este acontecimento está ligado às viagens de reconhecimento e exploração efectuadas pelos Portugueses na zona atlântica, que levaram, nomeadamente, às primeiras expedições às ilhas Canárias cerca de 1336, ao descobrimento do arquipélago dos Açores (1427-c. 1452) e ao nascimento da navegação astronómica oceânica (c. 1455-1485).

Considera-se, por isso, oportuno assinalar tal efeméride, no âmbito das comemorações nacionais dos descobrimentos portugueses, com a emissão de uma série de moedas comemorativas alusivas às navegações atlânticas, designadamente as expedições portuguesas às ilhas Canárias, à redescoberta das ilhas de Porto Santo e da Madeira, ao descobrimento e povoamento do arquipélago dos Açores e ao nascimento da navegação astronómica no Atlântico.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do .º 2 do artigo 12.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro:

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. (INCM), de uma série de quatro moedas comemorativas alusivas às navegações e descobrimentos portugueses dos arquipélagos atlânticos, designadamente as expedições às Ilhas Canárias, à redescoberta das ilhas de Porto Santo e da Madeira, à descoberta e povoamento das ilhas dos Açores e ao nascimento da moderna ciência da navegação astronómica no Atlântico.

2 – Cada uma das moedas referidas no número anterior será cunhada em liga de cuproníquel 75/25, com 34mm de diâmetro e 16,5 g de peso, com uma tolerância de  $\pm 1,5\%$  no título e no peso, e terá bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva às expedições portuguesas às Ilhas Canárias apresenta, no centro do campo, o escudo das armas nacionais ladeado por duas figuras representando aborígenes canários, tendo por baixo a inscrição “Homines Sylvestres de Insula Canária” em cartela semicircular, na orla superior, a legenda “República Portuguesa”, na orla inferior, o valor facial “100\$00” entre aneletes e, junto ao rebordo, uma cercadura biselada.

2 – A gravura do reverso apresenta, no campo, a figuração de um navio português de três mastros do início do século XV navegando em direcção à ilha de Tenerife, sobre cujo pico paira uma nuvem com formato de vela latina, na orla a legenda “1336 Ilhas Canárias 1479”, a era da moeda, “1989”, entre castelos e, junto ao rebordo, uma cercadura biselada.

Art. 3.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva ao arquipélago da Madeira apresenta, no centro do campo, o escudo das armas nacionais, de contornos joaninos, parcialmente sobreposto na cruz da Ordem de Cristo, na orla superior, a legenda “República Portuguesa”, na orla inferior, o valor facial “100 escudos” entre aneletes e, junto ao rebordo, uma cercadura perolada.

2 – A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, a figuração de uma barca portuguesa de um mastro do início do século XV, portando na vela a inscrição “Avé Maria”, navegando entre as ilhas de Porto Santo e da Madeira, em representação cartográfica, na orla lateral direita, a legenda “Porto Santo 1419”, na orla lateral esquerda, a legenda “Madeira 1420”, na orla inferior, a era da moeda, “1989”, entre cruces de Cristo e, junto ao rebordo, uma cercadura perolada.

Art. 4.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva ao arquipélago dos Açores apresenta, no lado direito do campo, raiado de linhas de rumo, o escudo das armas nacionais, na orla lateral superior esquerda, a legenda “República Portuguesa”, na orla inferior, o valor facial “100\$00” entre um anelete e uma cruz de Cristo e, junto ao rebordo, uma ceracadura lisa.

2 – A gravura do reverso apresenta, no lado direito do campo, a figuração de uma caravela portuguesa de dois mastros navegando em direcção às ilhas dos Açores, representadas por nove estrelas, por baixo da caravela as datas “1427.1452”, no lado superior esquerdo, uma rosa-dos-ventos em campo raiado, alegórico à esfera armilar, na orla, a legenda “1439.1989 Arquipélago dos Açores” e, junto ao rebordo, uma cercadura lisa. .

Art. 5.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva ao nascimento da navegação astronómica no Atlântico apresenta, no centro do campo quadripartido o valor facial “100 Escudos” em duas linhas, na parte superior esquerda, o escudo das armas nacionais, na parte superior direita, uma figuração da constelação Ursa Maior com a Estrela Polar, na metade inferior, a legenda circular “República Portuguesa.1990” parcialmente sobreposta sobre uma representação de um quadrante náutico e, junto ao rebordo, uma cercadura de elementos de escala cartográfica, interrompida na parte inferior.

2 – A gravura do reverso apresenta, no centro quadripartido, uma figuração de uma caravela latina; na parte superior esquerda, um elemento graduado de um instrumento de medida regista a altura do sol; na parte inferior direita, o resultado das observações é projectado numa representação cartográfica, tendo parcialmente sobreposta uma figuração da constelação

Cruzeiro do Sul, na parte inferior esquerda, a legenda “Navegação Astronómica”, completada pela legenda “Atlântico.1455-1485” na parte superior direita, e, junto ao rebordo, uma cercadura de lementos de escala cartográfica, parcialmente interrompida nos quadrantes superior esquerdo e inferior direito.

Art. 6.º O limite da emissão de cada uma destas moedas comemorativas é fixado em 217700 000\$.

Art. 7.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar de cada uma destas moedas até 50 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “brilhante não circulado” (BNC), até 23 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 3000 espécimes numismáticos de paládio com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 10 000 espécimes numismáticos de ouro com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 1000 espécimes numismáticos de platina com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 3000 espécimes numismáticos de platina com acabamento “prova numismática” (*proof*) destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

2 – Os espécimes numismáticos de prata serão cunhados em liga de prata de 925/1000, com o diâmetro de 34 mm, peso de 21 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e na liga de  $\pm 5\text{‰}$ .

3 – Os espécimes numismáticos de paládio serão cunhados em metal fino 999,5/1000, com o diâmetro de 34 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de  $\pm 2\text{‰}$ .

4 – Os espécimes numismáticos de ouro serão cunhados em liga de ouro 916,6/1000, com o diâmetro de 34 mm, peso de 24 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de  $\pm 3\text{‰}$  e na liga de  $\pm 1\text{‰}$ .

5 – Os espécimes numismáticos de platina serão cunhados em metal fino 999,5/1000, com o diâmetro de 34 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de  $\pm 2\text{‰}$ .

Art. 8.º As moedas destinadas a distribuição pública, pelo respectivo valor facial, são postas em circulação pelo Estado, por intermédio do Banco de Portugal.

Art. 9.º À medida que estas moedas comemorativas forem postas em circulação, 100% do diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção são postos pelo Ministério das Finanças à disposição da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, criada pelo Decreto-Lei n.º 391/86, de 22 de Novembro, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 293/86, de 12 de Setembro.

Art. 10.º As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém pode ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 1000\$ nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 31 de Agosto de 1989. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Miguel José Ribeiro cadilhe* – *Aloísio Azevedo Soares*.

Promulgado em 26 de Setembro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 2 de Outubro de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Decreto-Lei n.º 355/89

de 17 de Outubro

A gradual afirmação de autonomia política do Condado Portucalense perante o reino de Leão assumiu com Afonso Henriques uma dinâmica precisa, que conduziu a que ao infante fosse atribuído, em fins de 1139 ou princípios de 1140, o título de rei.

Apesar de ser convicção dos historiadores actuais que o uso daquele título não significaria uma independência efectiva, é indubitável que com ele se estabelece o principal marco do progresso da fundação da nacionalidade entre 1128 e 1143: a criação do reino de Portugal, só possível pelo enorme prestígio pessoal e autoridade granjeados pelo infante na sua actividade guerreira.

Nesta, assume particular importância o episódio de Ourique, no Verão de 1139. Considerada actualmente como tendo constituído, de facto, a primeira grande batalha de D. Afonso Henriques contra os Almorávidas, o regresso do infante, cheio de glória, a território cristão terá contribuído decisivamente para a sua aclamação como rei de Portugal.

Para assinalar os 850 anos da Batalha de Ourique (25 de Julho de 1139) e da fundação do reino de Portugal (1139-1140), considera-se da maior oportunidade a emissão de uma moeda comemorativa.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa dos 850 anos da Batalha de Ourique e da fundação do reino de Portugal, com valor facial de 250\$.



2 – A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de cuproníquel 75/25, com 37 mm de diâmetro, com 23 g de peso, com a tolerância em título e em peso, de mais ou menos 1,5 % e bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 – A gravura do anverso apresenta, no campo, o primitivo escudo das quinas dos reis de Portugal, de formato amendoado, ladeado à esquerda por sete castelos dispostos em cruz, à direita pela data “1989”, na orla superior a legenda “República Portuguesa” e na orla inferior o valor facial de “250 escudos”.

2 – A gravura do reverso apresenta o campo bipartido, por uma espada medieval do tipo utilizado durante a reconquista cristã da Península Ibérica, no lado inferior direito um crescente, de pontas quebradas pela espada, pela data “1139” em cima, na orla a legenda “Batalha de Ourique” e no lado superior esquerdo a representação da gravura de um dinheiro de D. Afonso I, tendo entre dois arcos a inicial do nome do rei, “A”, sobreposta a quatro triângulos em cruz, por baixo a data “1140” e na orla a legenda “Fundação de Portugal”.

Art. 3.º O limite da emissão desta moeda comemorativa é fixado em 198 750 000\$.

Art. 4.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 30 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 15 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

2 – Os espécimes numismáticos de prata referidos no número anterior serão cunhados em liga de prata de 925/1000, com o diâmetro de 37 mm, peso de 28 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e na liga de mais ou menos 10%.

Art. 5.º A moeda destinada a distribuição pública pelo respectivo valor facial é posta em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 6.º A moeda cunhada ao abrigo deste diploma tem curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 2500\$ nesta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 14 de Setembro de 1989. – *Aníbal António Cavaco Silva – Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira.*

Promulgado em 5 de Outubro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 6 de Outubro de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva.*

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Decreto-Lei n.º 439-A/89**

de 20 de Dezembro

O sistema de moedas metálicas correntes criado pelo Decreto-Lei n.º 293/86, de 12 de Setembro, é constituído por dois grupos de moedas de ligas metálicas diferentes, com valores faciais de 1\$, 5\$ e 10\$ (latão-níquel) 20\$ e 50\$ (cuproníquel).

A progressiva redução da vida útil da nota de 100\$ e a sua rápida deterioração na circulação aconselham que se proceda agora à sua substituição por uma moeda metálica do mesmo valor, à qual se irá associar, a curto prazo, uma nova moeda de 200\$.

Estas duas novas moedas passarão, assim, a constituir um terceiro grupo de moedas correntes, de características bimetálicas, o que facilitará a sua identificação.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º É criado um novo tipo de moeda metálica corrente de 100\$, fabricada em duas ligas, com o diâmetro exterior de 25 mm, peso de 8,3 g, tolerância em peso de mais ou menos 3,5% e bordo alternadamente liso e serrilhado, constituída por um núcleo interno de 17 mm de diâmetro, de liga de cupro-alumínio-níquel, na proporção de 90% de cobre, 5% de alumínio e 5% de níquel, com a tolerância de mais ou menos 0,5% no alumínio e no níquel, e por uma coroa circular externa de liga de cuproníquel, na proporção de 75% de cobre e 25% de níquel, com a tolerância de mais ou menos de 1,5% no níquel.

Art. 2.º -1 – A gravura do anverso da moeda de 100\$ apresenta, no campo do núcleo, as armas nacionais na parte superior, o valor facial “100 escudos”, em duas linhas, na parte inferior, na coroa circular a legenda “República Portuguesa”, da esquerda para a direita, e a era da cunhagem.

2 – A gravura do reverso da moeda de 100\$ apresenta, no campo do núcleo, o busto de Pedro Nunes, de perfil, à esquerda, segurando a esfera terrestre entre as mãos, e na coroa circular a legenda “Europa” com as letras entremeadas por 12 estrelas.

Art. 3.º - 1 – O limite da emissão desta moeda corrente é fixado em 20 000 000 contos.

2 – Esta moeda é posta a circular à medida que for emitida e conforme as necessidades de circulação o aconselharem.

Art. 4.º Dentro dos limites estabelecidos no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar, anualmente, até 50 000 moedas de 100\$ de uma mesma era de cunhagem com acabamento superficial “brilhante não circulado” (BNC) e até 20 000

moedas com acabamento superficial “prova numismática” (*proof*), destinadas a comercialização nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

Art. 5.º A moeda cunhada ao abrigo deste diploma tem curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 5000\$ nesta moeda.

Art. 6.º A moeda destinada a distribuição pública pelo respectivo valor facial é posta em circulação pelo Estado por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 7 de Dezembro de 1989. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Miguel José Ribeiro Cadilhe*.

Promulgado em 18 de Dezembro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 20 de Dezembro de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Decreto-Lei n.º 363/90

de 24 de Novembro

De entre as figuras mais notáveis das letras portuguesas, Camilo Castelo Branco (1825-1890) é justamente considerado como o mais fecundo dos escritores portugueses do século XIX. Embora tenha cultivado os géneros literários mais diversos, desde a poesia, o drama, o ensaio, a história literária e a historiografia, foi sobretudo como ficcionista de grandes recursos e estilo poderoso que a sua obra se afirmaria como um dos mais ricos monumentos da língua portuguesa.

Para assinalar o centenário da morte de Camilo Castelo Branco, considera-se da maior oportunidade a emissão de uma moeda comemorativa.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa do centenário da morte de Camilo Castelo Branco, com o valor facial de 100\$.

2 – A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de cuproníquel 75/25, com 33 mm de diâmetro, 15 g de peso e bordo serrilhado, com a tolerância, em título e em peso, de mais ou menos 1,5 %.

Art. 2.º - 1 – A gravura do anverso apresenta, no centro do campo, uma estilização da Acácia do Jorge, existente junto à casa do escritor, cujas raízes são ligadas, na parte inferior, a elementos simbólicos de mar, ladeada, à direita, pelo escudo das armas nacionais e, à esquerda, pelo valor facial de “100 Esc.” em duas linhas, e, na orla, a legenda “República Portuguesa” e a data “1990”.

2 – A gravura do reverso apresenta no campo o busto do escritor a três quartos à direita, tendo como fundo uma alegoria de grades interrompidas e das datas “1825-1890”, à direita, em duas linhas, e, na orla, a legenda “Camilo Castelo Branco”.

Art. 3.º O limite da emissão desta moeda comemorativa é fixado em 104 500 000\$.

Art. 4.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 30 000 espécimes numismáticos de prata, com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 15 000 espécimes numismáticos de prata, com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

2 – Os espécimes numismáticos de prata referidos no número anterior serão cunhados em liga de prata de 925/1000, com o diâmetro de 33 mm, o peso de 18,5 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias, no peso e na liga, de mais ou menos 1%.

Art. 5.º A moeda destinada a distribuição pública pelo respectivo valor facial é posta em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 6.º A moeda cunhada ao abrigo deste diploma tem curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 1000\$ nesta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 18 de Outubro de 1990. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Luís Miguel Couceiro Pizarro Beleza*.

Promulgado em 10 de Novembro de 1990.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 14 de Novembro de 1990.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Decreto-Lei n.º 364/90**

de 24 de Novembro

A Restauração da Independência, em 1 de Dezembro de 1640, constitui um dos marcos históricos mais importantes da memória colectiva da Nação Portuguesa.

Para assinalar os 350 anos da Restauração, considera-se da maior oportunidade a emissão de uma moeda comemorativa.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa dos 350 anos da Restauração da Independência, com valor facial de 100\$.

2 – A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de cuproníquel 75/25, com 33 mm de diâmetro, com 15 g de peso, com a tolerância em título e em peso, de mais ou menos 1,5 % e bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 – A gravura do anverso apresenta, no centro do campo, as armas nacionais dentro de uma cercadura perolada e, na orla, a legenda “República Portuguesa” e o valor facial de “100\$”.

2 – A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, a figura estilizada de um conjurado de 1640, de espada alçada na mão direita, assomando a uma balaustrada suportada por uma coluna, e, na orla, a legenda “Restauração da Independência 1640.1990”.

Art. 3.º O limite da emissão desta moeda comemorativa é fixado em 104 500 000\$.

Art. 4.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 30 000 espécimes numismáticos de prata, com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 15 000 espécimes numismáticos de prata, com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

2 – Os espécimes numismáticos de prata referidos no número anterior serão cunhados em liga de prata de 925/1000, com o diâmetro de 33 mm, o peso de 18,5 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias, no peso e na liga, de mais ou menos 1%.

## Apontamentos: Legislação

Art. 5.º A moeda destinada a distribuição pública pelo respectivo valor facial é posta em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 6.º A moeda cunhada ao abrigo deste diploma tem curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 1000\$ nesta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 18 de Outubro de 1990. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Luís Miguel Couceiro Pizarro Beleza*.

Promulgado em 10 de Novembro de 1990.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 14 de Novembro de 1990.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

### **Decreto-Lei n.º 156/91**

de 23 de Abril

A substituição da nota de 100\$ na circulação fiduciária conduziu à criação de uma moeda metálica corrente, do mesmo valor, pelo Decreto-Lei n.º 439-A/89, de 20 de Dezembro, que prevê a introdução posterior de uma nova moeda corrente de 200\$, que agora é criada, completando-se assim o terceiro grupo de moedas que integram o actual sistema de moedas metálicas correntes.

As gravuras numismáticas da nova moeda de 200\$ retomam o tema da contribuição portuguesa para a ciência europeia, primeiro introduzido na moeda de 100\$, sendo alusivas à figura e à obra de Garcia de Orta, pioneiro da moderna ciência da medicina.

Foi obtido o acordo do Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º É criado um novo tipo de moeda metálica corrente de 200\$, fabricada em duas ligas, com o diâmetro exterior de 28 mm, peso de 9,8 g, tolerância em peso de mais ou menos 3,5% e bordo alternadamente liso e serrilhado, constituído por um núcleo interno de

19,3 mm de diâmetro, de liga de cuproníquel, na proporção de 75% de cobre e 25% de níquel, com a tolerância de mais ou menos 1,5%, e por uma coroa circular externa de liga de cobre-alumínio-níquel, na proporção de 90% de cobre, 5% de alumínio e 5% de níquel, com a tolerância de mais ou menos 0,5% no alumínio e mais ou menos 0,5% no níquel.

Art. 2.º -1 – A gravura do anverso da moeda de 200\$ apresenta, no campo do núcleo, as armas nacionais na parte superior, o valor facial “200 escudos”, em duas linhas, na parte inferior, na coroa circular a legenda “República Portuguesa”, da esquerda para a direita, e a era da cunhagem.

2 – A gravura do reverso da moeda de 200\$ apresenta, no campo do núcleo, o busto de Garcia de Orta a três quartos à direita, sustentando na mão esquerda um ramo de noz-moscada, na coroa circular elementos alegóricos a ondas do mar na metade inferior e na metade superior um ramo de oliveira à esquerda e uma espiga de trigo à direita.

Art. 3.º - 1 – O limite da emissão desta moeda corrente é fixado em 30 000 000 contos.

2 – Esta moeda é posta a circular à medida que for emitida e conforme as necessidades de circulação o aconselharem.

Art. 4.º Dentro dos limites estabelecidos no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar, anualmente, até 50 000 moedas de 200\$ de uma mesma era de cunhagem, com acabamento superficial “brilhante não circulado” (BNC) e até 20 000 moedas com acabamento superficial “prova numismática” (*proof*), destinadas a comercialização nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

Art. 5.º A moeda cunhada ao abrigo deste diploma tem curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 10 000\$ nesta moeda.

Art. 6.º A moeda destinada a distribuição pública pelo respectivo valor facial é posta em circulação por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 28 de Março de 1991. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Luís Miguel Couceiro Pizarro Beleza*.

Promulgado em 9 de Abril de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 12 de Abril de 1991.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Decreto-Lei n.º 193/91**

de 25 de Maio

A descoberta por Cristóvão Colombo, em 1492, de um novo continente, mais tarde designado por América, constitui um dos acontecimentos mais marcantes na história dos Descobrimentos.

Foi durante a sua permanência em Portugal, de 1476 a 1485, que Colombo mais aprendeu sobre a ciência da navegação no Atlântico, desenvolvida e aperfeiçoada durante décadas pelos marinheiros portugueses, o que possibilitou e motivou o nascimento da sua ideia de alcançar a Ásia navegando para ocidente e a descoberta de um novo mundo.

Considera-se, por isso, muito oportuno, no âmbito das comemorações nacionais dos Descobrimentos Portugueses, assinalar os 500 anos da descoberta da América e a contribuição de Portugal para este acontecimento, bem como, em simultâneo, os 450 anos da descoberta e reconhecimento das costas da Califórnia pelo navegador português João Rodrigues Cabrilho, cuja efeméride também terá lugar em 1992, com a emissão de uma série de moedas comemorativas alusivas à descoberta da América, designadamente às viagens pré-colombinas para ocidente, à permanência de Colombo em Portugal, à descoberta do Novo Mundo – América -, e à descoberta da Califórnia.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do .º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro:

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. (INCM), de uma série de quatro moedas comemorativas alusivas à descoberta da América e à contribuição de Portugal para esse acontecimento, designadamente às viagens pré-colombinas para ocidente, à permanência de Colombo em Portugal, à descoberta da América e à descoberta da Califórnia, com o valor facial de 200\$.

2 – Cada um das moedas referidas no número anterior será cunhada em liga de cuproníquel 75/25, com 36 mm de diâmetro e 21,0 g de peso, com uma tolerância de  $\pm 1,5$  % no título e no peso, e terá bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva às navegações pré-colombinas para ocidente apresenta, no centro do campo, o escudo das armas nacionais, tendo por baixo o valor facial “200 Escudos” e a era da moeda “1991”, em três linhas, sobrepostas à figuração do mapa hexagonal de Toscanelli, sendo o conjunto orlado na parte superior pela legenda “República Portuguesa”.

2 – A gravura do reverso apresenta, sobreposta à figuração do mesmo mapa, uma estilização ovalizada de um navio rumado para ocidente, tripulado por três navegantes que empunham, simbolicamente, o leme, uma carta náutica, um astrolábio e uma espada encimada



pela Cruz, sendo o conjunto orlado na parte superior pela legenda “navegações para Ocidente” e na parte inferior pelas datas “1452.1486”.

Art. 3.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva à permanência de Cristóvão Colombo em Portugal apresenta, no lado esquerdo do campo, o escudo das armas nacionais, tendo por baixo o valor facial “200 Escudos” e a era da moeda “1991”, em três linhas, no lado direito do campo uma estilização de vagas sobre a superfície do mar que se prolonga na parte inferior e, na orla superior, a legenda “República Portuguesa”.

2 – A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, a efígie de Cristóvão Colombo de perfil à esquerda, sobreposta do lado esquerdo a elementos de uma rosa-dos-ventos, cujo ponto cardeal leste é representado, no lado direito, por uma cruz de Cristo gravada sobre o mapa da Europa e da África, parcialmente sobreposta à efígie, na parte inferior do campo, dividido por uma linha vertical, as datas “1476.1485” em duas linhas no lado direito, uma figuração de horizonte marítimo no lado esquerdo e, na orla lateral esquerda, a legenda “Colombo e Portugal”.

Art. 4.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva ao descobrimento da América apresenta, no lado esquerdo do campo, o escudo das armas nacionais, tendo como fundo linhas de rumo e rosas-dos-ventos, simbolizando uma carta náutica portuguesa quinhentista, na orla superior a legenda “República Portuguesa” e, na orla inferior, o valor facial “200\$00”.

2 – A gravura do reverso apresenta, no lado direito do campo, o busto de Cristóvão Colombo de frente, tendo por baixo a reprodução da sua assinatura criptográfica, no lado esquerdo a figuração dos três navios da primeira viagem de Colombo rumando a ocidente, tendo por baixo uma cruz flor-de-lisada e a legenda “América 1492.1992”, em três linhas, junto à orla inferior, a reprodução do desenho feito por Cristóvão Colombo da costa noroeste da ilha “La Hispaniola” e, no centro do campo, a legenda vertical “Novo Mundo”.

Art. 5.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva à descoberta da Califórnia apresenta, no lado esquerdo do campo, o escudo das armas nacionais, no lado direito a figuração de um navio quinhentista, na parte superior a legenda “República Portuguesa”, em duas linhas, na parte inferior filetes horizontais simbolizando o mar e o valor facial “200 Esc.”, sbrepostos a uma estilização da cruz de Cristo partida pelos elementos que a sobrepõem .

2 – A gravura do reverso apresenta, no lado direito do campo, uma representação parcial do mapa da América Central e do Norte, tendo por baixo as legendas “Califórnia 1542.1992”, em duas linhas, “João Rodrigues Cabrilho”, em três linhas, e, no lado esquerdo do campo, a figura do navegador de pé e corpo inteiro, portando armadura e espada.

Art. 6.º O limite da emissão de cada uma destas moedas comemorativas é fixado em 421 400 000\$.

Art. 7.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar de cada uma destas moedas até 50 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “brilhante não circulado” (BNC), até 35 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 3500 espécimes numismáticos de paládio com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 15 000 espécimes numismáticos de ouro com

acabamento “prova numismática” (*proof*) e até 3500 espécimes numismáticos de platina com acabamento “prova numismática” (*proof*) destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

2 – Os espécimes numismáticos de prata serão cunhados em liga de prata de 925/1000, com o diâmetro de 36 mm, peso de 26,5 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e na liga de  $\pm 1\%$ .

3 – Os espécimes numismáticos de paládio serão cunhados em metal fino 999,5/1000, com o diâmetro de 36 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de  $\pm 2\text{‰}$ .

4 – Os espécimes numismáticos de ouro serão cunhados em liga de ouro 916,6/1000, com o diâmetro de 36 mm, peso de 27,2 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de mais ou menos  $3\text{‰}$  e na liga de mais ou menos  $1\text{‰}$ .

5 – Os espécimes numismáticos de platina serão cunhados em metal fino 999,5/1000, com o diâmetro de 36 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de mais ou menos  $2\text{‰}$ .

Art. 8.º As moedas destinadas a distribuição pública, pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 9.º O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto do público, será afecto nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 391/86, de 22 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 320-A/88, de 20 de Setembro.

Art. 10.º As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 10 000\$ nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 18 de Abril de 1991. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Luís Miguel Couceiro Pizarro Belezã*.

Promulgado em 10 de Maio de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 15 de Maio de 1991

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

**Decreto-Lei n.º 367/91**

de 4 de Outubro

Comemorando-se em 1991 o centenário da morte de Antero de Quental (1842-1891), poeta e ensaísta proeminente da chamada Geração de 70, cuja obra representa um importante marco na vida cultural portuguesa, considera-se importante a emissão de uma moeda comemorativa para assinalar a efeméride.

O diferencial entre o valor facial e os custos de produção da referida moeda comemorativa reverterá para o Orçamento da Região Autónoma dos Açores, conforme a pretensão formulada pelo seu governo próprio, e de acordo com o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa da morte de Antero de Quental, com valor facial de 100\$.

2 – A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de cuproníquel 75/25, om 33 mm de diâmetro, com 15 g de peso, com a tolerância, em título e em peso, de mais ou menos 1,5 % e bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 – A gravura do anverso apresenta, no centro do campo, uma mão estendida com um resplendor por trás; na parte inferior esquerda, a era “1991” e o escudo das armas nacionais, inclinado à direita; na parte inferior direita, o valor facial “100 Esc.”, em duas linhas, e, na orla, a legenda “República Portuguesa. Açores”.

2 – A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, o busto do poeta a três quartos à direita, tendo do lado esquerdo a sua assinatura, por baixo desta as datas “(1842-1891)”, em duas linhas, e, na orla inferior, a legenda “Antero de Quental”.

Art. 3.º O limite da emissão desta moeda comemorativa é fixado em 104 500 000\$.

Art. 4.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 30 000 espécimes numismáticos de prata, com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 15 000 espécimes numismáticos de prata, com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

2 – Os espécimes numismáticos de prata referidos no número anterior serão cunhados em liga de prata de 925/1000, com o diâmetro de 33 mm, o peso de 18,5 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias, no peso e na liga, de mais ou menos 1%.

Art. 5.º A moeda destinada a distribuição pública pelo respectivo valor facial é posta em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 6.º À medida que as moedas referidas no presente diploma forem postas em o diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção serão postos pelo Ministério das Finanças à disposição da Região Autónoma dos Açores, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 293/86, de 12 de Setembro.

A moeda cunhada ao abrigo deste diploma tem curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 5000\$ nesta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 22 de Agosto de 1991. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Mário Fernando de Campos Pinto* – *Luís Miguel Couceiro Pizarro Beleza*.

Promulgado em 20 de Setembro de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 26 de Setembro de 1991.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Decreto-Lei n.º 449/91

de 30 de Novembro

Portugal está directamente envolvido nas comemorações internacionais do 5º Centenário do Descobrimento Europeu da América em 1992, participando igualmente na Exposição Universal de Sevilha, cujo tema “A Era dos Descobrimentos” irá contribuir para realçar o papel pioneiro de Portugal no encontro entre mundos, no contacto de civilizações e na interpretação de culturas resultantes da expansão marítima europeia dos séculos XV e XVI.

Julga-se da maior oportunidade a participação de Portugal numa série internacional de moedas comemorativas, em conjunto com vários países do continente americano e a Espanha, alusivas ao “Encontro de Dois Mundos”, por ocasião do 5º Centenário do Descobrimento Europeu da América.

Foi obtido o acordo do Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua lei orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa do 5.º Centenário do Descobrimento Europeu da América,

integrada na série internacional ibero-americana alusiva ao “Encontro de Dois Mundos”, com o valor facial de 1000\$.

2 – A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata  $^{500}/_{1000}$ , com 40 mm de diâmetro e 27,0 g de peso, com uma tolerância de  $\pm 1\%$  no título e no peso, e terá bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 – A gravura do anverso apresenta, no centro do campo, as armas nacionais de Portugal circundadas pela legenda “República Portuguesa. 1000 Esc.” Entre duas circunferências, orladas pelas armas nacionais dos restantes países participantes nesta série internacional, respectivamente Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, Espanha, México, Nicarágua, Peru, Uruguai e Venezuela.

2 – A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, limitado por uma cercadura lisa, a figuração de uma caravela portuguesa de dois mastros, do lado direito uma representação cartográfica quinhentista do mapa da Europa e da África, parcialmente encoberta pelo pano da caravela, do lado esquerdo idêntica representação do novo mundo americano, com o mapa do Brasil sobreposto à proa da caravela, e, na orla, a legenda “Encontro de Dois Mundos”, na metade superior, e as eras “1492-1992” entre cruzes de Cristo, na metade inferior.

Art. 3.º O limite da emissão desta moeda comemorativa é fixado em 400 000 000\$.

Art. 4.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 50 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

2 – Os espécimes numismáticos de prata referidos no número anterior serão cunhados em liga de prata de  $^{925}/_{1000}$ , com o diâmetro de 40 mm, o peso de 27,0 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias, no peso e na liga, de  $\pm 1\%$ .

Art. 5.º A moeda destinada a distribuição pública pelo respectivo valor facial é posta em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 6.º O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção será posto pelo Ministério das Finanças à disposição do Comissariado de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha de 1992, através da Presidência do Conselho de Ministros, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 293/86, de 12 de Setembro.

Art. 7.º As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 50 000\$ nesta moeda.

Art. 8.º O presente diploma produz efeitos desde 15 de Novembro de 1991.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 21 de Novembro de 1991. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *António Fernando Couto dos Santos* – *Jorge Braga de Macedo*.

Promulgado em 29 de Novembro de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 29 de Novembro de 1991.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

**Decreto-Lei n.º 63/92**

de 21 de Abril

Decorrendo, no primeiro semestre de 1992, a primeira presidência portuguesa do Conselho da Comunidade Europeia, considera-se da maior oportunidade a emissão de uma moeda comemorativa que fique a assinalar este acontecimento.

Foi obtido o necessário acordo do Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa da primeira presidência portuguesa do Conselho da Comunidade Europeia, com o valor facial de 200\$.

2 – A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de cuproníquel 75/25, com 36 mm de diâmetro e 21 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1.5% no título e no peso, e bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 – A gravura do anverso apresenta, no lado esquerdo do campo, o escudo das armas nacionais, no lado direito do campo, o valor facial “200 escudos”, em duas linhas, e, na orla inferior, a legenda “República Portuguesa”, tendo como fundo um campo de elementos simétricos ondulados, alternadamente lisos e cheios, simbolizando a superfície do mar.

2 – A gravura do reverso apresenta, no lado direito do campo, as 12 estrelas da Comunidade Europeia em fundo liso, simbolizando um sol de estrelas, na orla inferior, a legenda “Presidência da Comunidade Europeia – 1992” iniciada pelo astrolábio-logótipo da primeira presidência portuguesa, tendo como fundo um campo de elementos simétricos ondulados, alternadamente lisos e cheios, simbolizando a superfície do mar.

Art. 3.º - 1 - O limite da emissão desta moeda comemorativa é fixado em 210 000 000\$.

2 – Dentro do limite estabelecido no número anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 20 000 espécimes numismáticos de prata, com

acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 30 000 espécimes numismáticos de prata, com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados a comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

3 – Os espécimes numismáticos de prata referidos no número anterior serão cunhados em liga de prata de 925/1000, com o diâmetro de 36 mm, peso de 26,5 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias, no peso e na liga, de mais ou menos 1%.

Art. 4.º A moeda destinada a distribuição pública pelo respectivo valor facial é posta em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 5.º As moedas cunhadas ao abrigo do presente diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 10 000\$ nesta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 26 de Março de 1992. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Jorge Braga de Macedo*.

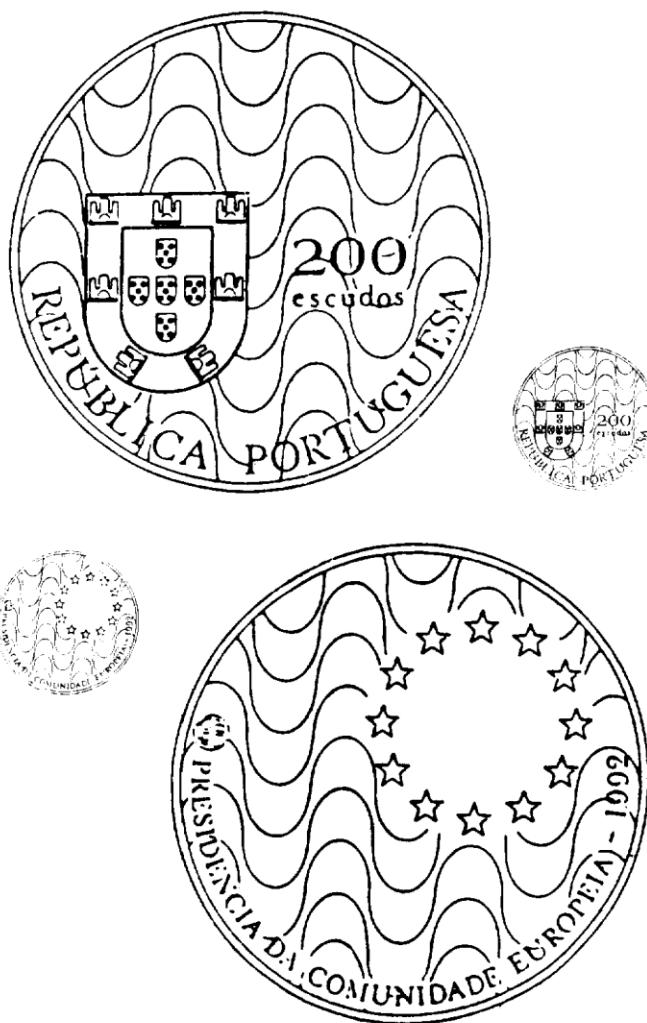
Promulgado em 9 de Abril de 1992.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 11 de Abril de 1992.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.



**Decreto-Lei n.º 94/92**

de 23 de Maio

Em Julho de 1992 decorrerão, em Barcelona, os XXV Jogos olímpicos da Era Moderna, acontecimento desportivo da maior projecção mundial e no qual Portugal participará com a maior delegação de sempre, pelo que se considera oportuno assinalar os feitos olímpicos portugueses do passado e a participação nestes Jogos com a emissão de uma moeda comemorativa.

Foi obtido o necessário acordo do Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:



Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa dos XXV Jogos Olímpicos, a realizar em 1992, com o valor facial de 200\$.

2 – A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de cuproníquel 75/25, com 36 mm de diâmetro e 21 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1.5% no título e no peso, e bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 – A gravura do anverso apresenta, no centro do campo, o escudo das armas nacionais sobre os anéis olímpicos, tendo, por baixo, o valor facial “200\$” e, por cima, a legenda “República Portuguesa” em duas linhas, em fundo listado horizontalmente.

2 – A gravura do reverso apresenta, no lado direito do campo, uma estilização de uma atleta em pleno esforço de corrida, no lado esquerdo, em cima, a legenda “XXV Jogos Olímpicos” em três linhas e, em baixo, a era “1992”.

Art. 3.º - 1 - O limite da emissão desta moeda comemorativa é fixado em 214 000 000\$.

2 – Dentro do limite estabelecido no número anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 20 000 espécimes numismáticos de prata, com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 50 000 espécimes numismáticos de prata, com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados a comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

3 – Os espécimes numismáticos de prata referidos no número anterior serão cunhados em liga de prata de 925/1000, com o diâmetro de 36 mm, peso de 26,5 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias, no peso e na liga, de mais ou menos 1%.

Art. 4.º A moeda destinada a distribuição pública pelo respectivo valor facial é posta em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 5.º O Ministério das Finanças colocará à distribuição do Comité Olímpico Português, através do Ministério da Educação, 20% do diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 293/86, de 12 de Setembro.

Art. 6.º As moedas cunhadas ao abrigo do presente diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 10 000\$ nesta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 9 de Abril de 1992. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Jorge Braga de Macedo* – *António Fernando Couto dos Santos*.

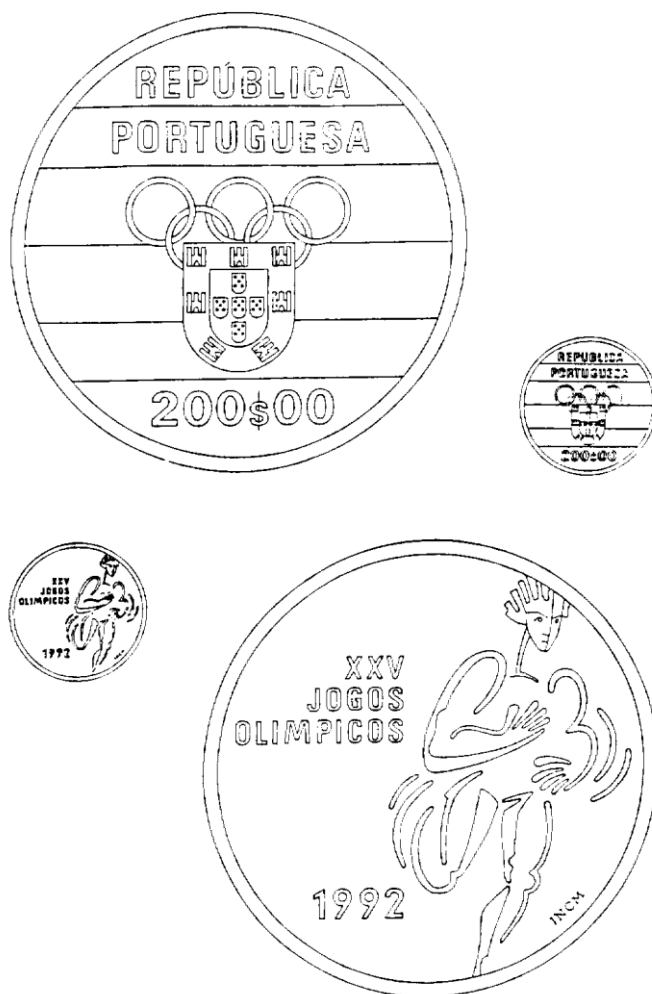
Promulgado em 12 de Maio de 1992.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 13 de Maio de 1992.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.



**Decreto-Lei n.º 57/93**

de 1 de Março

No âmbito do programa da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, o ano de 1993 será dedicado às celebrações luso-nipónicas evocativas dos 450 anos da chegada dos primeiros portugueses à ilha de Tanegashima, no arquipélago de Kiushu, a 23 de Setembro de 1543.

Desse primeiro encontro, entre as culturas ocidental europeia e a oriental nipónica, resultou um dos mais enriquecedores diálogos entre civilizações da era dos Descobrimentos, com importantes consequências na história da humanidade.

Considera-se, por isso, muito oportuno assinalar os 450 anos do encontro Portugal-Japão, com a emissão de uma série de moedas comemorativas da efeméride.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do .º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro:

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. (INCM), de uma série de quatro moedas comemorativas dos 450 anos do encontro de Portugal-Japão e alusivas, respectivamente, à chegada dos Portugueses à ilha de Tanegashima, à introdução das armas de fogo no Japão, à primeira embaixada dos dáimios de Kiushu a Portugal e ao desenvolvimento da arte e cultura namban, com o valor facial de 200\$.

2 – Cada um das moedas referidas no número anterior será cunhada em liga de cuproníquel 75/25, com 36 mm de diâmetro e 21,0 g de peso, com uma tolerância de  $\pm 1,5$  % no título e no peso, e terá bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva à chegada dos Portugueses ao Japão apresenta, no lado esquerdo do campo, o escudo das armas nacionais, no lado direito do campo uma rosa-dos-ventos, linhas e superfícies de recortes ondulados simbólicos da pintura namban, na orla superior e legenda “República Portuguesa”, na orla inferior o valor facial “200 Escudos” e, junto ao rebordo, uma cercadura perolada..

2 – A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, a figuração de uma nau portuguesa frente às costas do Japão, de recorte namban, na orla superior a legenda “Tanegashima” em japonês e em português, na orla inferior as datas “1543.1993” e, junto ao rebordo, uma cercadura perolada.

Art. 3.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva à introdução das armas de fogo no Japão apresenta, no centro do campo, a legenda horizontal “República Portuguesa”, tendo por baixo o escudo das armas nacionais ladeado, à esquerda, pela data “1993” e, à direita, pelo valor facial “200 Escudos”, em duas linhas, na parte inferior do campo linhas curvas simétricas

simbolizando o mar azul, na parte superior do campo a apresentação parcial de uma esfera armilar e, junto ao rebordo, uma cercadura lisa.

2 – A gravura do reverso apresenta a figuração parcial de um cavaleiro japonês da esquerda para a direita, fazendo pontaria com uma espingarda, na parte inferior do campo a legenda “Espingarda”, que também aparece por baixo da arma, em japonês, as datas “1543.1575” e, junto ao rebordo, uma cercadura lisa.

Art. 4.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva à primeira embaixada japonesa à Europa apresenta, no lado esquerdo do campo, o escudo das armas nacionais, tendo por baixo o valor facial “200 Escudos”, em duas linhas, no lado direito do campo a figuração de um navio quinhentista, sobre elementos simétricos horizontais simbolizando o mar, na parte superior do campo a data “1993”, na orla superior a legenda “República Portuguesa” e, junto ao rebordo, uma cercadura biselada.

2 – A gravura do reverso apresenta, no lado direito do campo, os bustos dos quatro jovens enviados na ocasião envolvendo as datas “1582/1590”, em duas linhas, do lado esquerdo uma coluna romana, na orla lateral esquerda a legenda “Enviados Daimios Kiushu”, que também aparece em japonês na vertical do centro do campo, e, junto, ao rebordo, uma cercadura biselada.

Art. 5.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva ao desenvolvimento da cultura namban no Japão apresenta, no lado esquerdo do campo, o escudo das armas nacionais, no lado direito três figuras sentadas perto de uma árvore, na parte inferior do campo a legenda “República Portuguesa.1993”, em duas linhas, tendo por baixo o valor facial “200 Escudos”, e, junto ao rebordo, uma cercadura ornamentada.

2 – A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, as figuras de um padre jesuíta, de um nobre português e do seu pagem segurando um chapéu de sol, na parte superior direita a figuração parcial de uma igreja, na parte inferior a legenda horizontal “Arte Namban”, que também aparece em japonês na parte superior do campo, as datas “1543-1639” e, junto ao rebordo, uma cercadura ornamentada.

Art. 6.º O limite da emissão de cada uma destas moedas comemorativas é fixado em 215 000 000\$.

Art. 7.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar de cada uma destas moedas até 30 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “brilhante não circulado” (BNC), até 30 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 2500 espécimes numismáticos de paládio com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 10 000 espécimes numismáticos de ouro com acabamento “prova numismática” (*proof*) e até 2500 espécimes numismáticos de platina com acabamento “prova numismática” (*proof*) destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

2 – Os espécimes numismáticos de prata serão cunhados em liga de prata de 925/1000, com o diâmetro de 36 mm, peso de 26,5 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e na liga de  $\pm 1\%$ .

3 – Os espécimes numismáticos de paládio serão cunhados em metal fino 999,5/1000, com o diâmetro de 36 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de mais ou menos 2 ‰.

4 – Os espécimes numismáticos de ouro serão cunhados em liga de ouro 916,6/1000, com o diâmetro de 36 mm, peso de 27,2 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de mais ou menos 3 ‰ e na liga de mais ou menos 1 ‰.

5 – Os espécimes numismáticos de platina serão cunhados em metal fino 999,5/1000, com o diâmetro de 36 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de mais ou menos 2 ‰.

Art. 8.º As moedas destinadas a distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 9.º O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto do público, será afecto nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 391/86, de 22 de Novembro.

Art. 10.º As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 10 000\$ nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 28 de Janeiro de 1993. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Jorge Braga de Macedo*.

Promulgado em 16 de Fevereiro de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 18 de Fevereiro de 1993.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

### **Decreto-Lei n.º 129/94**

de 19 de Maio

Lisboa é em 1994 Capital Europeia da Cultura. Tal designação resulta da resolução do Conselho de Ministros da Cultura da Comunidade Europeia e envolve dois objectivos: a aproximação dos povos europeus através de traços culturais comuns e a afirmação da cultura do país e da cidade designada.

Nesse âmbito, decorrerão em Lisboa, durante 1994, inúmeras actividades de índole cultural, todas sob o tema: Lisboa ponto de encontro de culturas.

Desta forma, Lisboa procura contribuir para a unidade cultural europeia através de um património espiritual comum aos povos europeus.

Considera-se, assim, oportuno assinalar tal evento pela emissão de uma moeda comemorativa.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa com o valor facial de 200\$, alusiva a Lisboa 94 Capital Europeia da Cultura.

2 – A moeda referida no número anterior é fabricada em duas ligas, com diâmetro exterior de 28mm, peso de 9,8g, tolerância em peso de mais ou menos 3,5% e bordo alternadamente liso e serrilhado, constituído por um núcleo interno de 19,3mm de diâmetro, de liga de cupro-níquel, na proporção de 75% de cobre e 25% de níquel, com a tolerância de mais ou menos 1,5%, e por uma coroa circular externa de liga de cobre-alumínio-níquel na proporção de 90% de cobre, 5% de alumínio e 5% de níquel com a tolerância de mais ou menos 0,5% de alumínio e de mais ou menos 0,5% de níquel.

Art. 2.º - 1 – A gravura do anverso da moeda de 200\$ Lisboa 94 Capital Europeia da Cultura apresenta, no campo do núcleo, as armas nacionais na parte superior, o valor facial de “200 escudos”, em duas linhas, na parte inferior, na coroa circular a legenda “República Portuguesa” da esquerda para a direita e a era da cunhagem.

2 – A gravura do reverso da moeda Lisboa 94 Capital Europeia da Cultura apresenta, no campo do núcleo, a Torre de Belém, tendo no centro, sobre o seu lado direito, a legenda “Lisboa 94”, e na sua base elementos alegóricos ao rio, na coroa circular elementos alegóricos ao rio na sua parte inferior e a legenda “Capital Europeia da Cultura” da esquerda para a direita na parte superior.

Art. 3.º - 1 - O limite da emissão da moeda Lisboa 94 Capital Europeia da Cultura é fixado em 202 000 000\$.

Art. 4.º – Dentro do limite estabelecido no número anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 10 000 exemplares com acabamento “prova numismática” (*proof*).

Art. 5.º – As moedas destinadas a distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado por intermédio e por requisição do Banco de Portugal.

Art. 6.º As moedas cunhadas ao abrigo do presente diploma têm curso legal mas ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 10 000\$ nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 31 de Março de 1994. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Eduardo de Almeida Catroga*.

Promulgado em 4 de Maio de 1994.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 5 de Maio de 1994.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

**Decreto-Lei n.º 157/94**

de 3 de Junho

No âmbito do plano de acções a médio prazo (1990-1995) da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, o ano de 1994 será dedicado às celebrações do 6º Centenário do nascimento do Infante D. Henrique e do Tratado de Tordesilhas, entre as coroas espanhola e portuguesa.

Figura ímpar da história da humanidade e grande impulsionador das viagens de exploração marítima da primeira metade do século XV, o infante D. Henrique (1394-1460) teve no seu sobrinho-neto D. João II (1455-1495) um notável continuador da sua obra e principal responsável pelo incremento dos Descobrimentos Portugueses do último quartel do século XV.

A descoberta do novo mundo americano, em 1492, levou à celebração de um tratado de partilha do Atlântico e dos mundos ultramarinos entre Portugal e Espanha, assinado pelos reis Isabel e Fernando na vila de Tordesilhas, a 7 de Junho de 1494, e ratificado pelo rei D. João II na cidade de Setúbal, a 5 de Setembro do mesmo ano.

O tratado de Tordesilhas constitui um dos mais importantes diplomas das relações políticas internacionais de Portugal e um dos acontecimentos de maior repercussão na história do mundo moderno.

Considera-se, assim, oportuno assinalar o 6.º centenário do nascimento do infante D. Henrique e o 5.º Centenário da assinatura do Tratado de Tordesilhas com a emissão de uma série de moedas comemorativas dessas efemérides, em continuação do programa monetário e numismático alusivo aos Descobrimentos Portugueses, iniciado em 1987.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do .º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro:

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. (INCM), de quatro moedas comemorativas alusivas ao 6.º centenário do infante D. Henrique, ao 5º centenário da assinatura do Tratado de Tordesilhas, à partilha do mundo entre Portugal e Espanha e ao rei D. João II, com o valor facial de 200\$.

2 – Cada um das moedas referidas no número anterior será cunhada em liga de cuproníquel 75/25, com 36 mm de diâmetro e 21 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1,5 % no título e no peso, e terá bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva ao infante D. Henrique apresenta, no lado superior esquerdo do campo, o escudo das armas nacionais, ladeado à direita por figurações dos dois navios utilizados nas explorações marítimas henriquinas, uma barca à direita e uma caravela latina em baixo, no lado inferior direito o valor facial “200 Esc”, na orla lateral superior esquerda a legenda “República Portuguesa”, intercalada pela cruz da Ordem de Avis e, junto ao rebordo, uma cercadura ornamentada de pérolas e pontas flordelizadas.

2 – A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, o busto do infante a três quartos à direita com a cabeça descoberta, ladeado pelas datas “1394-1994”, em duas linhas, à esquerda uma representação da empresa do infante, constituída por três capelas com a divisa inscrita “talant de bie fere” sobreposta por uma coroa grinalda, na orla superior a legenda “Henrique o Navegador” e, junto ao rebordo, uma cercadura ornamentada de pérolas e pontas flodelizadas.

Art. 3.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva à celebração do Tratado de Tordesilhas apresenta, ao centro do campo, uma figuração de uma caravela latina de três mastros navegando para leste entre representações cartográficas da África e da costa do Brasil, cujo contorno é seccionado pela linha divisória do Tratado, na parte superior do campo uma pequena figuração de um navio quatrocentista navegando para oeste, na parte inferior do campo o escudo das armas nacionais, ladeado pelo valor facial “200 escudos”, em duas linhas, na orla superior a legenda “República Portuguesa” e, na orla inferior, uma cercadura de aneletes.

2 – A gravura do reverso apresenta, ao centro do campo, uma vertical simbólica da linha de demarcação do Tratado, no lado superior direito do campo a efígie de perfil corada do soberano português, à esquerda orlada pela inscrição circular “João II. Rei. de. Portugal”, tendo por baixo um estandarte com as armas portuguesas, no lado inferior esquerdo do campo as efígies de perfil conjugadas e coroadas dos soberanos espanhóis, à direita orladas pela inscrição “Fernando. e. Isabel. Reis. de. Espanha” tendo por cima um estandarte com as armas espanholas, na orla superior a legenda “Tratado de Tordesilhas” e, na orla inferior, uma cercadura de aneletes interrompida em baixo pelas datas “1494-1994”.

Art. 4.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva à partilha do mundo apresenta, no lado direito do campo, uma representação cartográfica da Europa e África sobre a qual assenta



uma rosa-dos-ventos e várias linhas de rumo, no lado esquerdo do campo o escudo das armas nacionais, tendo por baixo o valor facial “200 Esc”, em duas linhas, na parte inferior do campo a legenda “República Portuguesa” e a data “1994”, em três linhas, e, junto ao rebordo, uma cercadura de elementos de escala cartográfica.

2 – A gravura do reverso apresenta, no lado direito do campo, a figuração de uma nau quinhentista portuguesa navegando para oriente, em campo de elementos simétricos ondulados, no lado esquerdo do campo uma representação cartográfica da América do Sul interceptada por uma linha vertical pontuada, ladeada, em baixo, por bandeiras quadradas representativas de Portugal e da Espanha, na parte inferior do campo a legenda “A Partilha do Mundo” e a data “1994”, em três linhas, e, junto ao rebordo, uma cercadura de elementos de escala cartográfica.

Art. 5.º - 1 – A gravura do anverso da moeda alusiva ao rei D. João II apresenta, em campo quadripartido e orlado por uma cercadura lisa, na parte superior direita uma representação da empresa pessoal do rei, um pelicano ferindo-se no peito para alimentar as crias e a legenda em arco de círculo superior “Pela Lei e Pela Grei”, na parte inferior esquerda o escudo das armas nacionais, interrompendo a cercadura lisa, nas partes superior esquerda e inferior direita elementos simétricos ondulados, na orla superior a legenda “República Portuguesa”, na orla inferior o valor facial “200 Escudos” ladeado de pontos e, junto ao rebordo, uma cercadura perolada.

2 – A gravura do reverso apresenta, no centro do campo orlado lateralmente por duas meias cercaduras lisas, a figura do soberano de frente e de meio corpo, envergando manto e portando uma caravela latina de três mastros, na orla a legenda “D. João II: Príncipe Perfeito: 1495.1995” e, junto ao rebordo, uma cercadura perolada.

Art. 6.º O limite da emissão de cada uma destas moedas comemorativas é fixado em 199 800 000\$.

Art. 7.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar de cada uma destas moedas até 20 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “brilhante não circulado” (BNC), até 20 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 20 000 espécimes numismáticos de paládio com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 5000 espécimes numismáticos de ouro com acabamento “prova numismática” (*proof*) e até 2000 espécimes numismáticos de platina com acabamento “prova numismática” (*proof*) destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

2 – Os espécimes numismáticos de prata serão cunhados em liga de prata de 925/1000, com o diâmetro de 36 mm, peso de 26,5 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e na liga de mais ou menos 1/1000.

3 – Os espécimes numismáticos de paládio serão cunhados em metal fino 999,5/1000, com o diâmetro de 36 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de mais ou menos 2/1000.

## Apontamentos: Legislação

4 – Os espécimes numismáticos de ouro serão cunhados em liga de ouro 916,6/1000, com o diâmetro de 36 mm, peso de 27,2 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de mais ou menos 3/1000 e, no toque, de mais ou menos 1/1000.

5 – Os espécimes numismáticos de platina serão cunhados em metal fino 999,5/1000, com o diâmetro de 36 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias, no peso, de mais ou menos 2/1000.

Art. 8.º As moedas destinadas a distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 9.º O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto do público, será afecto nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 391/86, de 22 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 260/87, de 29 de Junho.

Art. 10.º As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 10 000\$ nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 21 de Abril de 1994. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Eduardo de Almeida Catroga*.

Promulgado em 18 de Maio de 1994.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 23 de Maio de 1994.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.



**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Decreto-Lei n.º 158/94**

de 3 de Junho

Comemorando-se, em 1994, o 5º Centenário do Tratado de Tordesilhas, julga-se da maior oportunidade assinalar essa efeméride pela emissão de uma moeda comemorativa cunhada em metal precioso e com elevado valor facial.

O Tratado de Tordesilhas, cujo texto foi acordado em Tordesilhas, a 7 de Junho de 1494, e ratificado por D. João II, em Setúbal, a 5 de Setembro do mesmo ano, é um dos documentos mais significativos na história das relações de Portugal com outras potências e, ao expressar e garantir o exclusivo da influência portuguesa numa vastíssima parte do mundo, constitui o culminar do processo dos Descobrimentos Portugueses iniciado pelo Infante D. Henrique.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 – É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., (INCM), de uma moeda comemorativa, de prata, alusiva ao 5.º Centenário do Tratado de Tordesilhas, com o valor facial de 1000\$.

2 – A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata de toque  $\frac{500}{1000}$ , com 40 mm de diâmetro e 28 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1/100 no peso e no toque, e terá bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 – A gravura do anverso da moeda apresenta, no lado direito do campo, o escudo das armas nacionais assente em flâmula decorativa, tendo por baixo o valor facial “1000 Esc” em duas linhas, na orla lateral esquerda a legenda “República Portuguesa” e, junto ao rebordo, uma cercadura dupla lisa.

2 – A gravura do reverso apresenta, ao centro do campo, uma representação do planisfério anónimo português de 1502, dito de Cantino, cujas pontas enrolam, à direita, um padrão português, sobre fundo de elementos simétricos ondulados, e, à esquerda, uma cruz flordelizada espanhola, inteceptado sobre o continente sul-americano pela legenda vertical “Tratado de Tordesilhas”, junto ao rebordo uma cercadura dupla lisa, interrompida pela legenda comemorativa e, na parte inferior, pelas datas “1494-1994”.

Art. 3.º O limite da emissão desta moeda comemorativa é fixado em 580 000 000\$.

Art. 4.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 10 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

2 – Os espécimes numismáticos serão cunhados em liga de prata de  $^{925}/_{1000}$ , com o diâmetro de 40 mm, o peso de 28,0 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias, no peso e no toque, de mais ou menos 1/1000.

Art. 5.º As moedas destinadas a distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 6.º O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto do público, será afecto nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 391/86, de 22 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 260/87 de 29 de Junho.

Art. 7.º As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 25 000\$ nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 21 de Abril de 1994. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Eduardo de Almeida Catroga*

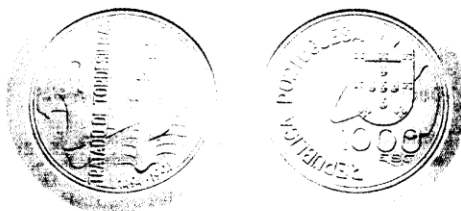
Promulgado em 18 de Maio de 1994.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 23 de Maio de 1994.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.



## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Decreto-Lei n.º 266/94

de 26 de Outubro

A preservação do meio ambiente e da diversidade biológica do planeta é algo de fundamental para o futuro da Humanidade.

No sentido de sensibilizar a comunidade para esse problema, julga-se da maior importância a participação de Portugal numa série internacional de moedas comemorativas, em

conjunto com vários países do continente americano e a Espanha, alusiva às “Espécies em via de extinção”.

Foi obtido o acordo do Banco de Portugal, de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 - É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. (INCM), de uma moeda comemorativa alusiva ao lobo, integrada na Série Internacional Ibero-Americana, sob o tema “Espécies em via de extinção”, com o valor facial de 1000\$.

2 - Salvo o disposto no artigo 4.º, a moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata de toque 500/1000, com 40 mm de diâmetro e 27,0 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1/100 no peso e no toque, e terá bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 - A gravura do anverso da moeda apresenta, no centro do campo, as armas nacionais de Portugal circundadas pela legenda “República Portuguesa 1000 esc” entre duas circunferências, orladas pelas armas nacionais da Argentina, Colômbia, Cuba, Equador, Espanha, Guatemala, México, Nicarágua, Peru e Uruguai, que constituem os restantes países participantes nesta Série Internacional.

2 - A gravura do reverso apresenta no centro do campo um lobo, tendo por baixo a legenda “O lobo” e como fundo um segundo lobo deitado visto de frente e, na orla, a legenda “Espécies em via de extinção” na metade superior e a era 1994 na metade inferior.

Art. 3.º O limite de emissão desta moeda comemorativa de prata é fixado em 100 000 000\$.

Art. 4.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 30 000 espécimes numismáticas de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*) destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com o diâmetro de 40 mm, peso de 27,0 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias, no peso e no toque, de mais ou menos 1/100.

Art. 5.º As moedas destinadas a distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 6.º As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 50 000\$ nestas moedas.

## Apontamentos: Legislação

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 15 de Setembro de 1994. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Eduardo de Almeida Catroga*

Promulgado em 7 de Outubro de 1994.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 10 de Outubro de 1994.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.



### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

#### **Decreto-Lei n.º 110/95**

de 23 de Maio

Comemorando-se em 1995 o 5.º centenário da morte do rei D. João II, figura do maior relevo no panorama da história de Portugal e grande continuador do processo dos descobrimentos marítimos portugueses, iniciado pelo seu tio D. Henrique, julga-se da maior oportunidade assinalar esta efeméride pela emissão de uma moeda comemorativa cunhada em metal precioso e com elevado valor facial, adequado à projecção nacional e internacional que se deseja imprimir a esta comemoração.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1º do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. (INCM), de uma moeda comemorativa em prata, com o valor facial de 1000\$, alusiva ao 5.º centenário da morte do rei D. João II.

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata de toque 500/1000, com 40mm de diâmetro e 28g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1% no peso e no toque, e terá bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 - A gravura do anverso da moeda apresenta, do lado direito do campo, delimitado por cercadura dupla lisa e quadrilobada de recorte gótico, o escudo das armas nacionais, sobrepondo-se parcialmente às cercaduras, do lado esquerdo, a empresa do rei D. João II, tendo como corpo o pelicano alimentando os filhos e como alma o moto “Pola Lei e pola Grei”, na orla superior, a legenda “República Portuguesa” e, na orla inferior, o valor facial “1000 Escudos”, tudo em letras de recorte gótico com separadores de dois pontos.

2 - A gravura do reverso apresenta, do lado esquerdo do campo, delimitado por cercadura lisa e, na parte superior, por cercadura multilobada com aneletes nas pontas, a efígie de D. João II de perfil à direita, segundo um retrato da época, do lado direito, uma caravela quatrocentista de dois mastros navegando para ocidente em mar encapelado e, na orla, a legenda em letras de recorte gótico “D. João II: Rei de Portugal: 1495-1995”.

Art. 3.º O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 615 000 000\$.

Art. 4.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a INCM é autorizada a cunhar até 15 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com diâmetro de 40mm, peso de 28g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/1000.

Art. 5.º As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 6.º O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto ao público, será afecto nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 391/86, de 22 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 260/87, de 29 de Junho.

Art. 7.º As moedas cunhadas ao abrigo do presente diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 25 000\$ nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 20 de Abril de 1995. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Eduardo de Almeida Catroga*

Promulgado em 4 de Maio de 1995.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 10 de Maio de 1995.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

**Decreto-Lei n.º 111/95**

de 23 de Maio

Em continuação do programa monetário e numismático alusivo aos Descobrimentos Portugueses, iniciado em 1987 no âmbito do plano de acções da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, a 6.ª série destas moedas comemorativas é alusiva às navegações e explorações marítimas nos mares de Java e de Banda, que conduziram à chegada dos primeiros portugueses às ilhas Molucas (1512), às ilhas de Solor e de Timor (1515) e às costas da Austrália (1522-1525).

Após a conquista de Malaca em 1511 por Afonso de Albuquerque, as navegações portuguesas dividiram-se em duas grandes rotas marítimas, a primeira em busca das famosas ilhas das especiarias e a segunda visando o encontro com o Celeste Império. Em 1512, António de Abreu e Francisco Serrão chegam às Molucas, as ilhas produtoras das especiarias raras, e três anos depois os Portugueses visitam pela primeira vez as ilhas de Solor e de Timor, donde provinha o melhor sândalo que aparecia nos mercados da Índia.

A presença dos Portugueses nos mares da Insulíndia incrementou a busca da lendária ilha do Ouro e da mítica Terra Australis da cartografia ptolemaica.

Entre as expedições que estão hoje suficientemente bem documentadas, as de Cristóvão de Mendonça, em 1522, e de Gomes de Sequeira, em 1525, deixaram evidentes registos cartográficos das suas visitas às costas do Noroeste Australiano, 80 anos antes das primeiras expedições de outros povos europeus.

Considera-se, assim, oportuno assinalar esses eventos dos Portugueses com a emissão de uma série de moedas comemorativas alusivas à conquista de Malaca, às expedições marítimas às ilhas Molucas, às ilhas de Solor e de Timor e ao continente australiano.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:



Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 - É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. (INCM), de uma série de quatro moedas comemorativas, com o valor facial de 200\$, alusivas à conquista de Malaca, às primeiras expedições e viagens às ilhas Molucas, às ilhas de Solor e de Timor e às costas da Austrália.

2 - Cada uma das moedas referidas no número anterior será cunhada em liga de cuproníquel de toque 75/25, com 36 mm de diâmetro e 21 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1,5% do peso e no toque, e terá bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 - A gravura do anverso da moeda alusiva à conquista de Malaca apresenta, no lado direito do campo, uma representação da nau-capitania de Afonso de Albuquerque, cujo nome, Flor de la Mar, aparece inscrito ao nível da linha de água, no lado esquerdo, o escudo das armas nacionais, tendo por baixo a data “1995”, na orla superior, a legenda “República Portuguesa” e, na orla inferior, o valor facial “200 Esc.”.

2 - A gravura do reverso apresenta, no lado direito do campo, a figura de Afonso de Albuquerque, de pé e corpo inteiro, inspirada na iconografia do século XVI, no lado esquerdo, uma representação da Porta de Santiago da muralha da Fortaleza de Malaca, na orla inferior, a legenda “Afonso de Albuquerque” e, na orla superior, com separadores de flores-de-lis, a legenda “Melaka. 1511. Malaca”.

Art. 3.º - 1 - A gravura do anverso da moeda alusiva à chegada às ilhas Molucas apresenta, no lado esquerdo do campo, o escudo das armas nacionais, tendo por baixo o valor facial de “200 Esc.” em duas linhas, no centro e lado direito, a legenda “República/Portuguesa/1995”, em três linhas, na parte superior do campo, uma representação da planta do cravinho e, na parte inferior, uma representação da planta e do fruto da noz-moscada.

2 - A gravura do reverso apresenta, no lado direito do campo, uma representação do arquipélago das Molucas, tendo assinalado em inscrição os nomes das ilhas de Ternate e de Tidore, na parte inferior do campo, uma nau portuguesa navegando ao encontro das ilhas e, na parte superior, a legenda “Ilhas das Especiarias/Molucas/1512”, em três arcos de círculo concêntricos.

Art. 4.º - 1 - A gravura do anverso da moeda alusiva à chegada às ilhas de Solor e de Timor apresenta, na parte superior do campo, o escudo das armas nacionais, no lado direito, o valor facial “200 Esc.”, em duas linhas, na parte inferior, uma nau portuguesa quinhentista, no lado esquerdo, uma representação da árvore do sândalo, na orla superior, a legenda “República Portuguesa”, na orla inferior, a era “1995” e, junto ao rebordo, uma dupla cercadura de triângulos.

2 - A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, uma representação cartográfica das ilhas de Solor, Atauro e Timor, tendo sobreposta ao centro a cruz da Ordem de Cristo, rodeada por diversos elementos alegóricos e representativos dos mitos, tradições, usos e costumes do povo maubere, designadamente a cobra, símbolo das forças primordiais geradoras

de vida, o búfalo, símbolo de riqueza, o cavalo timorense, o crocodilo, da lenda da criação de Timor, e o diadema, insígnia de chefia, no lado inferior direito, a representação de um régulo de meio corpo de perfil à esquerda, com as suas insígnias e panos tradicionais e, junto ao rebordo, uma dupla cercadura de triângulos.

Art. 5.º - 1 - A gravura do anverso da moeda alusiva ao reconhecimento da Austrália apresenta, no lado esquerdo do campo, o escudo das armas nacionais, tendo por baixo a data “1995”, no lado direito, uma esfera armilar de recorte quinhentista, na parte inferior do campo, o valor facial “200 Esc.”, na orla superior, uma cercadura de pérolas e, na orla inferior, a legenda “República Portuguesa”.

2 - A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, o contorno do mapa da Austrália tendo sobreposto um perfil da costa, na metade inferior, três caravelas redondas portuguesas navegando para leste, na parte inferior direita, as datas “1522/1525”, em duas linhas, na orla superior, uma cercadura de pérolas e, na orla inferior, a legenda “Austrália”.

Art. 6.º O limite de emissão de cada uma destas moedas comemorativas é fixado em 159 200 000\$.

Art. 7.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar de cada uma destas moedas até 20 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “brilhante não circulado” (BNC), até 20 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 1000 espécimes numismáticos de paládio com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 4000 espécimes numismáticos de ouro com acabamento “prova numismática” (*proof*) e até 1000 espécimes numismáticos de platina com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos de prata serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 26,5 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/1000.

3 - Os espécimes numismáticos de paládio serão cunhados em metal fino 999,5/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de mais ou menos 2/1000.

4 - Os espécimes numismáticos de ouro serão cunhados em liga de ouro de toque 916,6/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 27,2 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de mais ou menos 3/1000 e no toque de mais ou menos 1/1000.

5 - Os espécimes numismáticos de platina serão cunhados em metal fino 999,5/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de mais ou menos 2/1000.

Art. 8.º As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 9.º O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto do público, será afecto nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 391/86, de 22 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 260/87, de 29 de Junho.

Art. 10.º As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 10 000\$ nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 20 de Abril de 1995. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Eduardo de Almeida Catroga*

Promulgado em 4 de Maio de 1995.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 10 de Maio de 1995.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

### **Decreto-Lei n.º 122/95**

de 31 de Maio

Comemorando-se em 1995 o 4.º centenário da morte de D. António, prior do Crato, aclamado e reconhecido nos Açores como rei de Portugal durante os dois anos da sua resistência aos invasores espanhóis, e o 1.º centenário do Decreto de 2 de Março de 1895, que instituiu pela primeira vez a autonomia dos distritos dos Açores, julga-se oportuna a cunhagem de duas moedas comemorativas que assinalem aquelas efemérides e promovam o conhecimento público da sua importância para a história de Portugal e, de forma particular, da Região Autónoma dos Açores.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 - É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. (INCM), de duas moedas comemorativas do 1.º centenário da autonomia administrativa dos Açores e do 4.º centenário da morte de D. António, prior do Crato, com o valor facial de 100\$.

2 - As moedas referidas no número anterior serão cunhadas em liga de cupro-níquel 75/25, com 33mm de diâmetro e 15g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1,5% no peso e no toque, e terão bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 - A gravura do anverso da moeda alusiva ao centenário da autonomia administrativa dos Açores apresenta, na metade inferior do campo, elementos geométricos ondulados simbolizando o mar, interceptados ao centro pelo escudo das armas nacionais, na metade superior, o logótipo oficial das comemorações deste centenário, sobreposto numa composição alegórica ao Sol, na orla superior, a legenda “República Portuguesa . Açores”, na orla inferior, o valor facial “100 Escudos” e, junto ao rebordo, uma cercadura de pérolas.

2 - A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, um açor de asas abertas, tendo por cima as datas “1895/1995”, em duas linhas, na orla superior, a legenda “1.º Centenário da Autonomia dos Açores”, na orla inferior, nove estrelas representativas das ilhas açorianas e, junto ao rebordo, uma cercadura de pérolas.

Art. 3.º - 1 - A gravura do anverso da moeda alusiva ao 4.º centenário da morte de D. António, prior do Crato, apresenta, na parte inferior esquerda do campo limitado por cercadura lisa, o escudo das armas nacionais, na parte superior esquerda, um açor poisado à direita, na parte direita do campo, uma composição com as cruzes que se encontram gravadas nas moedas cunhadas nos Açores em nome de D. António, respectivamente, a cruz da Ordem Militar de Santiago da Espada, a cruz da Ordem Militar de Avis, a cruz da Ordem Militar de Cristo, a cruz do monte Calvário, na orla superior, a legenda “República Portuguesa” e, na orla inferior, entre separadores de florões, o valor facial “100 Escudos”.

2 - A gravura do reverso apresenta, no campo limitado por cercadura lisa, o busto de D. António a três quartos à direita, de cabeça descoberta e barba, com armadura e gola encanudada, tendo à direita a cruz da Ordem de Malta, na orla superior, a legenda “D. António Prior do Crato” e, na orla inferior, entre separadores de florões, as datas “1595-1995”.

Art. 4.º O limite de emissão de cada uma destas moedas comemorativas é fixado em 51 500 000\$.

Art. 5.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar de cada uma destas moedas até 5000 espécimes numismáticos de prata, com acabamento “brilhante não circulado” (BNC), e até 10 000 espécimes numismáticos de prata, com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com o diâmetro de 33mm, peso de 18,5g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/1000.

Art. 6.º As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 7.º O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto ao público, será afecto à Região Autónoma dos Açores, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 293/86, de 12 de Setembro.

Art. 8.º As moedas cunhadas ao abrigo do presente diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 5000\$ nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 4 de Maio de 1995. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Eduardo de Almeida Catroga*

Promulgado em 16 de Maio de 1995.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 18 de Maio de 1995.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

### **Decreto-Lei n.º 123/95**

de 31 de Maio

Comemorando-se em 1995 o cinquentenário da criação da ONU – Organização das Nações Unidas, como fórum internacional e universal destinado a manter a paz e a segurança mundiais, e da FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, como serviço humanitário contra a fome e a subnutrição, dedicado ao desenvolvimento agrícola e à distribuição mundial de alimentos, considera-se oportuno assinalar estas efemérides pela emissão de duas moedas comemorativas.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 - É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. (INCM), de uma moeda comemorativa ao 50.º aniversário da ONU, com o valor facial de 200\$, e de uma moeda alusiva ao 50.º aniversário da FAO, com o valor facial de 100\$.

2 - A moeda de 200\$ referida no número anterior é fabricada em duas ligas com o diâmetro exterior de 28mm, peso de 9,8g, tolerância em peso de mais ou menos 3,5% e bordo alternadamente liso e serrilhado, constituída por um núcleo interno de 19,3mm de diâmetro, de liga cupro-níquel 75/25, com a tolerância de mais ou menos 1,5% no níquel, e por uma coroa circular externa de liga cobre-alumínio-níquel 90/5/5, com a tolerância de mais ou menos 0,5% no alumínio e no níquel.

3 - A moeda de 100\$ referida no n.º 1 é fabricada em duas ligas, com o diâmetro exterior de 25mm, peso de 8,3g, tolerância em peso de mais ou menos 3,5% e bordo alternadamente liso e serrilhado, constituída por um núcleo interno de 17mm de diâmetro, de liga cobre-alumínio-níquel 90/5/5, com a tolerância de mais ou menos 0,5% no alumínio e no níquel, e por

uma coroa circular externa de liga cupro-níquel 75/25, com a tolerância de mais ou menos 1,5% no níquel.

Art. 2.º - 1 - A gravura do anverso da moeda alusiva ao 50.º aniversário da ONU apresenta, no centro do campo, as armas nacionais, tendo por baixo o valor facial “200 escudos”, em duas linhas, na orla superior, a legenda “República Portuguesa” e, na orla inferior, a data “1995”.

2 - A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, o símbolo das celebrações, constituído pelo logótipo das Nações Unidas, tendo à direita o número “50” de desenho estilizado, sendo este conjunto rodeado por um ladrilho de peças, representando alegoricamente as nações fundadoras e, na orla inferior, as datas “1945-1995”.

Art. 3.º - 1 - A gravura do anverso da moeda alusiva ao 50.º aniversário da FAO apresenta, no centro do campo, as armas nacionais, tendo por baixo o valor facial “100 escudos”, em duas linhas, na orla superior, a legenda “República Portuguesa” e, na orla inferior, a data “1995”.

2 - A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, o emblema da FAO, constituído por uma espiga de trigo estilizada cantonada, na parte superior, pelas letras “FAO” e ladeada, na parte inferior, pela legenda curva “Fiat/Panis”, sendo este conjunto rodeado de uma estilização de espigas de cereal, e, na orla inferior, as datas “1945-1995”.

Art. 4.º - 1 - O limite de emissão da moeda de 200\$ alusiva ao 50.º aniversário da ONU é fixado em 122 000 000\$.

2 - O limite de emissão da moeda de 100\$ alusiva ao 50.º aniversário da FAO é fixado em 61 000 000\$.

Art. 5.º Dentro dos limites estabelecidos no artigo anterior, a INCM é autorizada a cunhar de cada uma destas moedas até 100 000 exemplares com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 10 000 exemplares com acabamento “prova numismática” (proof), destinados à comercialização nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

Art. 6.º As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 7.º As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 10 000\$ nas moedas de 200\$ e mais de 5000\$ nas moedas de 100\$.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 4 de Maio de 1995. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Eduardo de Almeida Catroga*

Promulgado em 16 de Maio de 1995.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 18 de Maio de 1995.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Decreto-Lei n.º 233/95**

de 13 de Setembro

Comemorando-se em 1995 o 8.º centenário do nascimento de Santo António, um dos mais célebres e populares santos portugueses, julga-se da maior oportunidade assinalar esta efeméride pela emissão de uma moeda comemorativa, cunhada em metal precioso e com elevado valor facial, adequada à projecção nacional e internacional deste notável taumaturgo.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua lei orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 - É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa alusiva ao 8.º centenário do nascimento de Santo António, com o valor facial de 500\$.

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata de toque 500/1000, com 30 mm de diâmetro e 14 g de peso, com tolerância de mais ou menos 1/100 no peso e no toque, e terá bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 - A gravura do anverso apresenta, no lado esquerdo do campo, a fachada da Sé de Lisboa e sobre o vulto do edifício a legenda “Sé de Lisboa”, no lado direito do campo, o escudo das armas nacionais, tendo em baixo a data “1995” e o valor facial “500 Esc.”, e na orla superior, a legenda “República Portuguesa”.

2 - A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, o busto de Santo António, a três quartos à esquerda, tendo nas mãos uma grande cruz e uma bíblia aberta, enquadrado sob um arco medieval de volta inteira, com capitéis evocadores do bestiário fantástico do fim da época românica, com a legenda, em caracteres da época, “SANTO ANTÓNIO”, em três linhas e na orla inferior a legenda “8.º CENTENÁRIO”.

Art. 3.º O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 307 500 000\$.

Art. 4.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 10 000 espécimes numismáticos em prata e até 5000

espécimes numismáticos em ouro, ambos com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos cunhados em liga de prata de toque 925/1000 têm o diâmetro de 30 mm, peso de 14 g, bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/100.

3 - Os espécimes numismáticos cunhados em ouro de toque 916,6/1000 têm o diâmetro de 30 mm, peso de 17,5 g, bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/100.

Art. 5.º As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 6.º As moedas cunhadas ao abrigo do presente diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 20 000\$ nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 20 de Julho de 1995. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Eduardo de Almeida Catroga*

Promulgado em 24 de Agosto de 1995.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 28 de Agosto de 1995.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### **Decreto-Lei n.º 270/95**

de 23 de Outubro

Em 1996 será lançada à água, após completo restauro, a fragata D. Fernando II e Glória. Este navio de guerra de inegável interesse histórico foi a última fragata à vela da Marinha Portuguesa e a última embarcação a fazer a chamada “carreira da Índia”, que desde o século XVI e durante mais de três séculos fez a ligação entre Portugal e aquela antiga colónia.

Julga-se assim da maior oportunidade assinalar esse evento pela emissão de uma moeda comemorativa cunhada em metal precioso e com elevado valor facial, adequado à projecção nacional e internacional que se deseja imprimir ao acontecimento.



Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º - 1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. (INCM), de uma moeda comemorativa de prata alusiva à fragata D. Fernando II e Glória, com o valor facial de 1000\$.

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata de toque 500/1000, com 40 mm de diâmetro e 28 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1% no peso e no toque, e terá bordo serrilhado.

Art. 2.º - 1 - A gravura do anverso da moeda apresenta, na metade inferior do campo, a carcaça do navio, tendo por detrás, sob o seu lado direito, um compasso, simbolizando a construção naval, na orla inferior a legenda “1000 ESCUDOS”, no quadrante superior esquerdo o escudo das armas nacionais de recorte brigantino, no quadrante superior direito a carranca de proa do navio com o busto de perfil de D. Fernando II, na orla superior a legenda “República Portuguesa” e, junto ao rebordo, uma cercadura de pérolas.

2 - A gravura do reverso apresenta, na metade inferior do campo, a fragata devidamente aparelhada, vista de bombordo, na orla inferior a legenda “Damão-1843.1996-Aveiro”, na metade superior do campo os bustos confrontados a três quartos de D. Fernando II e de D. Maria II, circundados por cabos náuticos, entrelaçados no topo das figuras, na orla superior a legenda “Fragata D. Fernando II e Glória” e, junto ao rebordo, uma cercadura de pérolas.

Art. 3.º O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 615 000 000\$.

Art. 4.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar até 15 000 espécimes numismáticos em prata, com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com diâmetro de 40 mm, peso de 28 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1%.

Art. 5.º As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 6.º O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto do público, será afecto à recuperação da fragata D. Fernando II e Glória, de acordo com o protocolo celebrado entre a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e a Marinha, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 151, de 3 de Julho de 1992, e nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 293/86, de 12 de Setembro.

Art. 7.º As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 25 000\$ nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 14 de Setembro de 1995. – *Aníbal António Cavaco Silva* – *Eduardo de Almeida Catroga*

Promulgado em 5 de Outubro de 1995.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 10 de Outubro de 1995.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Decreto-Lei n.º 8/96**

de 12 de Fevereiro

Celebrando-se em 1996 o centenário dos primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna, que tiveram lugar em Atenas, considera-se oportuno assinalar esta efeméride e a participação de Portugal nos XXVI Jogos Olímpicos de Atlanta com a emissão de uma moeda comemorativa.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. (INCM), de uma moeda comemorativa dos XXVI Jogos Olímpicos de Atlanta de 1996 e do centenário do movimento olímpico internacional, com o valor facial de 200\$00.

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em duas ligas, com diâmetro exterior de 28 mm, peso de 9,8 g, tolerância em peso de mais ou menos 3,5% e bordo alternadamente liso e serrilhado, constituído por um núcleo interno de 19,3 mm de diâmetro, de liga de cuproníquel, na proporção de 75% de cobre e 25% de níquel, com a tolerância de mais ou menos 1,5%, e por uma coroa circular externa de liga de cobre-alumínio-níquel, na proporção

de 90% de cobre, 5% de alumínio e 5% de níquel, com a tolerância de mais ou menos 0,5% de níquel.

### Artigo 2.º

1 - A gravura do anverso da moeda apresenta, no lado direito do campo, o escudo das armas nacionais, sobrepondo-se ligeiramente, à direita, a uma composição alegórica à chama olímpica e, à esquerda, a uma composição alegórica aos anéis olímpicos, no lado esquerdo do campo, o valor facial “200 Escudos” em duas linhas, na orla superior, a legenda “República Portuguesa” e, na orla inferior, a data “1996”.

2 - A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, a representação de um atleta em pleno esforço de saltar em altura no estilo denominado “Fosbury”, na orla superior e lateral direita, a legenda “XXVI Jogos Olímpicos” e, na orla inferior esquerda, a legenda “1896 Atlanta 1996”.

### Artigo 3.º

O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 210 000 000\$00.

### Artigo 4.º

1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar até 20000 espécimes numismáticos da mesma liga bimetálica com acabamento “brilhante não circulado” (BNC), até 10000 espécimes numismáticos da mesma liga bimetálica com acabamento “prova numismática” (*proof*) e até 20000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*) destinados à comercialização nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos de prata serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com o diâmetro de 36 mm, peso de 26,5 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1%.

### Artigo 5.º

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

### Artigo 6.º

O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto do público, será afecto ao Comité Olímpico Português para financiamento dos custos de preparação e das deslocações das equipas e delegações olímpicas nacionais, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei 293/86, de 12 de Setembro.

### Artigo 7.º

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 10000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 21 de Dezembro de 1995. – *António Manuel de Oliveira Guterres* – *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*

Promulgado em 4 de Janeiro de 1996.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 9 de Janeiro de 1996.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Decreto-Lei n.º 101/96**

de 24 de Julho

Na continuação do programa monetário e numismático dedicado aos Descobrimentos Portugueses, a 7.ª série destas moedas comemorativas é alusiva às navegações no mar da China e às primeiras relações diplomáticas com o Reino do Sião.

A chegada dos primeiros navegadores portugueses ao litoral chinês, em 1513, iniciou um relacionamento entre Portugal e a China que perdura há quase cinco séculos. Nesse ano, uma expedição comandada por Jorge Álvares, feitor da carga pertencente à coroa, ergueu um padrão numa ilha próxima de Cantão e desembarcou nessa cidade, onde realizou o primeiro intercâmbio comercial luso-chinês. Quase em simultâneo iniciavam-se os contactos entre os Portugueses e o Reino do Sião. Em 1511, ainda antes da conquista de Malaca, Afonso de Albuquerque enviou Duarte Fernandes com uma mensagem amistosa ao rei Ramathibodi II (1491-1529), que foi bem recebida e retribuída, logo seguida, em 1512, por uma primeira embaixada capitaneada por António de Miranda de Azevedo. Como resultado das amistosas relações desde então estabelecidas, os Reinos de Portugal e do Sião acordaram numa aliança militar e comercial, que teve profundas repercussões na história da presença portuguesa no Sudeste Asiático.

As navegações e o comércio português nos mares da China e do Japão receberam um forte impulso em 1557, com a autorização concedida aos mercadores portugueses de se estabelecerem no porto de Macau, situado a poucos quilómetros de Cantão.

Após a chegada ao Japão (1543), Macau passou a ser o ponto de escala obrigatório dos navios que ligavam anualmente Goa aos portos das ilhas de Kiushu, numa rota que costeava uma ilha desconhecida com belas colinas, altas e verdes, à qual os portugueses chamavam de

ilha Formosa, sem nunca a terem reconhecido nem lá desembarcado. Em 17 de Julho de 1582 um navio capitaneado por André Feio naufragou num banco de areia da costa setentrional dessa ilha, facto que é considerado como marcando o descobrimento europeu da Formosa (Taiwan).

Considera-se assim oportuna a emissão de uma série de moedas comemorativas alusivas à aliança entre Portugal e o Reino do Sião (1512), à chegada dos portugueses à China (1513), ao estabelecimento em Macau (1557) e à descoberta da ilha Formosa (1582), no âmbito das comemorações nacionais dos Descobrimentos Portugueses.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. (INCM), de uma série de quatro moedas, com o valor facial de 200\$00, alusivas à aliança entre Portugal e o Reino do Sião (1512), à chegada dos portugueses à China (1513), ao estabelecimento em Macau (1557) e à descoberta da ilha Formosa (1582).

2 - Cada uma das moedas referidas no número anterior será cunhada em liga de cuproníquel 75/25, com 36 mm de diâmetro e 21,0 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1,5% no título e no peso, e terá bordo serrilhado.

### Artigo 2.º

1 - A gravura do anverso da moeda, alusiva à aliança entre Portugal e o Reino do Sião, apresenta, no lado direito do campo, o escudo das armas nacionais, tendo por baixo, à direita, uma representação de edifícios e templos tradicionais siameses das margens do rio Chaophaya, e a era “1996”, do lado esquerdo do campo, uma representação de um navio português quinhentista, na orla superior, a legenda “República Portuguesa” e, na orla inferior, o valor facial “200 Escudos”.

2 - A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, duas composições heráldicas alegóricas dentro de molduras encordoadas que se cruzam ao centro, à direita, uma representação de símbolos iconográficos e heráldicos siameses e a inscrição do nome do rei “Ramathibodi II” no arco inferior, à esquerda, uma representação da Cruz da Ordem de Cristo sobrepondo-se inferiormente sobre uma esfera armilar de recorte manuelino, tendo no arco inferior o nome do rei “D. Manuel I”, na parte inferior do campo, a era “1512”, na orla inferior a legenda “Aliança Portugal-Reino do Sião” e, na orla superior, a mesma legenda em tailandês.

### Artigo 3.º

1 - A gravura do anverso da moeda alusiva à chegada à China apresenta, no centro do campo, o escudo das armas nacionais assente na esfera armilar, rodeada por elementos vegetativos de canas de bambu, no lado inferior direito, o valor facial “200 Esc”, em duas linhas, na orla lateral e superior esquerda, a legenda “República Portuguesa. 1996” e, junto ao rebordo, uma cercadura de pérolas.

2 - A gravura do reverso apresenta, no lado direito do campo, uma representação de uma nau portuguesa quinhentista, no lado esquerdo, a linha da costa chinesa identificada, no campo interior, pela representação do Templo do Céu em Pequim, e, na parte inferior, pelo perfil de um junco, na orla inferior, a legenda “China. 1513. China” em chinês e em português e, junto ao rebordo, uma cercadura de pérolas.

### Artigo 4.º

1 - A gravura do anverso da moeda alusiva ao estabelecimento em Macau apresenta, no centro do campo, uma representação das ruínas da Igreja de São Paulo circundadas por um grande dragão da tradição cultural chinesa, no lado superior esquerdo, o escudo das armas nacionais, na parte superior do campo, a era “1996”, na orla superior, a legenda “República Portuguesa”, na orla inferior, o valor facial “200 Escudos” e, junto ao rebordo, uma cercadura de pérolas interrompida inferiormente.

2 - A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, a representação de um tradicional junco chinês, no lado superior esquerdo, uma vista do farol da Guia, na orla inferior, a legenda “Macau 1557 Macau” em chinês e em português e, junto ao rebordo, uma cercadura de pérolas interrompida inferiormente.

### Artigo 5.º

1 - A gravura do anverso da moeda alusiva à descoberta da Formosa apresenta, no lado direito do campo, o escudo das armas nacionais, tendo por baixo o valor facial “200 Esc” e a era “1996”, em duas linhas, no lado esquerdo, uma composição de um ramo de ameixeira florida, na orla inferior, a legenda “República Portuguesa” e, junto ao rebordo, uma cercadura de pérolas interrompida superiormente por uma flor de ameixeira.

2 - A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, a representação de um galeão português quinhentista, no lado direito, uma representação cartográfica da ilha Formosa, cujo nome original “I. Formosa” aparece inscrito junto à costa sul, na parte inferior do campo, a era “1582”, na orla inferior, a legenda “Taiwan” em chinês e em português e, junto ao rebordo, uma cercadura de pérolas interrompida superiormente por uma flor de ameixeira.

### Artigo 6.º

O limite de emissão de cada uma destas moedas comemorativas é fixado em 160400000\$00.

### Artigo 7.º

1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar de cada uma destas moedas até 20000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “brilhante não circulado” (BNC), até 25000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 1000 espécimes numismáticos de paládio com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 5000 espécimes numismáticos de ouro com acabamento “prova numismática” (*proof*) e até 1000 espécimes numismáticos de platina com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos de prata serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 26,5 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/1000.

3 - Os espécimes numismáticos de paládio serão cunhados em metal fino 999,5/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de mais ou menos 2/1000.

4 - Os espécimes numismáticos de ouro serão cunhados em liga de ouro de toque 916,6/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 27,2 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de mais ou menos 3/1000 e no toque de mais ou menos 1/1000.

5 - Os espécimes numismáticos de platina serão cunhados em metal fino 999,5/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de mais ou menos 2/1000.

#### Artigo 8.º

As moedas destinadas a distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

#### Artigo 9.º

O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto ao público, será afecto nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei 391/86, de 22 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 3.º do Decreto-Lei 260/87, de 29 de Junho.

#### Artigo 10.º

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 10000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 3 de Julho de 1996. – *António Manuel de Oliveira Guterres* – *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*

Promulgado em 11 de Julho de 1996.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 12 de Julho de 1996.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Decreto-Lei n.º 191/96**

de 9 de Outubro

Ocorrendo em 1996 o 350.º aniversário da proclamação de Nossa Senhora da Conceição como padroeira de Portugal, por provisão régia de D. João IV de 25 de Março de 1646 “em homenagem, agradecimento solene e perpétuo monumento da Restauração de Portugal, como anteriormente tinha sido deliberado e jurado em Cortes com os três Estados do reino”, julga-se da maior oportunidade assinalar esta data jubilar pela emissão de uma moeda comemorativa de prata com elevado valor facial.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa de prata alusiva ao 350.º aniversário da proclamação de Nossa Senhora da Conceição como padroeira de Portugal, com o valor facial de 1000\$00.

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata de toque 500/1000 com 40 mm de diâmetro e 28 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1/100 no peso e no toque, e bordo serrilhado.

Artigo 2.º

1 - A gravura do anverso da moeda apresenta, ao centro do campo ornamentado com uma composição do monograma AM (“Ave Maria”), o escudo das armas nacionais, na orla, a legenda “1646. República Portuguesa. 1996” e, na orla inferior, o valor facial “1000\$00”.

2 - A gravura do reverso da moeda apresenta, ao centro do campo, uma representação da imagem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, ladeada na metade inferior do campo por representações da coroa real do tempo de D. João IV e, nas orlas laterais, a legenda “N. S. da Conceição/Padroeira de Portugal”.



## Apontamentos: Legislação

### Artigo 3.º

O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 635 000 000\$00.

### Artigo 4.º

1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 15000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com diâmetro de 40 mm, peso de 28 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/100.

### Artigo 5.º

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

### Artigo 6.º

As moedas cunhadas ao abrigo do presente diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 25 000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 29 de Agosto de 1996. – *António Manuel de Oliveira Guterres – Fernando Teixeira dos Santos*

Promulgado em 20 de Setembro de 1996.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 25 de Setembro de 1996.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

### **Decreto-Lei n.º 192/96**

de 9 de Outubro

Comemora-se este ano o sesquicentenário da fundação do Banco de Portugal, em 19 de Novembro de 1846, por fusão do Banco de Lisboa e da Companhia Confiança Nacional.

Num já longo e prestigiante percurso que vai desde a sua afirmação inicial como o mais importante banco comercial do País, a que se seguiu um acréscimo da sua vocação pública, enquanto banco emissor, banqueiro do Estado e de Caixa Geral do Tesouro e que culmina com o actual desempenho das funções inerentes ao Banco Central da República Portuguesa, muitos foram os momentos em que o seu desempenho foi de importância crucial para o País.

Afigura-se assim da maior oportunidade assinalar esta efeméride pela emissão de uma moeda comemorativa de prata de circulação corrente e pela cunhagem de espécimes numismáticos bimetálicos de prata e ouro, de características inéditas a nível mundial, com recurso a tecnologia inovadora desenvolvida pela Casa da Moeda de Lisboa em colaboração com o Instituto Superior Técnico.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa alusiva ao 150.º aniversário da fundação do Banco de Portugal, com o valor facial de 500\$00.

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata de toque 500/1000 com 30 mm de diâmetro e 14 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1/100 no peso e no toque, e bordo serrilhado.

### Artigo 2.º

1 - A gravura do anverso da moeda apresenta, no centro do campo atravessado na vertical por uma faixa listada, o escudo das armas nacionais assente na esfera armilar, tendo por baixo o valor facial “500 Esc.”, nas laterais do campo, a legenda “República Portuguesa” em disposição vertical e, junto ao rebordo lateral, uma cercadura lisa.

2 - A gravura do reverso apresenta, ao centro do campo atravessado na vertical por uma faixa listada, o emblema do Banco de Portugal, tendo por baixo as datas “1846.1996”, nas laterais do campo, a legenda “Banco de Portugal” em disposição vertical e, junto ao rebordo lateral, uma cercadura lisa.

### Artigo 3.º

O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 317 500 000\$00.

### Artigo 4.º

## Apontamentos: Legislação

1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 10 000 espécimes numismáticos de prata e até 5000 espécimes numismáticos bimetálicos lamelares de prata e ouro, ambos com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos, cunhados em liga de prata de toque 925/1000, têm o diâmetro de 30 mm, peso de 14 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/100.

3 - Os espécimes numismáticos bimetálicos lamelares de prata e ouro têm o diâmetro de 30 mm, peso total de 17,1 g e o bordo serrilhado, sendo constituídos por um disco de prata de toque 925/1000, peso de 14 g e tolerância no peso e no toque de mais ou menos 1/100, sobre o qual é cunhado conjuntamente, no reverso desta moeda, um segundo disco de ouro de toque 916,6/1000, peso de 3,1 g, tolerância de mais ou menos 1/100 e no peso de mais ou menos 5/100.

### Artigo 5.º

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

### Artigo 6.º

As moedas cunhadas ao abrigo do presente diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 20000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 29 de Agosto de 1996. – *António Manuel de Oliveira Guterres – Fernando Teixeira dos Santos*

Promulgado em 20 de Setembro de 1996.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 25 de Setembro de 1996.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Decreto-Lei n.º 171/97**

de 8 de Julho

Em 1998 terá lugar a Exposição Mundial de Lisboa - EXPO 98, a última grande exposição mundial deste século e um acontecimento da maior relevância e importância política, cultural, turística e económica para a cidade de Lisboa e para Portugal.

Considerando que o tema central da EXPO 98 é “Os oceanos, um património para o futuro”, que o ano de 1998 foi declarado Ano Internacional dos Oceanos pela Organização das Nações Unidas e que no final deste século terão início as comemorações do Milénio do Atlântico, julga-se da maior oportunidade assinalar a realização da Exposição Mundial de Lisboa com um programa de emissões monetárias comemorativas constituído por três séries a lançar no período de 1997 a 1999 e com temas alusivos à fauna marítima costeira portuguesa, ao centenário das primeiras expedições oceanográficas portuguesas (1997), à EXPO 98 e ao Ano Internacional dos Oceanos (1998) e ao Milénio do Atlântico (1999).

Foi ouvida a Parque EXPO 98, S. A.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1.º

É criado o programa monetário e numismático alusivo à Exposição Mundial de Lisboa - EXPO 98, constituído por três séries de moedas comemorativas, a cunhar no período de 1997 a 1999, com temas alusivos, respectivamente: em 1997, à fauna marítima costeira portuguesa e ao centenário das primeiras expedições oceanográficas portuguesas; em 1998, à EXPO 98 e ao Ano Internacional dos Oceanos, e, em 1999, ao Milénio do Atlântico.

### Artigo 2.º

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. (INCM), da primeira série de três moedas comemorativas da EXPO 98, alusivas ao lobo marinho das ilhas Desertas, com o valor facial de 100\$00, aos golfinhos da costa portuguesa, com o valor facial de 200\$00, e ao centenário das primeiras expedições oceanográficas portuguesas, como valor facial de 1000\$00.

2 - A moeda de 100\$00 referida no número anterior será cunhada em duas ligas, com o diâmetro exterior de 25 mm, peso de 8,3 g, tolerância em peso de mais ou menos 3,5% e bordo alternadamente liso e serrilhado, constituída por um núcleo interno de 17 mm de diâmetro, de liga cobre-alumínio-níquel 90/5/5, com a tolerância de mais ou menos 0,5% no alumínio e no níquel, e por uma coroa circular externa de liga cupro-níquel 75/25, com a tolerância de mais ou menos, 5% no níquel.

3 - A moeda de 200\$00 referida no n.º 1 será cunhada em duas ligas com o diâmetro exterior de 28 mm, peso de 9,8 g, tolerância em peso de mais ou menos 3,5% e bordo

alternadamente liso e serrilhado, constituída por um núcleo interno de 19,3 mm de diâmetro, de liga cuproníquel 75/25, com a tolerância de mais ou menos 1,5% no níquel, e por uma coroa circular externa de liga cobre-alumínio-níquel 90/5/5, com a tolerância de mais ou menos 0,5% no alumínio e no níquel.

4 - A moeda de 1000\$00 referida no n.º 1 será cunhada em liga de prata de toque 500/1000, com 40 mm de diâmetro e 28 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1% no peso e no toque, e terá bordo serrilhado.

### Artigo 3.º

1 - A gravura do anverso da moeda de 100\$00 apresenta, no centro do campo, o escudo das armas nacionais, tendo por baixo o valor facial “100 Escudos” em duas linhas, na orla esquerda e superior, a legenda “República Portuguesa”, do lado direito do campo, uma representação da cagarra das ilhas Desertas e Selvagens, tendo por baixo duas faixas onduladas e, na orla inferior, a era “1997”.

2 - A gravura do reverso apresenta, atravessada no centro do campo, uma representação do lobo marinho das ilhas Desertas, tendo por baixo o logótipo da EXPO 98 e, na orla, a legenda “Exposição Mundial de Lisboa”.

### Artigo 4.º

1 - A gravura do anverso da moeda de 200\$00 apresenta, no centro do campo, o escudo das armas nacionais ladeado, à direita, pelo valor facial “200 Escudos”, em duas linhas, tendo por baixo três faixas onduladas e, na orla, intervalada por representações de rebites de uma vigia sobre o mar, a legenda “República Portuguesa” e a era “1997”.

2 - A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, o logótipo da EXPO 98, tendo por baixo uma composição de três golfinhos e, na orla, intervalada por representações de rebites de uma vigia sobre o mar, a legenda “Exposição Mundial de Lisboa”.

### Artigo 5.º

1 - A gravura do anverso da moeda de 1000\$00 apresenta, na metade superior do campo, o escudo das armas nacionais de recorte brigantino com dois golfinhos heráldicos como tenentes, na metade inferior do campo, dividido por linhas onduladas, uma representação do esqualo *Odontaspis nasutus*, Bragança, tendo por baixo duas espécies de tunídios, cuja migração foi estudada desde 1896, num fundo de silhuetas espelhadas de peixes vários, na orla superior, a legenda “República Portuguesa”, na parte inferior do campo, a era “1997” e, na orla inferior, o valor facial “1000 Esc.”.

2 - A gravura do reverso apresenta, na metade superior do campo, os bustos confrontados do príncipe Alberto I do Mónaco e do rei D. Carlos I de Portugal, identificados por cartelas inferiores com os seus nomes, na metade inferior do campo, uma representação do iate real português, ladeado superiormente pela inscrição “Yacht Amélia”, na orla superior, a legenda “Centenário das Expedições Oceanográficas”, e, na orla inferior, as datas “1896-1897”, intervalada pelo logótipo a EXPO 98.

## Apontamentos: Legislação

### Artigo 6.º

1 - O limite de emissão da moeda de 100\$00 alusiva ao lobo marinho das ilhas Desertas é fixado em 105 000 000\$00.

2 - O limite de emissão da moeda de 200\$00 alusiva ao golfinho da costa portuguesa é fixado em 210 000 000\$00.

3 - O limite de emissão da moeda de 1000\$00 alusiva ao centenário das expedições oceanográficas portuguesas é fixado em 685 000 000\$00.

### Artigo 7.º

1 - Dentro dos limites estabelecidos no artigo anterior, a INCM é autorizada a cunhar, de cada uma das moedas de 100\$00 e 200\$00, até 20000 espécimes numismáticos da mesma liga bimetálica com acabamento “brilhante não circulado” (BNC), até 10000 espécimes numismáticos da mesma liga bimetálica com acabamento “prova numismática” (*proof*) e até 20000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*) e, da moeda de 1000\$00, até 15000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos de prata das moedas de 100\$00 e 200\$00 serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com o diâmetro de 36 mm, peso de 26,5 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1%.

3 - Os espécimes numismáticos da moeda de 1000\$00 serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com o diâmetro de 40 mm, peso de 28 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1%.

### Artigo 8.º

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

### Artigo 9.º

O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas de 100\$00, 200\$00 e 1000\$00 efectivamente colocadas junto do público, será afecto à Parque EXPO 98, S. A., para financiamento de projectos específicos no âmbito da EXPO 98 e do Ano Internacional dos Oceanos, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei 293/86, de 12 de Setembro.

### Artigo 10.º

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 5000\$00 nas moedas de 100\$00, mais de 10000\$00 nas moedas de 200\$00 e mais de 25000\$00 nas moedas de 1000\$00.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 11 de Junho de 1997. – *António Manuel de Oliveira Guterres – António Luciano Pacheco de Sousa Franco*

Promulgado em 26 de Junho de 1997.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 27 de Junho de 1997.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### **Decreto-Lei n.º 194/97**

de 30 de Julho

Em continuação do programa monetário e numismático dedicado aos Descobrimentos Portugueses, a 8.ª série destas moedas comemorativas é alusiva à Missionação durante essa época.

A chegada dos Portugueses aos mares da Ásia e América nos séculos XV e XVI teve decerto motivações económicas e político-estratégicas, mas possuiu também, sem dúvida, uma importante componente religiosa, expressa inicialmente pelo desejo e pela convicção do encontro, nalgumas regiões, com numerosas comunidades de cristãos ali existentes.

Embora essa expectativa tenha sido em larga medida frustrada, a acção evangelizadora das gentes asiáticas iniciou-se de imediato, com espírito ecuménico umas vezes, de forma conflituosa outras, mas em geral reflectindo a possibilidade do diálogo cultural. Porventura mais activa depois da década de 1540, coincidindo com a chegada da Companhia de Jesus ao Oriente, a acção missionária do Padroado Régio Português revestiu-se de inegável importância histórica, que merece ser estudada, no plano global dos encontros (e desencontros) culturais do Ocidente com o Oriente e as suas culturas e religiões no século XVI.

Considera-se, assim, oportuna a emissão de uma série de moedas comemorativas alusivas a São Francisco de Xavier (1506), ao padre Luís Fróis (1532), ao beato José de Anchieta (1534) e ao irmão Bento de Góis (1562), no âmbito das comemorações nacionais dos Descobrimentos Portugueses.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

## Apontamentos: Legislação

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. (INCM), de uma série de quatro moedas, com o valor facial de 200\$00, alusivas a São Francisco de Xavier (1506), ao padre Luís Fróis (1532), ao beato José de Anchieta (1534) e ao irmão Bento de Góis (1562).

2 - Cada uma das moedas referidas no número anterior será cunhada em liga de cuproníquel 75/25, com 36 mm de diâmetro e 21 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1,5% no título e no peso, e terá bordo serrilhado.

### Artigo 2.º

1 - A gravura do anverso da moeda alusiva a São Francisco de Xavier é ocupada em quase todo o campo por um navio do século XVI, representando o missionário sendo descido, a seu pedido, por companheiros de viagem até tocar na água, em alusão à intervenção miraculosa de São Francisco de Xavier na acalmção da tempestade.

Em local heraldicamente honroso, desenhou-se o Escudo Nacional.

Como legendas, ao cimo “REPÚBLICA PORTUGUESA” e, em baixo, o valor facial – “200 ESC” - e a data – “1997”.

2 - A gravura do reverso representa a figura do padre Francisco de Xavier recolhida de um retrato feito por um pintor japonês, anónimo, em Kobe, nos princípios do século XVII.

Por detrás da figura do missionário, o emblema da Ordem dos Jesuítas.

Em legendas circulares as palavras “S. FRANCISCO DE XAVIER” e as datas do seu nascimento e morte – “1506” e “1552”.

### Artigo 3.º

1 - A gravura do anverso da moeda alusiva ao padre Luís Fróis apresenta, na parte inferior da orla, a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA”. No campo, à esquerda, o Escudo Nacional, tendo à sua direita o valor – “200 ESC” - e, por baixo, a data – “1997”.

Disseminado pelo campo, pormenor do tratamento das nuvens douradas com motivos em relevo que aparece nalguns biombos japoneses (arte namban).

2 - A gravura do reverso tem na orla superior a legenda, as datas de nascimento e morte: “1532 - Pe. LUÍS FRÓIS – 1597”. À direita, dentro de uma nuvem, o seu selo, que é também o emblema da Companhia de Jesus.



## Apontamentos: Legislação

No campo, a representação de um jesuíta conversando com um nobre japonês e, por baixo, “HISTÓRIA DE JAPAM”, alusão à primeira história do país, ainda hoje consultada e que foi escrita por Luís Fróis, com o *fac-símile* da sua assinatura.

### Artigo 4.º

1 - A gravura do anverso da moeda alusiva ao beato José de Anchieta apresenta o Escudo Nacional, tendo à direita o mapa da América do Sul e sobre este um índio tupi, a cabana de fundação de São Paulo, um elemento da flora e o Rio de Janeiro como linha de horizonte.

Em cercadura, a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA”, o valor – “200 ESC” - e a data – “1997”.

2 - A gravura do reverso representa o retrato de José de Anchieta, tendo ao seu lado esquerdo a sigla do lema da Companhia de Jesus: “Ad maiorem Dei gloriam.”

Em cercadura, a legenda que inclui as datas de nascimento e morte: “1534 - Bt.º JOSÉ DE ANCHIETA - 1597 - APÓSTOLO DO BRASIL”.

### Artigo 5.º

1 - A gravura do anverso da moeda alusiva ao irmão Bento de Góis tem como elemento central a cruz da Ordem de Cristo, envolvida por ondas. Do lado direito, sobreposto à ondulação, situa-se o Escudo Nacional e, em cercadura, a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA - 1997 - 200 ESC”.

2 - A gravura do reverso apresenta sobreposto ao território da China (onde viria a morrer junto à Grande Muralha em 1607 o irmão Bento de Góis) o missionário jesuíta, de origem açoriana, que percorreu, guiado pela sua fé, a Ásia Central, em busca do grão-cataio. Do lado esquerdo da efígie de Bento de Góis está inscrita a cruz, símbolo do Cristianismo, e, do seu lado direito, o emblema da Companhia de Jesus. Em cercadura, a legenda “IRMÃO BENTO DE GÓIS - 1562 - CHINA – 1607”.

### Artigo 6.º

O limite de emissão de cada uma destas moedas comemorativas é fixado em 141400000\$00.

### Artigo 7.º

1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar de cada uma destas moedas até 25000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “brilhante não circulado” (BNC), até 25000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 1000 espécimes numismáticos de paládio com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 5000 espécimes numismáticos de ouro com acabamento “prova numismática” (*proof*) e até 1000 espécimes numismáticos de platina com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos de prata serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 26,5 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1%.

3 - Os espécimes numismáticos de paládio serão cunhados em metal fino 999,3/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de mais ou menos 2/1000.

4 - Os espécimes numismáticos de ouro serão cunhados em liga de ouro de toque 916,0/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 27,2 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de mais ou menos 3/1000 e no toque de mais ou menos 1/1000.

5 - Os espécimes numismáticos de platina serão cunhados em metal fino, 999,5/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de mais ou menos 2/1000.

#### Artigo 8.º

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

#### Artigo 9.º

O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto do público, será afecto nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei 391/86, de 22 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 3.º do Decreto-Lei 260/87, de 29 de Junho.

#### Artigo 10.º

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 10 000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 19 de Junho de 1997. – *António Manuel de Oliveira Guterres* – *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*

Promulgado em 11 de Julho de 1997.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 18 de Julho de 1997.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Decreto-Lei n.º 341/97**

de 5 de Dezembro

Comemora-se em 1997 o III Centenário da Morte do Padre António Vieira, sacerdote jesuíta no Brasil e um dos maiores oradores e escritores de Portugal, tendo igualmente desempenhado importante papel político e diplomático no reinado de D. João IV.

Assim, julga-se da maior oportunidade assinalar esta efeméride pela emissão de uma moeda comemorativa cunhada em metal precioso e com elevado valor facial, adequado à projecção nacional e internacional desta notável personalidade.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

**Artigo 1.º**

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda, E. P. (INCM), de uma moeda comemorativa alusiva ao “III Centenário da Morte do Padre António Vieira”, com o valor facial de 500\$00.

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata de toque 500/1000 com 30 mm de diâmetro e 14 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1/100 no peso e toque, e terá bordo serrilhado.

**Artigo 2.º**

1 - A gravura do anverso contém o retrato do Padre António Vieira, que foi recriado a partir da gravura a buril feita em Roma por Arnold van Westerhout.

Na parte superior do campo da moeda figurará a legenda “III Centenário da Morte” e na parte inferior do campo a legenda “Padre António Vieira”.

Entre as duas legendas figurarão, à esquerda, o “IHS” símbolo dos Jesuítas, e, à direita, as datas.

2 - A gravura do reverso representa na parte superior do campo da moeda a legenda “República Portuguesa” e na parte inferior do campo o valor facial de 500\$00. Estes elementos são separados por pequenos resplendores. Sobre o resplendor que enche o campo da moeda abre-se um círculo - que tem o mesmo tratamento do campo - onde figura o Escudo Nacional, em relevo.

### Artigo 3.º

O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 275 000 000\$00.

### Artigo 4.º

1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar até 1000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos cunhados em liga de prata de toque 925/1000 têm o diâmetro de 30 mm, o peso de 14 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/100.

### Artigo 5.º

1 - Dentro do limite estabelecido no artigo 3.º, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 15000 espécimes numismáticos lamelares de prata e ouro, com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos bimetálicos lamelares de prata e ouro têm o diâmetro de 30 mm, o peso total de 17,1 g e o bordo serrilhado, sendo constituídos por um disco de prata de toque 925/1000, peso de 14 g e tolerância no peso e no toque de mais ou menos 1/100, sobre o qual é cunhado conjuntamente, no reverso desta moeda, um segundo disco de ouro de toque 916,6/1000, peso de 3,1 g, tolerância no toque de mais ou menos 1/100 e no peso de mais ou menos 5/100.

### Artigo 6.º

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

### Artigo 7.º

Os lucros da amoedação destinada à distribuição pública pelo respectivo valor facial (diferença entre o valor facial e os custos de produção) constituem receitas não fiscais totalizando 96200 contos, a realizar em 1997, sendo postos pelo Ministério das Finanças à disposição da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei 293/86, de 12 de Setembro, e do artigo 8.º do Decreto-Lei 391/86, de 22 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 3.º do Decreto-Lei 260/87, de 29 de Junho.

### Artigo 8.º

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 20000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 30 de Outubro de 1997. – *António Manuel de Oliveira Guterres – Fernando Teixeira dos Santos*

Promulgado em 19 de Setembro de 1997.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 21 de Novembro de 1997.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

**Decreto-Lei n.º 342/97**

de 5 de Dezembro

A preservação do meio cultural e da diversidade histórica do planeta é algo de fundamental e importante para o futuro da humanidade.

Julga-se, assim, da maior importância a participação de Portugal numa série internacional de moedas comemorativas, em conjunto com vários países do continente americano e a Espanha, alusivas às “Danças e Trajes Típicos”.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

**Artigo 1.º**

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa alusiva aos “Pauliteiros de Miranda”, integrada na série internacional ibero-americana sob o tema “Danças e Trajes Típicos”, com o valor facial de 1000\$00.

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata de toque 500/1000, com 40 mm de diâmetro e 27 g de peso, com uma tolerância de (mais ou menos) 1% no título e no peso, e terá bordo serrilhado.

**Artigo 2.º**

1 - A gravura do anverso apresenta, no centro do campo, as armas nacionais de Portugal circundadas pela legenda “República Portuguesa 1000 ESC” entre duas circunferências, orladas

pelas armas nacionais dos países participantes nesta série internacional, respectivamente Argentina, Bolívia, Cuba, Equador, Espanha, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai.

2 - A gravura do reverso apresenta, no centro do campo, um par de dançarinos tendo em cima a legenda “Dança dos Pauliteiros”, na metade superior, e a era 1997 com o nome de Portugal, na metade inferior.

### Artigo 3.º

O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 555 000 000\$00.

### Artigo 4.º

1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 35000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos de prata referidos no número anterior serão cunhados em liga de prata 925/1000, com diâmetro de 40 mm, peso de 27 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e na liga de (mais ou menos) 1%.

### Artigo 5.º

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

### Artigo 6.º

Os lucros da amoedação destinada à subscrição pública pelo respectivo valor facial (diferença entre o valor facial e os custos de produção) reverterão para o Orçamento do Estado.

### Artigo 7.º

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 25000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 30 de Outubro de 1997. – *António Manuel de Oliveira Guterres – Fernando Teixeira dos Santos*

Promulgado em 19 de Setembro de 1997.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 24 de Novembro de 1997.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

**Decreto-Lei n.º 377-A/97**

de 24 de Dezembro

É considerado o alvará de 13 de Março de 1797 como o diploma contendo a origem da Junta do Crédito Público ao criar uma Administração para executar as tarefas inerentes ao designado “1.º empréstimo de dívida pública”, concebido em moldes modernos, com a emissão de 29 de Outubro de 1796, e destinado a cobrir as despesas com a guerra do Rossilhão.

Essa “Administração” com cofre de quatro chaves, distribuídas pelo “Thesoureiro Geral dos Juros, e seu Escrivão, e por Dous Homens de Negócio de conhecida probidade e abonação”, “foi criada enquanto não se estabelecesse um Banco Público ou Caixa de Desconto”. No entanto, mesmo após a criação de bancos essa Administração permaneceu com a mesma missão de emitir e administrar a dívida pública, ajustando as suas denominações e estruturas aos desafios e necessidades da época:

Junta d'Administração e Arrecadação dos Fundos Aplicados para o Pagamento dos Juros;

Junta dos Fundos e Juros dos Reais Empréstimos;

Junta dos Juros dos Reais Empréstimos;

Comissão Interina da Junta do Crédito Público;

Junta do Crédito Público.

Esta última designação, datada de 16 de Maio de 1832, chegou aos nossos dias herdando e assumindo um prestígio institucional que tantas vezes emprestou, aliado ao prestígio pessoal dos seus dirigentes, para captar e contratar empréstimos, sobretudo no estrangeiro, constituindo garante mesmo em tempos conturbados de guerra civil, instabilidade ou queda de regime.

Múltiplos produtos financeiros foram lançados ao longo dos tempos com diferentes taxas, montantes e finalidades - do investimento público ao saneamento de infra-estruturas como caminhos de ferro, portos, estradas, etc. A representação dos empréstimos constituiu um aliciente convite para a sua ilustração por artistas plásticos.

Hoje, acompanhando os tempos, as técnicas e a tecnologia, propicia-se a desmaterialização dos títulos com o registo escritural das suas operações.

Pelo Decreto-Lei 160/96, de 4 de Setembro, nova alteração estrutural e designação se estabelece com a aprovação dos estatutos do Instituto de Gestão do Crédito Público, herdeiro das funções, missões, património e de uma história de 200 anos.

## Apontamentos: Legislação

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa de prata alusiva ao II Centenário do Crédito Público, com o valor facial de 1000\$00.

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata 500/1000, com 40 mm de diâmetro e 28 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1/100 no peso e no toque, e bordo serrilhado.

### Artigo 2.º

1 - A gravura do anverso da moeda, alusiva ao II Centenário do Crédito Público, apresenta na parte inferior do campo quatro hexágonos entrelaçados, simbolizando as outras designações (Junta d'Administração e Arrecadação dos Fundos Aplicados para o Pagamento dos Juros; Junta dos Fundos e Juros dos Reais Empréstimos; Junta dos Juros dos Reais Empréstimos, e Junta do Crédito Público) que a Administração teve ao longo do tempo, dando origem a um justo sucessor, o Instituto de Gestão do Crédito Público, cujo logótipo se encontra na parte superior do campo da moeda, assim como as letras "I. G. C. P.".

Na orla superior da moeda, a legenda "II Centenário do Crédito Público". Na orla inferior é assinado o nome do autor "João Duarte" e "I. N. C. M.".

2 - A gravura do reverso da moeda apresenta no centro do campo, do lado esquerdo, as armas nacionais e, do lado direito, o valor facial de "1000 escudos" em duas linhas. Este conjunto é rodeado por várias séries de módulos de dois hexágonos entrelaçados entre eles, simbolizando alegoricamente a Administração do Estado, cujos módulos mantêm o mesmo desenho análogo ao do anverso, dando unidade às faces da moeda. Na orla superior esquerda encontra-se a legenda "REPÚBLICA PORTUGUESA". Entre as duas palavras há uma separação dada por um hexágono pequeno. Na orla inferior a legenda "1997".

### Artigo 3.º

O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 335 000 000\$00.

### Artigo 4.º

1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 15000 espécimes numismáticos de prata com



acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com diâmetro de 40 mm, peso 28 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/100.

Artigo 5.º

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Artigo 6.º

Os lucros da amoedação destinada à subscrição pública pelo respectivo valor facial (diferença entre o valor facial e os custos de produção) reverterão para o Orçamento do Estado.

Artigo 7.º

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 25000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de Novembro de 1997. – *António Manuel de Oliveira Guterres* – *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*

Promulgado em 19 de Dezembro de 1997.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 23 de Dezembro de 1997.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

**Decreto-Lei n.º 62/98**

de 17 de Março

Inaugurando-se em Março de 1998 a nova ponte sobre o rio Tejo - Ponte Vasco da Gama -, julga-se da maior oportunidade assinalar este evento com a emissão de uma moeda comemorativa cunhada em metal precioso e com elevado valor facial, adequado à projecção nacional e internacional deste notável empreendimento.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., (INCM), de uma moeda comemorativa alusiva à Ponte Vasco da Gama.

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata de toque 500/1000, com 30 mm de diâmetro e 14 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1/100 no peso e toque, e terá bordo serrilhado.

### Artigo 2.º

1 - A gravura do anverso contém a legenda “República Portuguesa”, o escudo nacional, uma interpretação da rosa-dos-ventos de Jorge Aguiar (1492) e a imagem da ponte, com apenas um dos pilares da margem norte e uma linha mais ou menos horizontal a traduzir a distância entre as duas margens, elevando-se à chegada. Valor, “500 escudos”, colocado abaixo da ponte, aberta no relevo.

2 - A gravura do reverso apresenta a legenda “Ponte Vasco da Gama 1998”, a imagem dos dois pilares mais emblemáticos colocados acima do nível do Tejo e, na parte inferior deste nível, aberto no relevo, velame de caravela da época, cortado pelo contorno da própria moeda.

### Artigo 3.º

O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 522 500 000\$00.

### Artigo 4.º

1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar até 30000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados a comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos cunhados em liga de prata de toque 925/1000 têm o diâmetro de 30 mm, o peso de 14 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/100.

### Artigo 5.º

1 - Dentro do limite estabelecido no artigo 3.º, a INCM é autorizada a cunhar até 15000 espécimes numismáticos lamelares de prata e ouro, com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados a comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos bimetálicos lamelares de prata e ouro têm o diâmetro de 30 mm, o peso total de 17,1 g e o bordo serrilhado, sendo constituídos por um disco de prata

de toque 925/1000, peso de 14 g e tolerância no peso e no toque de mais ou menos 1/100, sobre o qual é cunhado conjuntamente, no reverso desta moeda, um segundo disco de ouro de toque 916,6/1000, peso de 3,1 g e tolerância no toque de mais ou menos 1/100 e no peso de mais ou menos 5/100.

Artigo 6.º

As moedas destinadas a distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação por intermédio e sob requisição no Banco de Portugal.

Artigo 7.º

Os lucros da amoeção destinada a distribuição pública pelo respectivo valor facial serão postos pelo Ministério das Finanças à disposição da entidade promotora, GATTEL - Gabinete da Travessia do Tejo em Lisboa, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei 293/86, de 12 de Setembro.

Artigo 8.º

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 20000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Fevereiro de 1998. – *António Manuel de Oliveira Guterres* – *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*

Promulgado em 4 de Março de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 5 de Março de 1998.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Decreto-Lei n.º 150/98**

de 30 de Maio

Dando seguimento ao programa monetário e numismático aprovado pelo Decreto-Lei 171/97, de 8 de Julho, importa agora aprovar a segunda série de duas moedas comemorativas da Exposição Mundial de Lisboa - EXPO 98, sendo uma alusiva ao certame, com o valor facial de 200\$00, e a outra ao Ano Internacional dos Oceanos, com o valor facial de 1000\$00.

Foi ouvida a Parque Expo 98, S. A.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. (INCM), da segunda série de duas moedas comemorativas da EXPO 98, sendo uma alusiva ao certame, com o valor facial de 200\$00, e a outra ao Ano Internacional dos Oceanos, com o valor facial de 1000\$00.

2 - A moeda de 200\$00 referida no número anterior será cunhada em duas ligas com o diâmetro exterior de 28 mm, peso de 9,8 g, tolerância em peso de mais ou menos 3,5% e bordo alternadamente liso e serrilhado, constituída por um núcleo interno de 19,3 mm de diâmetro, de liga cupro-níquel 75/25, com a tolerância de mais ou menos 1,5% no níquel, e por uma coroa circular externa de liga cobre-alumínio-níquel 90/5/5, com a tolerância de mais ou menos 0,5% no alumínio e no níquel.

3 - A moeda de 1000\$00 referida no n.º 1 será cunhada em liga de prata de toque 500/1000, com 40 mm de diâmetro e 27 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1% no peso e no toque, e terá bordo serrilhado.

### Artigo 2.º

1 - Na moeda de 200\$00 a gravura do anverso apresenta, na bordadura, uma coroa de peixes e o símbolo da EXPO e, no centro, um peixe e o logótipo da EXPO 98.

2 - A gravura do reverso apresenta, na bordadura, a data, outra coroa de peixes e, no centro, o escudo nacional, também envolto numa coroa de peixes, o valor facial e as palavras “República Portuguesa”.

### Artigo 3.º

1 - Na moeda de 1000\$00 a gravura do reverso apresenta dois astrolábios e uma forma triangular, que sugere uma vela de barco; dentro do astrolábio maior está representada a constelação Ursa Menor com a Estrela Polar; representações do mar, de um barco com velas e de outro sem velas, do mapa de Portugal, dentro do qual está o símbolo e logótipo da EXPO 98, e de um cavalo marinho; na cercadura a legenda “Ano Internacional dos Oceanos” e a data.

2 - A gravura do anverso apresenta uma rosa-dos-ventos, o símbolo e logótipo da EXPO 98, o escudo nacional e a legenda “República Portuguesa”, assim como o valor facial da moeda.

### Artigo 4.º

## Apontamentos: Legislação

1 - O limite de emissão da moeda de 200\$00 alusiva à EXPO 98 é fixado em 424000000\$00.

2 - O limite de emissão da moeda de 1000\$00 alusiva ao Ano Internacional dos Oceanos é fixado em 1050000000\$00.

### Artigo 5.º

1 - Dentro dos limites estabelecidos no artigo anterior, a INCM é autorizada a cunhar, da moeda de 200\$00, até 50000 espécimes numismáticos da mesma liga bimetálica com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) até 50000 espécimes numismáticos da mesma liga bimetálica com acabamento “prova numismática” (*proof*) e até 20000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), e, da moeda de 1000\$00, até 50000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados a comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos de prata das moedas de 200\$00 serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com o diâmetro de 36 mm, peso de 26,5 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1%.

3 - Os espécimes numismáticos da moeda de 1000\$00 serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com o diâmetro de 40 mm, peso de 27 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1%.

### Artigo 6.º

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

### Artigo 7.º

O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas de 200\$00 e 1000\$00 efectivamente colocadas junto do público, será afecto à Parque EXPO 98, S. A., para financiamento de projectos específicos no âmbito da EXPO 98 e do Ano Internacional dos Oceanos, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei 293/86, de 12 de Setembro.

### Artigo 8.º

As moedas cunhadas ao abrigo do presente diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 10000\$00 nas moedas de 200\$00 e mais de 25000\$00 nas moedas de 1000\$00.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 8 de Abril de 1998. – *António Manuel de Oliveira Guterres* – *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*

Promulgado em 6 de Maio de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 14 de Maio de 1998.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Decreto-Lei n.º 153/98**

de 6 de Junho

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, instituição ao serviço da solidariedade social, celebra, em 1998, 500 anos da sua fundação.

A rainha D. Leonor, protectora dos que promoviam os ideais humanistas e renascentistas, empenhou-se profundamente na prossecução de uma nova política assistencial, contando para o efeito com o apoio de frei Miguel Contreiras.

Assim, em 15 de Agosto de 1498 nascia uma irmandade animada de um novo espírito - a Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia -, cujo compromisso veio a servir de modelo a todas as outras misericórdias fundadas em Portugal, na Europa, no Oriente, em África e no Brasil.

Julga-se da maior oportunidade assinalar este evento com a emissão de uma moeda comemorativa cunhada em metal precioso e com elevado valor facial, adequado à projecção nacional deste notável acontecimento.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. (INCM), de uma moeda comemorativa alusiva aos “500 Anos da Fundação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa”.

## Apontamentos: Legislação

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata de toque 500/1000 com 40 mm de diâmetro e 27 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1/100 no peso e toque, e terá bordo serrilhado.

### Artigo 2.º

1 - A gravura do anverso contém a legenda “1498, Santa Casa da Misericórdia, 1998, Lisboa”.

A figura central - Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Misericórdia, com o manto seguro por dois anjos - protege os doentes, o clero, a nobreza e os pobres, os quais são representados, respectivamente, por uma freira vicentina, por um bispo, por um monarca e por um mendigo apoiado num cajado.

2 - A gravura do reverso apresenta a legenda “República Portuguesa” e o valor de 1000\$00 e, no campo da moeda, o camaroeiro, forma emblemática adoptada pela rainha D. Leonor, fundadora da Misericórdia, e as quinas do escudo nacional.

### Artigo 3.º

O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 515000000\$00.

### Artigo 4.º

1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar até 15000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos cunhados em liga de prata de toque 925/1000 têm o diâmetro de 40 mm, peso de 27 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/100.

### Artigo 5.º

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

### Artigo 6.º

Os lucros da amoedação destinada à distribuição pública pelo respectivo valor facial serão postos pelo Ministério das Finanças à disposição da entidade promotora - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa -, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei 293/86, de 12 de Setembro.

### Artigo 7.º

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 25000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Abril de 1998. – *António Manuel de Oliveira Guterres* – *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*

Promulgado em 27 de Maio de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 29 de Maio de 1998.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### **Decreto-Lei n.º 318/98**

de 27 de Outubro

Em continuação do programa monetário e numismático dedicado aos Descobrimentos Portugueses, a 9.ª série destas moedas comemorativas é alusiva à Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia.

A chegada dos Portugueses aos mares da Ásia, nomeadamente à Índia, marcou uma nova era no desenvolvimento mundial, que se reflectiu em todas as actividades, desde as comerciais e culturais até às científicas e religiosas.

Considera-se, assim, oportuna a emissão de uma série de moedas comemorativas alusivas à Terra do Natal, Moçambique, Índia e Vasco da Gama, no âmbito das comemorações nacionais dos Descobrimentos Portugueses.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. (INCM), de uma série de quatro moedas, com o valor facial de 200\$00, alusivas à Terra do Natal, Moçambique, Índia e Vasco da Gama.



2 - Cada uma das moedas referidas no número anterior será cunhada em liga de cuproníquel 75/25, com 36 mm de diâmetro e 21 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1,5% no título e no peso, e terá bordo serrilhado.

### Artigo 2.º

1 - Na gravura do anverso da moeda alusiva à Terra do Natal, sobrepostos à costa ocidental de África, surgem o escudo nacional, uma palmeira e uma nau. Como fundo, avista-se a linha de rota correspondente à orientação - Ocidente-Oriente - seguida na primeira viagem à Índia.

Na cercadura consta a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA”, a data “1998” e o valor “200 ESC”.

2 - Na gravura do reverso surge uma nau à costa oriental africana, avistando já a Terra do Natal.

Sobreposto ao mapa e entre elementos vegetais está um padrão que assinala a região avistada.

No campo superior direito surge a representação de um indígena e no rebordo a legenda “TERRA DO NATAL” e a data “25 DEZ. 1497”.

### Artigo 3.º

1 - Na gravura do anverso da moeda alusiva a Moçambique encontramos o escudo nacional ao lado da data “1998” e um tritão transportando Dione, em referência ao canto II d'Os Lusíadas.

Na orla superior a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA” e na parte inferior o valor “200 ESC”.

2 - Na gravura do reverso surge, no campo superior esquerdo, a representação da ilha de Moçambique, na parte direita uma nau portuguesa e na inferior esquerda um barco à vela do Índico, na orla superior a legenda “MOÇAMBIQUE”, na orla inferior a legenda “2 DE MARÇO” e, por baixo desta, a data “1498”.

### Artigo 4.º

1 - Na gravura do anverso da moeda alusiva à Índia surge, na parte superior esquerda do campo, o escudo das armas nacionais, na parte superior direita o valor facial “200 ESC”, na orla inferior a data “1998”, na orla superior a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA” e por cima do escudo e do valor um ramo de pimenteira. Na parte inferior do campo uma embarcação - um patamar de pequenas dimensões - usada na região, armada com uma vela latina.

2 - Na gravura do reverso, na orla inferior, consta a legenda “ÍNDIA – 1498”.

No campo, a nau de Vasco da Gama segundo um desenho antigo, navegando a todo o pano. À direita, parte da representação de uma carta de Lopo Homem Reinel, de 1519, com a localização de Calecute, onde aportou Vasco da Gama.

### Artigo 5.º

1 - Na gravura do anverso da moeda alusiva a Vasco da Gama temos, no campo, em distribuição triangular, os três navios que constituíram a Armada de Vasco da Gama na viagem completa: a S. Gabriel e a S. Rafael, as duas maiores, e a Bérrio, todas em espaço desenhado que procura traduzir as suas proporções de tonelagem. A S. Gabriel arvora no mastro grande a bandeira com a Cruz de Cristo, distintivo de comandante de esquadra.

No centro do campo o valor facial “200 esc”. Na parte superior esquerda do campo o escudo nacional.

Na orla inferior o ano “1998” - ladeado, e, com isso, realçado, por dois cabos náuticos, que abrangem igualmente as naus, pois é náutico o feito celebrado.

Na parte superior do campo insere-se a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA”.

2 - Na gravura do reverso, ocupando toda a parte do campo, a efígie de Vasco da Gama, com o seu nome no lado esquerdo, em letra aberta e ao alto.

Em duas legendas circulares, na metade superior do campo, “PRIMEIRA VIAGEM LISBOA CALECUTE”, e, na metade inferior, as duas datas, de partida e chegada: “JULHO 1497 - MAIO 1498”.

### Artigo 6.º

O limite de emissão de cada uma destas moedas comemorativas é fixado em 111400000\$00.

### Artigo 7.º

1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar cada uma destas moedas até 25000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “brilhante não circulado” (BNC), até 25000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 1000 espécimes numismáticos de paládio com acabamento “prova, numismática” (*proof*), até 5000 espécimes numismáticos de ouro com acabamento “prova numismática” (*proof*) e até 1000 espécimes numismáticos de platina com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos de prata serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 26,5 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias, no peso e no toque, de mais ou menos 1%.

## Apontamentos: Legislação

3 - Os espécimes numismáticos de paládio serão cunhados em metal com um teor mínimo de 999,3/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo a tolerância no peso de mais ou menos 5/1000.

4 - Os espécimes numismáticos de ouro serão cunhados em liga de ouro de toque 916,6/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 27,2 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de mais ou menos 5/1000 e no toque de mais ou menos 1/1000.

5 - Os espécimes numismáticos de platina serão cunhados em metal com um teor mínimo de 999,5/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo a tolerância no peso de mais ou menos 5/1000.

### Artigo 8.º

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

### Artigo 9.º

O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto do público, será afecto nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei 391/86, de 22 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 3.º do Decreto-Lei 260/87, de 29 de Junho.

### Artigo 10.º

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 10 000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 17 de Setembro de 1998. – *António Manuel de Oliveira Guterres* – *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*

Promulgado em 13 de Outubro de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 16 de Outubro de 1998.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

## **Decreto-Lei n.º 319/98**

de 27 de Outubro

Comemorando-se em 1998 o 5.º Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia e tendo-se verificado no reinado de D. Manuel I outros factos ímpares da nossa história, julga-se da maior oportunidade assinalar esta efeméride pela emissão de uma moeda comemorativa cunhada em metal precioso e com elevado valor facial, adequada à projecção nacional e internacional deste notável personagem.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. (INCM), de uma moeda comemorativa alusiva aos “Rei D. Manuel I, o Venturoso”.

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata de toque 500/1000 com 40 mm de diâmetro e 27 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1/100 no peso e toque, e terá bordo serrilhado.

### Artigo 2.º

1 - A gravura do anverso contém, no centro, a representação de D. Manuel I sentado no trono.

Como fundo, cercando toda esta representação, o M e o R, abreviatura de “Manuel Rei”, a legenda “DOM MANUEL I” e a data “1998”.

2 - A gravura do reverso apresenta a cruz de Cristo, a qual, centrada na moeda, divide esta face em quatro espaços, em que estão representadas duas naus, uma esfera armilar e o escudo de Portugal. Na cercadura, a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA” e o valor “1000 ESCUDOS”.

### Artigo 3.º

O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 515000000\$00.

### Artigo 4.º

1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar até 15000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos cunhados em liga de prata de toque 925/1000 têm o diâmetro de 40 mm, peso de 27 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/100.

Artigo 5.º

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Artigo 6.º

O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção relativamente às moedas efectivamente colocadas junto do público será afecto à Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei 391/86, de 22 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 3.º do Decreto-Lei 260/87, de 29 de Junho.

Artigo 7.º

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 25000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 17 de Setembro de 1998. – *António Manuel de Oliveira Guterres* – *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*

Promulgado em 13 de Outubro de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 16 de Outubro de 1998.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

**Decreto-Lei n.º 29/99**

de 29 de Janeiro

A Liga dos Combatentes, instituição de utilidade pública, de ideal patriótico e de carácter social, celebra, em 1998 e 1999, 75 anos da sua fundação.

A Liga dos Combatentes, herdeira da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, criada após o termo da 1.ª Grande Guerra (1914-1918), empenha-se fundamentalmente na protecção e auxílio mútuos de defesa dos interesses morais e materiais dos que cumpriram ou vierem a

cumprir os seus deveres militares, estendendo-se estes fins aos seus familiares que, de algum modo, se encontrem carecidos.

Assim, em 16 de Outubro de 1923 foi fundada a Liga dos Combatentes da Grande Guerra, passando a designar-se apenas como Liga dos Combatentes, nos termos da Portaria 18053, de 11 de Novembro de 1960, e que, ao longo dos anos e numa perspectiva mais alargada, prestou assistência aos militares que se bateram nas campanhas em que as Forças Armadas nacionais estiveram envolvidas.

Assim e considerando que a Liga dos Combatentes se desenvolveu sempre dentro dos mais sagrados princípios de bem servir e de honrar a Pátria e a humanidade e que tem uma organização própria e méritos oficialmente reconhecidos para poder alargar e melhorar acções de reconhecida utilidade pública, julga-se da maior oportunidade assinalar este evento com a emissão de uma moeda comemorativa cunhada em metal precioso e com elevado valor facial, adequada à projecção nacional deste notável acontecimento.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., (INCM), de uma moeda comemorativa alusiva aos 75 anos da Liga dos Combatentes.

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata de toque 500/1000, com 30 mm de diâmetro e 14 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1/100 no peso e toque, e terá bordo serrilhado.

### Artigo 2.º

1 - A gravura do anverso contém, na parte superior, a legenda “LIGA DOS COMBATENTES” e, na parte inferior, “1923-1998”. A figura central representa um ramo de oliveira, simbolizando a paz, mantida e sempre defendida por uma espada vitoriosa, com todo o ideal combatente que ela representa.

2 - A gravura do reverso apresenta a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA” na parte superior e o valor de 1000\$00 na parte inferior. No campo da moeda, em primeiro plano, a imagem das cinco quinas representa Portugal e o ideal pátrio do combatente português, cujo valor é simbolizado pela cruz de guerra, em plano imediato. Em fundo, a esfera armilar invoca o universo histórico do combatente português.

### Artigo 3.º

## Apontamentos: Legislação

O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 515 000 000\$00.

### Artigo 4.º

1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar até 15000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados a comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos cunhados em liga de prata de toque 925/1000 têm o diâmetro de 30 mm, o peso de 14 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/100.

### Artigo 5.º

As moedas destinadas a distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação por intermédio e sob requisição no Banco de Portugal.

### Artigo 6.º

Os lucros da amoeção destinada a distribuição pública pelo respectivo valor facial serão postos pelo Ministério das Finanças à disposição da entidade promotora - Liga dos Combatentes -, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei 293/86, de 12 de Setembro.

### Artigo 7.º

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 25000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 8 de Janeiro de 1999. – *António Manuel de Oliveira Guterres – José Veiga Simão – António Luciano Pacheco de Sousa Franco*

Promulgado em 19 de Janeiro de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 21 de Janeiro de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Decreto-Lei n.º 147/99**

de 4 de Maio

Comemora-se em 1999 o 25.º Aniversário da Revolução do 25 de Abril.

Julga-se da maior oportunidade assinalar este evento com a emissão de uma moeda comemorativa cunhada em metal precioso e com elevado valor facial, adequado à projecção deste acontecimento.

Foi ouvido o Banco de Portugal.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., (INCM), de uma moeda comemorativa alusiva ao 25.º Aniversário do 25 de Abril.

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata de toque 500/1000 com 40 mm de diâmetro e 27 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1/100 no peso e toque, e terá bordo serrilhado.

### Artigo 2.º

1 - Na gravura do anverso inscrevem-se no rebordo as palavras “LIBERDADE” e “DEMOCRACIA”; no campo abrem-se as palavras “25 de Abril” e “25 Anos”, num jogo gráfico em que os cinco se unem, provocando uma dupla leitura na rotação da moeda.

Estas palavras, polidas e brilhantes, aparecem com grande força, contrastando com o campo e o rebordo, que se apresentam foscas.

2 - Na gravura do reverso, o tratamento é idêntico, destacando-se os cinco escudos da nacionalidade, o valor facial e o ano da emissão. As palavras “REPÚBLICA PORTUGUESA” estão inscritas no rebordo em contraponto com as palavras “LIBERDADE” e “DEMOCRACIA” do anverso.

### Artigo 3.º

O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 515 000 000\$00.

### Artigo 4.º

1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar até 15000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados a comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.



2 - Os espécimes numismáticos cunhados em liga de prata de toque 925/1000 têm o diâmetro de 40 mm, o peso de 27 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/100.

Artigo 5.º

As moedas destinadas a distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação por intermédio e sob requisição no Banco de Portugal.

Artigo 6.º

Os lucros da amoedação destinada a distribuição pública pelo respectivo valor facial serão postos pelo Ministério das Finanças à disposição da entidade promotora - Comissão Executiva das Comemorações Oficiais do 25 de Abril.

Artigo 7.º

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 25000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 15 de Abril de 1999. – *António Manuel de Oliveira Guterres – José Veiga Simão – António Luciano Pacheco de Sousa Franco*

Promulgado em 22 de Abril de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 26 de Abril de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Decreto-Lei n.º 307/99**

de 10 de Agosto

Dentro do programa do cinquentenário da UNICEF, emite-se em 1999 uma colecção de moedas das crianças do Mundo. Considera-se assim oportuno assinalar estas efemérides pela emissão de duas moedas comemorativas.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., (INCM), de duas moedas comemorativas alusivas ao 50.º aniversário da UNICEF, com o valor facial de 100\$00 e de 200\$00.

2 - A moeda de 100\$00 referida no número anterior será cunhada em duas ligas, com o diâmetro exterior de 25 mm, peso de 8,3 g, tolerância em peso de mais ou menos 3,5%, e bordo alternadamente liso e serrilhado, constituída por um núcleo interno de 17 mm de diâmetro, de liga de cobre-alumínio-níquel 90/5/5, com a tolerância de mais ou menos 0,5% no alumínio e no níquel, e por uma coroa circular externa de liga de cuproníquel 75/25, com a tolerância de mais ou menos 1,5% no níquel.

3 - A moeda de 200\$00 referida no n.º 1 é cunhada em duas ligas, com o diâmetro exterior de 28 mm, peso de 9,8 g, tolerância em peso de mais ou menos 3,5%, e bordo alternadamente liso e serrilhado, constituída por um núcleo interno de 19,3 mm de diâmetro, de liga de cuproníquel 75/25, com a tolerância de mais ou menos 1,5% no níquel, e por uma coroa circular externa de liga de cobre-alumínio-níquel 90/5/5, com a tolerância de mais ou menos 0,5% no alumínio e no níquel.

### Artigo 2.º

A moeda de 100\$00 apresenta na gravura do anverso a legenda “República Portuguesa”, o escudo nacional sobre a esfera armilar e o valor facial e, na gravura do reverso, o símbolo da UNICEF e a legenda “UNICEF - Para as crianças do Mundo”.

### Artigo 3.º

A moeda de 200\$00 apresenta na gravura do anverso o valor facial, encimado pelo escudo português sobre a esfera armilar, a legenda “República Portuguesa – 1999” e, na gravura do reverso, o desenho de um brinquedo, o símbolo da UNICEF e a legenda “Para as crianças de todo o Mundo”.

### Artigo 4.º

1 - O limite de emissão da moeda de 100\$00 alusiva ao 50.º aniversário da UNICEF é fixado em 53500000\$00.

2 - O limite de emissão da moeda de 200\$00 alusiva ao 50.º aniversário da UNICEF é fixado em 107000000\$00.

### Artigo 5.º

1 - Dentro dos limites estabelecidos nos números anteriores, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., é autorizada a cunhar de cada uma destas moedas até 15000 exemplares com

acabamento “brilhante não circulado” (BNC), até 15000 exemplares com acabamento “prova numismática” (*proof*) e até 5000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinadas à comercialização nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos de prata serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 26,5 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1%.

Artigo 6.º

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Artigo 7.º

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 5000\$00 nas moedas de 100\$00 e mais de 10000\$00 nas moedas de 200\$00.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 8 de Julho de 1999. – *António Manuel de Oliveira Guterres* – *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*

Promulgado em 26 de Julho de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 28 de Julho de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Decreto-Lei n.º 313/99**

de 11 de Agosto

Em continuação do programa monetário e numismático dedicado aos Descobrimentos Portugueses, a 10.ª série destas moedas comemorativas é alusiva à descoberta do Brasil.

A chegada dos portugueses aos mares da América do Sul marcou uma nova era no desenvolvimento mundial, que se reflectiu em todas as actividades, desde as comerciais e culturais até às científicas e religiosas.

Considera-se, assim, oportuna a emissão de uma série de moedas comemorativas alusivas a esta efeméride, no âmbito das comemorações nacionais dos Descobrimentos Portugueses.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A. (INCM), de uma série de quatro moedas com o valor facial de 200\$00, alusivas a Duarte Pacheco Pereira, Pedro Álvares Cabral, Brasil e Morte no Mar.

2 - Cada uma das moedas referidas no número anterior será cunhada em liga de cuproníquel 75/25, com 36 mm de diâmetro e 21,0 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1,5% no título e no peso, e terá bordo serrilhado.

### Artigo 2.º

1 - Na gravura do anverso da moeda alusiva a Duarte Pacheco Pereira encontramos o escudo nacional e duas caravelas, a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA”, a data “1999” e o valor facial de 200\$00.

2 - Na gravura do reverso surge o retrato de Duarte Pacheco Pereira empunhando uma espada e portando um astrolábio, a legenda “Duarte Pacheco Pereira” e as datas “1460” “1533”.

### Artigo 3.º

1 - Na gravura do anverso da moeda alusiva a Pedro Álvares Cabral figuram 11 navios, o escudo nacional, a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA”, a data “1999” e o valor facial de 200\$00.

2 - Na gravura do reverso, o perfil de Pedro Álvares Cabral, em fundo um recorte da costa do Brasil representando o local do desembarque da Armada - PORTO SEGURO -, assinalado pela respectiva legenda e uma âncora. Em exergo, as legendas “PEDRO ÁLVARES CABRAL” e, em baixo, “BRASIL 1500”.

### Artigo 4.º

1 - Na gravura do anverso da moeda alusiva ao Brasil encontramos no campo a representação de um trecho de mapa do Brasil, inspirado numa carta de Atlas de Lopo-Homem Reineis de 1519, onde figuram duas figuras humanas e outros elementos (o escudo nacional, a data “1999”, uma ave e duas palmeiras), além de uma tarja onde se lê “TERRA BRASILIS”; na orla

superior, a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA” e, na inferior, separada desta por pérolas, o valor “200\$00”.

2 - Na gravura do reverso, sobre a figuração de uma carta semelhante à anterior, uma embarcação e, à esquerda, uma figura humana. Na orla, círculo de pérolas, interrompido em baixo pela legenda “BRASIL”.

#### Artigo 5.º

1 - Na gravura do anverso da moeda alusiva à Morte no Mar destacam-se os símbolos nacionais, sobrepondo-se o escudo nacional à esfera armilar e a um conjunto de cordames; por baixo da esfera armilar temos o valor facial “200\$00” e no rebordo a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA – 1999”.

2 - A gravura do reverso representa um naufrágio, simbolizado pelos destroços de uma nau e pela figura de um monstro marinho, sendo inserida no rebordo a legenda “MORTE NO MAR”.

#### Artigo 6.º

O limite de emissão de cada uma destas moedas comemorativas é fixado em 117300000\$00.

#### Artigo 7.º

1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar cada uma destas moedas até 40000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “brilhante não circulado” (BNC), até 40500 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), até 500 espécimes numismáticos de paládio com acabamento “prova, numismática” (*proof*), até 5000 espécimes numismáticos de ouro com acabamento “prova numismática” (*proof*) e até 500 espécimes numismáticos de platina com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos de prata serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 26,5 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias, no peso e no toque, de mais ou menos 1%.

3 - Os espécimes numismáticos de paládio serão cunhados em metal com um teor mínimo de 999,3/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo a tolerância no peso de mais ou menos 5/1000.

4 - Os espécimes numismáticos de ouro serão cunhados em liga de ouro de toque 916,6/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 27,2 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de mais ou menos 5/1000 e no toque de mais ou menos 1/1000.

5 - Os espécimes numismáticos de platina serão cunhados em metal com um teor mínimo de 999,5/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo a tolerância no peso de mais ou menos 5/1000.

Artigo 8.º

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Artigo 9.º

O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto do público, será afecto nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei 391/86, de 22 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 3.º do Decreto-Lei 260/87, de 29 de Junho.

Artigo 10.º

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 10 000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 8 de Julho de 1999. – *António Manuel de Oliveira Guterres* – *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*

Promulgado em 26 de Julho de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 28 de Julho de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

**Decreto-Lei n.º 314/99**

de 11 de Agosto

Dando seguimento ao programa monetário e numismático aprovado pelo Decreto-Lei 171/97, de 8 de Julho, importa agora aprovar a terceira e última moeda comemorativa da Exposição Mundial de Lisboa - EXPO 98, sendo esta alusiva ao “Milénio do Atlântico”, com o valor facial de 1000\$00.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A. (INCM), da última moeda comemorativa da EXPO 98, alusiva ao “Milénio do Atlântico”, com o valor facial de 1000\$00.

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata de toque 500/1000, com 40 mm de diâmetro e 27 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1% no peso e no toque, e bordo serrilhado.

### Artigo 2.º

1 - A gravura do anverso apresenta o escudo nacional, o símbolo da EXPO 98, a legenda “República Portuguesa” e o valor facial de 1000\$00.

2 - A gravura do reverso apresenta a figura do Adamastor, uma embarcação e a legenda “Milénio do Atlântico – 1999”.

### Artigo 3.º

O limite de emissão da moeda de 1000\$00 alusiva ao “Milénio do Atlântico” é fixado em 515000000\$00.

### Artigo 4.º

1 - Dentro dos limites estabelecidos no artigo anterior, a INCM é autorizada a cunhar até 15000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos da moeda de 1000\$00 serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com o diâmetro de 40 mm, peso de 27 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1%.

### Artigo 5.º

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

### Artigo 6.º

O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto do público, será afecto à Parque EXPO 98, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei 293/86, de 12 de Setembro.

Artigo 7.º

As moedas cunhadas ao abrigo do presente diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 25000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 8 de Julho de 1999. – *António Manuel de Oliveira Guterres* – *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*

Promulgado em 26 de Julho de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 28 de Julho de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

**Decreto-Lei n.º 456/99**

de 5 de Novembro

Ocorrendo, em 20 de Dezembro de 1999, a constituição da Região Administrativa Especial de Macau, com a transferência da administração do território de Macau para a República Popular da China, depois de 450 anos de presença portuguesa, julga-se da maior oportunidade assinalar este acontecimento pela emissão de uma moeda comemorativa cunhada em metal precioso e com elevado valor facial.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A. (INCM), de uma moeda comemorativa alusiva a Macau com o valor facial de 500\$00.

2 - Cada uma das moedas referidas no número anterior será cunhada em liga de prata de toque 500/1000, com 30 mm de diâmetro e 14 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1/100 no peso e toque, e terá bordo serrilhado.

Artigo 2.º



## Apontamentos: Legislação

1 - A gravura do anverso da moeda apresenta a ponte que liga a península à ilha de Taipa, tendo por mar a representação da calçada portuguesa de uma rua de Macau e, em caracteres chineses, a legenda “Macau-Portugal”.

2 - O reverso da moeda apresenta a continuação da ponte representada no anverso, o escudo nacional, a legenda “República Portuguesa” e o valor facial de 500\$00.

### Artigo 3.º

O limite de emissão de cada uma destas moedas comemorativas é fixado em 520000000\$00.

### Artigo 4.º

1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., é autorizada a cunhar até 10000 espécimes numismáticos de prata com acabamento, “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos cunhados em liga de prata de toque 925/1000 têm o diâmetro de 30 mm, peso de 14 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/100.

### Artigo 5.º

1 - Dentro do limite estabelecido no artigo 3.º, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., é autorizada a cunhar até 10000 espécimes numismáticos lamelares de prata e ouro, com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados a comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos bimetálicos lamelares de prata e ouro têm o diâmetro de 30 mm, peso total de 17,1 g e o bordo serrilhado, sendo constituídos por um disco de prata de toque 925/1000, peso de 14 g e tolerância no peso e no toque de mais ou menos 1/100, sobre o qual é cunhado conjuntamente, no reverso desta moeda, um segundo disco de ouro de toque 916/1000, peso de 3,1 g, tolerância no toque de mais ou menos 1/100 e no peso de mais ou menos 5/100.

### Artigo 6.º

As moedas destinadas a distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

### Artigo 7.º

O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto do público, será afecto nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei 391/86, de 22 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 3.º do Decreto-Lei 260/87, de 29 de Junho.

Artigo 8.º

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 20000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 1 de Outubro de 1999. – *António Manuel de Oliveira Guterres* – *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*

Promulgado em 25 de Outubro de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 26 de Outubro de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

**Decreto-Lei n.º 113/2000**

de 4 de Julho

Realizando-se em 2000 os Jogos Olímpicos de Sidney, considera-se oportuno assinalar esta efeméride e a participação de Portugal com a emissão de uma moeda comemorativa.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 5/98, de 31 de Janeiro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., de uma moeda comemorativa dos Jogos Olímpicos de Sidney, com o valor facial de 200\$00.

2 - A moeda referida no número anterior é fabricada em duas ligas com diâmetro exterior de 28 mm, peso de 9,8 g, tolerância em peso de mais ou menos 3,5% e bordo alternadamente liso e serrilhado, constituída por um núcleo interno de 19,3 mm de diâmetro, de cuproníquel, na proporção de 75% de cobre e 25% de níquel, com a tolerância de mais ou menos 1,5%, e por uma coroa circular externa de liga de cobre, alumínio e 5% de níquel, com a tolerância de mais ou menos 0,5% de alumínio e mais ou menos 0,5% de níquel.

Artigo 2.º

## Apontamentos: Legislação

1 - A moeda apresenta na gravura do anverso, na parte central da composição, os anéis olímpicos simbolizando os cinco continentes, encimados pela cúpula da Ópera de Sidney e, na coroa circular exterior, a legenda “JOGOS OLÍMPICOS SIDNEY 2000”.

2 - A moeda apresenta, na gravura do reverso, no círculo central, o valor facial de 200\$00, as quinas do Escudo Português, o facho simbolizando o espírito olímpico e, na coroa circular exterior, a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA” e a data “2000”.

### Artigo 3.º

O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 203000000\$00.

### Artigo 4.º

Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., é autorizada a cunhar, na mesma liga bimetálica, até 10000 exemplares com acabamento “brilhante não circulado” (BNC) e até 5000 espécimes numismáticos com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização nacional e internacional, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

### Artigo 5.º

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

### Artigo 6.º

O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção relativamente às moedas efectivamente colocadas junto do público será posto pelo Ministério das Finanças à disposição do Ministério da Educação, para ser afecto ao Comité Olímpico Português para financiamento dos custos de preparação e das deslocações das equipas e delegações olímpicas nacionais, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei 293/86, de 12 de Setembro.

### Artigo 7.º

As moedas cunhadas ao abrigo do presente diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 10000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 3 de Maio de 2000. – *António Manuel de Oliveira Guterres – Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*

Promulgado em 14 de Junho de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 21 de Junho de 2000.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

**Decreto-Lei n.º 114/2000**

de 4 de Julho

Celebrando a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia em 2000, foi considerado oportuno assinalar esta efeméride com a emissão de uma moeda comemorativa.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 5/98, de 31 de Janeiro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

**Artigo 1.º**

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., de uma moeda comemorativa alusiva a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2000, com o valor facial de 1000\$00.

2 - A moeda referida no número anterior é cunhada em liga de prata 500/1000, com 40 mm de diâmetro e 27 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1/100 no peso e no toque e bordo serrilhado.

**Artigo 2.º**

1 - Na gravura do anverso da moeda, na coroa circular envolvente, está inscrita a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA” e o valor “1000\$00”. No campo interior da moeda, é apresentada uma composição formada pelas quinas do Escudo Português, símbolo da soberania nacional, equilibrada por um conjunto de gravuras rupestres de Foz Côa, a obra de arte mais antiga existente no País e em cuja conservação a União Europeia tem manifestado vivo empenho.

2 - A gravura do reverso da moeda ostenta, na coroa circular que limita o campo da escultura, a legenda “PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA” e a data “2000”. No campo interior surge um relevo alusivo aos socos da bacia do Douro, onde se situam as gravuras rupestres de Foz Côa e as estrelas, símbolo da União Europeia, sobre as águas do rio.

**Artigo 3.º**

O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 460000000\$00.

**Artigo 4.º**

1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., é autorizada a cunhar, na mesma liga bimetálica, até 10000 exemplares com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização nacional e internacional, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com diâmetro de 40 mm, peso de 27 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/100.

Artigo 5.º

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Artigo 6.º

As moedas cunhadas ao abrigo do presente diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 25000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 3 de Maio de 2000. – *António Manuel de Oliveira Guterres* – *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*

Promulgado em 14 de Junho de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 21 de Junho de 2000.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Decreto-Lei n.º 203/2000**

de 1 de Setembro

Ocorrendo em 2000 o I Centenário da Morte de Eça de Queiroz julga-se da maior oportunidade assinalar esta efeméride pela emissão de uma moeda comemorativa cunhada em metal precioso e com elevado valor facial, adequada à projecção nacional e internacional deste notável escritor.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 5/98, de 31 de Janeiro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., de uma moeda comemorativa alusiva ao I Centenário da Morte de Eça de Queiroz com o valor facial de 500\$00.

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata de toque 500/1000, com 30 mm de diâmetro e 14 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1/100 no peso e toque, e terá bordo serrilhado.

### Artigo 2.º

1 - A gravura do anverso apresenta a efígie de Eça de Queiroz, a legenda “EÇA DE QUEIROZ” e as datas “1900-2000”.

2 - A gravura do reverso, para além das legendas “REPÚBLICA PORTUGUESA” e “CENTENÁRIO DA MORTE DE EÇA DE QUEIROZ” e do valor da moeda “500 ESCUDOS”, ostenta o escudo nacional e dois ramos de louro.

### Artigo 3.º

O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 260000000\$00.

### Artigo 4.º

1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., é autorizada a cunhar, na mesma liga bimetálica, até 10000 exemplares com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização nacional e internacional, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos cunhados em liga de prata de toque 925/1000 têm o diâmetro de 30 mm, peso de 14 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/100.

### Artigo 5.º

1 - Dentro do limite estabelecido no artigo 3.º, a Imprensa Nacional - Casa da Moeda, S. A., é autorizada a cunhar até 10000 espécimes numismáticos lamelares de prata e ouro, com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos bimetálicos lamelares de prata e ouro têm o diâmetro de 30 mm, peso total de 17,1 g e o bordo serrilhado, sendo constituídos por um disco de prata

de toque 925/1000, peso de 14 g e tolerância no peso e no toque de mais ou menos 1/100, sobre o qual é cunhado conjuntamente, no reverso desta moeda, um segundo disco de ouro de toque 916,6/1000, peso de 3,1 g, tolerância no toque de mais ou menos 1/100 e no peso de mais ou menos 5/100.

Artigo 6.º

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Artigo 7.º

As moedas cunhadas ao abrigo do presente diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 20000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 20 de Julho de 2000. – *Jaime José Matos de Gama* – *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*

Promulgado em 16 de Agosto de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 24 de Agosto de 2000.

O Primeiro-Ministro, em exercício *Jaime José Matos de Gama*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Decreto-Lei n.º 255/2000**

de 17 de Outubro

A preservação do meio cultural e da diversidade no planeta é algo de fundamental para o futuro da humanidade. Julga-se, assim, da maior importância a participação de Portugal, em conjunto com vários países do continente americano e com a Espanha, na emissão de uma série internacional de moedas comemorativas alusivas ao “Homem e o seu Cavalo”.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º da sua Lei Orgânica, aprovada pela Lei 5/98, de 31 de Janeiro, e do n.º 3 do artigo 8.º da Lei Orgânica aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de Outubro, por remissão do artigo 65.º da actual Lei Orgânica.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1.º

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., de uma moeda comemorativa alusiva ao cavalo “Lusitano”, integrada na série internacional Ibero-Americana sob o tema “O Homem e o seu Cavalo”, com o valor facial de 1000\$00.

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata 500/1000, com 40 mm de diâmetro e 27 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1% no título e no peso, e terá bordo serrilhado.

### Artigo 2.º

1 - A gravura do anverso apresenta, no centro do campo, as armas nacionais de Portugal circundadas pela legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA 1000 ESC.” entre duas circunferências, orladas pelas armas nacionais dos restantes países participantes nesta série internacional.

2 - A gravura do reverso apresenta uma figura de alta escola que representa o conjunto homem cavalo, a legenda “O HOMEM E O SEU CAVALO” e, na parte inferior, a representação de uma cabeça do cavalo e a legenda “Lusitano”.

### Artigo 3.º

O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 470000000\$00.

### Artigo 4.º

1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., é autorizada a cunhar, na mesma liga bimetálica, até 20000 exemplares com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização nacional e internacional, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos cunhados em liga de prata de toque 925/1000 têm o diâmetro de 40 mm, peso de 27 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1%.

### Artigo 5.º

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

### Artigo 6.º

Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei 293/86, de 12 de Setembro, do diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto do público, o Ministério das Finanças colocará o montante de



25000000\$00 à disposição da Associação Portuguesa de Criadores do Cavalo Puro Sangue Lusitano e montante idêntico à disposição da Associação da Feira Nacional do Cavalo.

Artigo 7.º

As moedas cunhadas ao abrigo do presente diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 50000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 8 de Setembro de 2000. – *António Manuel de Oliveira Guterres – Jaime José Matos da Gama – Joaquim Augusto Nunes Pina Moura – Luís Manuel Capoulas Santos*

Promulgado em 28 de Setembro de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 4 de Outubro de 2000.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Decreto-Lei n.º 299/2000**

de 18 de Novembro

Em continuação do programa monetário e numismático dedicado aos Descobrimentos Portugueses, é autorizada a emissão da 11.ª série destas moedas comemorativas, alusiva às “Novas Fronteiras Marítimas”, cada uma dedicada, respectivamente, à Terra do Lavrador, à Terra dos Corte-Reais, à Terra Florida e a Fernão de Magalhães.

Foi ouvido o Banco de Portugal.

Assim

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Disposições comuns

## Apontamentos: Legislação

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A. (INCM), de uma série de quatro moedas com o valor facial de 200\$00, alusivas à Terra do Lavrador, à Terra dos Corte-Reais, à Terra Florida e a Fernão de Magalhães.

2 - Cada uma das moedas referidas no número anterior será cunhada em liga de cupro-níquel 75/25, com 36 mm de diâmetro e 21,0 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1,5% no título e no peso, e terá bordo serrilhado.

### Artigo 2.º

#### Moeda alusiva à Terra do Lavrador

1 - Na gravura do anverso da moeda alusiva à Terra do Lavrador encontra-se uma representação esquemática do Atlântico Norte baseada no planisfério de Cantino, onde figura uma rosa-dos-ventos, a ilha da Terra Nova, a extremidade sul da Gronelândia, sob uma baleia e o Escudo Nacional, bem como a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA”, a data “2000”, e o valor facial “200 ESCUDOS”.

2 - Na gravura do reverso encontra-se a representação da Terra do Lavrador, segundo o mapa da Cosmografia Universal, de G. le Tetu, e onde aparecem elementos da flora e fauna locais, bem como uma caravela de três mastros e a legenda “Terra do Lavrador - 1491-1500”.

### Artigo 3.º

#### Moeda alusiva à Terra dos Corte-Reais

1 - Na gravura do anverso da moeda alusiva à Terra dos Corte-Reais encontra-se, num círculo de pérolas, a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA – 2000”, começando e terminando com dois escudetes, bem como, no campo, enquadrado por um círculo filetado, o Escudo Nacional e a legenda “200 ESC”, encimados pela cruz de Cristo.

2 - Na orla esquerda da gravura do reverso e num círculo de pérolas, lê-se, em escrita da época, “Esta he a tera Dos Corte Reais”, figurando acima deste, à esquerda, uma caravela de três mastros de velas latinas a navegar, à direita, as armas dos Corte-Reais, e, abaixo, no exergo, as datas “1501-1502”, anos em que os Corte-Reais exploraram a Terra Nova.

### Artigo 4.º

#### Moeda alusiva à Terra Florida

1 - No centro da gravura do anverso da moeda alusiva à Terra Florida encontra-se representada a rosa-dos-ventos e, a envolvê-la, em disposição circular, a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA – 2000”, salientando-se, neste movimento, o Escudo Nacional, bem como as cruzes de Cristo que simbolizam as várias partes do mundo por onde navegaram os descobridores portugueses.

2 - No quadrante inferior direito da gravura referida no número anterior, junto ao rebordo, figura a legenda “200 ESCUDOS”.

3 - Na gravura do reverso, consta uma representação de um mapa descritivo do território e costas da Florida, no qual está inserida a cruz de Cristo e inscrita a legenda “TERRA FLORIDA”, inscrevendo-se, abaixo da linha do Trópico de Câncer, a data “1501”.

4 - No quadrante inferior direito da gravura referida no número anterior, figura ainda, junto do rebordo, uma caravela de dois mastros a navegar.

### Artigo 5.º

#### Moeda alusiva a Fernão de Magalhães

1 - Na gravura do anverso da moeda alusiva a Fernão de Magalhães, encontra-se a representação da nau que concluiu a primeira viagem de circum-navegação, o respectivo nome (“VICTORIA”), o Escudo Nacional, no quadrante superior direito, o valor facial de “200 ESC”, no exergo superior, a legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA” e, no inferior, a era “ANO 2000”.

2 - Na gravura do reverso encontra-se representada, no campo central, a figura do navegador recolhida de retrato antigo, em três quartos à destra, em legenda inferior o nome “FERNÃO DE MAGALHÃES”, com grafia actual, e em legenda envolvente o tema e as datas correspondentes ao feito (“PRIMEIRA VIAGEM À VOLTA DO MUNDO” e “AGOSTO 1519 - SETEMBRO 1522”).

### Artigo 6.º

#### Limite de emissão

O limite de emissão de cada uma destas moedas comemorativas é fixado em 54450000\$00.

### Artigo 7.º

#### Características da cunhagem e acabamentos dos espécimes numismáticos

1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a INCM é autorizada a cunhar, de cada uma destas moedas, os seguintes espécimes numismáticos, destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio:

a) Até 10000 espécimes numismáticos de prata com acabamento brilhante não circulado (BNC);

b) Até 10250 espécies numismáticos de prata com acabamento prova numismática (*proof*);

c) Até 250 espécimes numismáticos de paládio com acabamento prova numismática (*proof*);

d) Até 1500 espécimes numismáticos de ouro com acabamento prova numismática (*proof*); e

e) Até 250 espécimes numismáticos de platina com acabamento prova numismática (*proof*).

2 - Os espécimes numismáticos de prata serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 26,5 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias, no peso e no toque, de aproximadamente 1/1000.

3 - Os espécimes numismáticos de paládio serão cunhados em metal com um teor mínimo de 999,3/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo a tolerância no peso de aproximadamente 5/1000.

4 - Os espécimes numismáticos de ouro serão cunhados em liga de ouro, de toque 916,6/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 27,2 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso de 5/1000 e no toque de 1/1000, ambos aproximadamente.

5 - Os espécimes numismáticos de platina serão cunhados em metal com um teor mínimo de 999,5/1000, com diâmetro de 36 mm, peso de 31,119 g e bordo serrilhado, sendo a tolerância no peso de aproximadamente 5/1000.

### Artigo 8.º

#### Colocação em circulação

As moedas destinadas à distribuição pública pelo respectivo valor facial são postas em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

### Artigo 9.º

#### Afectação de receitas

O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto ao público, são postos pelo Ministério das Finanças à disposição da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei 293/86, de 12 de Setembro, e do artigo 8.º do Decreto-Lei 391/86, de 22 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 3.º do Decreto-Lei 260/87, de 29 de Junho.

### Artigo 10.º

#### Curso legal

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém pode ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 10000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Outubro de 2000. – *António Manuel de Oliveira Guterres – João Augusto Nunes Pina Moura*

Promulgado em 2 de Novembro de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 3 de Novembro de 2000.

Pelo Primeiro-Ministro, *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho*, Ministro de Estado.

**Decreto-Lei n.º 300/2000**

de 18 de Novembro

Enquadrado no programa monetário comemorativo dos Descobrimentos Portugueses, julga-se oportuno autorizar a emissão de uma moeda alusiva à vida e à obra de D. João de Castro, IV Vice-Rei da Índia, cientista e navegador.

Foi ouvido o Banco de Portugal.

Assim

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

**Artigo 1.º**

**Autorização e características de cunhagem**

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A. (INCM), de uma moeda comemorativa alusiva a D. João de Castro, com o valor facial de 1000\$00.

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata de toque 500/1000 com 40 mm de diâmetro e 27 g de peso, com uma tolerância de aproximadamente 1/100 no peso e toque, e bordo serrilhado.

**Artigo 2.º**

**Características da moeda**

1 - Do reverso da moeda consta a figura de D. João de Castro, composta a partir da diversa iconografia existente e, à esquerda desta, o escudo dos Castros e a legenda “D. JOÃO DE CASTRO”.

2 - O anverso da moeda apresenta o Escudo Português, circundado pela legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA 2000”, e, ao centro, a legenda “1000 ESCUDOS”.

**Artigo 3.º**

### Limite da emissão

O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 465000000\$00.

### Artigo 4.º

#### Características da cunhagem e acabamentos dos espécimes numismáticos

1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a INCM é autorizada a cunhar até 15000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização nacional e internacional, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos cunhados em liga de prata de toque 925/1000 têm o diâmetro de 40 mm, peso de 27 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de aproximadamente 1/100.

### Artigo 5.º

#### Colocação em circulação

A moeda destinada à distribuição pública pelo respectivo valor facial é posta em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

### Artigo 6.º

#### Afectação de receitas

O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto do público, é posto pelo Ministério das Finanças à disposição da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei 293/86, de 12 de Setembro, e do artigo 8.º do Decreto-Lei 391/86, de 22 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 3.º do Decreto-Lei 260/87, de 29 de Junho.

### Artigo 7.º

#### Curso legal

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 25000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Outubro de 2000. – *António Manuel de Oliveira Guterres – João Augusto Nunes Pina Moura*

Promulgado em 2 de Novembro de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 5 de Novembro de 2000.

Pelo Primeiro-Ministro, *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho*, Ministro de Estado.

**Decreto-Lei n.º 167/2001**

de 25 de Maio

A realização do “Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura” constitui um evento da maior importância, pelo que se julga oportuno assinalar esta efeméride através da emissão de uma moeda comemorativa cunhada em metal precioso e com elevado valor facial, adequado à projecção nacional e internacional deste acontecimento.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º da sua Lei Orgânica, aprovada pela Lei 5/98, de 31 de Janeiro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

**Artigo 1.º**

1 - É autorizada a cunhagem, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., de uma moeda comemorativa alusiva “Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura”, com o valor facial de 500\$00.

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata de toque 500/1000 com 30 mm de diâmetro e 14 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1/100 no peso e no toque, e terá bordo serrilhado.

**Artigo 2.º**

1 - Na gravura do reverso encontramos o logótipo “Porto – 2001”, a legenda “Capital Europeia da Cultura” e vários traçados circulares que simbolizam movimento para o futuro.

2 - Na gravura do anverso encontramos, no campo central, o valor facial da moeda “500 ESC.” e os traçados circulares semelhantes aos da outra face, circutados pela legenda “REPÚBLICA PORTUGUESA”. No quadrante superior direito, a moeda ostenta o escudo nacional com a esfera armilar.

**Artigo 3.º**

O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 357500000\$00.

### Artigo 4.º

1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar até 10000 espécimes numismáticos de prata com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização nacional e internacional, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com diâmetro de 30 mm, peso de 14 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/100.

### Artigo 5.º

1 - Dentro do limite estabelecido no artigo 3.º, a INCM é autorizada a cunhar até 5000 espécimes numismáticos de ouro, com acabamento “prova numismática” (*proof*), destinados à comercialização nacional e internacional, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos serão cunhados em liga de ouro de toque 916,6/1000, com o diâmetro de 30 mm, peso total de 17,5 g e o bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1/100.

### Artigo 6.º

O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto do público, será posto pelo Ministério das Finanças à disposição da Sociedade Porto 2001, S. A., nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei 293/86, de 12 de Setembro.

### Artigo 7.º

A moeda destinada à distribuição pública pelo respectivo valor facial é posta em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

### Artigo 8.º

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 20000\$00 nestas moedas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 26 de Abril de 2001. – *António Manuel de Oliveira Guterres – João Augusto Nunes Pina Moura*

Promulgado em 11 de Maio de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.



Referendado em 17 de Maio de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Decreto-Lei n.º 252/2001**

de 22 de Setembro

Face à importância para o País da organização pela primeira vez do Europeu de Futebol, considera-se da maior oportunidade assinalar este acontecimento com a emissão de uma moeda comemorativa.

Foi ouvido o Banco de Portugal.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Disposições comuns

1 - É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., de uma moeda comemorativa alusiva à “Organização do Campeonato Europeu de Futebol – 2004”, com o valor facial de 1000\$00, em conformidade com o desenho em anexo.

2 - A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de prata de toque 500/1000, com 40 mm de diâmetro e 27 g de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1% no peso e no toque, e terá bordo serrilhado.

Artigo 2.º

Descrição

1 - No reverso da moeda encontramos a representação de uma rede e bola de futebol, bem como as legendas “X Campeonato Europeu de Futebol – UEFA” e “Euro 2004 Portugal”.

2 - Na gravura do averso encontramos o escudo nacional com a esfera armilar e as legendas “1000 ESCUDOS” e “REPÚBLICA PORTUGUESA 2001”.

Artigo 3.º

## Apontamentos: Legislação

### Limite de emissão

O limite de emissão desta moeda comemorativa é fixado em 510000000\$00.

### Artigo 4.º

#### Espécimes numismáticos

1 - Dentro do limite estabelecido no artigo anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., é autorizada a cunhar até 10000 espécimes numismáticos de prata com acabamento de prova numismática (*proof*), destinados à comercialização nacional e internacional, nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos de prata referidos no número anterior serão cunhados em liga de prata de toque 925/1000, com diâmetro de 40 mm, peso de 27 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e no toque de mais ou menos 1%.

### Artigo 5.º

#### Colocação em circulação

A moeda destinada a distribuição pública pelo respectivo valor facial é posta em circulação pelo Estado, por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

### Artigo 6.º

#### Afectação de receitas

O diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto ao público, será posto pelo Ministério das Finanças à disposição da Federação Portuguesa de Futebol nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei 293/86, de 12 de Setembro.

### Artigo 7.º

#### Curso legal

As moedas cunhadas ao abrigo deste diploma têm curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 50000\$00 desta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 9 de Agosto de 2001. – *António Manuel de Oliveira Guterres – Guilherme d'Oliveira Martins*

Promulgado em 11 de Setembro de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 13 de Setembro de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Decreto-Lei n.º 339-B/2001**

de 28 de Dezembro

No último ano de circulação do escudo como moeda corrente em Portugal julga-se oportuno autorizar a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., de uma emissão de espécimes numismáticos em ouro da moeda de 1\$00.

Foi ouvido o Banco de Portugal.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

**Artigo 1.º**

**Cunhagem**

1 - É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A. (INCM), de 50000 espécimes numismáticos, em ouro com acabamento “flor de cunho”, da moeda corrente de 1\$00, com o desenho descrito nos n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei 293/86, de 12 de Setembro, e destinados a comercialização nos termos do Decreto-Lei 178/88, de 19 de Maio.

2 - Os espécimes numismáticos referidos no número anterior serão cunhados em ouro com o toque de 916.6/1000, com o peso de 4,6 g e diâmetro de 16 mm, sendo a tolerância no peso de (mais ou menos) 2% e no toque de (mais ou menos) 0,5%.

**Artigo 2.º**

**Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 13 de Dezembro de 2001. – *António Manuel de Oliveira Guterres – Guilherme d'Oliveira Martins*

Promulgado em 21 de Dezembro de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 27 de Dezembro de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

## ANGOLA

### Decreto n.º 13

O regime monetário da Província de Angola mereceu ao Governo Geral o mais cuidado estudo em 1912. Numa das propostas, que acompanharam o orçamento do ano económico 1912-1913, assentavam-se as bases desse regime, e pena foi que essa proposta não tivesse a realização que merecia.

As circunstâncias económicas da Província modificaram-se profundamente de então para cá; os regimes monetários de todos os países passaram a ter uma significação muito diferente da que tinham naquela época; os altos valores que atingiram as espécies metálicas, e sobretudo o ouro a prata, criaram situações de dificuldade extrema. É certo, porém, que os princípios basilares de um bom regime monetário continuam a ser os mesmos.

No relatório que precedeu a proposta acima referida, estabeleceram-se princípios que aqui convém recordar.

As medidas financeiras, mais nas colónias, nos países em formação, do que na metrópole, devem visar sobretudo à resolução de problemas económicos e políticos. Com fins de fomento, de organização, de política indígena, fazem-se determinadas operações financeiras, tendo em vista mais esses fins do que os lucros que delas devem resultar.

Um regime monetário, convenientemente adaptado à Província, manterá uma circulação uniforme, acabará de vez com pagamentos ou impostos em géneros, reduzirá cada vez mais o emprêgo do processo de permuta, multiplicará as transacções, sobretudo no interior da Província, barateará a vida, e acelerará a evolução económica de Angola.

Moeda em abundância, que seja bem recebida pelos indígenas, mas que tenha a estabilidade necessária para não perturbar as relações com a metrópole e com outros países, moeda subdividida com o maior critério, que marque a nossa soberania e que não permita a circulação de moeda estrangeira, é o que devemos e podemos conseguir.

Estes princípios subsistem hoje por completo. Mas, se é certo que a base do sistema monetário de Angola deve ser ainda, como então se propunha, a adoptada na metrópole, certo é também que a situação económica da Província e a situação financeira do país aconselham agora a existência de moeda privativa, que só em Angola possa circular.

A grande carestia da prata não permite que se proceda actualmente à cunhagem de moedas dessa espécie metálica.

Teremos de as substituir por moedas de uma liga de prata e níquel ou de níquel puro e por moedas de cupro-níquel.

Destas moedas, as cunhadas com ligas de maior preço não poderão deixar de ter um poder liberatório ilimitado.

A limitação do poder liberatório de uma moeda só se justificaria perante a existência de moedas de ouro ou de uma moeda de prata com toque superior ao que habitualmente caracteriza as moedas divisionárias dessa espécie, ou então perante um regime bancário com emissão de notas inteiramente equivalente ao escudo ouro ou prata.

Nenhuma dessas circunstâncias se dá na Província na época actual.

Para a cunhagem das moedas subsidiárias tudo indica que se adopte o cobre, a exemplo do que se fez na metrópole.

A cunhagem da moeda metálica tem de ser feita conjuntamente com a emissão de notas e cédulas, para que o regime monetário produza todos os benéficos resultados que deve produzir. Sem alterar o regime contratual estabelecido, relativo à emissão de notas, deverá dar-se ao Governo da Província a faculdade de pôr em circulação notas e cédulas que facilitem as transacções e que tornem amis abundante a moeda.

Tendo em atenção o que fica exposto:

Considerando que, além dos seus fins económicos, políticos e sociais, um regime monetário apropriado se traduzirá para esta Província em considerável aumento de receita;

Considerando que, nos termos da base 91.<sup>a</sup> das Bases Orgânicas codificadas pelo decreto n.º 7:008. De 9 de Outubro de 1920, a regulação da circulação monetária e fiduciária das colónias é das atribuições do Poder Executivo;

Tendo ouvido o Conselho do Governo, constituído nos termos do decreto dêste Alto Comissariado, n.º5, de 4 do corrente mês;

Usando das faculdades que me são conferidas pelas leis n.º1:005, de 7 de Agosto de 1920, e n.º1:022, de 20 de Agosto do mesmo ano.

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º A unidade monetária da Província de Angola continua a ser o escudo de ouro, criado pelo decreto com força de lei de 22 de Maio de 1911.

Art. 2.º Como moedas principais circularão nesta Província moedas de prata de um escudo e de meio escudo.

§ único. Enquanto as condições do preço da prata e do curso dos câmbios o exigirem, estas moedas poderão ser substituídas por moedas do mesmo valor, cunhadas com uma liga de prata e níquel ou com níquel puro.

Art. 3º Como moedas subsidiárias serão cunhadas moedas de cupro-níquel de vinte e dez centavos, e moeda de cobre de cinco, dois e um centavos.

§ único. Os pesos, dimensões e toques destas moedas serão os mesmos que os das moedas de igual liga e representativas do mesmo valor com curso legal na metrópole.

Art. 4º As moedas a que se referem os artigos 2.º e 3.º terão no anverso a figura simbólica da República, com a legenda ANGOLA e a era da cunhagem, e no reverso a legenda REPÚBLICA PORTUGUESA e a designação do valor.

Art. 5º As moedas de um escudo e meio escudo, de que trata o artigo 2.º, terão nesta Província poder liberatório ilimitado.

§ único. Enquanto não forem postas em circulação estas moedas, terão poder liberatório ilimitado as moedas de cupro-níquel de que trata o artigo 3.º.

Art. 6º Ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento, seja qual fôr a sua importância, mais do que três escudos em moeda de cobre.

Art. 7.º Nenhuma moeda estrangeira poderá ter curso nesta Província. As que forem encontradas em circulação serão apreendidas e consideradas como valores pertencentes ao Estado.

Art. 8º Até 31 de Dezembro de 1923 poderão circular na Província, conjuntamente com as suas moedas especiais e privativas, as moedas que tenham curso legal na metrópole.

Art. 9.º A Província de Angola poderá emitir cédulas de valor inferior a um escudo, com curso legal e livre em todo o seu território.

§ único. Estas cédulas serão privativas da Província e trocadas por valores equivalente em moeda especial de Angola, sempre que para tal fim sejam apresentadas nas Caixas do Tesouro Público.

Art. 10.º A circulação das cédulas de cincoenta, vinte, dez e cinco centavos do Banco Nacional Ultramarino, autorizadas por decreto, n.º1:001, de 2 de Novembro de 1914, n.º3:999, de 16 de Março de 1918, e n.º4:111, de 13 de Abril de 1918, e doutras quaisquer cédulas do mesmo banco, cessará no dia 31 de Dezembro de 1921, devendo terminar o prazo para a sua troca em 31 de Dezembro de 1922.

§ único. Até 31 de Dezembro de 1921 circularão na colónia as cédulas a que se refere êste artigo conjuntamente com as emitidas pela Província nos termos do artigo 9.º.

Art. 11.º A cunhagem da moeda e a emissão de cédulas serão determinadas e reguladas, nos termos dêste decreto, pelo Governador Geral, em Conselho Executivo.

Art. 12.º Serão incluídas, anualmente, nas tabelas de despesas da cunhagem da moeda e emissão de cédulas, feitas nos termos do presente decreto.

Art. 13.º Serão incluídos, anualmente, nas tabelas de receita da Província, os totais de cunhagem da moeda e emissão de cédulas feitas nos termos dêste decreto.

Art. 14.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determino, portanto, que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução d'êste decreto pertencer, o cumpram e façam cumprir tão inteiramente com nele se contém.

Alto Comissariado da República, em Loanda, 7 de Maio de 1921. – O Alto Comissário.  
*José Mendes Ribeiro Norton de Matos.*

Repartição de Angola e S. Tomé

2.ª Secção

Decreto n.º 12:124

1. – A destruição, operada nestes últimos anos, das bases tradicionais dos sistemas monetários dos diversos países determinou, como é bem sabido, além de imprevistas e violentas translações de fortunas, as graves crises económicas, financeiras e sociais de que estão sofrendo quasi todas as nações.

Estas perturbações repercutiram-se naturalmente nos territórios coloniais, e sobrepondo-se às causas preexistentes e por assim dizer orgânicas das colónias, agravaram até os limites da ruína iminente as dificuldades da vida económica dêstes países.

As colônias portuguesas estão, como é evidente, incluídas neste número.

A província de Angola é de todas a mais violentamente tocada pelo flagelo.

2. – Além das causas gerais, inerentes a todas as colónias em via de formação, contribuíram para a crise de Angola as seguintes causas particulares:

- a) A falta de suficiente capital próprio das emprêsas comerciais e industriais, e dos colonos e funcionários que a província se vão estabelecer;
- b) O recurso imoderado ao crédito, liberalmente concedido pelo Banco Emissor sob a forma de descontos e de contas correntes;
- c) O convenvimento, inconfessado, mas real, da parte de muitos colonos de que têm direito ao crédito e de que o Banco Emissor deve ter uma capacidade ilimitada de efectuar transferências de numerário;
- d) A inflação das emissões do banco e sobretudo do Estado ao período de 1922 a 1924;
- e) O empréstimo de 10:000.000\$ (ouro), contratado em 1922 e emitido em séries sucessivas e em curtos intervalos, à vontade do tomador;
- f) O plano de fomento, largamente concebido, mas tumultuariamente iniciado em 1921-1922;
- g) As crises monetárias da metrópole;
- h) A autonomia financeira, abruptamente concedida à colónia, que ficou com o encargo completo de todas as despesas ordinárias da sua administração e mais as do seu fomento;
- i) As manobras fraudulentas do Banco Angola e Metrópole.

3. – A feição mais aparente da crise é a chamada questão das transferências; melhor diríamos do ágio ou diferença cambial entre a metrópole e a colónia.

Derivada desta crise, mas também visível e aguda, é a rarefacção do crédito e as suas necessárias consequências – rarefacção do meio circulante e alta dos juros.



A crise de Angola é portanto e em primeiro lugar uma crise monetária: é a doença mundial.

Existe também uma crise bancária, mas esta vem em segundo lugar.

4. – A circulação monetária da província de Angola é actualmente constituída pelos seguintes elementos (situação em 30 de Junho de 1926), cujos valores vão expressos em moeda de Angola:

a) Circulação própria do Govêrno:

Cédulas da Fazenda	29:271.000\$
Moedas de cupro-níquel	7:081.000\$
Moedas de bronze	<u>612.200\$</u>
<b>TOTAL</b>	<b><u>36:964.200\$</u></b>

b) Circulação do Banco Nacional Ultramarino

Notas em circulação	48:031.000\$
Notas em caixa	<u>1:969.000\$</u>
<b>Total autorizado</b>	<b><u>50:000.000\$</u></b>

Os meios de circulação de que a província hoje dispõe têm portanto o valor máximo de 87:000 contos angolanos, em números redondos.

Mas entre a moeda de Angola e a moeda da metrópole há uma diferença de valor, ou câmbio, pagando a de Angola um ágio, fixado mais ou menos arbitrariamente pelo Banco Nacional Ultramarino em 16 por cento, mas que parece oscilar entre 16 e 25 por cento, não se podendo indicar valor certo, em determinada época, porquanto o Banco não efectua todas as transferências pedidas, e os particulares, na esperança de uma melhoria cambial que nada faz prever, deixam estagnar no Banco elevados depósitos (cêrca de 47:000 contos), isto sem falar noutros factores de perturbação, como o financiamento concedido pela metrópole, a circulação de títulos processados da Fazenda, etc.

A existência de um ágio elevado e a impossibilidade em que o Banco Emissor se encontra de, mesmo assim, efectuar todas as transferências pedidas denotam a existência de uma crise monetária.

A crise monetária, que pode ser iniciada por uma crise económica, resulta da pouca elasticidade do meio circulante, o quel não se adapta fàcilmente às necessidades essencialmente variáveis da vida económica.

É desnecessário pôr os inconvenientes da situação actual em maior relêvo do que lhes dá a crise patente do comércio de Angola, vulgarmente designada pela “questão das transferências”.

5. – A resolução dêste problema é de capital importância quer para a vida económica de Angola quer para a sua administração.

Nem o equilíbrio do orçamento, nem as indispensáveis obras de fomento podem ser empreendidas com segurança sem que haja um padrão relativamente constante de valores,

para se aferirem por êle os preços das mercadorias e dos serviços e os encargos dos contribuintes e portanto as receitas do Estado.

Da mesma forma se não poderá assentar em bases seguras o comércio da colónia com a metrópole sem previamente suprimir ou apertadamente limitar os riscos de câmbio.

É inútil tentar qualquer reforma em Angola sem primeiro resolver esta questão primacial.

6. – A simples acção das leis económicas naturais pode restabelecer, com o andar dos tempos, a adaptação do meio circulante às necessidades monetárias, mas é sabido que esta adaptação só se alcança depois de uma longa e perigosa crise.

Em economia clássica é êste o último remédio aconselhável, porque todos os artifícios destinados à estabilização podem falhar em épocas de grande crise (guerras, revoluções, etc.).

Praticamente, porém, todos os países coloniais procuram estabilizar o valor da moeda colonial, em relação ao da moeda metropolitana, assegurando, por um artifício conveniente, a conversão ao par de uma moeda na outra.

7. – Pode dizer-se que as duas grandes nações coloniais, a Inglaterra e a França, têm cada uma o seu método peculiar de resolver êste grave problema.

a) o *método francês*. – O método francês, iniciado na Argélia, passou a Marrocos, à Tunísia e recentemente a Madagáscar.

Salvo algumas pequenas modalidades locais e aperfeiçoamentos modernos, o sistema consiste no seguinte:

O Tesouro da metrópole e o das colónias é só um, embora internamente as contas sejam distintas.

A metrópole toma a seu cargo as despesas de soberania, compreendendo a administração superior, a força pública (excepto polícia, etc.) e tem portanto necessidade de fazer pagamentos por sua conta nas colónias.

As transferências de fundos fazem-se habitualmente por vales de correio.

Um colono argelino, por exemplo, que deseje pagar 100 francos na metrópole compra numa estação postal um vale de 100 francos; a administração dos correios deposita os 100 francos no Banco da Argélia, na conta do Tesouro; a tesouraria da metrópole paga os 100 francos ao portador do vale e debita a colónia por essa quantia.

A transferência em sentido contrário faz-se por uma série análoga de operações inversas; simplesmente a administração dos correios na Argélia levanta da conta do Tesouro no Banco a quantia correspondente.

Se durante muitos dias houver um excesso de transferências no sentido da Argélia para França avolumar-se há consideravelmente o depósito à ordem do Tesouro, no banco da Argélia, o que ao Banco não convém, porque paga juro, com taxa progressiva, sobre êsses depósitos.

O Banco é levado assim a aumentar a sua taxa de descontos e a restringir os créditos.

Se predominam as transferências em sentido inverso, diminuem concomitantemente as disponibilidades do Tesouro na colónia.

O prémio de transferências em condições normais é apenas o dos vales do correio.

Em épocas de crise política (guerras) ou de crise económica, o equilíbrio do sistema pode ser comprometido pela persistência de transferências no mesmo sentido, sendo necessário elevar o prémio, isto é, agravar o câmbio, até sustentar as remessas.

O sistema francês só tem sido aplicado a colónias ricas, com uma balança económica normalmente favorável, como são as três colónias citadas. Nas restantes colónias actua o câmbio, sem paliativos, para limitar as transferências num ou noutro sentido; por isso nas colónias açucareiras as oscilações cambiais são às vezes intensíssimas.

b) O *método inglês* – O método inglês é, na sua essência, o sistema conhecido pela designação de *Gold Standard Exchange*, aplicado à Índia, aos Estabelecimentos dos Estreitos (*Straights Settlements*), às Filipinas, etc. Tem por base a constituição de um fundo de reserva que absorve as oscilações cambiais, pagando as deficiências ou recebendo os excessos.

O sistema foi criado para regularizar os câmbios dos países que usam o padrão-prata.

Para o aplicarem às suas colónias de África e do Atlântico, os ingleses tomaram por base ou termo fixo da comparação o valor da moeda metropolitana (esterlino) em vez do valor do ouro, constituindo-se o que se poderia chamar por analogia: *Home Currency Standard Exchange*. Os ingleses chamam-lhe *Currency Board System*.

O sistema foi aplicado primeiro às colónias inglesas da África Ocidental, depois às da África Oriental e está proposto para as Índias Ocidentais.

Quere dizer que está experimentado em seis colónias de África de tipos diferentes e em via de aplicação em mais sete colónias do Atlântico e América (Jamaica, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas do Sotavento, Ilhas de Barlavento, barbados, Trindade, Tobago e Guiana Inglesa).

8. O Governo adopta, para a resolução do problema monetário de Angola, o sistema inglês, porque ele oferece, entre outras, as seguintes vantagens:

a) Está confirmado por uma larga e variada experiência em colónias de tipos muito diversos.

b) É autónomo e independente, podendo organizar-se com simplicidade tanto a sua escrita como o seu funcionamento.

c) Tem uma grande elasticidade e os seus encargos são bem delimitados e só excepcionalmente atingem o Tesouro da metrópole.

d) Praticamente pode ser estabelecido sem o concurso do Banco Emissor.

e) A estabilidade da moeda, assegurada pelo fundo de reserva, é independente da situação da tesouraria do Banco.

f) A sorte da moeda da colónia é independente do destino e das garantias da nota do Banco.

9. Na essência, trata-se de criar um fundo de reserva da circulação monetária de Angola, constituído de modo que pelas suas disponibilidades se paquem ou se recuperem as diferenças de câmbio entre Angola e a metrópole.

Em funcionamento regular, o fundo forma-se automaticamente pela acumulação dos lucros da cunhagem e pelos rendimentos do próprio fundo. Com o decorrer dos tempos e a regular progressão da vida económica, não só uma parte considerável do fundo se conserva im+ovel, formando uma espécie de lastro inerte, como os rendimentos crescem em proporção notável, permitindo empregar o excedente nas despesas ordinárias de administração.

10. Há, porém, um ponto crítico, que é o do nascimento ou inauguração do sistema.

Com efeito, é necessário precaver a Junta da Moeda, que há de administrar o fundo, contra o perigo dos actuais detentores do meio circulante acorrerem em massa a pedir a conversão dêste em moeda metropolitana. É todavia certo que, por outro lado, nunca será possível acorrer toda a moeda em circulação num dado momento aos *guichets* da Junta para conversão, porque uma grande parte dessa moeda será necessária para as despesas ordinárias da população – para as compras que se fazem na praça – e para os pagamentos de salários.

Só a experiência pode indicar os limites em que convém manter o fundo de reserva para assegurar as transferências; mas prevê-se que estas serão inicialmente bastante elevadas.

Julga-se também, no caso presente, ser indispensável a substituição das cédulas da Fazenda e da actual moeda metálica por novas cédulas e novas moedas, e esta substituição importa numa despesa inicial que é necessário adiantar à Junta.

11. É difícil calcular a importância do crédito que deve ser pôsto à disposição da província de Angola para inciar o novo sistema de moeda e sua conversão ao par ou próximo do par, em moeda da metrópole.

O seguinte cálculo representa uma probabilidade que se reputa largamente suficiente para cobrir todas as eventualidades.

a) Das diferentes parcelas que constituem a actual circulação monetária de Angola, os 612.000\$ de moeda de bronze pouca influência terão no volume das transferências prováveis; podendo admitir como máximo provável um quarto ou sejam, em números redondos 150.000\$ angolanos.

b) Da moeda de cupro-níquel, em grande parte do valor nominal de \$50, também só uma pequena parte acorrerá à transferência; talvez que só os 1:000.000\$ que o Banco Nacional Ultramarino deve ter em caixa.

Em todo o caso considera-se como provável a transferência de aproximadamente metade da soma total, ou sejam 3:500.000\$.

b) Dos 29:271 contos de cédulas em circulação deve uma parte ter desaparecido na mão dos pretos; mas da soma restante pode admitir-se que uma parte importante, digamos dois têrços da totalidade, serão entregues para transferir; teremos assim, em números redondos 19:500 contos.

Resumindo, considera-se como máximo provável a transferir nos primeiros meses do novo sistema as seguintes quantias, expressas em moeda de Angola actual:

	Contos angolanos
Moeda de bronze	150
Moeda de cupro-níquel	3:500
Cédulas	<u>19:500</u>
	<u>23:150</u>

A que equivaleria na nova moeda de Angola, ou moeda metropolitana, se o ágio se mantivesse em 16 por cento, a

$$23:150 (1-0,16)=19:446 \text{ contos de Portugal}$$

Ou sejam, em números redondos 20:000 contos.

Esta quantia deve ser suficiente para cobrir as transferências prováveis; todavia o Govêrno julga prudente adicionar-lhe uns 3:000 contos para despesas de amoedação, o que eleva a 23:000 contos a soma que a metrópole terá de ceder à Junta da Moeda de Angola como fundo inicial.

12. – Como se disse, existe desde há anos uma diferença cambial entre a moeda da metrópole e a da colónia. As oscilações do ágio ou prémio têm sido grandes; todavia, por falta de uma bolsa de câmbio e pelas restrições impostas às transferências, é difícil calcular o valor exacto da depreciação da moeda angolana em relação ao escudo metropolitano.

Mas essa depreciação existe, e ela já dura há bastante tempo para que os prejuízos e os lucros que ela originou se tenham de algum modo consolidado. Tal como na metrópole. Procurar restabelecer uma das situações anteriores, a de 1913 ou a de 1921, por exemplo, seria hoje de tão desastrosas consequências como o agravamento do ágio o foi nos anos passados. Uma época de crise liquida-se sempre por uma translação de riquezas, isto é por uma série de lucros e prejuízos, que na totalidade se compensam, mas que, infelizmente considerados, são todos injustos. Por isso as oscilações do valor da moeda, quer na subida quer na descida, são mais nocivas do que uma depreciação ou uma valorização fixa, embora de valor absoluto considerável.

A preocupação do Govêrno, correspondendo nesse ponto aos desejos da colónia, é pois estabilizar o valor da moeda de Angola, e não valorizá-la ou depreciá-la.

E porque o valor da moeda de Angola se distanciou do valor do escudo de Portugal, até se fizar, segundo tudo indica, em tórno de um certo valor médio relativamente constante, pretende o Govêrno consolidar a situação existente, criando uma nova moeda, o angular, que tenha o mesmo valor do escudo de Portugal e se conserve ao par dêste, pelo menos para os efeitos das transações comerciais entre a metrópole e a sua grande colónia da África Ocidental.

O angular é portanto o novo escudo de Angola, e, como o antigo escudo angolano, subdivide-se em centavos.

Restabelece-se, porém, uma antida designação monetária, tradicional entre os indígenas, a macuta, do valor de \$05, número por que se conta nas pequenas transacções diárias.

13. – Na reforma decretada restabelece-se a indispensável distinção entre a moeda principal e a moeda subsidiária: a primeira tem poder liberatório ilimitado, a segunda tem poder liberatório restrito.

Só a moeda principal é trocável, ao par, por moeda metropolitana.

14. – Julgou-se indispensável recusar a troca em Lisboa da moeda de Angola importada na metrópole porque essa prática – demonstra-o a experiência inglesa – dá lugar a sérios abusos.

O decreto indica, porém, o modo por que os viajantes que se destinam a Portugal se podem aprovisionar de moeda da metrópole.

15. – A Junta da Moeda de Angola funcionará em Lisboa, sob a fiscalização do Ministro das Colónias.

É à metrópole que compete, e bem, a resolução do problema monetário, que é um encargo de soberania; é portanto na metrópole que tem de residir a Junta, incumbida de dirigir os negócios monetários da província.

Outra razão e muito importante se deve acrescentar. Em Lisboa há maiores facilidades em recrutar pessoal, em colher informações e em mobilizar os fundos de reserva, e as pressões do governo local chegam aqui muito atenuadas, não podendo ser nocivas.

16. – Propondo-se o Governo assegurar a troca ao par da moeda de Angola por moeda de Portugal, como se os dois territórios fôsem contíguos, natural seria que nenhum prémio se cobrasse pela transferência. Há todavia necessidade de cobrar um pequeno prémio, o menor possível, para cobrir as despesas da Junta. É um ligeiro pagamento a exigir do público em troca do serviço que a Junta lhe presta. O Governo fixa os limites máximos destes prémios, que são 1 por cento e 2 por cento conforme o sentido das transferências; mas o Governo recomendará à Junta que reduza êstes prémios tanto quanto possível e os iguale, logo que as circunstâncias o permitam.

17. – Finalmente, como últimas particularidades a mencionar, figuram as faculdades concedidas ao governo da província para reduzir as importações e favorecer as exportações, de modo a reduzir o desfalque da balança comercial. Estas medidas terão necessariamente um carácter transitório, pois que todos os indícios anunciam um próximo período de prosperidades para a província. Os trabalhos de fomento iniciados em 1921 e as iniciativas particulares, que tenazmente se desenvolvem, serão os principais factores dêsse ressurgimento.

Nestes termos:

Tendo em vista o que acima fica exposto; e

Considerando que o problema monetário de Angola carece de rápida solução, porque dêle depende toda a vida económica da província;

Considerando que as relações comerciais entre a metrópole e aquela colónia não podem assentar em base estável sem um artifício monetário que mantenha a paridade entre as respectivas moedas;

Considerando, que, nos termos da base 91.<sup>a</sup> da Administração Civil e Financeira das Colónias, compete ao Governo da metrópole regular a circulação monetária e fiduciária das províncias ultramarinas:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.<sup>o</sup> O actual sistem amonetário da província de Angola é substituído pelo novo sistema organizado nos termos das bases anexas ao presente decreto e que dêle se consideram como fazendo parte integrante.

Art. 2.<sup>o</sup> Um decreto especial publicado pelo Ministério das Colónias indicará o dia em que o novo sistema entrará em vigor na província de Angola.

Art. 3.<sup>o</sup> A Junta da Moeda de Angola, a que se refere a base V, iniciará desde já os trabalhos preparatórios para a inauguração do novo sistema, para o que serão postos à sua disposição os necessários créditos.

Art. 4.<sup>o</sup> Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com fôrça de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

*Para ser publicado no “Boletim Oficial” da província de Angola.*

Dado nos Paços do Governo da República, em 14 de Agosto de 1926. – *António Óscar de Fragoso Carmona – José Ribeiro Castanho – Manuel Rodrigues Júnior – João José Sinel de Cordes – Jaime Afreixo – António Maria de Bettencourt Rodrigues – Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa – João Belo – Artur Ricardo Jorge – Felisberto Alves Pedrosa.*

#### BASES PARA A REFORMA DO SISTEMA MONETÁRIO DA PROVÍNCIA DE ANGOLA

##### BASE I

##### Criação da nova unidade de conta

1. – A actual unidade de conta da província de Angola – o escudo angolano – é substituído por uma nova unidade – o angolar – trocável ao par por escudos da metrópole, nas condições e pela forma adiante indicada.

2. – O angolar será indicado simbòlicamente por Ag., continuando a fazer-se uso do sinal \$ para separar a parte inteira da parte decimal nas expressões numéricas de qualquer soma de angolares.

3. – A unidade ou padrão de valor do novo sistema continua a ser o valor intrínseco do metal fino contido no escudo de ouro definido no decreto com fôrça de lei de 22 de Maio de 1911.

4. – a) O escudo angolar terá como submúltiplo o centavo.

b) Como sub-unidade de conta poderá adoptar-se a macuta, equivalente a 5 centavos; mas todas as contas públicas serão estabelecidas em angolares e centavos.

### BASE II

#### Representação da nova unidade

1. – O angolar será representado materialmente por moedas ou cédulas de 1, 2 ½, 5 e 10 Ags. E os seus submúltiplos por moedas de níquel, de cupro-níquel, ou de outra liga apropriada, com os valores faciais de 0,50, 0,20, 0,10 e 0,05 Ags., correspondendo respectivamente a 10, 4, 2 e 1 macutas, e por moedas de cobre de 0,02, 0,01 e 0,005 Ags.

2. – As dimensões, títulos, desenhos e matéria das novas moedas serão fixados pela Junta a que se refere a base V, com aprovação do Ministro das Colónias.

3. – O desenho, côres e qualidade de papel das cédulas serão igualmente escolhidos pela mesma Junta e aprovados pelo Ministro das Colónias.

### BASE III

#### Equivalência entre a antiga e a nova moeda de Angola

1. – A equivalência entre nova unidade monetária – o angolar – e o actual escudo angolano será fixada tendo-se em vista o valor médio da relação entre o escudo metropolitano e o escudo angolano nos últimos seis meses anteriores à data em que a nova moeda entrar em circulação.

2. – Um decreto publicado pelo Ministério das Colónias indicará a data em que a nova moeda deve começar a circular e a equivalência a que se refere o número anterior.

3. – O govêrno da província de Angola determinará em que data e por que forma as contas públicas passarão a ser expressas em angolares.

### BASE IV

#### Curso legal e poder liberatório

1. – As cédulas e moedas metálicas emitidas pela Junta a que se refere a base V terão curso legal e forçado em todo o território da província de Angola e só neste território.

2. – É proibida a exportação das cédulas e moedas de Angola, excepto quando essa exportação fôr feita pelos agentes da Junta, em virtude das atribuições que lhe são conferidas.

3. – a) As cédulas ou moedas de 1 Ag. ou de valores superiores terão poder liberatório ilimitado.

b) As moedas de 0,50 Ag. serão obrigatòriamente recebidas em pagamentos até a totalidade de 20 Ags. e não mais.

c) As moedas de 0,20 Ag. e de valor inferior serão obrigatòriamente recebidas em pagamento de qualquer dívida, até 20 vezes o seu valor facial, e não mais.



d) O govêrno da colónia, ouvido o conselho executivo, poderá alterar os limites fixados nas alíneas b) e c) dêste parágrafo.

e) Às moedas ou cédulas de valor facial inferior a 0,50 Ag. são consideradas moedas subsidiárias.

BASE V

Junta da Moeda de Angola

1. – É constituída em Lisboa uma Junta da Moeda de Angola (abreviadamente designada por a Junta ou J.M.A.), que terá por encargo superintender em todos os assuntos concernentes à circulação monetária da província de Angola, e em particular promover a emissão, recolha e substituição das moedas e cédulas, administrar o respectivo fundo de reserva, e, de um modo geral, cuidar dos interêsses da província de Angola em tudo quanto à circulação monetária disser respeito.

2. – A Junta será constituída por cinco membros, um dos quais será o representante da província no Conselho Colonial, e todos nomeados pelo Ministro das Colónias.

3. – A Junta será autónoma e terá personalidade jurídica, podendo nessa qualidade arrecadar receitas, adquirir bens, efectuar despesas, admitir e despedir pessoal, fixar os seus vencimentos, e executar todos os demais actos necessários para o regular desempenho da sua missão.

4. – a) Aos membros da Junta será atribuída a remuneração que o Ministro das Colónias fixar.

b) Êste vencimento será pago contra a apresentação de senhas de presença às sessões da Junta.

5. – a) Haverá um secretário da Junta, nomeado pelo Ministro das Colónias e com a remuneração fixa mensal que por êste lhe fôr arbitrada.

b) O secretário da Junta executará ou fará executar sob a sua responsabilidade, todo o trabalho de escrita e contabilidade da Junta.

c) A Junta apresentará semestralmente ao Ministro das Colónias um balancete, mostrando:

1.º A totalidade das cédulas e moedas em circulação no último dia do semestre anterior (30 de Junho ou 31 de Dezembro);

2.º A totalidade do fundo de reserva nos referidos dias;

3.º O estudo da carteira de títulos, com indicação dos valores nominais, preços por que foram adquiridos e últimas cotações conhecidas.

d) Estes balancetes serão publicados no *Diário do Govêrno* e no *Boletim Oficial* da província.

6. – a) As contas da Junta serão verificadas mensalmente por dois funcionários da contabilidade das Colónias, designados pelo Ministro, os quais examinarão e certificarão a legalidade das operações feitas e a exactidão das contas.

b) A província de Angola nomeará um seu fiscal delegado, que, nesta qualidade, assistirá às reuniões da Junta, examinará a documentação e certificará sobre a legalidade, conveniência e oportunidade das operações feitas e exactidão das contas.

c) Os fiscais nomeados pelo Ministro e o fiscal delegado da província terão a remuneração que lhes fôr arbitrada pelo Ministro das Colónias, ouvido o govêrno da província.

7. – a) A Junta apresentará anualmente ao Ministro das Colónias um relatório pormenorizado das operações feitas durante o ano económico e o balanço anual das suas contas.

Este balanço, depois de aprovado pelo Ministro das Colónias, será publicado no *Diário do Govêrno*.

b) O fiscal delegado enviará ao govêrno da província, com a sua informação particular, uma cópia do referido relatório e das contas, as quais serão publicadas no *Boletim Oficial* da província.

8. – a) A Junta criará, mediante prévio acôrdo com o govêrno da província, tantas delegações coloniais quantas forem consideradas necessárias para o bom desempenho das suas funções.

b) Haverá, pelo menos, uma delegação em Loanda, outra no Lobito e outra em Mossâmedes.

c) As delegações serão constituídas por três membros, nomeados pelo govêrno da província e escolhidos entre os funcionários da colónia com exercício na sede da delegação.

d) As contas e os actos de administração das delegações serão fiscalizadas por delegados do govêrno da província.

e) As delegações da Junta publicarão semestralmente no *Boletim Oficial* da província balanços referidos a 30 de Junho e 31 de Dezembro mostrando:

1.º A totalidade das cédulas e a totalidade das moedas de cada espécie postas em circulação pela delegação;

2.º A totalidade das cédulas e moedas em caixa;

3.º A importância das transferências em cheque ou ordem telegráfica sobre Lisboa;

4.º Os prémios cobrados e as despesas feitas com a delegação por conta dos fundos da Junta.

## BASE VI

### Fundo de reserva da circulação monetária

1. – a) É constituído um fundo, denominado “Fundo de reserva da circulação monetária”, que será administrado pela Junta, e domiciliado em Lisboa.

b) O fundo de reserva é creditado por todas as receitas provenientes:

Da emissão de cédulas;

Da emissão de moedas metálicas;

Da importância dos prémios de transferência;

Dos juros e dividendos da sua carteira de títulos;

De quaisquer outros rendimentos, subsídios ou contribuições, legalmente autorizados.

c) O fundo de reserva é debitado pelos encargos provenientes:

De ordenados, gratificações, salários e outras despesas com o pessoal;

Do expediente, correio, telegramas e outras despesas necessárias para o seu serviço;  
Da cunhagem das moedas, estampagem das cédulas, fretes, seguros e outras despesas de emissão, conservação e recolha da circulação monetária de Angola;  
Do pagamento de saques sobre Lisboa;  
De quaisquer prejuízos que advenham à Junta pelo exercício das suas funções.

2. – a) A Junta poderá empregar as disponibilidades do fundo de reserva em bilhetes do Tesouro da metrópole ou em fundos do Estado Português aprovados pelo Ministro das Colónias, excepto os que representem dívidas da província de Angola.

b) Uma parte do fundo de reserva que a Junta julgar conveniente será guardado em moeda corrente na metrópole no cofre da Junta, ou depositada à ordem em estabelecimentos de crédito julgados idôneos e aprovados pelo Ministro das Colónias.

3. – a) Quando os rendimentos (juros e dividendos) do fundo de reserva forem julgados superiores às necessidades da Junta, poderá esta, com aprovação do Ministro das Colónias, entregar ao governo da província a parte que lhe parecer conveniente, para reforço das receitas da colónia.

b) Quando a Junta se certificar e puder demonstrar ao Ministro das Colónias que o fundo de reserva é mais do que suficiente para assegurar a convertibilidade da circulação de Angola, ficando ainda uma margem suficiente para ocorrer a qualquer depreciação eventual, poderá ser autorizada a entregar ao governo da província o excesso ou uma parte dêle, para ser aplicado em obras de fomento.

4. – a) Os títulos pertencentes à província, e que não estiverem consignados à garantia de quaisquer empréstimos feitos à colónia, serão entregues à Junta da Moeda como reforço do fundo de reserva.

b) Estes títulos serão restituídos à província logo que a Junta se certifique de que o fundo de reserva atingiu a importância suficiente para assegurar a convertibilidade, em condições normais, da circulação monetária.

c) A Junta venderá às pessoas que o requisitarem qualquer quantidade de cédulas ou moedas, a entregar em Angola, contra pagamento prévio em Lisboa, em moeda da metrópole, do valor nominal das referidas cédulas e moedas, mais o prémio que a Junta julgar conveniente e que deverá ser, em regra, inferior a 1 por cento da quantia vendida.

d) A Junta venderá às pessoas que o requisitarem ordens de pagamento, em Lisboa, em moeda metropolitana, de quantias de igual valor nominal (isto é, ao par), entregues em Angola, em cédulas ou moedas da colónia (excepto moedas subsidiárias), cobrando a mais o prémio que julgar conveniente e que deverá, em regra, ser inferior a 2 por cento do valor nominal da quantia transferida.

e) A Junta poderá vender ordens telegráficas para entrega de moeda angular, em Angola, ou de moeda metropolitana, em Lisboa, cobrando nesse caso os prémios que julgar mais convenientes.

5. As cédulas e moedas de Angola não são obrigatoriamente trocáveis na metrópole, mas a Junta providenciará para que as pessoas que saiam da colónia possam adquirir nela a porção de moeda metropolitana necessária para as despesas de viagem até ao limite fixado pelo governo da província, de acordo com a Junta.

6. A Junta providenciará para que nas suas tesourarias de Loanda, Lobito e Mossâmedes seja facultada a troca de qualquer quantia em moeda subsidiária por cédulas ou moedas da colónia de poder liberatório ilimitado, podendo porém sujeitar esta troca, de acôrdo com o govêrno da província, às restrições ou condições que julgar convenientes, e podendo também autorizar que a referida troca se faça em outros pontos da província.

### BASE VIII

#### Início do sistema. – Resgate das actuais moedas e cédulas da Fazenda

1. – a) As actuais cédulas da Fazenda e as moedas de cupro-níquel e de bronze, em circulação na província, serão trocadas por intermédio da Junta por cédulas e moedas do novo tipo, fazendo-se a troca conforme a equivalência estabelecida na base III.

b) A Junta providenciará para que a troca se efectue com as possíveis facilidades, no prazo de seis meses a contar da data das primeiras emissões, data que será fixada pelo govêrno da província de acôrdo com a Junta.

2. – Para as despesas com as primeiras cunhagens de moeda e estampagem de cédulas, resgate da circulação monetária actual e início da conversão o Govêrno da metrópole porá à disposição da Junta da Moeda de Angola um crédito até a quantia de 23:000.000\$ metropolitanos.

### BASE IX

#### Convertibilidade e resgate das notas do Banco Emissor

1. – a) O Banco Emissor procederá dentro do prazo de seis meses, a que se refere a alínea b) do n.º1 da base VIII, à substituição das suas actuais notas por outras expressas na nova moeda.

b) O govêrno da província pode autorizar o Banco Emissor, se êste assim o desejar, a carimbar as notas da sua actual emissão por forma que seja fácil distingui-las das notas representativas dos actuais escudos angolanos.

c) As notas representativas da nova moeda (angolares) serão trocadas pelas da actual designação (escudos angolanos) na proporção a que se refere a base III.

2. – a) As novas notas serão pagáveis à vista ao par e ao portador na nova moeda legal da província de Angola, a qual moeda, para êsse efeito da convertibilidade e da constituição da reserva a que se refere o artigo 26.º do decreto n.º 5:809, de 30 de Maio de 1919, é considerada moeda metálica.

b) O Ministro das Colónias, por proposta da Junta e ouvido o govêrno da província, marcará a data a partir da qual cessará o curso forçado das notas do Banco Emissor, devendo êste dentro dêsse prazo tomar as providências necessárias para assegurar a convertibilidade das suas notas, constituindo designadamente a reserva a que se refere o artigo 26.º do decreto n.º5:809, e tendo em vista a alínea a) dêste número e mais legislação aplicável.

### BASE X

#### Disposições gerais e transitórias

1. – É autorizada a Junta da Moeda de Angola a celebrar com o Banco Emissor da província os contratos necessários para a execução desta reforma e em particular para a utilização dos serviços do Banco na emissão de nova moeda, recolha da que se encontra em circulação e transferências de fundos.

2. – a) Todas as transacções, contratos e operações comerciais de qualquer natureza feitos entre si, pelos bancos e casas bancárias, entre os bancos ou casas bancárias e particulares, ou entre particulares, e que tiverem sido ajustados em escudos de Angola, serão convertidos e liquidados na nova moeda, adoptando-se para a conversão a relação a que se refere o n.º1 da base III.

b) Para a liquidação das transacções, contratos e operações comerciais de qualquer natureza ajustados em outras moedas aplicar-se hão as disposições gerais vigentes e em especial as dos artigos 724º, 725º, 726º e 727º do Código Civil.

3. – a) Transitòriamente poderá o govêrno da província promulgar quaisquer restrições à faculdade de requisição de ordens de pagamento a efectuar em Lisboa, em moeda da metrópole contra entrega da moeda colonial em Angola, e em particular exigir a prova documental de que as transferências solicitadas têm por origem operações comerciais.

b) O govêrno da província poderá igualmente impor quaisquer restrições temporárias à importação de mercadorias da metrópole ou do estrangeiro e conceder facilidades especiais à exportação de produtos da colónia, tudo com o fim de reduzir o mais possível o saldo contra a colónia, da balança de pagamentos externos.

Paços do Govêrno da República, 14 de Agosto de 1926. – O Ministro das Colónias, *João Belo*.

MINISTRO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fomento Colonial

**Decreto n.º 35:486**

Havendo falta de moeda divisionária na colónia de Angola;

Atendendo ao que propôs o governador geral da referida colónia;

Tendo em vista o disposto no artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português e nos termos do seu §2.º, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 28.º do Acto Colonial, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas do valor facial de \$10, \$20 e \$50 destinadas à colónia de Angola.

## Apontamentos: Legislação

Art. 2.º O montante da emissão é fixado em 8:000 contos, cunhando-se 8 milhões de moedas de \$50, 10 milhões de \$20 e 20 milhões de \$10.

Art. 3.º As moedas não serão serrilhadas e obedecerão às seguintes características:

Valor Legal / centavos	Diâmetro em m/m	Título		Peso	
		Legal	Tolerância	Legal/ grs	Tolerância
10	17,5	95%Cu – 3%Zn – 2% Sn	±1%	2	±2%
20	20,5	95%Cu – 3%Zn – 2% Sn	±1%	3	±2%
50	22,8	61% Cu – 19% Ni – 20% Zn	±1,5%	4,5	±1,5%

§ 1.º As moedas de \$50 terão no anverso as armas da colónia de Angola com a legenda “Colónia de Angola” e a designação da era e no reverso a legenda “República Portuguesa”, com a designação do valor.

§ 2.º As moedas de \$10 e \$20 terão as mesmas características que as de \$50, suprimindo-se no anverso as palmas das armas da colónia.

Art. 4.º À medida que as moedas forem sendo recebidas, o governo geral da colónia de Angola, pô-las-á imediatamente à disposição do Banco de Angola, contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo governo.

§ único. A data em que as novas moedas deverão entrar em circulação será fixada por meio de portaria no *Boletim Oficial* da colónia.

Art. 5.º Na Direcção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade da colónia de Angola será aberta uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do cunho, fretes, despachos, seguro e despesas da amoedação, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco de Angola nos termos do artigo antecedente.

§ 1.º Esta conta será encerrada logo que todas as despesas tenham sido liquidadas e pagas, e o saldo apurado entrará nos cofres da colónia, a título de receita eventual.

§ 2.º O Ministério das Colónias deverá ser informado, com a necessária pormenorização e dentro de sessenta dias, do encerramento dessa conta e seus resultados.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

*Para ser publicado no “Boletim Oficial” da colónia de Angola.*

Paços do Governo da República, 4 de Fevereiro de 1946. – ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *António de Oliveira Salazar* – *Marcelo José das Neves Alves Caetano*.

Direcção Geral de Fomento Colonial

**Decreto n.º 38:695**

Reconhecida a necessidade de dotar Angola com moeda metálica divisionária para a substituição gradual, não só das cédulas e notas da extinta Junta da Moeda de Angola, mas também das cédulas emitidas posteriormente;

Ponderando o actual custo dos metais destinados à amoedação;

Ouvido o Governo-Geral de Angola;

Tendo em vista o §1.º do artigo 150.º da Constituição, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º do mesmo diploma, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas do valor facial de \$50, 1\$, 2\$50, 10\$ e 20\$ destinadas à província de Angola.

§ 1.º O montante da emissão é de 150:000.000\$:

50.000:000 de moedas de \$50, no valor de 25:000 contos.

5.000:000 de moedas de 1\$, no valor de 5:000 contos.

16.000:000 de moedas de 2\$50, no valor de 40:000 contos.

4.000:000 de moedas de 10\$, no valor de 40:000 contos.

2.000:000 de moedas de 20\$, no valor de 40:000 contos.

§ 2.º As moedas de \$50 e de 1\$ serão de bronze, as de 2\$50 de cuproníquel e as de 10\$ e 20\$ de prata.

Art. 2.º As moedas obedecerão às seguintes características:

Valor Legal / escudos	Diâmetro em milímetros	Título		Peso	
		Legal	Tolerância	Legal/ gramas	Tolerância
\$50	20	95%Cu – 5% Zn e Sn	±1%	4	±1,5%
1\$00	26	95%Cu – 5% Zn e Sn	±1%	8	±1,5%
2\$50	20	75% Cu – 25% Ni	±1,5%	3,5	±1,5%
10\$00	24	720 <sup>0</sup> / <sub>00</sub>	±3%	5	±5%
20\$00	30	720 <sup>0</sup> / <sub>00</sub>	±3%	10	±5%

Art. 3.º As moedas de bronze terão no anverso as armas da província de Angola, com a legenda “Angola” e a designação da era, e no reverso a legenda “República Portuguesa”, com a designação do valor.

Art. 4.º As moedas de prata e de cuproníquel serão serrilhadas e terão: de um lado, os distintivos aprovados para a Ordem do Império, com a legenda “República Portuguesa” e a era; do outro, as armas da província de Angola, com a legenda “Angola” e a designação do valor.

Art. 5.º À medida que as moedas forem sendo recebidas, o Governo-Geral de Angola colocá-las-á à disposição do Banco de Angola, contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo governo.

§ único. O Governo-Geral de Angola fixará, por meio de portaria, o prazo a partir do qual deixarão de ter curso legal as cédulas e notas da extinta Junta da Moeda de Angola, e bem assim as restantes cédulas existentes.

Art. 6.º Na Direcção dos Serviços de Fazenda da província será aberta uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, fretes, despachos, seguro e despesas da amoedação, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco de Angola, nos termos do artigo antecedente.

§ 1.º Será oportunamente publicada no *Boletim Oficial* da província de Angola uma conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere este artigo.

§ 2.º O Ministério do Ultramar deverá ser informado, com a pormenorização necessária e dentro de sessenta dias, do encerramento dessa conta e seus resultados.

Art. 7.º Fica revogado o Decreto n.º 38:289, de 7 de Junho de 1951.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Marco de 1952. – FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES – *António de Oliveira Salazar* – *Manuel Maria Sarmento Rodrigues*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Angola. – *M. M. Sarmento Rodrigues*.

Direcção Geral de Economia

**Decreto n.º 44 328**

Sendo necessário substituir na província de Angola as moedas mandadas cunhar pelo Decreto n.º 35 486, de 4 de Fevereiro de 1946, em virtude da acentuada diferença que existe entre as suas características e as das moedas cunhadas ultimamente;

Atendendo ao que em tal sentido manifestaram o Governo-Geral da província e o Banco de Angola;

Tendo em conta a urgência de se legislar em conformidade;

Tendo presente o que dispõe o §1.º do artigo 150.º da Constituição;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas destinadas à província de Angola, no montante de 1000 contos, sendo:

4 000 000 de moedas de \$10, no valor de 400 contos.

3 000 000 de moedas de \$20, no valor de 600 contos.

§ único. As moedas não serão serrilhadas, terão no anverso as armas da província de Angola, com a legenda “Angola” e a designação da era, no reverso a legenda “República Portuguesa”, com a designação do valor, e obedecerão às seguintes características:

		Liga	Título	Peso
--	--	------	--------	------



Valor facial	Diâmetro (mm)	Designação	Elementos	Padrão	Tolerância	Padrão (g)	Tolerância
\$10	16	Bronze	Cu-Zn-Sn	95/3/2%	±2%	1,8	±2%
\$20	18	Bronze	Cu-Zn-Sn	95/3/2%	±2%	2,5	±2%

Art. 2.º À medida que as moedas forem sendo recebidas, o Governo-Geral da província colocá-las-á à disposição do Banco de Angola, contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo Governo-Geral.

Art. 3.º O Governo-Geral de Angola fixará, por meio de portaria, o prazo a partir do qual deixarão de ter curso legal as moedas substituídas.

Art. 4.º Na Direcção dos Serviços de Fazenda da província será aberta uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, fretes, despachos, seguro e despesas da amoedação, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco de Angola nos termos do artigo 2.º deste diploma.

§ 1.º Será oportunamente publicada no *Boletim Oficial* da província de Angola uma conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere este artigo.

§ 2.º O Governo-Geral de Angola dará conhecimento ao Ministério do Ultramar da conta e seus resultados, dentro de 60 dias após o seu encerramento.

Art. 5.º Fica revogado o Decreto n.º 35 486, de 4 de Fevereiro de 1946.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Maio de 1962. – AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ – *António de Oliveira Salazar* – *Adriano José Alves Moreira*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Angola. – *A. Moreira*.

Direcção-Geral de Economia

**Decreto n.º 49 142**

Tornando-se necessário ocorrer à falta de moeda divisionária na província de Angola;

Atendendo ao que neste sentido foi pedido pelo Governo-Geral da província;

Ouvido o Banco de Angola;

Tendo em vista o disposto no n.º 1.º do artigo 150.º da Constituição, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

## Apontamentos: Legislação

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas destinadas à província de Angola, no montante de 120 000 contos, sendo:

8 milhões de moedas de 5\$, no valor de 40 000 contos.

4 milhões de moedas de 10\$, no valor de 40 000 contos.

2 milhões de moedas de 20\$, no valor de 600 contos.

Art. 2.º As moedas obedecerão às seguintes características:

Valor legal/ Escudos	Diâmetro milímetros	Título		Peso	
		Padrão	Tolerância	Padrão gramas	Tolerância
5\$00	24,5	75% Cu, 25% Ni	±1,5%	7	±1,5%
10\$00	28	75% Cu, 25% Ni	±1,5%	9	±1,5%
20\$00	30	Ni	-	12	±1,5%

Art. 3.º As moedas de 5\$ e 10\$ serão serrilhadas e terão numa das faces os distintivos aprovados para a Ordem do Império com a legenda “República Portuguesa” e a era, e na outra as armas da província com a legenda “Angola” e a designação do valor.

Art. 4.º As moedas de 20\$ serão serrilhadas e terão numa das faces o escudo nacional sobreposto à esfera armilar com a legenda “República Portuguesa” e a designação da era, e na outra face, as armas da província com a legenda “Angola” e a indicação do valor.

Art. 5.º À medida que as moedas forem sendo recebidas, o Governo-Geral da província colocá-las-á à disposição do Banco de Angola, contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo Governo-Geral.

Art. 6.º Na Direcção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade de Angola será aberta uma conta de operações de tesouraria sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, fretes, despachos, seguro e despesas da amoedação, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco de Angola nos termos do artigo anterior.

§ único. Será oportunamente publicada no *Boletim Oficial* da província de Angola a conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere este artigo.

*Marcello Caetano – Joaquim Moreira da Silva Cunha.*

Promulgado em 2 de Julho de 1969.

Publique-se.

Presidência da República, 23 de Julho de 1969. – AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Angola. – *J. da Silva Cunha.*



## CABO VERDE

### MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

#### Direcção Geral das Colónias do Ocidente

#### Repartição de Cabo Verde e Guiné

#### **Decreto n.º 18:495**

Atendendo ao que propôs o govêrno de Cabo Verde;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2 do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por fôrça do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro das Colónias:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas divisionárias, do valor facial de \$05, \$10, \$20, \$50 e 1\$, destinadas à colónia de Cabo Verde, em substituição das cédulas emitidas pelo Banco Nacional Ultramarino, que actualmente ali circulam.

§ 1.º O montante da emissão é fixado em 1:050.000\$, assim divididos: 1.000:000 de moedas de \$05, no valor de 50.000\$; 1.500:000 de \$10, no valor de 150.000\$; 1.500:000 de \$20, no valor de 300.000\$; 1.000:000 de \$50, no valor de 500.000\$; 50.000 de 1\$, no valor de 50.000\$.

§ 2.º As moedas serão iguais às do mesmo valor em circulação na metrópole e terão a legenda “Cabo Verde”.

Art. 2.º Após a chegada à colónia das moedas de que trata o artigo anterior, o respectivo governador marcará o prazo de oito meses para serem trocadas por elas todas as cédulas ali em circulação e fornecerá ao Banco Nacional Ultramarino, contra notas equivalendo ao mesmo valor nominal, as moedas de que êle carecer para troca das cédulas que lhe forem apresentadas.

Art. 3.º Na Direcção dos Serviços de Fazenda da colónia será aberta uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Cunhagem de moeda subsidiária”, da qual se debitará a colónia pelas quantias recebidas pelo Banco Nacional Ultramarino em troca das moedas fornecidas e se creditará pelo custo, fretes, seguro e despesas da amoedação.

Art. 4.º Terminado o prazo referido no artigo 2.º dêste diploma, o Banco Nacional Ultramarino restituirá ao governo de Cabo Verde todas as cédulas em seu poder para serem verificadas e inutilizadas, perante uma comissão para êsse fim nomeada pelo governador, e entregará ao mesmo govêrno, em notas, uma importância igual ao valor das cédulas emitidas que não tiverem sido apresentadas para troca por moeda divisionária, devendo a importância assim recebida pelo Banco Nacional Ultramarino entrar como receita de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Fundo de conversão de cédulas”.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário e especialmente o decreto n.º 8:384, de 25 de Setembro de 1922, na parte que respeita a colónia de Cabo Verde.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e o faça executar.

*Para ser publicado no “Boletim Oficial” da colónia de Cabo Verde.*

Paços do Govêrno da República, 20 de Junho de 1930. – ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *António de Oliveira Salazar*.

MINISTRO DAS COLÓNIAS

Direcção-Geral de Fomento Colonial

**Decreto n.º 37:274**

Sendo manifesta a falta de moeda divisionária na colónia de Cabo Verde;

Atendendo ao proposto pelo governador da referida colónia;

Tendo em vista o disposto no artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português e nos termos do seu §2.º, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 28.º do Acto Colonial, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas do valor facial de 1\$ e \$50 destinadas à colónia de Cabo Verde.

Art. 2.º É fixado em 1:000.000\$ o montante da emissão, cunhando-se 1:000.000 de moedas de \$50 e 500:000 de 1\$.

Art. 3.º As moedas serão serrilhadas e obedecerão às seguintes características:

Valor Legal / escudos	Diâmetro milímetros	Título		Peso	
		Legal	Tolerância/ por cento	Legal/ gramas	Tolerância/ por cento
\$50	22,8	61% Cu – 19% Ni – 20% Zn	±1,5	4,5	±1,5
1\$	26,8	61% Cu – 19% Ni – 20% Zn	±1,5	8	±1,5

§ único. As moedas terão no anverso as armas da colónia de Cabo Verde, com a legenda “Colónia de Cabo Verde” e a designação da era, e no reverso a legenda “República Portuguesa”, com a designação do valor.

Art. 4.º À medida que as moedas forem sendo recebidas, o governo da colónia de Cabo Verde pô-las-á imediatamente à disposição do Banco Nacional Ultramarino, contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo Governo.

§ único. Será fixado por meio de portaria no *Boletim Oficial* a data em que as novas moedas deverão entrar em circulação.

Art. 5.º Será aberta na Repartição Central dos Serviços de Fazenda e Contabilidade da colónia de Cabo Verde uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, fretes, despachos, seguro e despesas da amoedação, tendo como contrapartida os saldos de exercícios findos.

§ único. Esta conta será encerrada logo que todas as despesas tenham sido liquidadas e pagas e o saldo apurado entrará nos cofres da colónia, a título de receita eventual.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

*Para ser publicado no “Boletim Oficial” da colónia de Cabo Verde.*

Paços do Governo da República, 4 de Janeiro de 1949. – ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *António de Oliveira Salazar – Teófilo Duarte.*

Direcção Geral de Fomento

**Decreto n.º 38 975**

Tornando-se necessário obviar à falta de moeda divisionária que se verifica na província de Cabo Verde;

Atendendo ao solicitado em tal sentido pelo Governo da mesma província;

Tendo em vista o §1.º do artigo 150.º da Constituição, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º do mesmo diploma, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas do valor facial de 10\$, 2\$50 e 1\$, destinadas à província de Cabo Verde.

§ 1.º O montante da emissão é de 5:500.000\$, assim discriminado:

400 000 de moedas de 10\$, no valor de 4:000.000\$.

500 000 de moedas de 2\$50, no valor de 1:250.000\$.

250 000 de moedas de 1\$, no valor de 250.000\$.

§ 2.º As moedas de 10\$ serão de prata, as de 2\$50 de cuproníquel e as de 1\$ de bronze.

Art. 2.º As moedas terão as características seguintes:

Valor Legal	Diâmetro em milímetros	Título		Peso	
		Legal	Tolerância	Legal/gramas	Tolerância
10\$	24	720 <sup>0</sup> / <sub>00</sub>	±5 <sup>0</sup> / <sub>00</sub>	5	±5 <sup>0</sup> / <sub>00</sub>
2\$50	20	75% Cu – 25% Ni	±1,5%	3,5	±1,5%

1\$	26	95% Cu – 3% Zn – 2% Sn	±1%	8	±1,5%
-----	----	------------------------	-----	---	-------

Art. 3.º As moedas de prata e de cuproníquel serão serrilhadas e terão: de um lado, os distintivos aprovados para a Ordem do Império, com a legenda “República Portuguesa” e a era; do outro as armas da província de Cabo Verde, com a legenda “Cabo Verde” e a designação do valor.

Art. 4.º As moedas de bronze terão no anverso as armas da província de Cabo Verde, com a legenda “Cabo Verde” e a designação da era, e no reverso a legenda “República Portuguesa”, com a designação do valor.

Art. 5.º À medida que as moedas forem sendo recebidas, o Governo de Cabo Verde, pela Repartição Central dos Serviços de Fazenda e Contabilidade, pô-las-á imediatamente à disposição do Banco Nacional Ultramarino, contra a entrega de notas do correspondente valor nominal, na caixa do Tesouro, cujo produto servirá para encerramento da conta de operações de tesouraria que tiver sido aberta, entrando a diferença como receita efectiva do Tesouro.

Art. 6.º Na Repartição Central dos Serviços de Fazenda e Contabilidade da província de Cabo Verde será aberta uma conta de operações de tesouraria sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, fretes, despachos, seguro e despesas da amoedação, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco Nacional Ultramarino, de conformidade com o artigo antecedente.

§ único. Será oportunamente publicado no *Boletim Oficial* da província de Cabo Verde uma conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere este artigo.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Outubro de 1952. – FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES – *António de Oliveira Salazar* – *Manuel Maria Sarmento Rodrigues*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Cabo Verde. – *M. M. Sarmento Rodrigues*.

Direcção-Geral de Fomento Colonial

**Decreto n.º 47 709**

Tornando-se necessário ocorrer à falta de moeda divisionária que se verifica na província de Cabo Verde;

Ouvido o Governo da província e o Banco Nacional Ultramarino;

Tendo em conta a urgência de se legislar em conformidade;

De harmonia com o estabelecido no § 1.º do artigo 150.º da Constituição;

## Apontamentos: Legislação

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º do mesmo diploma, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas de valor facial de \$50, 1\$00, 2\$50 e 5\$00 para a província de Cabo Verde.

§ 1.º O montante da emissão é de 3 000 000\$00, assim distribuídos:

Valor facial	Quantidade	Valor
\$50	1 000 000	500 000\$00
1\$00	500 000	500 000\$00
2\$50	400 000	1 000 000\$00
5\$00	200 000	1 000 000\$00

Art. 2.º As moedas terão as seguintes características:

Valor facial	Diâmetro/ milímetros	Liga		Título		Peso		Serrilha
		Designação	Elementos	Padrão/ porcentagem	Tolerância/ Porcentagem	Padrão/ gramas	Tolerância/ porcentagem	
\$50	20	Bronze	Cu-Zn-Sn	95-3-2	±2	4	±1,5	Sem.
1\$00	26	Bronze	Cu-Zn-Sn	95-3-2	±2	8	±1,5	Sem.
2\$50	20	Cuproníquel	Cu-Ni	75-25	±1,5	3,5	±1,5	Com.
5\$00	22	Cuproníquel	Cu-Ni	75-25	±1,5	4	±1,5	Com.

§ 1.º As moedas de \$50 e as de 1\$00 terão no anverso as armas da província de Cabo Verde com a legenda “Cabo Verde” e a designação da era e no reverso a legenda “República Portuguesa” com a designação do valor.

§ 2.º As moedas de 2\$50 e as de 5\$00 terão no anverso as armas da província de Cabo Verde com a legenda “Cabo Verde” e a designação do valor e no reverso os distintivos aprovados para a Ordem do Império com a legenda “República Portuguesa” e a era.

Art. 3.º À medida que as moedas forem sendo recebidas o Governo da província colocá-las-á à disposição do Banco Nacional Ultramarino contra a entrega de notas de correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo Governo.

Art. 4.º O Governo de Cabo Verde fixará, por meio de portaria, o prazo a partir do qual deixarão de ter curso legal as moedas de \$50 e de 1\$00 mandadas cunhar ao abrigo do Decreto 18 495, de 20 de Junho de 1930.

Art. 5.º Na Repartição Provincial dos Serviços de Fazenda e Contabilidade será aberta uma conta de operações de tesouraria sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, frete, despacho, seguro e despesas de amoedação, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco Nacional *Ultramarino*, nos termos do artigo 3.º deste diploma.

§ 1.º Será oportunamente publicada no *Boletim Oficial* da província de Cabo Verde a conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere este artigo.

§ 2.º O Governo de Cabo Verde dará conhecimento ao Ministério do Ultramar da conta e seus resultados, dentro de 60 dias após o respectivo encerramento.



## Apontamentos: Legislação

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Maio de 1967. – AMÉRICO DEUS RODRIGUES  
THOMAZ – *António de Oliveira Salazar* – *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Cabo Verde. - *J. da Silva Cunha*.

## GUINÉ

Direcção Geral das Colónias do Ocidente

Repartição de Cabo Verde e Guiné

### **Decreto n.º 22:297**

Atendendo ao que propôs o govêrno da Guiné;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2 do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por fôrça do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro das Colónias:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas divisionárias, do valor facial de \$05, \$10, \$20, \$50 e 1\$, destinadas à colónia da Guiné, em substituição das cédulas emitidas pelo Banco Nacional Ultramarino, que actualmente ali circulam.

§ 1.º O montante da emissão é fixado em 1:200.000\$, assim divididos: 100:000 de moedas de \$05, no valor de 5.000\$; 250:000 de \$10, no valor de 25.000\$; 350:000 de \$20, no valor de 70.000\$; 600:000 de \$50, no valor de 300.000\$; 800:000 de 1\$, no valor de 800.000\$.

§ 2.º As moedas serão iguais às do mesmo valor em circulação na metrópole e terão a legenda “Guiné”.

Art. 2.º Após a chegada à colónia das moedas de que trata o artigo anterior, o respectivo governador marcará o prazo de seis meses para serem trocadas por elas todas as cédulas ali em circulação, e fornecerá ao Banco Nacional Ultramarino, contra notas equivalendo ao mesmo valor nominal, as moedas de que êle carecer para troca das cédulas que lhe forem apresentadas.

Art. 3.º Na Direcção dos Serviços de Fazenda da colónia será aberta uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Cunhagem de moeda subsidiária”, na qual se debitará a colónia pelas quantias recebidas pelo Banco Nacional Ultramarino em troca das moedas fornecidas e se creditará pelo custo, fretes, seguro e despesas da amoedação.

Art. 4.º Terminado o prazo referido no artigo 2.º dêste diploma, o Banco Nacional Ultramarino restituirá ao governo da Guiné todas as cédulas em seu poder para serem verificadas e inutilizadas, perante uma comissão para êsse fim nomeada pelo governador, e entregará ao mesmo govêrno, em notas, uma importância igual ao valor das cédulas emitidas que não tiverem sido apresentadas para troca por moeda divisionária, devendo a importância assim recebida pelo Banco Nacional Ultramarino entrar como receita de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Fundo de conversão de cédulas”.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário e especialmente o decreto n.º 8:384, de 25 de Setembro de 1922, na parte que respeita a colónia da Guiné.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e o faça executar.

*Para ser publicado no “Boletim Oficial” da colónia da Guiné.*

Paços do Governo da República, 9 de Março de 1933. – ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *Armindo Rodrigues Monteiro.*

MINISTRO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fomento Colonial

**Decreto n.º 34:772**

Havendo falta de moeda divisionária na colónia da Guiné;

Atendendo ao que propôs o governador da referida colónia;

Tendo em vista o disposto no artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português e nos termos do seu §2.º, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 28.º do Acto Colonial, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas do valor facial de 1\$ e \$50 destinadas à colónia da Guiné.

Art. 2.º O montante de emissão é fixado em 3:000 contos, cunhando-se 2 milhões de cada uma das moedas referidas no artigo anterior.

Art. 3.º Na amoedação empregar-se-á uma liga de cobre, zinco e estanho, nas percentagens de 95, 3 e 2 por cento, respectivamente, e os pesos unitários das moedas de 1\$ e \$50 serão, também respectivamente, de 7<sup>gm</sup>,5 e 4 gramas.

Art. 4.º As moedas serão iguais às que foram emitidas ao abrigo do decreto n.º 22:297, de 9 de Março de 1933, mas não serrilhadas.

Art. 5.º À medida que as moedas forem sendo recebidas, o governo da colónia pô-las-á imediatamente à disposição do Banco Nacional Ultramarino, contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo governo.

§ único. A data em que as novas moedas deverão entrar em circulação será fixado por meio de portaria no *Boletim Oficial* da colónia.

Art. 6.º Na Repartição Central dos Serviços de Fazenda e Contabilidade da colónia da Guiné será aberta uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, fretes, despachos, seguro e despesas da amoedação, tendo como contrapartida as quantias recebidas pelo Banco Nacional Ultramarino nos termos do artigo antecedente.

§ 1.º Esta conta será encerrada logo que todas as despesas tenham sido liquidadas e pagas e o saldo apurado entrará nos cofres da colónia, a título de receita eventual.

§ 2.º O Ministério das Colónias deverá ser informado, com a necessária pormenorização e dentro de sessenta dias, do encerramento da conta e dos seus resultados.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

*Para ser publicado no “Boletim Oficial” da colónia da Guiné.*

Paços do Governo da República, 21 de Julho de 1945. – ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *António de Oliveira Salazar – Américo Deus Rodrigues Tomaz.*

MINISTRO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fomento Colonial

**Decreto n.º 35:598**

Tendo o governador da Guiné proposto que a emissão de moeda metálica autorizada pelo decreto n.º 34:772, de 21 de Julho de 1945, seja integrada no plano das comemorações do V Centenário do descobrimento da colónia, que no corrente ano se celebra;

Convindo, portanto, modificar as características estabelecidas para a amoedação;

Tendo em vista o disposto no artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português e nos termos do seu §2.º, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 28.º do Acto Colonial, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. O artigo 4.º do decreto n.º 34:772, de 21 de Julho de 1945, passará a ter a seguinte redacção:

As moedas, sem serrilha, terão no anverso as armas da colónia da Guiné com a legenda “Guiné – V Centenário da Descoberta” e no reverso a legenda “República Portuguesa”, com as datas 1446-1946 e ao centro a designação do valor.

§ único. O diâmetro, o título e o peso são os constantes do quadro a que se refere o decreto n.º 34:291, de 21 de Dezembro de 1944.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

*Para ser publicado no “Boletim Oficial” da colónia da Guiné.*

Paços do Governo da República, 15 de Abril de 1946. – ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *António de Oliveira Salazar – Marcello José das Neves Alves Caetano.*

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fomento

**Decreto n.º 38:585**

Sendo de imperiosa necessidade ocorrer à falta de moeda metálica divisionária na província da Guiné e ainda proceder à substituição de cédulas e notas deterioradas que se encontram em circulação;

Satisfazendo ao que em tal sentido propôs o governo da mesma província;

Tendo em vista o §1.º do artigo 150.º da Constituição, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º do mesmo diploma, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas do valor facial de 20\$, 10\$, 2\$50, 1\$ e \$50 destinadas à província da Guiné.

§ 1.º O montante da emissão é de 50:000 contos:

750:000 moedas de 20\$, no valor de 15:000 contos.

1.200:000 moedas de 10\$, no valor de 12:000 contos.

6.000:000 de moedas de 2\$50, no valor de 15:000 contos.

3.000:000 de moedas de 1\$, no valor de 3:000 contos.

10.000:000 de moedas de \$50, no valor de 5:000 contos.

§ 2.º As moedas de 20\$ e 10\$ serão de prata, as de 2\$50 de cupro-níquel e as de 1\$ e \$50 de bronze.

Art. 2.º As moedas terão as seguintes características:

Valor Legal/escudos	Diâmetro em diagramas	Título		Peso	
		Legal	Tolerância	Legal/gramas	Tolerância
20\$00	30	720 <sup>0</sup> / <sub>00</sub>	±3 <sup>0</sup> / <sub>00</sub>	10	±5 <sup>0</sup> / <sub>00</sub>
10\$00	24	720 <sup>0</sup> / <sub>00</sub>	±5 <sup>0</sup> / <sub>00</sub>	5	±5 <sup>0</sup> / <sub>00</sub>
2\$50	20	75% Cu, 25% Ni	±1,5%	3,5	±1,5%
1\$00	26	95% Cu, 3% Zn, 2% Sn	±1%	8	±1,5%
\$50	20	95% Cu, 3% Zn, 2% Sn	±1%	4	±1,5%

Art. 3.º As moedas de prata e de cupro-níquel serão serrilhadas e terão de um lado os distintivos aprovados para a Ordem do Império Colonial, com a legenda “República Portuguesa” e a era e do outro as armas da província da Guiné, com a legenda “Guiné” e a designação do valor.

Art. 4.º As moedas de bronze terão no anverso as armas da província da Guiné, com a legenda “Guiné” e a designação da era, e no reverso a legenda “República Portuguesa”, com a designação do valor.

Art. 5.º À medida que as moedas forem sendo recebidas, o Governo da Guiné pô-las-á à disposição do Banco Nacional Ultramarino, contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo Governo.

§ único. O Governo da Guiné tornará pública, por portaria, a data a partir da qual deixarão de ter curso legal todas as cédulas e tomará as providências necessárias para que da circulação de papel-moeda sejam retiradas as notas que se encontrem em mau estado de conservação.

Art. 6.º Na Repartição Central dos Serviços de Fazenda e Contabilidade da província da Guiné será aberta uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, fretes, despachos, seguro e despesas da amoedação, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco Nacional Ultramarino, de conformidade com o artigo antecedente.

§ 1.º Será oportunamente publicado no *Boletim Oficial* da província da Guiné uma conta definitiva das operações de tesouraria a que este artigo se refere.

§ 2.º O Ministério do Ultramar deverá ser informado com a pormenorização necessária e dentro de sessenta dias do encerramento dessa conta e seus resultados.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 29 de Dezembro de 1951. – FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES – *António de Oliveira Salazar* – *Manuel Maria Sarmento Rodrigues*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* da Guiné. – *M. M. Sarmento Rodrigues*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Economia

**Decreto 293/72**

**de 12 de Agosto**

Tornando-se necessário ocorrer à falta de moeda divisionária na província da Guiné;

Atendendo ao que nesse sentido foi solicitado pelo Governo da província;

Ouvido o Banco Nacional Ultramarino;

Tendo em vista o disposto no § 3.º do artigo 136.º da Constituição, por motivos de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo § 1.º do artigo 136.º da Constituição e de acordo com o § 2.º do mesmo artigo, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei no ultramar, o seguinte:

## Apontamentos: Legislação

Artigo 1.º É autorizada emissão de moedas metálicas destinadas à província da Guiné, no montante de 43280 contos, sendo:

1100000 moedas de 20\$00, no valor de 22000 contos.

1700000 moedas de 10\$00, no valor de 17000 contos.

800000 moedas de 5\$00, no valor de 4000 contos.

250000 moedas de 1\$00, no valor de 250 contos.

100000 moedas de \$20, no valor de 20 contos.

100000 moedas de \$10, no valor de 10 contos.

Art. 2.º Às moedas obedecerão às seguintes características:

Valor Legal	Diâmetro — miligramas	Título		Peso	
		Legal/Percentagens	Tolerância -- Percentagem	Legal/ gramas	Tolerância/ Percentagem
20\$00	30	Ni	-	12	±1,5
10\$00	28	75 Cu, 25 Ni	±1,5	9	±1,5
5\$00	24,5	75 Cu, 25 Ni	±1,5	7	±1,5
1\$00	26	95 Cu, 3 Zn, 2 Sn	±2	8	±2
\$20	16	95 Cu, 3 Zn, 2 Sn	±2	1,8	±2
\$10	15	97,5 Al, 2,5 Mg e matérias estranhas	±2	0,5	±2

Art. 3.º As moedas de \$10, \$20 e 1\$00 não serão serrilhadas e terão numa das faces as armas da província com a legenda “Guiné” e a designação da era e na outra face a legenda “República Portuguesa” e a indicação do valor.

Art. 4.º Às moedas de 5\$00 e 10\$00 serão serrilhadas e terão numa das faces os distintivos aprovados para a Ordem do Império com a legenda “República Portuguesa” e a era e na outra face as armas da província com a legenda “Guiné” e a designação do valor.

Art. 5.º As moedas de 20\$00 serão serrilhadas e terão numa das faces o Escudo Nacional sobreposto à esfera armilar com a legenda “República Portuguesa” e a designação da era e na outra face as armas da província com a legenda “Guiné” e a indicação do valor.

Art. 6.º À medida que as moedas forem recebidas, o Governo da província colocá-las-á à disposição do Banco Nacional Ultramarino, contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo Governo.

Art. 7.º - 1. Na Repartição Provincial de Finanças da Guiné será aberta uma conta de operações de tesouraria sob a epígrafe “Cunhagem da moeda divisionária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, frete, despacho, seguro e despesas de amoeção, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco Nacional Ultramarino, nos termos do artigo anterior.

2. Será oportunamente publicada no Boletim Oficial da Guiné a conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere este artigo.

*Marcello Caetano - Joaquim Moreira da Silva Cunha.*

## Apontamentos: Legislação

Promulgado em 31 de Julho de 1972.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* da Guiné. - *J. da Silva Cunha*.



## ÍNDIA

### **Decreto, com força de lei, de 25 de novembro, mandando cunhar até 300:000 rupias para reforçar a circulação de moeda de prata privativa do Estado da Índia**

#### *Inspecção Geral de Fazenda das Colonias*

Tendo-se reconhecido a conveniencia de reforçar a circulação monetaria no Estado da Índia;

O Governo Provisorio da República Portuguesa faz saber que em nome da República se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Governo a fazer cunhar até 300:000 rupias em prata, em emissões successivas de 50:000, com destino a reforçar a circulação da moeda de prata privativa do Estado da Índia.

Art. 2.º A rupia terá no anverso a effigie da republica e a legenda “Republica Portuguesa” e a era; e no reverso, ao centro “India Portuguesa – Uma Rupia”, rodeando estes dizeres ramos de carvalho e louro.

§ único. As moedas de rupia serão do padrão estabelecido em 1880, terão o toque de  $916\frac{2}{3}$  millesimos, 30 millimetros de diâmetro, 11 grammas e 664 milligrammas de peso, com 5 millesimos de tolerância no peso e 2 millesimos de tolerância ao toque.

Art. 3.º Os lucros liquidos d’esta operação serão consignados ao Estado da Índia e designadamente ás obras de irrigação em projecto e em execução no mesmo Estado.

Art. 4.º O Governador Geral do Estado da Índia, com o parecer conforme do Conselho Technico de Obras Publicas, ordenará, em portaria, a applicação do lucro da amoedação ás referidas obras.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas a Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 25 de novembro de 1910. – *Joaquim Theophilo Braga – Antonio José de Almeida – Affonso Costa – José Relvas – Antonio Xavier Correia Barreto – Amaro de Azevedo Gomes – Bernardino Machado – Brito Camacho.*

### **Decreto ministerial de 20 de julho de 1912**

#### *Direcção Geral de Fazenda das Colonias*

Sobre proposta de Ministro das Colónias, ouvido o Conselho Colonial e o Conselho de Ministro, e usando da faculdade concedida ao Govêrno pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º A rupia mandada circular no Estado da Índia pelo decreto com força de lei de 25 de Novembro de 1910 terá no anverso a efígie da República e a legenda “República Portuguesa” e a era, e no reverso, ao centro “Índia” – “Uma rupia”, rodeando estes dizeres ramos de carvalho e louro.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 20 de Julho de 1912. – *Manuel de Arriaga – Joaquim Basílio Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro.*

**MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS**  
**Direcção Geral das Colónias do Oriente**  
**2ª Repartição**  
**Decreto n.º 23:833**

Reconhecendo-se a necessidade de providenciar para obviar aos inconvenientes resultantes da falta de moeda portuguesa em circulação no Estado da Índia;

Atendendo ao que propôs o governo geral do referido Estado;

Tendo ouvido o Conselho Superior das Colónias;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, o Ministro das Colónias decreta, e eu promulgo, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de 400:000 rupias em moedas metálicas destinadas à circulação no Estado da Índia.

§ único. A importância da emissão é assim dividida: 300:000 moedas de 1 rupia, 100:000 moedas de ½ rupia, 100:000 moedas de 4 tangas, 150:000 moedas de 2 tangas e 100:000 moedas de 1 tanga.

Art. 2.º As moedas de 1 rupia e de ½ rupia serão cunhadas em prata, as de 4 e de 2 tangas serão de cupro-níquel e as de 1 tanga serão de cupro-zinco.

Art. 3.º As moedas a cunhar em prata terão de um lado os distintivos que foram aprovados para a Ordem do Império Colonial, com a legenda “República Portuguesa”, e do outro as armas da Índia e a legenda “Estado da Índia”, e a designação do valor.

Art. 4.º As moedas de cupro-níquel terão o anverso igual ao reverso das de prata, substituindo-se a designação do valor pela era; o seu reverso terá a legenda “República Portuguesa” e a designação do valor.

Art. 5.º A moeda de cupro-zinco será do mesmo modelo da de cupro-níquel.

Art. 6.º As moedas de prata, de 1 rupia e de ½ rupia, terão de diâmetro 30 e 25 milímetros, e o pêso legal de 11<sup>gr</sup>,664 e 5<sup>gr</sup>,832 respectivamente, com uma tolerância de 5

milésimos para mais ou para menos. O toque legal de ambas as moedas será de 916,666, com uma tolerância de 2 milésimas para mais ou para menos.

Art. 7.º As moedas de 4 e de 2 tangas, de cupro-níquel, terão os diâmetros de 22,5 e 19 milímetros e o pêso legal de 4 e 3 gramas respectivamente. A sua liga será composta de 80 partes de cobre e 20 de níquel.

Art. 8.º As moedas de 1 tanga, de cupro-zinco, terão o diâmetro de 22<sup>mm</sup>,5 o pêso legal de 4 gramas, e a liga de 96 partes de cobre e 4 de zinco.

Art. 9.º É autorizado o governo geral do Estado da Índia a adiantar do fundo de reserva da colónia a importância necessária para satisfazer à Casa da Moeda e Valores Selados o custo da amoedação a que se refere o presente decreto, devendo logo que metade das moedas de prata entrem em circulação recompor totalmente o fundo de reserva.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

*Para ser publicado no “Boletim Oficial” do Estado da Índia*

Paços do Governo da República, 8 de Maio de 1934. – ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *António de Oliveira Salazar* – *Armindo Rodrigues Monteiro*.

**MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS**  
**Direcção Geral de Fomento Colonial**  
**Decreto n.º 36:476**

Sendo manifesta a falta de moeda nacional divisionária no Estado da Índia;

Tendo em atenção que a moeda deve ajustar-se, por virtude de convenções existentes, ao valor e peso das moedas circulantes nos territórios vizinhos;

Atendendo ao que foi proposto pelo governador geral;

Tendo em vista o disposto no artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português;

Ouvindo o Conselho do Império Colonial Português;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 28.º do Acto Colonial, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a cunhagem de moedas metálicas do valor facial de uma rupia, meia rupia, um quarto de rupia e uma tanga, destinada ao Estado da Índia.

Art. 2.º O montante dessa emissão será de 900:000 moedas de uma rupia, 600:000 de meia rupia, 800:000 de um quarto de rupia e 1.000:000 de uma tanga.

Art. 3.º As moedas de rupia serão de prata e serrilhadas e terão de um lado os distintivos aprovados para a Ordem do Império Colonial, com a legenda “República

Portuguesa” e a era; do outro lado as armas do Estado da Índia, com a legenda “Estado da Índia” e a designação do valor.

Art. 4.º As moedas de cupro-níquel e bronze terão o anverso igual ao reverso das de prata, substituindo-se a designação do valor pela era; no reverso a legenda “República Portuguesa”, com a designação do valor. As primeiras serão serrilhadas.

Art. 5.º As moedas obedecerão às seguintes características:

Valor Legal	Diâmetro em milímetros	Título		Peso	
		Legal	Tolerância	Legal em gramas	Tolerância
1 rupia (a)	30	500 <sup>0</sup> / <sub>00</sub> Ag 420 <sup>0</sup> / <sub>00</sub> Cu 80 <sup>0</sup> / <sub>00</sub> Ni	±2 <sup>0</sup> / <sub>00</sub>	12	±5 <sup>0</sup> / <sub>00</sub>
½ rupia (a)	24	75% Cu 25% Ni	±1,5 %	5,6	±1,5 %
¼ rupia (a)	19	75% Cu 25% Ni	±1,5 %	2,8	±1,5 %
1 tanga (b)	25	95% Cu 3% Zn 2% Sn	±1 %	6	±1,5 %

(a) Serrilhada.

(b) Sem serrilha.

Art. 6.º Será fixado por meio de portaria publicada no *Boletim Oficial* do Estado da Índia a data em que as referidas moedas deverão entrar em circulação.

Art. 7.º Será aberta na Repartição Central dos Serviços de Fazenda e Contabilidade do mencionado Estado da Índia uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, fretes, despachos, seguros e mais despesas efectuadas com a amoedação, tendo como contrapartida os saldos de exercícios findos.

§ único. Esta conta será encerrada logo que todas as despesas tenham sido liquidadas e pagas e o saldo aprovado entrará nos cofres da Fazenda a título de receita eventual.

Art. 8.º Serão recolhidas, deixando de ter curso legal, as antigas moedas de prata ainda em circulação ou em depósito, sendo a sua troca feita contra entrega de novas moedas agora autorizadas.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

*Para ser publicado no “Boletim Oficial” do Estado da Índia*

Paços do Governo da República, 20 de Agosto de 1947. – ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *António de Oliveira Salazar* – *Teófilo Duarte*.

**MINISTÉRIO DO ULTRAMAR**  
**Direcção-Geral do Fomento**  
**Decreto n.º 38:657**

Tornando-se necessário ocorrer à falta de moeda divisionária no Estado da Índia;

Considerando a comodidade que haverá para os povos em que a moeda metálica se ajuste ao valor e peso das moedas circulantes nos territórios vizinhos;

Atendendo ao que em tal sentido foi proposto pelo governador geral;

Tendo em vista o § 1.º do artigo 150.º da Constituição, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º do mesmo diploma, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a cunhagem de moedas metálicas do valor facial de 1 tanga, ¼ rupia, ½ rupia e 1 rupia.

§ 1.º O montante da emissão será de 3.600:000 rupias:

7.600:000 de moedas de 1 tanga, no valor de 600:000 rupias;

4.000:000 de moedas de ¼ rupia, no valor de 1.000:000 de rupias;

2.000:000 de moedas de ½ rupia, no valor de 1.000:000 de rupias;

1.000:000 de moedas de 1 rupia, no valor de 1.000:000 de rupias.

§ 2.º As moedas de 1 tanga serão de bronze e as de ¼ rupia, ½ rupia e 1 rupia de cuproníquel.

Art. 2.º As moedas obedecerão às seguintes característifcas:

Valor Legal	Diâmetro em milímetros	Título		Peso	
		Legal	Tolerância	Legal / gramas	Tolerância
1 tanga	20	95% Cu – 5% Zn e Sn	±1 %	4	±1,5 %
¼ rupia	18	75% Cu – 25% Ni	±1,5 %	3	±1,5 %
1/2 rupia	24	75% Cu – 25% Ni	±1,5 %	6	±1,5 %
1 rupia	30	75% Cu – 25% Ni	±1,5 %	12	±1,5 %

Art. 3.º As moedas de rupia serão serrilhadas e terão: de um lado, os distintivos aprovados para a Ordem do Império, com a legenda “República Portuguesa” e a era; do outro, as armas do Estado da Índia, com a legenda “Estado da Índia” e a designação do valor.

Art. 4.º As moedas de ¼ e de ½ rupia serão igualmente serrilhadas e terão: de um lado, cunho idêntico ao do reverso do da rupia, substituindo-se a designação do valor pela era; no reverso, a legenda “República Portuguesa”, com a designação do valor.

§ único. As moedas de 1 tanga terão o anverso e reverso indicados no corpo deste artigo.

Art. 5.º À medida que a moeda for sendo recebida, o Governo-Geral do Estado da Índia pô-la-à imediatamente á disposição do Banco Nacional Ultramarino, contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo Governo.

Art. 6.º Será aberta na Repartição Central dos Serviços de Fazenda e Contabilidade do Estado da Índia uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária”, pela qual serão

Art. 7.º satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, fretes, despachos, seguros e demais despesas efectuadas com a amoedação, tendo como contrapartida os saldos de exercícios findos.

§ único. Esta conta será encerrada logo que todas as despesas tenham sido liquidadas e pagas e o saldo aprovado entrará nos cofres da Fazenda a título de receita eventual.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 25 de Fevereiro de 1952. – FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES– *António de Oliveira Salazar* – *Manuel Maria Sarmento Rodrigues*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* do Estado da Índia. – *M. M. Sarmento Rodrigues*.

**MINISTÉRIO DO ULTRAMAR**  
**Gabinete do Ministro**  
**Decreto n.º 41 680**

1. Dentro da orientação preconizada pelo Decreto n.º 19 869, de 9 de Junho de 1931, que promulgou a reforma monetária da metrópole, e pela base LXXIII da Lei Orgânica do Ultramar, procede-se pelo presente decreto à reforma monetária do Estado da Índia.

Em virtude do tratado luso-britânico de 26 de Dezembro de 1878, donde emanou a convenção celebrada entre os governadores-gerais da Índia Portuguesa e da Índia Britânica, respectivamente assinada em Calcutá em 18 de Março de 1880 e em Nova Goa a 12 de Abril do mesmo ano, o sistema monetário do Estado da Índia foi profundamente modificado, passando a sua moeda a ser em tudo igual – exceptuada a efígie – à que corria na Índia Britânica.

Gerou-se, assim, um sistema monetário complexo, de morosa contabilização, em que a moeda-padrão – a rupia – se dividia em 16 tangas e cada uma destas em 12 réis.

Denunciado o tratado luso-britânico, que deixou de vigorar em 1892, continuou a sobreviver o sistema convencionado e a circular entre nós a correspondente moeda da Índia Inglesa.

Apesar do transtorno, tantas vezes evidenciado, que a manutenção de uma moeda complexa causava na nossa contabilidade pública, manteve-se ele em nome da boa vizinhança, para a qual importava a facilidade de circulação de valores.

Mudaram, porém, nos últimos anos, as referidas circunstâncias e até a própria União Indiana modificou o seu sistema monetário, que de complexo passou a decimal.

2. A reforma começará a vigorar a 1 de Janeiro de 1959, independentemente da emissão dos novos tipos de moeda e notas, a realizar no mais curto prazo.

Permite-se a continuação do curso das actuais notas, expressas em rupias, na sua equivalência a escudos, enquanto o banco emissor não proceder à sua recolha e troca por novas notas, e mantém-se em circulação, até oportuna substituição, a moeda divisionária actual, à qual se atribui o valor correspondente à relação fixada para a conversão, apenas ligeiramente à relação fixada quanto às moedas de 2 tangas, 1 tanga e 6 réis, pela necessidade de tornar tais moedas trocáveis por outras do novo sistema monetário.

3. Tal como já se observou quanto a outra província, também na Índia o agrupamento e a fragmentação do escudo, tanto nas notas como nas moedas, vão seguir escalonamento diferente do usado na metrópole. O Governo tem em vista a fácil adaptação ao novo padrão monetário, pela aproximação possível entre os valores agora fixados e os que vão ser substituídos.

Nestes termos:

Ouvido o Conselho Ultramarino e dado cumprimentos ao disposto nas cláusulas 33.<sup>a</sup> e 42.<sup>a</sup> do contrato entre o Estado e o Banco Nacional Ultramarino;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º do mesmo diploma, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º A unidade monetária do Estado da Índia é o escudo, trocável ao par pelo escudo da metrópole, nas condições constantes da base LXXIII da Lei Orgânica do Ultramar.

Art. 2.º O escudo será indicado simbolicamente por “Esc.”, fazendo-se uso do sinal \$ para separar a parte inteira da parte decimal nas expressões numéricas de qualquer soma de escudos.

Art. 3.º O escudo subdividir-se-á em cem partes, denominando-se centavo cada uma dessas partes ou submúltiplo. A unidade de conta, o conto, corresponderá a 1.000\$.

§ único. Nos actos oficiais e extra-oficiais poderá ser empregado o escudo ou o conto para indicação dos valores

Art. 4.º O escudo, no Estado da Índia, será representado materialmente por notas, da responsabilidade do banco emissor, de 1.000\$, 600\$, 300\$, 100\$, 60\$ e 30\$, e por moedas, da responsabilidade do Estado da Índia, com valores faciais de 6\$, 3\$, 1\$, \$60, \$30 e \$10.

As características das moedas mencionadas serão:

Valor Legal	Diâmetro em milímetros	Título		Peso	
		Legal	Tolerância	Legal / gramas	Tolerância
6\$00	31	61% Cu, 19% Ni, 20% Zn	±1,5 %	14	±1,5 %
3\$00	26,8			8	
1\$00	24			5,6	
\$60	20			3,5	
\$30	22	95% Cu, 3% Zn, 2% Sn	±2 %	4	±2 %
\$10	18			2	

§ 1.º As moedas de alpaca de 6\$ e 3\$ serão serrilhadas e as de alpaca de 1\$ e \$60 sem serrilha, levando todas: de um lado, os distintivos aprovados para a Ordem do Império, com a legenda “República Portuguesa” e a era; do outro, as armas do Estado da Índia, com a legenda “Estado da Índia” e a designação do valor.

§ 2.º As moedas de bronze de \$30 e \$10 terão no anverso as armas do Estado da Índia, com a legenda “Estado da Índia” e a designação da era, e no reverso a legenda “República Portuguesa”, com a designação do valor.

Art. 5.º A conversão da actual rupia na nova unidade monetária – o escudo – far-se-á na relação de 6\$ por rupia.

Art. 6.º As moedas a que se refere o artigo 4.º terão curso legal em todo o território do Estado da Índia e só nele, sendo proibida a sua exportação do mesmo Estado.

Art. 7.º Ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 180\$ em moedas de 6\$ e 3\$, 24\$ em moedas de 1\$ e \$60 e 6\$ em moedas de \$30 e \$10.

Art. 8.º A reforma monetária do Estado da Índia entrará em vigor no dia 1 de Janeiro de 1959.

§ 1.º Para tal efeito, e enquanto não terminar o prazo da recolha das notas em circulação, deverão estas ser aceites em todas as liquidações oficiais e particulares na relação estabelecida no artigo 5.º

§ 2.º A recolha das notas actuais e sua troca pelas dos novos padrões será determinada em portaria do Governo-Geral do Estado da Índia logo que o banco emissor esteja habilitado a fazer tal operação.

Art. 9.º Até sua recolha e troca, a moeda divisionária actualmente em curso continuará a circular na equivalência seguinte:

1 rupia.....	6\$00
½ rupia.....	3\$00
¼ rupia, ou 4 tangas.....	1\$50
2 tangas.....	\$80
1 tanga.....	\$40
½ tanga, ou 6 réis.....	\$20
¼ tanga, ou 3 réis.....	\$10

Art. 10.º É fixado em 500 000 contos o limite da circulação do Estado da Índia, sendo 450 000 contos em notas do banco emissor e 50 000 contos em moeda divisionária.

§ 1.º A moeda divisionária será assim representada:

Valor facial	Quantidade	Valor
De 6\$00	4 000 000	24:000.000\$00
De 3\$00	5 000 000	15:000.000\$00
De 1\$00	6 000 000	6:000.000\$00
De \$60	5 000 000	3:000.000\$00
De \$30	5 000 000	1:500.000\$00
De \$10	5 000 000	500.000\$00
		50:000.000\$00

§ 2.º As notas do banco emissor serão do tipo ou chapa que, sob proposta do banco, forem aprovados pelo Ministro do Ultramar.

Art. 11.º Todos os elementos de receita e taxas do Estado, bem como os quantitativos fixos das despesas públicas expressos na actual moeda, serão convertidos e liquidados na relação de 6\$ por rupia fixada pelo artigo 5.º, com arredondamento para a dezena de centavos superior.

§ único. Exceptuam-se da actualização de que trata este artigo os valores selados e as fórmulas de franquia, em relação aos quais o Estado da Índia providenciará de forma a estabelecer, para vigorar a partir de 1 de Janeiro de 1959, um novo escalonamento de valores em conformidade com a nova moeda.

Art. 12.º Todas as transacções, contratos e operações comerciais de qualquer natureza feitos entre si pelos bancos e casas bancárias ou de crédito, entre estes e particulares, entre particulares ou entre estações oficiais e qualquer daquelas entidades, e que tiverem sido



ajustados em rupias do Estado da Índia, serão convertidos e liquidados na nova moeda, adoptando-se para a conversão a relação estabelecida no artigo 5.º

§ único. Para a liquidação das transacções, contratos e operações comerciais de qualquer natureza ajustadas em outras moedas aplicar-se-ão as disposições gerais vigentes, e em especial as dos artigos 724.º a 727.º do Código Civil.

Art. 13.º Na Direcção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade do Estado da Índia será aberta uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Reforma monetária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, fretes, despachos, seguros e mais despesas efectuadas com a amoedação; do valor da recolha de moeda da responsabilidade do Estado, de conformidade com a cláusula 44.º do contrato entre o Estado e o Banco Nacional Ultramarino; das despesas com a sobretaxação de valores selados e com a primeira emissão destes nas novas taxas.

§ 1.º Constituirá receita da conta a que se refere o corpo deste artigo:

a) O contravalor em notas entregue pelo Banco Nacional Ultramarino em pagamento da nova moeda divisionária que lhe for entregue nos termos da cláusula 43.ª do seu contrato com o Estado;

b) O lucro eventual da emissão de moeda divisionária;

c) O lucro eventual proveniente da recolha das notas do actual sistema monetário.

§ 2.º O encerramento da conta de que trata o corpo deste artigo far-se-á ou pela abertura de crédito bastante para solver o excesso de despesa que a mesma venha a acusar, ou pela entrega como receita do Estado – “Lucros de amoedação” – do excesso de receita, havendo-o.

Art. 14.º Todos os elementos de receita que no ano de 1958 se processarem para produzirem efeitos no ano de 1959 deverão já ser expressos em escudos. A mesma regra seguirão os trabalhos preparatórios dos orçamentos e tabelas de despesa do Estado e mais organismos oficiais.

Art. 15.º Em relação às recebedorias de Fazenda e outros departamentos públicos onde existem conhecimentos de receita virtual expressos na actual moeda que transitem para o ano seguinte, será produzido em 31 de Dezembro de 1958 documento de crédito bastante para a sua anulação, fazendo-se débito dos mesmos conhecimentos em 1 de Janeiro de 1959 na nova moeda.

Art. 16.º Fica o Governo-Geral do Estado da Índia autorizado a fixar o prazo durante o qual se procederá à recolha e troca de moeda divisionária no banco emissor, o qual poderá ser diferente, conforme os distritos.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 16 de Junho de 1958. – FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES– *António de Oliveira Salazar* – *Raul Jorge Rodrigues Ventura*..

Para ser publicado no *Boletim Oficial* do Estado da Índia. – *R. Ventura*.

*MACAU***Direcção-Geral do Fomento  
Decreto n.º 38:607**

Tornando-se imperioso dotar a província de Macau com moeda metálica divisionária que permita a substituição das cédulas e notas que se vão inutilizando;

Ouvido o Governo da mesma província;

Tendo em vista o § 1.º do artigo 150.º da Constituição, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º do mesmo diploma, o Ministério do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a cunhagem de moeda divisionária no montante de 15.000:000 de patacas, sendo 500:000 moedas de bronze de 5 avos, com o valor de 250:000 patacas; 12.500:000 moedas de bronze de 10 avos, com o valor de 1.250:000 patacas; 9.000:000 de moedas de cuproníquel de 50 avos, com o valor de 4.500:000 patacas; 4.500:000 moedas de prata de 1 pataca, com o valor de 4.500:000 patacas, e 900:000 moedas de prata de 5 patacas, com o valor de 4.500:000 patacas.

§ 1.º As características destas moedas serão as seguintes:

Valor Legal	Diâmetro em milímetros	Título		Peso	
		Legal	Tolerância	Legal / gramas	Tolerância
5 avos	17	95% Cu, 3% Zn, 2% Sn	±1 %	2	±1,5 %
10 avos	22	95% Cu, 3% Zn, 2% Sn	±1 %	4	±1,5 %
50 avos	20	75% Cu, 25% Ni	±1,5 %	3,5	±1,5 %
1 pataca	19	720 <sup>0</sup> / <sub>100</sub>	±3 <sup>0</sup> / <sub>100</sub>	3	±5 <sup>0</sup> / <sub>100</sub>
5 patacas	31	720 <sup>0</sup> / <sub>100</sub>	±3 <sup>0</sup> / <sub>100</sub>	15	±5 <sup>0</sup> / <sub>100</sub>

§ 2.º As moedas de prata e de cuproníquel serão serrilhadas e terão de um lado os distintivos aprovados para a Ordem do Império Colonial, com a legenda “República Portuguesa” e a era, e do outro as armas da província de Macau, com a legenda “Macau” e a designação do valor.

§ 3.º As moedas de bronze terão no anverso as armas da província de Macau, com a legenda “Macau” e a designação da era, e no reverso a legenda “República Portuguesa”, com a designação do valor.

Art. 2.º À medida que as moedas forem sendo recebidas o Governo de Macau pô-las-á à disposição do Banco Nacional Ultramarino, contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicações de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo Governo.

§ único. O Governo de Macau tornará pública, por portaria, a data a partir da qual deixarão de ter curso legal todas as cédulas e tomará as necessárias providências para que da circulação de papel-moeda sejam, retiradas as notas que se encontrem em mau estado de conservação.

Art. 3.º Na Repartição Central dos Serviços de Fazenda e Contabilidade da província de Macau será aberta uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Cunhagem de moeda

divisionária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, fretes, despachos, seguro e despesas de amoedação, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco Nacional Ultramarino, de conformidade com o artigo antecedente.

§ 1.º Será oportunamente publicada no *Boletim Oficial* da província de Macau uma conta definitiva das operações de tesouraria a que este artigo se refere.

§ 2.º O Ministério do Ultramar deverá ser informado, com a pormenorização necessária e dentro de sessenta dias, do encerramento dessa conta e seus resultados.

Art. 4.º O número de cédulas de 1 avo, a que se refere a Portaria Ministerial n.º13:633, de 8 de Agosto de 1951, fica substituído por igual quantidade de cédulas de 2 avos, pelo que o valor total dessa emissão passou a ser de 822:000 patacas.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Janeiro de 1952. – FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES– *António de Oliveira Salazar – Manuel Maria Sarmento Rodrigues..*

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Macau. – *M. M. Sarmento Rodrigues.*

#### **Direcção-Geral da Economia**

#### **Decreto n.º 47 579**

Tornando-se necessário ocorrer à falta de moeda divisionária que se verifica na província de Macau;

Reconhecida a necessidade de dotar a província com moeda metálica de características bem adequadas às suas necessidades;

Ouvido o Governo da província e o Banco Nacional Ultramarino;

Tendo em conta a urgência de se legislar em conformidade;

De harmonia com o estabelecido no § 1.º do artigo 150.º da Constituição;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas de valor facial de 5 avos, 10 avos e 1 pataca destinadas à província de Macau.

§ 1.º O montante da emissão é de 6500000 patacas, assim distribuídas:

Valor facial	Quantidade	Valor
5 avos \$0,05	5 000 000	\$ 250 000,00
10 avos \$0,10	12 500 000	\$ 1 250 000,00
1 pataca \$1,00	5 000 000	\$5 000 000,00

As moedas de 5 avos e de 10 avos serão de latão-níquel e as moedas de 1 pataca serão de níquel.

## Apontamentos: Legislação

Art. 2.º As moedas terão as seguintes características:

Valor facial	Diâmetro / milímetros	Liga		Título		Peso		Serrilhas
		Designação	Elementos	Padrão / Percentagem	Tolerância	Padrão / gramas	Tolerância	
\$0,5	17	Latão-níquel	Cu-Zn-Ni	70-20-1	±1 %	2,6	±1,5 %	Sem
\$0,10	22	Latão-níquel	Cu-Zn-Ni	70-20-1	±1 %	4,6	±1,5 %	Sem
\$1,00	28	Níquel	Ni	100	-	10,6	±1,5 %	Sem

§ 1.º As moedas de 5 avos e de 10 avos terão no anverso as armas da província de Macau, com a legenda “Macau” e a designação da era, e no reverso a legenda “República Portuguesa”, com a designação do valor.

§ 2.º As moedas de 1 pataca terão no reverso os distintivos aprovados para a Ordem do Império, com a legenda “República Portuguesa” e a era, e no anverso as armas da província de Macau, com a legenda “Macau” e a designação do valor.

Art. 3.º À medida que as moedas forem sendo recebidas, o Governo da província colocá-las-á à disposição do Banco Nacional Ultramarino, contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo Governo.

Art. 4.º O Governo de Macau fixará, por meio de portaria, o prazo a partir do qual deixarão de ter curso legal as moedas de idêntico valor facial mandadas cunhar ao abrigo do Decreto 38607, de 19 de Janeiro de 1952.

Art. 5.º Na Repartição Provincial dos Serviços da Fazenda e Contabilidade será aberta uma conta de operações de tesouraria sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes de custo, frete, despacho, seguro e despesas de amodação, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco Nacional Ultramarino, nos termos do artigo 3.º deste diploma.

§ 1.º Será oportunamente publicada no *Boletim Oficial* da província de Macau a conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere este artigo.

§ 2.º O Governo de Macau dará conhecimento ao Ministério do Ultramar da conta e seus resultados, dentro de sessenta dias após o respectivo encerramento.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 7 de Março de 1967. - AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ - *António de Oliveira Salazar - Joaquim Moreira da Silva Cunha.*

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Macau. - *J. da Silva Cunha.*

**Direcção-Geral da Economia**

**Decreto n.º 635/70**

**De 22 de Dezembro**

Tornando-se necessário ocorrer à falta da moeda de 5 patacas na província de Macau;

Atendendo ao que nesse sentido foi solicitado pelo Governo da província;

Ouvido o Banco Nacional Ultramarino;

Por motivo de urgência, ao abrigo do § 1.º do artigo 150.º da Constituição;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º - 1. É autorizada a emissão de 500000 moedas de prata, serrilhadas, do toque de 650 milésimas, valor facial de 5 patacas, diâmetro de 30 mm e peso de 10 g, destinadas à província de Macau.

2. A moeda terá numa face o distintivo aprovado para a Ordem do Império, com a legenda “República Portuguesa” e a designação da era, e na outra face as armas da província com a legenda “Macau” e a indicação do valor.

3. Esta moeda terá a tolerância de 5 milésimos para mais ou para menos, no toque e no peso.

Art. 2.º À medida que as moedas forem recebidas, o Governo da província colocá-las-á à disposição do Banco Nacional Ultramarino, contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo Governo.

Art. 3.º - 1. Na Repartição Provincial dos Serviços de Fazenda e Contabilidade de Macau será aberta uma conta de operações de tesouraria sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária”, pela qual serão satisfeitos os encargos resultantes do custo, frete, despacho, seguro e despesas de amoedação, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco Nacional Ultramarino nos termos do artigo anterior.

2. Será oportunamente publicada no Boletim Oficial de Macau a conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere o número precedente.

*Marcello Caetano - Joaquim Moreira da Silva Cunha.*

Promulgado em 10 de Dezembro de 1970.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Macau. - *J. da Silva Cunha.*

**Direcção-Geral da Economia**

**Decreto n.º 11/72**

De 10 de Janeiro

Tornando-se conveniente proceder à alteração das características, em diâmetro e peso, das moedas de 50 avos da emissão autorizada a circular na província de Macau pelo Decreto 38607, de 19 de Janeiro de 1952;

Atendendo ao que em tal sentido foi solicitado pelo Governo da província;

Ouvido o Banco Nacional Ultramarino;

Tendo em vista o disposto no § 3.º do artigo 136.º da Constituição, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo § 1.º do artigo 136.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. As moedas de 50 avos destinadas à província de Macau e cuja emissão foi autorizada pelo Decreto 38607, de 19 de Janeiro de 1952, passam a ter 23,6 mm de diâmetro e 5,9 g de peso, mantendo as restantes características indicadas no referido diploma.

*Marcello Caetano - Joaquim Moreira da Silva Cunha.*

Promulgado em 31 de Dezembro de 1971.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Macau. - *J. da Silva Cunha.*

**MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO INTERTERRITORIAL**

**Direcção-Geral da Economia**

**Decreto n.º 138/75**

De 18 de Março

Considerando que a inauguração da ponte Macau-Taipa deve ficar assinalada com a emissão de uma moeda comemorativa;

Atendendo ao interesse nesse sentido expresso pelo Governo de Macau;

Ouvido o Banco Nacional Ultramarino;

Usando da faculdade conferida pelo § 1.º do artigo 136.º da Constituição e de acordo com o § 2.º do mesmo artigo, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei nos territórios ultramarinos, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de 1 milhão de moedas de prata comemorativas da inauguração da ponte Macau-Taipa, destinadas a Macau, com o valor facial de 20 patacas.

Art. 2.º - 1. As moedas serão serrilhadas, terão o toque de 650 milésimos, o diâmetro de 35 mm e o peso de 18 g, com a tolerância de 5 milésimos, para mais ou para menos, no toque e no peso.

2. O anverso terá na orla, em cima, a legenda “República Portuguesa”, em baixo, a legenda “Ponte Macau-Taipa”, e, no centro, além da legenda em chinês “Ponte Macau-Taipa”, figurará a representação de um troço da ponte sob a qual se encontra um junco.

3. O reverso terá na orla, em cima, a legenda “Macau”, em baixo, o valor “20 patacas”, nos intervalos as mesmas legendas em caracteres chineses, e, no centro, a esfera armilar com os sete castelos e as cinco quinas.

Art. 3.º Na Repartição Provincial dos Serviços de Finanças de Macau será aberta uma conta de operações de tesouraria sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, frete, despacho, seguro e despesas de amoedação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. - *Vasco dos Santos Gonçalves - António de Almeida Santos.*

Promulgado em 11 de Março de 1975.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Macau. - *A. Almeida Santos.*

**GOVERNO DE MACAU**  
**DECRETO-LEI N.º 42/77/M**  
*DE 29 DE OUTUBRO*

Tornando-se necessário ocorrer à falta de moedas de cinquenta avos neste território;

Tendo em atenção o proposto pelos Serviços de Finanças;

Ouvido o Conselho Consultivo do Governo;

Usando da faculdade conferida pelo artigo n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro., o Governador de Macau decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de 3 milhões de moedas metálicas, com o valor facial de 50 avos.

Art. 2.º - 1. As moedas serão de formato circular, de rebordo serrilhado e de cupro-níquel (75% e 25%), terão o diâmetro de 23,6mm e o peso de 5,9g com a tolerância em peso de 1,5% para mais ou para menos.

2. O anverso terá no centro o Escudo de Macau ladeado por caracteres chineses com indicativo de Macau, em cima a legenda Macau e, em baixo, a era da cunhagem.

3. O reverso terá no centro os caracteres chineses indicativos do valor (\$ 0,50), na orla as palavras "República Portuguesa" e "50 avos".

Art. 3.º À medida que as moedas forem sendo recebidas, o Governo do Território colocá-las-á à disposição do Banco Emissor, contra a entrega de notas do correspondente valor facial ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo Governo.

Art. 4.º Todos os encargos resultantes de custo, frete, despacho, seguro e despesas de amoedação, serão satisfeitos por conta de operações de tesouraria sob a epígrafe de "Cunhagem de Moeda Divisionária"

Assinado em 27 de Outubro de 1977.

Publique-se.

O Governador, *José Eduardo Garcia Leandro*.

**GOVERNO DE MACAU**  
**DECRETO-LEI N.º 33/78/M**  
*DE 4 DE NOVEMBRO*

A experiência tem demonstrado que a numismática constitui um excelente veículo de publicidade para os países que dela se aproveitam, constituindo hoje um contributo substancial para o desenvolvimento do turismo.

As moedas cunhadas em sistema "proof", com uma emissão limitada e alusivas a efemérides de grande realce, têm enorme aceitação e procura por parte dos numismatas dos diversos países do mundo.

O território de Macau que tem grande parte da sua economia baseada nas receitas provenientes do turismo, tem condições favoráveis para a sua incentivação através de emissão de moedas comemorativas, que serão vendidas no estrangeiro, contribuindo para que este território seja mais conhecido nas diversas partes do mundo.

Tendo em atenção o proposto pelos Serviços de Finanças;

Ouvido o Conselho Consultivo do Governo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76 de Fevereiro, o Governador de Macau decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º É concedida autorização à Firma "The Phillips Mint of America" para cunhagem em sistema "proof" e venda no estrangeiro de moedas metálicas, com os valores faciais de 100 e 500 patacas, destinadas exclusivamente para fins numismáticos, sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes.

Art. 2.º - 1. As moedas de 100 patacas serão de prata e as de 500 patacas de ouro de 22 quilates, com os toques de .999 e .916, respectivamente.



2. Em 1978, as moedas de 100 e 500 patacas terão no anverso, no centro, as Ruínas de São Paulo com a respectiva legenda, em cima, a palavra Macau e, em baixo, a era da cunhagem, e no reverso, no centro, a figura de um automóvel de corrida circundado pela legenda "Grande Prémio - XXV Aniversário - 1954-1978" e, em baixo, as respectivas denominações.

Art. 3.º - 1. Os demais pormenores relacionados com esta emissão, nomeadamente, condições de autorização, características e quantidades de moedas, e vantagens para o Estado, serão objecto de contrato a celebrar entre a referida firma e o Governo de Macau.

2. O Governador de Macau poderá delegar no chefe da Repartição dos Serviços de Finanças a competência para assinar o contrato referido no número anterior.

Art. 4.º - 1. À Firma "The Phillips Mint of America" é mantida a autorização da emissão e venda de moedas "proof" nos anos de 1979 e 1980, em condições a serem mutuamente acordadas.

2. O estabelecido no número anterior não impedirá que o Governo de Macau autorize outras emissões de moedas "proof" com diferentes características.

Assinado em 31 de Outubro de 1978.

Publique-se.

O Governador, *José Eduardo Garcia Leandro*.

**DECRETO-LEI N.º 39/80/M**

*DE 8 DE NOVEMBRO*

A crescente utilização da moeda de 1 pataca, resultante da favorável evolução dos meios de pagamento internos, torna necessário proceder à constituição de "stocks" adequados.

Tendo em atenção o proposto pelo Instituto Emissor de Macau;

Ouvido o Conselho Consultivo do Governo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Encarregado do Governo decreta, para valer como lei no Território, o seguinte:

Artigo 1.º É aumentada de um milhão e meio de moedas a emissão de moedas de 1 pataca, autorizada pelo Decreto n.º 94/74, de 11 de Março.

Art. 2.º As moedas manterão todas as características enunciadas no decreto referido no artigo anterior, mas serão de cupro-níquel, na proporção de 75% de cobre e 25% de níquel, com a tolerância, em título e em peso, de 1,5%, para mais ou para menos.

Assinado em 6 de Novembro de 1980.

Publique-se.

O Governador, *José Carlos Moreira Campos*.

**DECRETO-LEI N.º 6/81/M**

*DE 21 DE FEVEREIRO*

Considerando-se que, a exemplo do que tem sido praticado anualmente desde 1978, a cunhagem de moedas metálicas de ligas ricas comemorativas do ano novo lunar tem trazido evidentes benefícios materiais para o Território, contribuindo ao mesmo tempo para o seu conhecimento e divulgação;

Tendo em atenção o proposto pelo Instituto Emissor de Macau;

Ouvido o Conselho Consultivo do Governo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76 de Fevereiro, o Encarregado do Governo de Macau decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas comemorativas do Ano Lunar Chinês de 1981 (Ano do Galo), com os valores faciais de mil e de cem patacas, respectivamente, até às quantidades máximas de 3 500 e 2 000 moedas.

Art. 2.º As moedas referidas no artigo anterior poderão ser cunhadas segundo os sistemas «proof» e «à flor de cunho».

Art. 3.º - 1. As moedas de mil patacas serão de ouro de 22 quilates com o toque de 0.916, terão serrilha, terão o diâmetro de 28,4 mm e o peso de 15.976 gramas, terão a tolerância em peso de 1‰ (um por mil) para mais ou para menos e terão certificado de garantia passado pelo fabricante.

2. As moedas de cem patacas serão de prata com o ponto de 0.925, terão serrilha, terão o diâmetro de 38,6 mm e o peso de 28.28 gramas, com a tolerância em peso de 1‰ (um por mil) para mais ou para menos e terão certificado de garantia passado pelo fabricante.

Art. 4.º - 1. O anverso das moedas de mil e de cem patacas será constituído pelo desenho de um galo referente ao Ano Lunar Chinês de 1981, e terá indicação do valor facial e dos caracteres em chinês deste valor e de Macau.

2. O reverso das moedas de mil e de cem patacas será constituído pela indicação do valor facial, do ano da cunhagem e por insígnias de Macau a indicar pelo Instituto Emissor de Macau.

Art. 5.º As moedas referidas neste diploma serão colocadas à disposição do público mediante subscrição por valores a fixar pelo Instituto Emissor de Macau.

Assinado em 16 de Fevereiro de 1981.

Publique-se.

O Encarregado do Governo, *José Carlos Moreira Campos*.

**DECRETO-LEI N.º 47/81/M**

*DE 19 DE DEZEMBRO*

Considerando que, a exemplo do que tem sido praticado anualmente desde 1978, a cunhagem de moedas metálicas de ligas ricas comemorativas do Ano Novo Lunar tem trazido evidentes benefícios materiais para o Território, contribuindo ao mesmo tempo para o seu conhecimento e divulgação;

Ouvido o Conselho Consultivo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76 de Fevereiro, o Governador de Macau decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas comemorativas do Ano Lunar Chinês de 1982 (Ano do Cão), com valores faciais de mil e de cem patacas, até à quantidade máxima de 5 000 moedas para cada valor facial.

Art. 2.º As moedas referidas no artigo anterior poderão ser cunhadas segundo os sistemas «proof» e «à flor de cunho».

Art. 3.º - 1. As moedas de mil patacas, emitidas com certificado de garantia do fabricante, serão de ouro de 22 quilates e obedecerão às seguintes especificações:

- a) Toque de 916 por mil;
- b) Diâmetro de 28,4 milímetros;
- c) Peso de 15,976 gramas, com a tolerância de um por mil para mais ou para menos;
- d) Serrilha no bordo circular.

2. As moedas de cem patacas, emitidas com certificado de garantia do fabricante, serão de prata e obedecerão às seguintes especificações:

- a) Ponto de 925 por mil;
- b) Diâmetro de 38,6 milímetros;
- c) Peso de 28,280 gramas, com a tolerância de um por mil para mais ou para menos;
- d) Serrilha no bordo circular.

Art. 4.º - 1. O anverso das moedas de mil e de cem patacas será constituído pelo desenho de um cão referente ao Ano Lunar Chinês de 1982, e terá indicação do valor facial e dos caracteres em chinês deste valor e de Macau.

2. O reverso das moedas de mil e de cem patacas será constituído pela indicação de valor facial, do ano da cunhagem e pelas insígnias da cidade de Macau.

Art. 5.º As moedas referidas neste diploma serão colocadas à disposição do público mediante subscrição por valores a fixar pelo Instituto Emissor de Macau.

Assinado em 17 de Dezembro de 1981.

Publique-se.

O Governador, *Vasco de Almeida e Costa*.

**DECRETO-LEI N.º 49/81/M**

*DE 26 DE DEZEMBRO*

1. A circulação da moeda divisionária no território de Macau, que registou no último decénio um notável incremento, mostra-se hoje desajustada às reais necessidades da economia do Território, traduzida aliás pela progressiva diminuição dos “stocks” disponíveis, designadamente no que se refere à moeda mais utilizada – a de uma pataca.
2. Por outro lado, os constantes aumentos dos preços dos metais e das ligas têm levado a que o valor intrínseco de algumas das moedas actualmente em circulação se aproxime do respectivo valor facial, tendência que importa suster por forma a não ser desvirtuado o papel que a moeda metálica deve desempenhar, enquanto moeda de troco e de intermediária nos pequenos pagamentos.
3. A nova emissão acrescenta às espécies actualmente em circulação a moeda de 20 avos, não se tendo considerado necessário incluir a de 5 avos, pois a experiência mostra que com o desenvolvimento económico e a inflação as moedas de valor facial mais baixo vão sendo substituídas pelas de valor imediatamente superior.
4. Considerou-se oportuno, dado o desuso em que caíram alguns dos distintivos das moedas metálicas resultantes das reformas de 1952 e de 1967, enriquecer os motivos pictóricos constantes das novas moedas, com a adopção de símbolos alusivos à multi-secular convivência luso-chinesa. Com esse objectivo, o anverso das moedas contém elementos auspiciosos do universo simbólico chinês, enquanto que no reverso figura o escudo de armas de Portugal. Ao nível do desenho, aqueles elementos são articulados, em quase todas as moedas, com um quadrado central geralmente utilizado nas antigas moedas chinesas em que o círculo representava o Céu e o quadrado a Terra.  
Nesse quadrado, ao centro e no exterior de cada um dos lados estavam inscritos os cinco elementos da Natureza: metal, madeira, água, fogo e terra.
5. Considerou-se finalmente que esta nova emissão de moedas metálicas, de características substancialmente diversas das actualmente em circulação, deveria ser assinadalada com uma emissão comemorativa de moedas “proofs”, as quais constituirão um excelente veículo de divulgação do nome de Macau no exterior, onde serão comercializadas.

Ouvido o Conselho Consultivo

Usando da faculdade conferida pelo n.º1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional, n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Governador de Macau decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a cunhagem de moedas metálicas de valor facial de 10 avos, 20 avos, 50 avos, 1 pataca e 5 patacas.

§ único. O montante da cunhagem é de \$61 250 000 patacas assim discriminadas:

## Apontamentos: Legislação

Valor facial	Quantidade	Valor
10 avos (\$0,10)	70 000 000	\$ 7 000 000
20 avos (\$0,20)	17 500 000	\$ 3 500 000
50 avos (\$0,50)	26 000 000	\$ 13 000 000
1 pataca (\$1,00)	25 000 000	\$ 25 000 000
5 patacas (\$5,00)	5 250 000	\$ 26 250 000

Art. 2.º As moedas serão de formato circular e terão as seguintes características:

Valor facial	Diâmetro mm	Liga		Título		Peso		Serrilhas
		Designação	Elementos	Padrão %	Tolerância	Padrão gr.	Tolerância	
\$ 0.10	19.0	Latão-níquel	Cu-Zn-Ni	79-20-1	± 1.0%	3.2	±1.5%	Sem
\$ 0.20	21.0	Latão-níquel	Cu-Zn-Ni	79-20-1	±1.0%	4.6	±1.5%	Sem
\$ 0.50	23.0	Latão-níquel	Cu-Zn-Ni	79-20-1	±1.0%	5.7	±1.5%	Sem
\$ 1.00	26.0	Cupro-níquel	Cu-Ni	75-25	±1.0%	9.0	±1.5%	Com
\$ 5.00	29.0	Cupro-níquel	Cu-Ni	75-25	±1.0%	10.7	±1.5%	Com

§ 1.º O anverso da moeda de 10 avos terá:

- Na orla, em cima, a indicação em português ("10 avos") e em caracteres chineses daquele valor;
- Ao centro, o carácter chinês "FÔK", o qual significa "Felicidade"; e
- Em baixo, a palavra "Macau" em caracteres chineses.

§ 2.º O anverso da moeda de 20 avos terá:

- Na orla, em cima, a indicação em português ("20 avos") e em caracteres chineses daquele valor;
- Ao centro, o carácter chinês "LÔK", o qual significa "Prosperidade"; e
- Em baixo, a palavra "Macau" em caracteres chineses.

§ 3.º O anverso da moeda de 50 avos terá:

- Na orla, em cima, a indicação em português ("50 avos") e a palavra "Macau" em caracteres chineses;
- Ao centro, o carácter chinês "SÂU", o qual significa "Longevidade"; e
- Em baixo, a indicação em caracteres chineses daquele valor.

§ 4.º O anverso da moeda de 1 pataca terá:

- Na orla, em cima, a palavra "Macau" em caracteres chineses;
- Ao centro, o desenho de duas carpas que se dobras simetricamente sobre elementos (nós místicos) do panteão chinês, representando, segundo o universo simbólico chinês, o símbolo da "Harmonia"; e
- Em baixo, a indicação em caracteres chineses e, em português, "1 pataca".

§ 5.º O anverso da moeda de 5 patacas terá:

- Na orla, em cima, a palavra "Macau" em caracteres chineses;
- Ao centro, o desenho de um dragão "LÔN", representando, segundo o universo simbólico chinês, o símbolo de "Bons Augúrios";
- Em baixo, a indicação em caracteres chineses e, em português, "5 patacas".

§ 6.º O reverso de todas as moedas será constituído, no centro pelo escudo nacional, na orla pelas legendas "República Portuguesa" e "Macau", e em baixo pela indicação do ano da cunhagem.

Art. 3.º À medida que as novas moedas forem sendo recebidas pelo Instituto Emissor de Macau, este creditará importância de igual valor nominal numa conta de depósitos a indicar pela Direcção dos Serviços de Finanças.

Art. 4.º Todos os encargos desta cunhagem liquidados pelo Instituto Emissor de Macau, como agente do Tesouro, serão debitados numa conta de depósitos a indicar pela Direcção dos Serviços de Finanças.

Art. 5.º Será fixado, por meio de portaria, o prazo a partir do qual deixarão de ter curso legal as moedas de idêntico valor facial mandadas cunhar ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 38 607, de 19 de Janeiro de 1952, n.º 47 579, de 7 de Março de 1967, n.º 635/70, de 22 de Dezembro, n.º 11/72, de 10 de Janeiro, n.º 42/77/M, de 29 de Outubro, e n.º 39/80/M, de 8 de Novembro.

Art. 6.º São igualmente autorizadas as seguintes cunhagens de moedas "proof" comemorativas do lançamento das novas moedas:

- 2 000 conjuntos de moedas de prata, com o toque de 0.925, tendo cada conjunto 5 moedas, uma de cada valor facial;
- 600 conjuntos de moedas de ouro, com o ponto de 0.916, tendo cada conjunto 5 moedas, uma de cada valor facial;
- 375 conjuntos de moedas de platina, com o toque de 0.950, tendo cada conjunto 5 moedas, uma de cada valor facial.

§ único. As moedas "proof" comemorativas serão de formato circular e terão as características e dizeres indicados no artigo 2.º e seus parágrafos, com excepção do peso das moedas de ouro e platina, que passam a ser de 4.0, 5.5, 7.4, 11.6 e 16.3 gramas respectivamente para as moedas de ouro de 10 avos, 20 avos, 50 avos, 1 pataca e 5 patacas, e de 4.5, 6.2, 8.4, 13.2, e 18.4 gramas respectivamente para as moedas de platina de 10 avos, 20 avos, 50 avos, 1 pataca e 5 patacas.

Assinado em 17 de Dezembro de 1981

Publique-se

O Governador, *Vasco de Almeida e Costa*.

**GOVERNO DE MACAU**  
**DECRETO-LEI N.º 61/82/M**  
*DE 30 DE OUTUBRO*

Considerando o interesse suscitado, em anos anteriores, pelas emissões de moeda metálica comemorativas do Ano Novo Lunar e as vantagens de diversa ordem que a sua distribuição pelos colecionadores e pública em geral tem granjeado para o Território;

Ouvido o Conselho Consultivo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76 de Fevereiro, o Encarregado do Governado de Macau decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas comemorativas do Ano Novo Lunar Chinês de 1983 (Ano do Porco), com valores faciais de mil e de cem patacas, até à quantidade máxima de 5 000 moedas para cada valor facial.

Art. 2.º As moedas referidas no artigo anterior poderão ser cunhadas segundo os sistemas «proof» e «à flor do cunho».

Art. 3.º - 1. As moedas de mil patacas, emitidas com certificado de garantia do fabricante, serão de ouro de 22 quilates e obedecerão às seguintes especificações:

- a) Toque de 916 por mil;
- b) Diâmetro de 28,4 milímetros;
- c) Peso de 15,976 gramas, com a tolerância de um por mil para mais ou para menos;
- d) Serrilha no bordo circular.

2. As moedas de cem patacas, emitidas com certificado de garantia do fabricante, serão de prata e obedecerão às seguintes especificações:

- a) Ponto de 925 por mil;
- b) Diâmetro de 38,6 milímetros;
- c) Peso de 28,280 gramas, com a tolerância de um por mil para mais ou para menos;
- d) Serrilha no bordo circular.

Art. 4.º - 1. O anverso das moedas de mil e de cem patacas será constituída pelo desenho de um porco relativo ao Ano Lunar Chinês de 1983, indicará o respectivo valor facial e conterà os caracteres em chinês deste valor e de Macau.

2. O reverso das moedas de mil e de cem patacas será constituído pela indicação do valor facial do ano da cunhagem e pelas insígnias da cidade de Macau.

Art. 5.º As moedas referidas neste diploma serão colocadas à disposição do público mediante subscrição por valores a fixar pelo Instituto Emissor de Macau.

Assinado em 26 de Outubro de 1982.

Publique-se.

O Encarregado do Governo, *Manuel Maria Amaral de Freitas*.

**DECRETO-LEI N.º 44/83/M**

*DE 26 DE NOVEMBRO*

Considerando o interesse suscitado, em anos anteriores, pelas emissões de moeda metálica comemorativas do Ano Novo Lunar e as vantagens de diversa ordem que a sua distribuição pelos colecionadores e pública em geral tem granjeado para o Território;

Ouvido o Conselho Consultivo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76 de Fevereiro, o Governador de Macau decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas comemorativas do Ano Novo Lunar Chinês de 1984 (Ano do Rato), com valores faciais de mil e de cem patacas, até à quantidade máxima de 5 000 moedas para cada valor facial.

Art. 2.º As moedas referidas no artigo anterior poderão ser cunhadas segundo os sistemas «proof» e «à flor do cunho».

Art. 3.º - 1. As moedas de mil patacas, emitidas com certificado de garantia do fabricante, serão de ouro de 22 quilates e obedecerão às seguintes especificações:

- a) Toque de 916 por mil;
- b) Diâmetro de 28,4 milímetros;
- c) Peso de 15,976 gramas, com a tolerância de um por mil para mais ou para menos;
- d) Serrilha no bordo circular.

2. As moedas de cem patacas, emitidas com certificado de garantia do fabricante, serão de prata e obedecerão às seguintes especificações:

- a) Ponto de 925 por mil;
- b) Diâmetro de 38,6 milímetros;
- c) Peso de 28,280 gramas, com a tolerância de um por mil para mais ou para menos;
- d) Serrilha no bordo circular.

Art. 4.º - 1. O anverso das moedas de mil e de cem patacas será constituída pelo desenho de um rato relativo ao Ano Lunar Chinês de 1984, indicará o respectivo valor facial e conterá os caracteres em chinês deste valor e de Macau.

2. O reverso das moedas de mil e de cem patacas será constituído pela indicação do valor facial do ano da cunhagem e pelas insígnias da cidade de Macau.

Art. 5.º As moedas referidas neste diploma serão colocadas à disposição do público mediante subscrição por valores a fixar pelo Instituto Emissor de Macau.

Assinado em 23 de Novembro de 1983.

Publique-se.

O Governador, *Vasco de Almeida e Costa*.



**DECRETO-LEI N.º 63/84/M**

*DE 30 DE JUNHO*

Considerando as expectativas despertadas em anos anteriores pelas emissões de moedas metálicas comemorativas do Ano Novo Lunar, o interesse em assegurar o completamento de um ciclo de 12 anos mantendo as características das últimas cunhagens e a validade desta iniciativa que tem sido bem acolhida por coleccionadores e público em geral com resultados positivos para o Território;

Ouvido o Conselho Consultivo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Governador de Macau decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas comemorativas do Ano Novo Lunar Chinês de 1985 (Ano do Búfalo), de 1986 (Ano do Tigre), de 1987 (Ano do Coelho), de 1988 (Ano do Dragão), de 1989 (Ano da Cobra), de 1990 (Ano do Cavalo), de 1991 (Ano da Cabra) e de 1992 (Ano do Macaco), com o valor facial de mil e de cem patacas, até à quantidade máxima de cinco mil moedas para cada valor facial.

Art. 2.º As moedas referidas no artigo anterior poderão ser cunhadas segundo os sistemas "prova numismática" ("proof") e "brilhante não circulada" ("brilliant uncirculated") e terão curso legal no Território.

Art. 3.º- 1. As moedas de mil patacas, emitidas com certificado de garantia do fabricante, serão de ouro de 22 quilates e obedecerão às seguintes especificações:

- a) Toque de 916 por mil;
- b) Diâmetro de 28,4 milímetros;
- c) Peso de 15,976 gramas, com a tolerância de um por mil para mais ou para menos;
- d) Serrilha no bordo circular.

2. As moedas de cem patacas, emitidas com certificado de garantia do fabricante, serão de prata e obedecerão às seguintes especificações:

- a) Ponto de 925 por mil;
- b) Diâmetro de 38,6 milímetros;
- c) Peso de 28,280 gramas, com a tolerância de um por mil para mais ou para menos;
- d) Serrilha no bordo circular.

Art. 4.º - 1. O desenho do anverso das moedas representará o animal que dá o nome ao respectivo ano lunar, indicará o valor facial das moedas e conterá os caracteres em chinês deste valor e de Macau.

2. O reverso das moedas será constituído pela indicação do valor facial, do ano da cunhagem e pelas insígnias da cidade de Macau.

Art. 5.º As moedas referidas neste diploma serão colocadas à disposição do público mediante subscrição por valores a fixar pelo Instituto Emissor de Macau.

Assinado em 28 de Junho de 1984.

Publique-se.

O Governador, *Vasco de Almeida e Costa*.

**DECRETO-LEI N.º 39/85/M**

*DE 11 DE MAIO*

A próxima visita de Sua Excelência, o Presidente da República Portuguesa, General Ramalho Eanes, acontecimento, já de si relevante, assumirá feição ímpar na medida em que se trata da primeira visita presidencial a Macau, justificando-se que este evento seja assinalado mediante emissão de uma moeda metálica comemorativa.

Ouvido o Conselho Consultivo;

O Governador de Macau decreta, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º – É autorizada a emissão de uma moeda metálica comemorativa da primeira visita presidencial a Macau (1985), com o valor facial de 100 patacas até à quantidade máxima de 10 000 moedas.

Art. 2.º – Dentro do limite fixado no artigo anterior, é autorizada a cunhagem até 5 000 unidades segundo o sistema «prova numismática» («proof») e as restantes pelo sistema «brilhante não circulada» («brilliant uncirculated»).

Art. 3.º – As moedas emitidas com certificado de garantia do fabricante, serão colocadas à disposição do público mediante subscrição, por valores a fixar pelo Instituto Emissor de Macau.

Art. 4.º – As moedas a emitir, serão de prata e obedecerão às seguintes especificações:

- a) Toque 925 por mil;
- b) Diâmetro de 38,6 milímetros;
- c) Peso de 28,280 gramas, com tolerância de um por mil para mais ou para menos;
- d) Formato circular com bordo serrilhado.

Art. 5.º – 1. O anverso das moedas conterá ao centro a efígie do General Ramalho Eanes figurando na orla, em português, a legenda «Visita a Macau do Presidente Eanes», e o ano da cunhagem e, por baixo da efígie, a legenda, em chinês, «Visita a Macau do Presidente da República Portuguesa».

2. O reverso das moedas será constituído pelo desenho das insígnias de Macau, ao centro e pelas indicações, em português e chinês do nome da cidade, «MACAU», em cima e do valor facial «100 Patacas» e contraste do fabricante, em baixo.

Art. 6.º – A moeda emitida ao abrigo deste diploma tem curso legal no Território.

Aprovado em 10 de Maio de 1985.

Publique-se.

O Governador, *Vasco de Almeida e Costa*.

**DECRETO-LEI N.º 26/88/M**

*DE 28 DE MARÇO*

A experiência tem demonstrado que a emissão de moedas comemorativas constitui um excelente veículo de publicidade para os países que dela se aproveitam, constituindo hoje um contributo substancial para o desenvolvimento do turismo.

As moedas cunhadas em sistema «Proof», com uma emissão limitada e alusivas a efemérides de grande realce, têm enorme aceitação e procura por parte dos coleccionadores dos diversos países do mundo e público em geral.

Ao território de Macau, cuja economia depende em larga medida dos fluxos turísticos que a ele regulamente acorrem, convém sobremaneira promover e acarinhar essa actividade de forma a incrementar a divulgação da sua imagem internacional.

Tendo em atenção o proposto pelo Instituto Emissor de Macau;

Ouvido o Conselho Consultivo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Governador de Macau decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de um conjunto de moedas metálicas comemorativas do 35.º Grande Prémio de Macau.

Art. 2.º As moedas referidas no artigo anterior serão cunhadas segundo o sistema «prova numismática» («Proof»), terão curso legal no Território e obedecerão aos seguintes tipos:

- a) Moedas de ouro de cinco onças;
- b) Moedas de ouro tipo «Sovereign Size»;
- c) Moedas de prata de cinco onças;
- d) Moedas de prata tipo «Crown Size».

Art. 3.º As moedas de ouro de cinco onças, emitidas com certificado de garantia do IEM, até à quantidade máxima de quinhentas moedas, terão o valor facial de dez mil patacas e obedecerão às seguintes especificações:

- a) Peso de cinco onças (155,52 gramas), com a tolerância de um por mil para mais ou para menos;
- b) Toque de 999 por mil;
- c) Diâmetro de 65 milímetros;
- d) Serrilha no bordo circular.

Art. 4.º As moedas de ouro tipo «Sovereign Size», emitidas com certificado de garantia do IEM, até à quantidade máxima de quatro mil e quinhentas moedas, terão o valor facial de quinhentas patacas e obedecerão às seguintes especificações:

- a) Peso de 7,96 gramas, com a tolerância de um por mil para mais ou para menos;
- b) Toque de 916 por mil;
- c) Diâmetro de 22,00 milímetros;
- d) Serrilha no bordo circular.

Art. 5.º As moedas de prata de cinco onças, emitidas com certificado de garantia do IEM, até à quantidade máxima de duas mil moedas, terão o valor facial de quinhentas patacas e obedecerão às seguintes especificações:

- a) Peso de cinco onças (155,52 gramas), com a tolerância de um por mil para mais ou para menos;
- b) Toque de 999 por mil;
- c) Diâmetro de 65 milímetros;
- d) Serrilha no bordo circular.

Art. 6.º As moedas de prata tipo «Crown Size», emitidas com certificado de garantia do IEM, até à quantidade máxima de cinco mil moedas, terão o valor facial de cem patacas e obedecerão às seguintes especificações:

- a) Peso de 28,28 gramas, com a tolerância de um por mil para mais ou para menos;
- b) Toque de 925 por mil;
- c) Diâmetro de 38,60 milímetros;
- d) Serrilha no bordo circular.

Art. 7.º – 1. O desenho do anverso das moedas representará uma viatura de competição circundada pelas inscrições «XXXV Aniversário – 1954–1988», conterà a legenda «Grande Prémio» e a palavra «Macau».

2. O reverso das moedas será constituído pelo desenho de um Junco Chinês, pela indicação do valor facial e conterà as Cruzes de Cristo e a palavra «Macau».

Aprovado em 24 de Março de 1988.

Publique-se.

O Governador, *Carlos Montez Melancia*.

**DECRETO-LEI N.º 70/90/M**

*DE 19 DE NOVEMBRO*

Considerando as expectativas despertadas em anos anteriores pelas emissões de moedas metálicas comemorativas do Ano Novo Lunar, o interesse em assegurar o complemento de um ciclo de 12 anos, mantendo as características das últimas cunhagens e a validade desta iniciativa que tem sido bem acolhida por coleccionadores e público em geral, com resultados positivos para o Território;

Tendo em atenção a proposta da Autoridade Monetária e Cambial de Macau;

Ouvido o Conselho Consultivo;

O Encarregado do Governo decreta, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a cunhagem e a emissão de moedas metálicas comemorativas do Ano Novo Lunar Chinês de 1991 (Ano da Cabra) e de 1992 (Ano do Macaco), em ouro, com o valor facial de quinhentas e duzentas e cinquenta patacas, até à quantidade máxima de duas mil e quinhentas moedas para cada valor facial.

Art. 2.º As moedas referidas no artigo anterior só poderão ser cunhadas segundo o sistema «prova numismática» («proof») e terão curso legal no Território.

Art. 3.º — 1. As moedas de quinhentas patacas, emitidas com certificado de garantia do fabricante, serão de ouro de 22 quilates e obedecerão às seguintes especificações:

- a) Toque de 916 por mil;
- b) Diâmetro de 22.05 milímetros;
- c) Peso de 7.99 gramas, com a tolerância de um por mil para mais ou para menos;
- d) Serrilha no bordo circular.

2. As moedas de duzentas e cinquenta patacas, emitidas com certificado de garantia do fabricante, serão de ouro de 22 quilates e obedecerão às seguintes especificações:

- a) Toque de 916 por mil;
- b) Diâmetro de 19.30 milímetros;
- c) Peso de 3.99 gramas, com a tolerância de um por mil para mais ou para menos;
- d) Serrilha no bordo circular.

Art. 4.º — 1. O desenho do anverso das moedas representará o animal que dá o nome ao respectivo ano lunar, indicará o valor facial das moedas e conterá os caracteres em chinês deste valor e de Macau.

2. O reverso das moedas será constituído pela indicação do ano da cunhagem e pelas insígnias da cidade de Macau.

Art. 5.º As moedas referidas neste diploma serão colocadas à disposição do público, mediante subscrição por valores a fixar pela Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Aprovado em 14 de Novembro de 1990.

Publique-se.

O Encarregado do Governo, *Francisco Luís Murteira Nabo*.

**DECRETO-LEI N.º 34/91/M**

**DE 6 DE MAIO**

A Declaração Conjunta Luso-Chinesa, na Secção XI do seu Anexo I, prevê que após o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, a pataca continuará como moeda

de circulação, embora progressivamente substituída quando portadora de sinais inadequados ao Estatuto da nova Região Administrativa.

Atendendo a que a actual cunhagem da moeda divisionária no território de Macau se encontra, hoje, desajustada às reais necessidades da economia do Território traduzida, aliás, pela progressiva insuficiência dos stocks disponíveis, designadamente no que se refere às moedas de uma e cinco patacas.

Reconhecendo-se, por outro lado, a necessidade de proceder à renovação do sistema de moedas metálicas, substituindo, progressivamente, toda a moeda divisionária em circulação por outra com simbologia vincadamente ligada ao Território que, pela sua neutralidade em relação à soberania, possa perdurar na futura Região Administrativa e que simultaneamente possa contribuir para a solução de alguns problemas de índole técnica de que o actual sistema enferma.

Considerando, ainda, no que respeita ao sistema monetário, o disposto no n.º 4 do artigo 31.º do Estatuto Orgânico de Macau.

Tendo igualmente em atenção o proposto pela Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Ouvido o Conselho Consultivo;

O Encarregado do Governo decreta, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a cunhagem de novas moedas metálicas de valor facial de 5 patacas, 1 pataca, 50 avos, 20 avos e 10 avos.

§ único. Os limites máximos da cunhagem são os seguintes:

Valor facial	Quantidade	Valor
5 patacas (\$ 5,00)	80 000 000	\$ 400 000 000,00
1 pataca (\$ 1,00)	300 000 000	\$ 150 000 000,00
50 avos (\$ 0,50)	200 000 000	\$ 100 000 000,00
20 avos (\$ 0,20)	100 000 000	\$ 20 000 000,00
10 avos (\$ 0,10)	400 000 000	\$ 20 000 000,00

Art. 2.º As moedas terão as seguintes características:

Valor facial	Liga		Título	Formato	Bordo	Diâmetro mm	Espessura mm	Peso	
	Designação	Elementos	Padrão %					Padrão gr.	Tolerância
			Tolerância						

## Apontamentos: Legislação

\$ 5,00	Cupro-níquel	Cu-Ni	75-25 ±1,0%	Doze faces	Liso	28,0	2,20	10	±1,5%
\$ 1,00	Cupro-níquel	Cu-Ni	75-25 ±1,0%	Redondo	Serri.	26,0	2,20	9,0	±1,5%
\$ 0,50	Latão-níquel	Cu-Zn-Ni	65-34-1 +1,75%- +1,5%- +0,25%	Redondo	Liso	23,0	1,60	4,6	±1,5%
\$ 0,20	Latão-níquel	Cu-Zn-Ni	65-34-1 +1,75%- +1,5%- +0,25%	Doze faces	Liso	20,0	1,30	2,7	±1,5%
\$ 0,10	Latão-níquel	Cu-Zn-Ni	65-34-1 +1,75%- +1,5%- +0,25%	Redondo	Liso	17,0	1,00	1,4	±1,5%

§ 1.º O desenho do anverso da moeda de 5 patacas representará, no centro, as Ruínas de São Paulo e um Junco Chinês, na orla, em cima, à direita, indicará o seu valor facial em caracteres chineses e, na orla, em baixo, conterá a indicação em português «5 patacas».

§ 2.º O desenho do anverso da moeda de 1 pataca representará, no centro, a Ermida e o Farol da Guia e, em baixo, conterá a indicação em caracteres chineses e, em português, «1 pataca».

§ 3.º O desenho do anverso da moeda de 50 avos representará, no centro, a Dança do Dragão, na orla, em cima, à esquerda, indicará o seu valor facial em caracteres chineses e, na orla, em baixo, à direita, conterá a indicação em português («50 avos»).

§ 4.º O desenho do anverso da moeda de 20 avos representará, no centro, um Barco do Dragão, conterá no lado esquerdo e no lado direito o seu valor facial em caracteres chineses e, na orla, em cima, a indicação em português («20 avos»).

§ 5.º O desenho do anverso da moeda de 10 avos representará, no centro, a Dança do Leão, conterá no lado esquerdo e no lado direito o seu valor facial em caracteres chineses e, na orla, em baixo, a indicação em português («10 avos»).

§ 6.º O reverso de todas as moedas será constituído, no centro pela palavra «Macau» em português e pelos respectivos caracteres chineses, na orla, em cima, pelo desenho de um morcego, o qual representa, segundo o universo simbólico chinês, a «Felicidade» e, em baixo, pela indicação do ano da cunhagem.

Art. 3.º As moedas de valor facial de 5 patacas e 1 pataca serão postas a circular no ano de 1992 e as de valor facial de 50 avos, 20 avos e 10 avos no ano de 1994.

Art. 4.º A Autoridade Monetária e Cambial de Macau creditará a sua conta corrente com a Direcção dos Serviços de Finanças pelo valor facial das novas moedas à medida que estas forem sendo recebidas e debitará a mesma conta pelas despesas feitas com a amoedação.

## Apontamentos: Legislação

Art. 5.º Será fixado, por meio de decreto-lei, o prazo a partir do qual deixarão de ter curso legal as moedas de idêntico valor facial mandadas cunhar ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 49/81/M, de 26 de Dezembro, 65/87/M, de 26 de Outubro, e 47/88/M, de 13 de Junho.

Aprovado em 26 de Abril de 1991.

Publique-se.

O Encarregado do Governo, *Luís Macedo Pinto de Vasconcelos*.

### **DECRETO-LEI N.º 44/92/M**

*DE 3 DE AGOSTO*

Considerando o interesse suscitado, em anos anteriores, pelas emissões de moedas metálicas comemorativas do Ano Novo Lunar e a validade desta iniciativa que tem sido bem acolhida por colecionadores e público em geral, com resultados positivos para o Território, reconhece-se a necessidade de proceder ao lançamento de uma nova série, mantendo as características das últimas cunhagens;

Tendo em atenção o proposto pela Autoridade Monetária e Cambial de Macau;

Ouvido o Conselho Consultivo;

O Governador decreta, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

#### *ARTIGO 1.º*

##### *(AUTORIZAÇÃO DE NOVAS MOEDAS COMEMORATIVAS)*

É autorizada a cunhagem e a emissão de moedas metálicas comemorativas, com curso legal no Território, relativas aos Anos Novos Lunares de 1993 (Ano do Galo), de 1994 (Ano do Cão), de 1995 (Ano do Porco), de 1996 (Ano do Rato), de 1997 (Ano do Búfalo), de 1998 (Ano do Tigre), de 1999 (Ano do Coelho), de 2000 (Ano do Dragão), de 2001 (Ano da Cobra), de 2002 (Ano do Cavalo), de 2003 (Ano da Cabra) e de 2004 (Ano do Macaco), em ouro de 22 quilates, com o valor facial de duzentas e cinquenta, quinhentas e de mil patacas e em prata, com o valor facial de cem patacas.

#### *ARTIGO 2.º*

##### *(CARACTERÍSTICAS)*

As moedas referidas no artigo anterior, emitidas com certificado de garantia do fabricante, serão de formato circular, com bordo serrilhado e obedecerão às seguintes especificações e quantidades máximas por ano para cada valor facial:

		Toque		Peso	Tipo
--	--	-------	--	------	------



## Apontamentos: Legislação

Valor facial	Quantidade máxima		Diâmetro (mm)	Padrão gr	Tolerância	
\$ 100,00	5 000	925‰	38,60	28,28	± 1,0‰	Prova numismática e flor de cunho
\$ 250,00	2 500	916‰	19,30	3,99	± 1,0‰	Prova numismática
\$ 500,00	2 500	916‰	22,05	7,99	± 1,0‰	Prova numismática
\$ 1 000,00	5 000	916‰	28,40	15,976	± 1,0‰	Prova numismática e flor de cunho

### ARTIGO 3.º

#### (DESENHO)

1. O desenho do anverso das moedas representará o animal que dá o nome ao respectivo ano lunar, indicará o valor facial das moedas e conterá os caracteres em chinês deste valor e de Macau.
2. O reverso das moedas será constituído pelo desenho das Ruínas de São Paulo, pela indicação do ano da cunhagem e pela palavra "Macau" em português.

### ARTIGO 4.º

#### (VENDA)

As moedas referidas neste diploma serão colocadas à disposição do público, mediante subscrição por valores a fixar pela Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Aprovado em 30 de Julho de 1992.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

### Decreto-lei n.º 27/93/M

De 31 de Maio

Considerando o interesse suscitado pela emissão da moeda comemorativa do 35.º Aniversário do Grande Prémio de Macau e as vantagens em prosseguir esta iniciativa que foi bem acolhida por coleccionadores e público em geral, com resultados positivos para o Território;

Tendo em atenção o proposto pela Autoridade Monetária e Cambial de Macau;

Ouvido o Conselho Consultivo;

O Encarregado do Governo decreta, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

## Apontamentos: Legislação

### ARTIGO 1.º

#### (AUTORIZAÇÃO DE NOVAS MOEDAS COMEMORATIVAS)

É autorizada a cunhagem e a emissão de moedas metálicas comemorativas do 40.º Grande Prémio de Macau, com curso legal no Território, em ouro de 22 quilates e de 24 quilates com o valor facial, respectivamente, de quinhentas patacas e dez mil patacas e em prata com o valor facial de cem patacas e quinhentas patacas.

### ARTIGO 2.º

#### (CARACTERÍSTICAS)

As moedas referidas no artigo anterior, emitidas com certificado de garantia do fabricante, são de formato circular, com bordo serrilhado e obedecem às seguintes especificações e quantidades máximas para cada valor facial:

Valor facial	Quantidade	Metal	Toque	Diâmetro	Peso e Tolerância	Tipo
\$ 100,00	5 000	Prata	925‰	38.6	28,28 gr ± 1,0‰	Prova numismática
\$ 500,00	2 000	Prata	999‰	65.0	5 onças ± 1,0‰	Prova numismática
\$ 500,00	4 500	Ouro	916‰	22.0	7,96 gr ± 1,0‰	Prova numismática
\$ 10 000,00	500	Ouro	999‰	65.0	5 onças ± 1,0‰	Prova numismática

### ARTIGO 3.º

#### (DESENHO)

1. O desenho do anverso das moedas representa uma viatura e um motociclo de competição circundados pela legenda «40.º Grande Prémio», pelo valor facial das moedas, e ainda pelos caracteres em chinês da palavra Macau.

2. O reverso das moedas é constituído pelo desenho do Circuito da Guia com a respectiva legenda e pela inscrição «1954-93», contendo ainda a palavra «Macau» em português e os caracteres em chinês do valor facial e do aniversário do Grande Prémio.

### ARTIGO 4.º

#### (VENDA)

As moedas referidas neste diploma são colocadas à disposição do público, mediante subscrição por valores a fixar pela Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Aprovado em 26 de Maio de 1993.

Publique-se.

O Encarregado do Governo, *Henrique Manuel Lages Ribeiro*.

**DECRETO-LEI N.º 35/95/M**

*DE 31 DE JULHO*

A inauguração do Aeroporto Internacional de Macau constitui um acontecimento histórico na vida do Território que justifica a emissão de uma moeda comemorativa a assinalar a efeméride.

Nestes termos;

Tendo em atenção o proposto pela Autoridade Monetária e Cambial de Macau;

Ouvido o Conselho Consultivo;

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/95/M, de 30 de Janeiro, e nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, o Governador decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

*ARTIGO 1.º*

*(AUTORIZAÇÃO)*

É autorizada a cunhagem e a emissão de uma moeda metálica comemorativa da inauguração do Aeroporto Internacional de Macau em espécimes «proof» de mil e de cem patacas, respectivamente até à quantidade máxima de cinco mil e de oito mil unidades.

*ARTIGO 2.º*

*(CARACTERÍSTICAS)*

1. As moedas de mil patacas são de ouro de 22 quilates e têm as seguintes características:

- a) Toque de 916 mil;
- b) Diâmetro de 28,4 milímetros;
- c) Peso de 15,976 gramas;
- d) Serrilha no bordo circular.

2. As moedas de cem patacas são de prata e têm as seguintes características:

- a) Toque de 925 por mil;
- b) Diâmetro de 38,6 milímetros;
- c) Peso de 28,28 gramas;
- d) Serrilha no bordo circular.

*ARTIGO 3.º*

*(DESENHO)*

1. O anverso das moedas contém um carácter chinês que significa «voar» e o desenho de duas pombas, o texto «Inauguração do Aeroporto Internacional de Macau», em português e em caracteres chineses, e a indicação do ano da cunhagem.

2. O reverso das moedas apresenta uma vista geral do terminal do Aeroporto Internacional de Macau, vendo-se, ao fundo, a ilha da Taipa e Macau e contém a indicação do valor facial em português e em caracteres chineses.

Aprovado em 27 de Julho de 1995.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

**Decreto-lei n.º 49/96/M**

De 9 de Setembro

O Decreto-Lei n.º 34/91/M, de 6 de Maio, autorizou a cunhagem de novas moedas metálicas de valor facial de 5 patacas, 1 pataca, 50 avos, 20 avos e 10 avos cuja simbologia, vincadamente ligada ao Território, lhes permitirá a circulação na futura Região Administrativa Especial de Macau.

Reconhece-se, agora, a necessidade de proceder à emissão de moedas metálicas do valor facial de 10 patacas, com simbologia idêntica.

Considerando o disposto nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 7/95/M, de 30 de Janeiro, que define o sistema de emissão monetária no território de Macau.

Nestes termos;

Tendo em atenção o proposto pela Autoridade Monetária e Cambial de Macau;

Ouvido o Conselho Consultivo;

O Encarregado do Governo decreta, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

**ARTIGO 1.º**

(AUTORIZAÇÃO)

É autorizada a cunhagem de moedas metálicas de valor facial de dez patacas até à quantidade máxima de vinte milhões de unidades.

**ARTIGO 2.º**

(CARACTERÍSTICAS)

As moedas referidas no artigo anterior são de formato redondo, bordo liso, espessura de 2,7 milímetros, peso de 12,0 gramas com mais ou menos 2,5% de tolerância, e obedecem ainda às seguintes especificações técnicas:

	Liga		Título		Diâmetro (mm)
	Designação	Elementos	Padrão %	Tolerância	
Coroa circular externa	Cupro-alumínio- níquel	Cu+Al+Ni	92+6+2	±1,0%	28,0
Núcleo interior	Cupro-níquel	Cu+Ni	84+16	±1,0%	19,3

**ARTIGO 3.º**

(DESENHO)

1. O anverso das moedas representa, no centro, a Igreja de S. Domingos, contém no lado esquerdo e no lado direito o seu valor facial em caracteres chineses e, na orla, em baixo, a indicação em português «10 patacas».

2. O reverso das moedas é constituído, no centro, pela palavra «Macau» em português e pelos respectivos caracteres chineses, na orla, em cima, pelo desenho de um morcego, o qual representa, segundo o universo simbólico chinês, a «Felicidade» e, em baixo, pela indicação do ano da cunhagem.

*ARTIGO 4.º*

*(ENTRADA EM CIRCULAÇÃO)*

As moedas metálicas autorizadas pelo presente diploma são postas a circular no ano de 1997.

Aprovado em 4 de Setembro de 1996.

Publique-se

O Encarregado do Governo, *Henrique Manuel Lages Ribeiro*.

**DECRETO-LEI N.º 22/98/M**

*DE 25 DE MAIO*

A realização este ano no Território da 19.ª Conferência do "East Asian Insurance Congress" constitui um evento relevante que justifica a emissão de uma moeda comemorativa.

Nestes termos;

Tendo em atenção o proposto pela Autoridade Monetária e Cambial de Macau;

Ouvido o Conselho Consultivo;

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/95/M, de 30 de Janeiro, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º do estatuto anexo ao Decreto-Lei n.º 14/96/M, de 11 de Março, e do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, o Encarregado do Governo decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

*ARTIGO 1.º*

*(AUTORIZAÇÃO)*

É autorizada a cunhagem e a emissão de uma moeda metálica comemorativa da realização no Território da 19.ª Conferência do "East Asian Insurance Congress" em espécime "prova numismática" (proof), de cem patacas e até à quantidade máxima de três mil unidades.

*ARTIGO 2.º*

*(CARACTERÍSTICAS)*

A moeda referida no artigo anterior é cunhada em liga de prata de toque 925/1000, com 38,60 milímetros de diâmetro e 28,28 gramas de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1/1000 no peso, e tem formato circular.

*ARTIGO 3.º*

*(DESENHO)*

1. A gravura do anverso da moeda contém ao centro apoiado sobre duas mãos um globo com o desenho simplificado do Mapa-Mundo circundado pela indicação do valor facial em português e em caracteres chineses e pela inscrição "20-25 Setembro 1998" em português e chinês, na orla superior a legenda "19.ª Conferência do East Asian Insurance Congress" e na orla inferior a mesma legenda em caracteres chineses.

2. A gravura do reverso da moeda apresenta a legenda "Macau", em português e chinês, o desenho das Ruínas de São Paulo e o ano da cunhagem.

Aprovado em 20 de Maio de 1998.

Publique-se.

O Encarregado do Governo, *Jorge A. H. Rangel*.

**DECRETO-LEI N.º 16/99/M**

*DE 12 DE ABRIL*

O Decreto-Lei n.º 1/99/M, de 18 de Janeiro, autorizou a emissão de notas alusivas à data da transferência de poderes da República Portuguesa para a República Popular da China sobre o território de Macau.

Reconhece-se, ainda, o interesse em assinalar também este acontecimento com uma série de três emissões de moedas comemorativas.

Nestes termos;

Tendo em atenção o proposto pela Autoridade Monetária e Cambial de Macau;

Ouvido o Conselho Consultivo;

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/95/M, de 30 de Janeiro, e nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 11.º do estatuto anexo ao Decreto-Lei n.º 14/96/M, de 11 de Março, e do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, o Governador decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

**ARTIGO 1.º**

*(AUTORIZAÇÃO)*

É autorizada a cunhagem e a emissão de uma moeda metálica comemorativa da transferência de poderes da República Portuguesa para a República Popular da China sobre o território de Macau, em espécime «prova numismática» (proof), com o valor facial de cem patacas, até à quantidade máxima de trinta e oito mil, oitocentas e oitenta e oito unidades.

**Artigo 2.º**

*(Características)*

A moeda referida no artigo anterior é cunhada em liga de prata de toque 925/1000 com uma encastoação oval em ouro de 24 quilates, tem 38,0 milímetros de diâmetro e 31,103 gramas

de peso, respectivamente com as tolerâncias de mais ou menos 1.3/1000 e 3.7/1000, e formato circular.

Artigo 3.º

(Desenho)

1. A gravura do anverso da moeda contém, ao centro, uma vista do porto de Macau, apresenta, no lado esquerdo, a representação duma Caravela Portuguesa com a Cruz de Cristo nas velas, no lado direito, um Junco Chinês e a parte superior do pórtico do Templo da Barra delimitada por uma cercadura oval e, na orla superior, o ano da cunhagem.

2. A gravura do reverso da moeda apresenta, ao centro, as insígnias da cidade de Macau ladeadas por cinco estrelas em cada lado, na orla superior a legenda «Macau», em português e chinês, e na parte inferior o valor facial em português e em caracteres chineses.

Aprovado em 7 de Abril de 1999.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

**DECRETO-LEI N.º 54/99/M**

*DE 4 DE OUTUBRO*

Em continuação do programa de emissões de moedas comemorativas alusivas à transferência de poderes da República Portuguesa para a República Popular da China sobre o território de Macau, iniciado pelo Decreto-Lei n.º 16/99/M, de 12 de Abril, considera-se agora oportuno proceder à segunda emissão de moedas dedicadas a essa efeméride.

Nestes termos;

Tendo em atenção o proposto pela Autoridade Monetária e Cambial de Macau;

Ouvido o Conselho Consultivo;

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/95/M, de 30 de Janeiro, e nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 11.º do estatuto anexo ao Decreto-Lei n.º 14/96/M, de 11 de Março, e do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, o Governador decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

*ARTIGO 1.º*

*(AUTORIZAÇÃO)*

É autorizada a cunhagem e a emissão de sete moedas metálicas comemorativas da transferência de poderes da República Portuguesa para a República Popular da China sobre o território de Macau, com o valor facial de dez avos, vinte avos, cinquenta avos, uma pataca, duas patacas, cinco patacas e dez patacas, até à quantidade máxima de duzentas e oitenta e oito mil, oitocentas e oitenta e oito unidades para cada moeda.

*ARTIGO 2.º*

(CARACTERÍSTICAS)

1. As moedas de dez avos, vinte avos, cinquenta avos, uma pataca e cinco patacas têm características e especificações técnicas idênticas às previstas no Decreto-Lei n.º 34/91/M, de 6 de Maio, com excepção da liga e do peso que passam a ser, respectivamente, de latão-2,50 gramas, latão-3,26 gramas, latão-4,60 gramas, níquel-6,05 gramas, níquel-6,68 gramas.

2. A moeda de dez patacas tem características e especificações técnicas idênticas às previstas no Decreto-Lei n.º 49/96/M, de 9 de Setembro, com excepção do peso que passa a ser de 7,20 gramas, e da liga que passa a ser de alumínio-bronze na coroa circular externa e níquel para o núcleo interior da moeda.

3. A moeda de duas patacas tem características e especificações técnicas idênticas às previstas no Decreto-Lei n.º 34/98/M, de 10 de Agosto, com excepção da liga e do peso passam a ser de níquel-5,58 gramas.

ARTIGO 3.º

(DESENHO)

1. A gravura do anverso da moeda de dez avos apresenta o parque memorial do doutor Sun Yat Sen, a representação de um aperto de mão simbolizador da amizade entre Portugal e a China e o ano da cunhagem.

2. A gravura do anverso da moeda de vinte avos apresenta o edifício do Convento do Precioso Sangue, actual sede da Autoridade Monetária e Cambial de Macau, sobrepondo-se um conjunto de moedas e barras de ouro empilhadas e o ano da cunhagem.

3. A gravura do anverso da moeda de cinquenta avos apresenta um jacto-planador, um avião, a ponte da Amizade e o ano da cunhagem.

4. A gravura do anverso da moeda de uma pataca apresenta o Centro Cultural de Macau e o ano da cunhagem.

5. A gravura do anverso da moeda de duas patacas apresenta as Ruínas de São Paulo, um carro de fórmula três alusivo ao Grande Prémio de Macau e o ano da cunhagem.

6. A gravura do anverso da moeda de cinco patacas apresenta o Hotel Lisboa com dois cães sobrepostos alusivos às Corridas de Galgos e o ano da cunhagem.

7. A gravura do anverso da moeda de dez patacas apresenta o Palácio do Governo, um motivo floreado e o ano da cunhagem.

8. A gravura do reverso de todas as moedas representa as insígnias da cidade de Macau, a legenda «MACAU», em português e chinês, e o valor facial em português e em caracteres chineses.

Aprovado em 30 de Setembro de 1999.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

**DECRETO-LEI N.º 75/99/M**

*DE 8 DE NOVEMBRO*

Dando seguimento ao programa monetário de emissões comemorativas aprovado pelos Decreto-Leis n.ºs 16/99/M, de 12 de Abril, e 54/99/M, de 4 de Outubro, importa agora aprovar



a emissão da terceira e última moeda comemorativa da transferência de poderes da República Portuguesa para a República Popular da China sobre o território de Macau.

Nestes termos;

Tendo em atenção o proposto pela Autoridade Monetária e Cambial de Macau;

Ouvido o Conselho Consultivo;

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/95/M, de 30 de Janeiro, e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º do estatuto anexo ao Decreto-Lei n.º 14/96/M, de 11 de Março, e do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, o Encarregado do Governo decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

*ARTIGO 1.º*

*(AUTORIZAÇÃO)*

É autorizada a cunhagem e a emissão de uma moeda metálica comemorativa da transferência de poderes da República Portuguesa para a República Popular da China sobre o território de Macau, em espécime «prova numismática» (proof), com o valor facial de mil patacas, até à quantidade máxima de mil novecentas e noventa e nove unidades.

*ARTIGO 2.º*

*(CARACTERÍSTICAS)*

A moeda referida no artigo anterior é cunhada em liga de ouro de toque .99999, com o diâmetro de 34,0 milímetros, peso de 34,254 gramas, e tem formato circular com numeração inserida no bordo liso.

*ARTIGO 3.º*

*(DESENHO)*

1. A gravura do anverso da moeda apresenta, na orla superior, a legenda «Território de Macau», em português e chinês, na parte central, uma vista geral da cidade de Macau, a ponte Nobre de Carvalho e as bandeiras sobrepostas de Portugal e do Leal Senado e, na orla inferior, o valor facial em português e em caracteres chineses.

2. A gravura do reverso da moeda apresenta, na orla superior, a legenda «Região Administrativa Especial de Macau», em português e chinês, na parte central, o Farol da Guia, o ano da cunhagem, uma figura da Deusa Kun lam, o Centro Cultural de Macau e as bandeiras sobrepostas da China e da Região Administrativa Especial de Macau e, na orla inferior, o valor facial em português e em caracteres chineses.

Aprovado em 3 de Novembro de 1999.

Publique-se.

O Encarregado do Governo, *Vítor Rodrigues Pessoa*.

## MOÇAMBIQUE

**MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS**  
**Direcção Geral das Colónias do Oriente**  
**Decreto n.º 24:368**

Reconhecendo-se a necessidade de providenciar para obviar aos inconvenientes resultantes da falta de moeda na colónia de Moçambique e tendo em vista o disposto no artigo 1.º do decreto n.º 21:154, de 22 de Abril de 1932;

Atendendo ao que propôs o govêrno geral da colónia de Moçambique;

Ouvido o Conselho Superior das Colónias;

Tendo em vista o disposto no artigo 28.º do Acto Colonial;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas do valor facial de \$10, \$20, \$50, 1\$, 2\$50, 5\$ e 10\$ destinadas à colónia de Moçambique.

§ 1.º O montante da emissão é fixado em 16:850.000\$, sendo 2.000:000 de moedas de \$10, no valor de 200.000\$, 2.000:000 de moedas de \$20, no valor de 400.000\$, 2.500:000 de moedas de \$50, no valor de 1:250.000\$, 2.000:000 de moedas de 1\$, no valor de 2:000.000\$, 1.200:000 de moedas de 2\$50, no valor de 3:000.000\$, 1.000:000 de moedas de 5\$, no valor de 5:000.000\$, 500:000 de moedas de 10\$, no valor de 5:000.000\$.

§ 2.º As moedas de \$10 e \$20 serão cunhadas em cobre; as de \$50 e 1\$ serão de cupro-níquel, e as de 2\$50, 5\$ e 10\$ serão de prata.

Art. 2.º As moedas a cunhar em prata serão serrilhadas e terão de um lado os distintivos que foram aprovados para a Ordem do Império Colonial, com a legenda “República Portuguesa” e a era, e do outro as armas da colónia de Moçambique e a legenda “Colónia de Moçambique” e a designação do valor.

Art. 3.º As moedas de cupro-níquel terão o anverso igual ao reverso das de prata, substituindo-se a designação do valor pela era; o seu reverso terá a legenda “República Portuguesa” e a designação do valor.

Art. 4.º A moeda de cobre será do mesmo modelo da de cupro-níquel.

Art. 5.º As moedas de prata de 10\$, 5\$ e 2\$50 terão de diâmetro 30, 25 e 20 milímetros e o pêso legal de 12<sup>g</sup>,5, 7 gramas e 3<sup>g</sup>,5 respectivamente, com uma tolerância de 5 milésimos para mais ou para menos relativamente às primeiras e de 7 milésimos para mais ou para menos nas de 5\$ e 2\$50. O toque legal destas últimas será de 650 e, com relação às restantes, de 835, com uma tolerância, respectivamente, de 5 e 3 milésimos para mais ou para menos.

Art. 6.º As moedas de \$50 e 1\$ de cupro-níquel terão os diâmetros de 22<sup>mm</sup>,8 e 26<sup>mm</sup>,8 e o pêso legal de 4<sup>g</sup>,5 e 8 gramas, respectivamente, com uma tolerância de 1,5 centésimos para

mais ou para menos. A sua liga será comporta de 80 partes de cobre e 20 de níquel, com uma tolerância de 1 centésimo para mais ou para menos.

Art. 7.º As moedas de \$10 e \$20 terão os diâmetros de 22<sup>mm</sup>,5 e 25 milímetros e o pêso legal de 4 e 5 gramas respectivamente, com uma tolerância de 3 centésimos para mais ou para menos. A sua liga será composta de 96 partes de cobre e 4 de zinco, com uma tolerância de 1 centésimo para mais ou para menos.

Art. 8.º Após a chegada à colónia das moedas de que trata o artigo 1.º, o governador de Moçambique marcará o prazo que entender necessário para serem trocadas por elaz todas as cédulas que sejam retiradas da circulação e fornecerá ao Banco Nacional Ultramarino, contra notas equivalentes ao mesmo valor nominal, as moedas de que o mesmo Banco carecer para troca das cédulas que lhe forem apresentadas.

§ único. O governador de Moçambique tornará pública, por portaria, a data a partir da qual as cédulas e o papel fiduciário de 1\$ e de 2\$50 deixam de ter curso legal.

Art. 9.º Na Direcção dos Serviços de Fazenda da Colónia será aberta uma conta de operações de tesouraria sob a epígrafe “Cunhagem de moeda metálica”, na qual se debitará a colónia pelas quantias recebidas do Banco Nacional Ultramarino em troca das moedas fornecidas e se creditará pelo custo, fretes, seguro e despesas de amoedação.

§ único. No *Boletim Oficial* da colónia de Moçambique será oportunamente publicada uma conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere êste artigo.

Art. 10.º Terminado o prazo a que se refere o artigo 8.º deste diploma, o Banco Nacional Ultramarino restituirá ao governo de Moçambique todas as cédulas em seu poder para, perante uma comissão para esse fim nomeada pelo mesmo governo, serem verificadas e inutilizadas, e entregará a este último, em notas, uma importância igual ao valor das cédulas emitidas que não tiverem sido apresentadas para troca por moeda divisionária. A importância assim recebida pelo Banco Nacional Ultramarino deverá entrar como receita de operações de tesouraria sob a epígrafe “Fundo de conversão de cédulas”.

Art. 11.º Fica o governo de Moçambique autorizado a utilizar, para o fim indicado no presente diploma, a prata que existir em cofre na colónia e a adquirir a prata fina que ainda fôr necessária para o mesmo fim.

Art. 12.º As desepsas provenientes da aquisição de prata e do pagamento à Casa da Moeda e Valores Selados de um têrço do custo da cunhagem da moeda metálica emitida nos termos do artigo 1.º sairão da verba de 950.000\$ inscrita para o mesmo fim no orçamento da colónia de Moçambique em vigor no ano económico corrente.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

*Para ser publicado no “Boletim Oficial” da colónia de Moçambique.*

Paços do Governo da República, 16 de Agosto de 1934. – ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *António de Oliveira Salazar* – *Armindo Rodrigues Monteiro*.

**MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS**  
**Direcção Geral de Fomento Colonial**  
**Decreto n.º 28:640**

Tendo-se reconhecido insuficiência de moeda na colónia de Moçambique, da qual resultam graves inconvenientes para o seu comércio, toma o Governo as necessárias providências, tendo em vista o disposto no artigo 1.º do decreto n.º 21:154, de 22 de Abril de 1932.

Atendendo ao que propôs o governo geral da colónia de Moçambique;

Ouvido o Conselho do Império Colonial;

Tendo em vista o disposto no artigo 28.º do Acto Colonial;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas do valor facial de 2\$50, 5\$ e 10\$ destinadas à colónia de Moçambique.

§ 1.º O montante da emissão é fixado em 7:500 contos sendo:

1.000:000 de moedas de 2\$50, no valor de 2:500 contos.

500:000 moedas de 5\$, no valor de 2:500 contos.

250:000 moedas de 10\$, no valor de 2:500 contos.

Q § 2.º As moedas serão serrilhadas e terão de um lado os distintivos que foram aprovados para a Ordem do Império Colonial, com a legenda “República Portuguesa” e a era, e do outro as armas da colónia de Moçambique e a legenda “Colónia de Moçambique” e a designação do valor.

Art. 3.º As moedas terão as seguintes características:

Valor facial	Diâmetro/ diagramas	Peso legal/ Gramas	Tolerância/ milésimas	Toque Legal/ milésimas	Tolerância/ milésimas
2\$50	20	3,5	7	650	-
5\$00	25	7	7	650	5
10\$00	30	12,5	5	835	3

Art. 4.º Após a chegada à colónia das moedas de que trata o artigo 1.º o governador geral de Moçambique marcará o prazo que entender necessário para serem trocadas por elas todas as cédulas e notas retiradas da circulação e fornecerá ao Banco Nacional Ultramarino, contra notas equivalentes ao mesmo valor nominal, as moedas de que o mesmo Banco carecer para troca das cédulas e notas que lhe forem apresentadas.

§ único. O governador geral de Moçambique tornará pública, por portaria, a data a partir da qual as cédulas de 1\$ e de 2\$50 deixam de ter curso legal.

Art. 5.º Ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 200\$ em moedas de prata, devendo observar-se para as moedas de cupro-níquel e de cobre já postas em circulação na colónia os limites respectivamente de 20\$ e de 5\$.

Art. 6.º Na Direcção dos Serviços de Fazenda da colónia será aberta uma conta de operações de tesouraria sob a epígrafe “Cunhagem de moeda de prata”, na qual se debitará a colónia pelas quantias recebidas pelo Banco Nacional Ultramarino em troca das moedas fornecidas e se creditará pelo custo, fretes, seguro e despesas de amoedação.

§ único. No *Boletim Oficial* da colónia de Moçambique será oportunamente publicada uma conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere este artigo.

Art. 7.º À Direcção dos Serviços de Fazenda da colónia competirá a inspecção da circulação metálica, devendo informar o governo geral e propor oportunamente as providências necessárias para que na referida circulação existam as proporções mais convenientes das diferentes espécies.

Art. 8.º Terminando o prazo a que se refere o artigo 4.º deste diploma, o Banco Nacional Ultramarino restituirá ao governo geral de Moçambique todas as cédulas em seu poder para, perante uma comissão para esse fim nomeada pelo mesmo governo, serem verificadas e inutilizadas, e entregará a este último, em notas, uma importância igual ao valor das cédulas emitidas que não tiverem sido apresentadas para troca por moeda divisionária. A importância assim recebida pelo Banco Nacional Ultramarino deverá entrar como receita de operações de tesouraria, sob a epígrafe de “Fundo de conversão de cédulas e papel fiduciário”.

Art 9.º Na cunhagem da moeda a que este decreto se refere pode ser utilizada a moeda de prata retirada da circulação que nos cofres da colónia existe.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

*Para ser publicado no “Boletim Oficial” da colónia de Moçambique.*

Paços do Governo da República, 7 de Maio de 1938. – ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *António de Oliveira Salazar – Francisco José Vieira Machado.*

### **Direcção Geral de Fomento Colonial Decreto n.º 30:701**

Atendendop à verificada falta de moeda na colónia de Moçambique, aos inconvenientes que dêsse facto resultam e ao que propôs o governo geral da mesma colónia;

Tendo em vista o disposto nos artigos 11.º da Carta Orgânica do Império e 1.º do decreto n.º 21:154, de 23 de Abril de 1932, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas do valor facial de 10\$, 5\$, 2\$50, 1\$, \$50, \$20 e \$10 destinadas à colónia de Moçambique.

§ 1.º O montante da emissão é de 13:850 contos: 2.000:000 de moedas de \$10, no valor de 200 contos; 2.000:000 de \$20, no valor de 400 contos; 2.500:000 de \$50, no valor de 1:250 contos; 2.000:000 de 1\$, no valor de 2:000 contos; 1.200:000 de 2\$50; no valor de 3:000 contos; 700:000 de 5\$, no valor de 3:500 contos; e 350:000 de 10\$, no valor de 3:500 contos.

§ 2.º As moedas de 10\$, 5\$ e 2\$50 serão de prata, as de 1\$ e \$50 de cupro-níquel e as de \$20 e \$10 de bronze.

Art. 2.º As moedas de prata serão serrilhadas e terão de um lado, os distintivos aprovados para a Ordem do Império Colonial, com a legenda “República Portuguesa” e a era; do outro, as armas da colónia de Moçambique, com a legenda “Colónia de Moçambique” e a designação do valor.

Art. 3.º As moedas de cupro-níquel e bronze terão o anverso, igual ao reverso das de prata, substituindo-se a designação do valor pela era; no reverso, a legenda “República Portuguesa”, com a designação do valor.

Art. 4.º As moedas terão as seguintes características:

Valor legal	Diâmetro em milímetros	Título		Peso	
		Legal	Tolerância	Legal — Gramas	Tolerância
10 escudos	30	835 ‰	± 3 ‰	12,5	± 5 ‰
5 escudos	25	650 ‰	± 5 ‰	7	± 7 ‰
2,5 escudos	20	650 ‰	± 5 ‰	3,5	± 7 ‰
1 escudo	26,8	20 Ni-80 Cu	± 1 ‰	8	± 1,5 ‰
50 centavos	22,8	20 Ni-80 Cu	± 1 ‰	4,5	± 1,5 ‰
20 centavos	25	96 Cu-4 Zn	± 1 ‰	5	± 3 ‰
10 centavos	22,5	96 Cu-4 Zn	± 1 ‰	4	± 3 ‰

Art 5.º Após a chegada à colónia das moedas indicadas no artigo 1.º o governador geral de Moçambique marcará o prazo que entender necessário para serem trocadas por elas todas as cédulas e notas retiradas da circulação e fornecerá ao Banco Nacional Ultramarino, contra notas equivalentes ao mesmo valor nominal, as moedas de que o mesmo Banco carecer para troca das cédulas e notas que lhe forem apresentadas.

§ único. O governador geral de Moçambique tornará pública, por portaria, a data a partir da qual as cédulas de 1\$ e 2\$50 deixam de ter curso legal.

Art 6.º Ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 200\$ em moedas de prata, devendo observar-se para as moedas de cupro-níquel e bronze já postas em circulação na colónia os limites respectivamente de 20\$ e 5\$.

Art. 7.º Na Direcção dos Serviços de Fazenda da colónia será aberta uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Cumnhagem de moeda de prata”, na qual se debitará a colónia pelas quantias recebidas pelo Banco Nacional Ultramarino em troca das moedas fornecidas e se creditará pelo custo, fretes, seguro e despesas de amodação.

§ único. No *Boletim Oficial* da colónia de Moçambique será oportunamente publicada uma conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere este artigo.

Art. 8.º À Direcção dos Serviços de Fazenda da colónia competirá a inspecção da circulação metálica, devendo informar o governo geral e propor oportunamente as providências

necessárias para que na referida circulação existam as proporções mais convenientes das diferentes espécies.

Art. 9.º Terminado o prazo a que se refere o artigo 3.º deste diploma, o Banco Nacional Ultramarino restituirá ao governo geral de Moçambique todas as cédulas em seu poder, para, perante uma comissão para esse fim nomeada pelo mesmo governo, serem verificadas e inutilizadas, e entregará a este último, em notas, uma importância igual ao valor das cédulas emitidas que não tiverem sido apresentadas para troca por moeda divisionária. A importância assim recebida pelo Banco Nacional Ultramarino deverá entrar como receita de operações de tesouraria, sob a epígrafe de “Fundo de conversão de cédulas e papel fiduciário”.

Art. 10.º Este decreto entra imediatamente em vigor e substitue o decreto n.º 30:578, de 10 de Julho de 1940, rectificado em 24 do mesmo mês e ano.

Publique-se e cupra-se como nele se contém.

*Para ser publicado no “Boletim Oficial” da colónia de Moçambique.*

Paços do Governo da República, 28 de Agosto de 1940. -ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – António de Oliveria Salazar – Francisco José Vieira Machado.

**MISTÉRIO DAS COLÓNIAS**  
**Direcção Geral de Fomento Colonial**  
**Decreto n.º 34:291**

Atendendo à falta de metais próprios para a cunhagem de moeda de \$50 e 1\$ destinadas à colónia de Moçambique dentro das características fixadas pelo decreto n.º 30:701, de 28 de Agosto de 1940, e considerando o que propôs o governo geral da mesma colónia;

Tendo em vista o disposto nos artigos 11.º da Carta Orgânica do Império e 1.º do decreto n.º 21:154, de 23 de Abril de 1932, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. As moedas do valor facial de \$50 e 1\$ mandadas cunhar pelo decreto n.º 30:701, de 28 de Agosto de 1940, para a colónia de Moçambique, num total, respectivamente, de 2.500:000 e 2.000:000, serão serrilhadas e as suas características são alteradas pela forma seguinte:

Valor legal	Diâmetros em milímetros	Título		Peso	
		Legal	Tolerância	Legal Gramas	Tolerância
1\$00	26,8	95 Cu-3 Zn-2 Sn	$\pm 1 \text{ ‰}$	7,5	$\pm 1,5 \text{ ‰}$
\$50	22,8	95 Cu-3 Zn-2 Sn	$\pm 1 \text{ ‰}$	4	$\pm 1,5 \text{ ‰}$

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

*Para ser publicado no “Boletim Oficial” da colónia de Moçambique.*

Paços do Governo da República, 21 de Dezembro de 1944. – ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *António de Oliveira Salazar* – *Marcelo José das Neves Alves Caetano*.

**MISTÉRIO DAS COLÓNIAS**  
**Direcção Geral de Fomento Colonial**  
**Decreto n.º 37:619**

Tornando-se necessário ocorrer à falta de moeda na colónia de Moçambique;

Atendendo ao que propôs o Governo-Geral da mesma colónia;

Tendo em vista o disposto no artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português e nos termos do seu § 2.º, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 28.º do Acto Colonial, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas do valor facial de 5\$, 1\$, \$50, \$20 e \$10 destinadas à colónia de Moçambique.

§ 1.º O montante da emissão é de 93:500.000\$:

8.000:000 de moedas de 5\$, no valor de 40:000.000\$;

8.000:000 de 2\$50, no valor de 20:000.000\$;

20.000:000 de 1\$, no valor de 20:000.000\$;

20.000:000 de \$50, no valor de 10:000.000\$;

12.500:000 de \$20, no valor de 2:500.000\$;

10.000:000 de \$10, no valor de 1:000.000\$;

§ 2.º As moedas de 5\$ e 2\$50 serão de prata, as de 1\$ e \$50 de alpaca e as de \$20 e \$10 de bronze.

Art. 2.º As características das moedas de prata serão as fixadas no artigo 4.º do Decreto n.º 30:701, de 28 de Agosto de 1940.

Art. 3.º As moedas de alpaca e bronze obedecerão às seguintes características:

Valor legal	Diâmetro em milímetros	Título		Peso	
		Legal	Tolerância — Por cento	Legal — Gramas	Tolerância — Por cento
1\$00	26,8	61 % Cu-19 % Ni-20 % Zn	± 1,5	8	± 1,5
\$50	22,8	61 % Cu-19 % Ni-20 % Zn	± 1,5	4,5	± 1,5
\$20	20,5	95 % Cu- 3 % Zn- 2 % Sn	± 2	3	± 2
\$10	17,5	95 % Cu- 3 % Zn- 2 % Sn	± 2	2	± 2

§ 1.º As moedas de prata serão serrilhadas e terão: de um lado, os distintivos aprovados para a Ordem do Império Colonial, com a legenda “República Portuguesa” e a era; do outro, as



armas da colónia de Moçambique, com a legenda “Colónia de Moçambique” e a designação do valor.

§ 2.º As moedas de alpaca e bronze terão: o anverso igual ao reverso das de prata, substituindo-se a designação do valor pela era; no reverso, a legenda “República Portuguesa”, com a designação do valor.

Art. 4.º Após a chegada à colónia das moedas indicadas no artigo 1.º, o governador-geral de Moçambique marcará o prazo que entender necessário para serem trocadas por elas todas as cédulas e notas retiradas da circulação e fornecerá ao Banco Nacional Ultramarino, contra a entrega de notas do correspondente valor nominal, as moedas de que o mesmo Banco carecer para troca das cédulas e notas que lhe forem apresentadas.

§ único. O governador-geral de Moçambique tornará pública, por portaria, a data a partir da qual as cédulas de \$50, 1\$ e 2\$50 deixam de ter curso legal.

Art. 5.º Na Direcção dos Serviços de Fazenda da colónia será aberta uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, frete, despachos, seguro e despesas de amoedação, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco Nacional Ultramarino nos termos do artigo antecedente.

§ 1.º Será oportunamente publicada no *Boletim Oficial* da colónia de Moçambique uma conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere este artigo.

§ 2.º O Ministério das Colónias deverá ser informado, com a necessária pormenorização e dentro de sessenta dias, do encerramento dessa conta e seus resultados.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

*Para ser publicado no “Boletim Oficial” da colónia de Moçambique.*

Paços do Governo da República, 17 de Novembro de 1949. -ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *António de Oliveira Salazar – Teófilo Duarte.*

**MISTÉRIO DO ULTRAMAR**  
**Direcção Geral de Fomento**  
**Decreto n.º 38:609**

Convindo dotar a província de Moçambique com moeda metálica divisionária;

Atendendo a que o custo dos metais destinados a amoedação obriga a rever as características das moedas;

Considerando a vantagem que existem em se emitirem espécies monetárias de maior valor facial;

Tomando-se em atenção a opinião manifestada pelo Governo-Gerla da província;

Tendo em vista o § 1.º do artigo 150.º da Constituição, por motivos de urgência;

## Apontamentos: Legislação

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º do mesmo diploma, o Ministro do Ultramar decreto e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas do valor facial de \$50, 1\$, 2\$50, 10\$ e 20\$ destinadas à província de Moçambique.

§ 1.º O montante da emissão é de 150:000 contos:

50.000:000 de moedas de \$50, no valor de 25:000 contos;

5.000:000 de moedas de 1\$, no valor de 5:000 contos;

16.000:000 de moedas de 2\$50, no valor de 40:000 contos;

4.000:000 de moedas de 10\$, no valor de 40:000 contos;

2.000:000 de moedas de 20\$, no valor de 40:000 contos

§ 2.º As moedas de 20\$ e 10\$ serão de prata, as de 2\$50 de cuproníquel e as de 1\$ e de \$50 de bronze.

Art 2.º As moedas terão as seguintes características:

Valor legal — Escudos	Diâ- metro em mili- metros	Título		Peso	
		Legal	Tolerância	Legal — Gra- mas	Tolerância
\$50	20	95 0/0 Cu, 3 0/0 Zn, 2 0/0 Sn	± 1 0/0	4	± 1,5 0/0
1\$00	26	95 0/0 Cu, 3 0/0 Zn, 2 0/0 Sn	± 1 0/0	8	± 1,5 0/0
2\$50	20	75 0/0 Cu, 25 0/0 Ni	± 1,5 0/0	3,5	± 1,5 0/0
10\$00	24	720 0/00	± 3 0/00	5	± 5 0/00
20\$00	30	720 0/00	± 3 0/00	10	± 5 0/00

Art. 3.º Fica limitado a 34:500 contos o montante da emissão autorizada pelo Decreto n.º 37:619, de 17 de Novembro de 1949.

Art. 4.º As moedas de prata e de cuproníquel serão serrilhadas e terão: de um lado, os distintivos aprovados para a Ordem do Império Colonial, com a legenda “República Portuguesa” e a era; do outro, as armas da província de Moçambique, com a legenda “Moçambique” e a designação do valor.

Art. 5.º As moedas de bronze terão no anverso as armas da província de Moçambique, com a legenda “Moçambique” e a designação da era, e no reverso a legenda “República Portuguesa”, com a designação do valor.

Art. 6.º À medida que as moedas forem sendo recebidas, o Governo-Geral de Moçambique coloca-las-á à disposição do Banco Nacional Ultramarino contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou a comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo governo.

Art. 7.º Na Direcção dos Serviços de Fazenda da província será aberta uma conta de operações de tesouraria sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária” pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, fretes, despachos, seguro e despesas de amoedação, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco Nacional Ultramarino nos termos do artigo antecedente.

§ 1.º Será oportunamente publicada no *Boletim Oficial* da província de Moçambique uma conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere este artigo.

§ 2.º O Ministério do Ultramar deverá ser informado com a necessária pormenorização e dentro de sessenta dias, do encerramento dessa conta e seus resultados.

Art. 8.º É revogado o Decreto n.º 38:151, de 12 de Janeiro de 1951.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 21 de Janeiro de 1952. – FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES – *António de Oliveira Salazar* – *Manuel Maria Sarmento Rodrigues*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Moçambique – *M. M. Sarmento Rodrigues*

**Direcção-Geral de Economia**  
**Decreto n.º 41:682**

Tornando-se necessário ocorrer à falta sensível de moeda divisionária na província de Moçambique;

Atendendo ao que em tal sentido manifestaram o Governo-Geral da província e o Banco Nacional Ultramarino;

Considerando que a acentuada escassez de trocos imprime urgência à publicação deste diploma;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas do valor facial de 20\$, 10\$, 5\$, \$20 e \$10 destinadas à província de Moçambique.

§ 1.º O montante da emissão é de 103 900 contos:

2 000 000 de moedas de 20\$, no valor de 40 000 contos;

2 000 000 de moedas de 10\$, no valor de 20 000 contos;

8 000 000 de moedas de 5\$, no valor de 40 000 contos;

12 500 000 moedas de \$20, no valor de 2500 contos;

14 000 000 de moedas de \$10, no valor de 1400 contos;

§ 2.º As moedas de 20\$, 10\$ e 5\$ serão de prata e as de \$20 e \$10 de bronze.

Art. 2.º As moedas obedecerão às seguintes características:

Valor legal	Diâmetro em milímetros	Título		Peso	
		Legal	Tolerância	Legal — Gramas	Tolerância
20\$00	30	720 ‰	± 3 ‰	10	± 5 ‰
10\$00	24	720 ‰	± 3 ‰	5	± 5 ‰
5\$00	22	600 ‰	± 6 ‰	4	± 7 ‰
\$20	20,5	95 ‰ Cu, 3 ‰ Zn, 2 ‰ Sn	± 2 ‰	3	± 2 ‰
\$10	17,5	95 ‰ Cu, 3 ‰ Zn, 3 ‰ Sn	± 2 ‰	2	± 2 ‰

Art. 3.º Fica limitado a 15 000 contos o montante da emissão de moedas de bronze de \$50 aprovada pelo Decreto n.º 38 609, de 21 de Janeiro de 1952.

Art. 4.º As moedas de prata serão serrilhadas e terão: de um lado, os distintivos aprovados para a Ordem do Império, com a legenda “República Portuguesa” e a era; do outro, as armas da província de Moçambique, com a legenda “Moçambique” e a designação do valor.

Art. 5.º As moedas de bronze terão no anverso as armas da província de Moçambique, com a legenda “Moçambique” e a designação da era, e no reverso a legenda “República Portuguesa”, com a designação do valor.

Art. 6.º À medida que as moedas forem sendo recebidas, o Governo-Geral de Moçambique colocá-las-á à disposição do Banco Nacional Ultramarino contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo Governo.

Art. 7.º Na Direcção dos Serviços de Fazenda da província será aberta uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, fretes, despachos, seguro e despesas de amoedação. Tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco Nacional Ultramarino nos termos do artigo antecedente.

§ 1. Será oportunamente publicada no *Boletim Oficial* da província de Moçambique uma conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere este artigo.

§ 2.º O Ministério do Ultramar deverá ser informado, com a pormenorização necessária e dentro de sessenta dias, do encerramento dessa conta e seus resultados.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços dos Governo da República, 16 de Junho de 1958. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Raul Jorge Rodrigues Ventura*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Moçambique. — *R. Ventura*.

**Direcção-Geral de Economia**

**Decreto n.º 459/73**

De 13 de Setembro

Tornando-se necessário ocorrer à falta de moeda divisionária no Estado Português de Moçambique;

Atendendo ao que nesse sentido foi solicitado pelo Governo-Geral do mesmo Estado;

Ouvido o Banco Nacional Ultramarino;

Por motivo de urgência, nos termos do disposto no § 3.º do artigo 136.º da Constituição;

Usando da faculdade conferida pelo § 1.º do artigo 136.º da Constituição e de acordo com o § 2.º do mesmo artigo, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei no ultramar, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas destinadas ao Estado Português de Moçambique, no montante de 308000 contos, sendo:

3000000 de moedas de 20\$00, no valor de 60000 contos;  
6000000 de moedas de 10\$00, no valor de 60000 contos;  
120000000 de moedas de 5\$00, no valor de 60000 contos;  
240000000 de moedas de 2\$50, no valor de 60000 contos;  
300000000 de moedas de 1\$00, no valor de 30000 contos;  
600000000 de moedas de \$50, no valor de 30000 contos;  
250000000 de moedas de \$20, no valor de 5000 contos;  
300000000 de moedas de \$10, no valor de 3000 contos.

Art. 2.º As moedas obedecerão às seguintes características:

Valor legal — Escudos	Diâmetros — Milímetros	Título		Peso	
		Legal — Percentagens	Tolerância — Percentagens	Legal — Gramas	Tolerância — Percentagens
20\$00	30	Ni .....	—	12	± 1,5
10\$00	28	75 Cu, 25 Ni .....	± 1,5	9	± 1,5
5\$00	24,5	75 Cu, 25 Ni .....	± 1,5	7	± 1,5
2\$50	20	75 Cu, 25 Ni .....	± 1,5	3,5	± 1,5
1\$00	26	95 Cu, 3 Zn, 2 Sn .....	± 2	8	± 2
\$50	22,5	95 Cu, 3 Zn, 2 Sn .....	± 2	4,5	± 2
\$20	16	95 Cu, 3 Zn, 2 Sn .....	± 2	1,8	± 2
\$10	15	97,5 Al, 2,5 Mg e matérias estranhas .....	± 2	0,5	± 2

Art. 3.º As moedas de \$10, \$20, \$50 e 1\$00 não serão serrilhadas e terão numa das faces as armas da província com a legenda «Moçambique» e a designação da era e na outra face a legenda «República Portuguesa» e a indicação do valor.

Art. 4.º As moedas de 2\$50, 5\$00 e 10\$00 serão serrilhadas e terão numa das faces os distintivos aprovados para a Ordem do Império com a legenda «República Portuguesa» e a era e na outra face as armas da província com a legenda «Moçambique» e a designação do valor.

Art. 5.º As moedas de 20\$00 serão serrilhadas e terão numa das faces o escudo nacional sobreposto à esfera armilar com a legenda «República Portuguesa» e a designação da era e na outra face as armas da província com a legenda «Moçambique» e a indicação do valor.

Art. 6.º À medida que as moedas forem recebidas, o Governo-Geral da província colocá-las-á à disposição do Banco Nacional Ultramarino, contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo Governo-Geral.

Art. 7.º - 1. Na Direcção Provincial dos Serviços de Finanças de Moçambique será aberta uma conta de operações de tesouraria sob a epígrafe «Cunhagem de moeda divisionária», pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, frete, despacho, seguro e despesas de amoedação, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco Nacional Ultramarino, nos termos do artigo anterior.

2. Será oportunamente publicada no Boletim Oficial de Moçambique a conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere este artigo.

*Marcello Caetano - Joaquim Moreira da Silva Cunha.*

Promulgado em 29 de Agosto de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* do Estado de Moçambique. - *J. da Silva Cunha.*

## *SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE*

**Direcção Geral das Colónias do Ocidente**  
**Repartição de Angola e São Tomé**  
**2.ª Secção**  
**Decreto n.º 16:777**

Atendendo ao que propôs o governo de S. Tomé e Príncipe;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro das Colónias e nos termos do disposto na base VIII alínea b), n.º 10.º das bases orgânicas da administração colónial, aprovadas por decreto com força de lei n.º 15:241 de 24 de Março de 1928;

Hei por bem decretar:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moeda metálica divisionária, do valor facial de \$10, \$20 e \$50, para circular na colónia de S. Tomé e Príncipe, em substituição das cédulas de \$05, \$10, \$20 e \$50, emitidas pelo Banco Nacional Ultramarino, que presentemente ali circulam.

§ 1.º O montante da emissão é fixado em 300.000\$, assim divididos: 500:000 moedas de \$10, no valor de 50.000\$; 250:000 de \$20, no valor de 50.000\$; e 400:000 de \$50, no valor de 200.000\$.

§ 2.º As moedas serão cunhadas em liga de alpaca contendo 61 por cento de cobre, 19 por cento de níquel e 20 por cento de zinco, e terão o peso, respectivamente de 2,5, 4,5 e 10,5 gramas.

Art. 2.º É extinta na colónia a moeda representativa de \$05, devendo ser desprezadas nos pagamentos e recebimentos as fracções dessa importância ou inferiores e ser pagas e recebidas sempre por \$10 as fracções entre \$05 e \$10.

Artigo 3.º Após a chegada à colónia da moeda de que trata o artigo anterior, o respectivo governo marcará o prazo de seis meses para serem trocadas por elas as cédulas de \$05, \$10, \$20 e \$50, ali em circulação, e fornecerá ao Banco Nacional Ultramarino, contra notas representativas do mesmo valor nominal, as moedas de que ele carecer para trocar as cédulas que lhe forem apresentadas.

Art. 4.º Na Direcção dos Serviços de Contabilidade da Colónia será aberta uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Cunhagem de moeda subsidiária”, na qual se debitará a colónia pelas quantias recebidas do Banco Nacional Ultramarino em troca das moedas fornecidas e se creditará pelo custo, fretes, seguro e despesas de amoedação.

Art. 5.º Terminado o prazo de que trata o artigo 3.º, o Banco Nacional Ultramarino restituirá ao governo de S. Tomé todas as cédulas em seu poder para serem verificadas e inutilizadas perante uma comissão para esse fim especialmente nomeada e entregará ao mesmo governo, em notas, uma importância igual ao valor das cédulas emitidas que não tiverem sido apresentadas para troca por moeda divisionária. A importância assim recebida pelo Banco

Nacional Ultramarino entrará como receita de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Fundo de conversão de cédulas”.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrário e especialmente o decreto n.º 8:384, de 25 de Setembro de 1922, em relação à colónia de S. Tomé e Príncipe.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar.

*Para ser publicado no “Boletim Oficial” da colónia de S. Tomé e Príncipe.*

Paços do Governo da República, 25 de Abril de 1929. – ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *José Bacelar Bebiano*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS  
DIRECÇÃO GERAL DO FOMENTO COLONIAL

**DECRETO N.º 28:893**

Atendendo à conveniência de criar para a colónia de S. Tomé e Príncipe as mesmas moedas metálicas que o decreto n.º 24:368 estabeleceu para Moçambique, de forma a progressivamente se adoptarem para as colónias que têm o regime de escudo os mesmos tipos de moeda;

Considerando que já existem em circulação moedas de \$10, \$20 e \$50 e que há, portanto, que providenciar relativamente à cunhagem das de 1\$, 2\$50, 5\$ e 10\$;

Ouvido o Conselho do Império Colonial;

Tendo em vista o disposto no artigo 28.º do Acto Colonial;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moeda metálica de valor facial de 1\$, 2\$50, 5\$ e 10\$, destinada à colónia de S. Tomé e Príncipe.

§ 1.º O montante da emissão é fixado em 1:000 contos.

100:000 moedas de 1\$, no valor de 100 contos;

80:000 moedas de 2\$50, no valor de 200 contos;

60:000 moedas de 5\$, no valor de 300 contos;

40:000 moedas de 10\$, no valor de 400 contos.

§ 2.º As moedas a cunhar de 1\$ serão de cuproníquel; as de 2\$50, de 5\$ e de 10\$ serão de prata.

Art. 2.º As moedas a cunhar de prata serão serrilhadas e terão de um lado os distintivos que foram aprovados para a Ordem do Império Colonial, com a legenda “República Portuguesa” e a era, e do outro as armas da colónia de S. Tomé e Príncipe e a legenda “Colónia de S. Tomé e Príncipe” e a designação do valor.



Art. 3.º As moedas de cuproníquel terão o anverso igual ao reverso das de prata, substituindo-se a designação do valor pela era; o seu reverso terá a legenda “República Portuguesa” e a designação do valor.

Art. 4.º As moedas de prata terão as seguintes características:

Valor facial	Diâmetro — Milímetros	Peso legal — Gramas	Tolerância — Milésimas	Toque legal	Tolerância — Milésimas
2\$50	20	3,5	7	650	—
5\$00	25	7	7	650	5
10\$00	30	12,5	5	835	3

Art. 5.º As moedas de cuproníquel terão as seguintes características:

Valor facial	Diâmetro — Milímetros	Peso legal — Gramas	Tolerância — Centésimos
1\$00	26,8	8	1,5 (+ ou —)

A liga destas moedas será composta de 80 partes de cobre e 20 de níquel, com uma tolerância de 1 centésimo para mais ou para menos.

Art. 6.º Após o recebimento das moedas de que trata o artigo 1.º o governador da colónia de S. Tomé e Príncipe marcará o prazo que entender necessário para serem trocadas por elas todas as notas de 2\$50, 5\$ e 10\$ em circulação e fornecerá ao Banco Nacional Ultramarino, contra notas equivalentes, ao mesmo valor nominal, as moedas de que o mesmo Banco carecer para troca das notas de 2\$50, 5\$ e 10\$ que lhe forem apresentadas.

§ único. O governador da colónia de S. Tomé e Príncipe publicará, por portaria, a data a partir da qual as notas mencionadas neste artigo deixam de ter curso legal.

Art. 7.º Ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 200\$ em moeda de prata e mais de 20\$ em moeda de cupro-níquel.

Art. 8.º Na Repartição Central dos Serviços de Fazenda será aberta uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Cunhagem de moeda de prata e cuproníquel”, na qual se debitará a colónia pelas quantias recebidas pelo Banco Nacional Ultramarino em troca das moedas fornecidas e se creditará pelo custo, fretes, seguro e despesas de amoedação.

§ único. No *Boletim Oficial* da colónia de S. Tomé e Príncipe será oportunamente publicada uma conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere este artigo.

Art. 9.º À Repartição Central dos Serviços de Fazenda da colónia competirá a inspecção da circulação metálica, devendo informar o governo da colónia e propor oportunamente as providências necessárias para que na referida circulação existam as proporções mais convenientes das diferentes espécies.

Art. 10.º Terminado o prazo a que se refere o artigo 6.º deste diploma, o Banco Nacional Ultramarino restituirá ao governo da colónia todas as notas de 2\$50, 5\$ e 10\$ em seu poder,

para, perante uma comissão para esse fim nomeada pelo mesmo governo, serem verificadas e inutilizadas, e entregará a este último, em notas, uma importância igual ao valor das notas emitidas que não tiverem sido apresentadas para troca por moeda divisionária. A importância assim recebida do Banco Nacional Ultramarino deverá entrar como receita de operações de tesouraria sob a epígrafe de “Fundo de conversão de notas”.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

*Para ser publicado no “Boletim Oficial” da colónia de S. Tomé e Príncipe.*

Paços do Governo da República, 30 de Julho de 1938. – ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR  
– *Manuel Rodrigues Júnior*

### **Direcção Geral do Fomento Colonial**

#### **Decreto 36:788**

Registando-se acentuada falta de moeda divisionária na colónia de S. Tomé e Príncipe;

Atendendo ao solicitado pelo governo da mesma colónia;

Tendo em vista o disposto no artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português e nos termos do seu § 2.º, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo9 artigo 28.º do Acto Colonial, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas do valor facial de 5\$, 2\$50, 1\$ e \$50, destinadas à colónia de S. Tomé e Príncipe.

§ 1.º O montante da emissão é de 900.000\$, cunhando-se 100:000 moedas de 5\$, 120:000 de 2\$50, 60:000 de 1\$ e 80:000 de \$50.

§ 2.º As moedas de 5\$ e 2\$50 serão de prata e as de 1\$ e \$50 de cupro-níquel.

Art. 2.º As moedas de prata serão serrilhadas e terão: de um lado, os distintivos aprovados para a Ordem do Império Colonial, com a legenda “República Portuguesa” e a era; do outro, as armas da colónia de S. Tomé e Príncipe, com a legenda “Colónia de S. Tomé e Príncipe” e a designação do valor.

Art. 3.º As moedas de cupro-níquel terão, no anverso, as armas da colónia de S. Tomé e Príncipe, com a legenda “Colónia de S. Tomé e Príncipe” e a designação da era, e, no reverso, a legenda “República Portuguesa”, com a designação do valor.

Art. 4.º As moedas terão as seguintes características:

Valor legal — Escudos	Diâ- metro em diagra- mas	Título		Peso	
		Legal	Tole- rância — Por cento	Legal — Gra- mas	Tole- rância — Por cento
5,000	25	650 ‰	± 5	7	± 7
2,500	20	650 ‰	± 5	3,5	± 7
1,000	26,8	61 ‰ Cu – 19 ‰ Ni – 20 ‰ Zn	± 1,5	8	± 1,5
500	22,8	61 ‰ Cu – 19 ‰ Ni – 20 ‰ Zn	± 1,5	4,5	± 1,5

Art. 5.º À medida que as moedas forem sendo recebidas, o governo da colónia de S. Tomé e Príncipe pô-las-á imediatamente à disposição do Banco Nacional Ultramarino, contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo governo.

§ único. A data em que as novas moedas deverão entrar em circulação será fixada por meio de portaria no *Boletim Oficial* da colónia.

Art. 6.º Na Repartição Central dos Serviços de Fazenda e Contabilidade da colónia de S. Tomé e Príncipe será aberta uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, fretes, despachos, seguro e despesas de amoedação, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco Nacional Ultramarino nos termos do artigo antecedente.

§ 1.º Esta conta será encerrada logo que todas as despesas tenham sido liquidadas e pagas e o saldo apurado entrará nos cofres da colónia, a título de receita eventual.

§ 2.º O Ministério das Colónias deverá ser informado, com a necessária pormenorização e dentro de sessenta dias, do encerramento dessa conta e seus resultados.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

*Para ser publicado no “Boletim Oficial” da Colónia de S. Tomé e Príncipe.*

Paços do Governo da República, 11 de Março de 1948 – ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – António de Oliveira Salazar – Teófilo Duarte.

**MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS**  
**Direcção-Geral do Fomento Colonial**  
**Decreto n.º 38:203**

Acentuando-se a falta de moeda subsidiária na colónia de S. Tomé e Príncipe;

Atendendo ao solicitado pelo Governo da mesma colónia;

Tendo em vista o disposto no artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português e nos termos do seu § 2.º, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 28.º do Acto Colonial, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas do valor facial de 10\$, 5\$, 2\$50, 1\$ e \$50, destinadas à colónia de S. Tomé e Príncipe.

§ 1.º O montante da emissão é de 962:000\$, cunhando-se 40:000 moedas de 10\$, 72:000 de 5\$, 64:000 de 2\$50, 18:000 de 1\$ e 48:000 de \$50.

§ 2.º As moedas de 10\$, 5\$ e 2\$50 serão de prata e as de 1\$ e \$50 de alpaca.

Art. 2.º As moedas de prata serão serrilhadas e terão de um lado os distintivos aprovados para a Ordem do Império Colonial, com a legenda “República Portuguesa” e a era, e do outro as armas da colónia de S. Tomé e Príncipe, com a legenda “S. Tomé e Príncipe” e a designação do valor.

Art. 3.º As moedas de alpaca terão no anverso as armas da colónia de S. Tomé e Príncipe, com a legenda “S. Tomé e Príncipe” e a designação da era, e no reverso a legenda “República Portuguesa”, com a designação do valor.

Art. 4.º As moedas terão as seguintes características:

Valor legal Escudos	Diâmetro em milímetros	Título		Peso	
		Legal	Tolerância	Legal Gramas	Tolerância
10\$00	30	720 <sup>0</sup> / <sub>100</sub>	3 <sup>0</sup> / <sub>100</sub>	12,5	5 <sup>0</sup> / <sub>100</sub>
5\$00	25	650 <sup>0</sup> / <sub>100</sub>	5 <sup>0</sup> / <sub>100</sub>	7	7 <sup>0</sup> / <sub>100</sub>
2\$50	20	650 <sup>0</sup> / <sub>100</sub>	5 <sup>0</sup> / <sub>100</sub>	3,5	7 <sup>0</sup> / <sub>100</sub>
1\$00	26,8	61 <sup>0</sup> / <sub>100</sub> Cu, 19 <sup>0</sup> / <sub>100</sub> Ni, 20 <sup>0</sup> / <sub>100</sub> Zn	1,5 <sup>0</sup> / <sub>100</sub>	8	1,5 <sup>0</sup> / <sub>100</sub>
\$50	22,8	61 <sup>0</sup> / <sub>100</sub> Cu, 19 <sup>0</sup> / <sub>100</sub> Ni, 20 <sup>0</sup> / <sub>100</sub> Zn	1,5 <sup>0</sup> / <sub>100</sub>	4,5	1,5 <sup>0</sup> / <sub>100</sub>

Art. 5.º À medida que as moedas forem sendo recebidas, o Governo da colónia de S. Tomé e Príncipe pô-las-á imediatamente à disposição do Banco Nacional Ultramarino contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo governo.

§ único. A data em que as novas moedas deverão entrar em circulação será fixada por meio de portaria no *Boletim Oficial* da colónia.

Art. 6.º Na Repartição Central dos Serviços de Fazenda e Contabilidade da colónia de S. Tomé e Príncipe será aberta uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, fretes, despachos, seguro e despesas de amoedação, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco Nacional Ultramarino nos termos do artigo antecedente.

§ 1.º Esta conta será encerrada logo que todas as despesas tenham sido liquidadas e pagas e o saldo apurado entrará nos cofres da colónia, a título de receita eventual.

§ 2.º O Ministério das Colónias deverá ser informado, com a necessária pormenorização e dentro de sessenta dias, do encerramento dessa conta e seus resultados.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

*Para ser publicado no “Boletim Oficial” da Colónia de S. Tomé e Príncipe.*

Paços do Governo da República, 13 de Março de 1951 – ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO  
CARMONA – *António de Oliveira Salazar – Manuela Maria Sarmento Rodrigues.*

## **MINISTÉRIO DO ULTRAMAR**

### **Direcção-Geral das Finanças**

#### **Decreto n.º 41 501**

Tornando-se necessário substituir na província de S. Tomé e Príncipe as moedas mandadas emitir pelo Decreto n.º 16 777, de 25 de Abril de 1929, em virtude da acentuada diferença que existe entre as suas características e as das moedas cunhadas ultimamente;

Atendendo ao que em tal sentido manifestaram o Governo da província e o Banco Nacional Ultramarino;

Ouvido o Conselho Ultramarino;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada uma emissão de moedas no montante de 300 contos:

400 000 moedas de \$50, no valor de 200 contos.

250 000 moedas de \$20, no valor de 50 contos.

500 000 moedas de \$10, no valor de 50 contos.

§ único. As moedas de \$50 serão de alpaca e as de \$20 e de \$10 de bronze.

Art. 2.º As moedas de alpaca e de bronze terão no anverso as armas da província de S. Tomé e Príncipe, com a legenda “S. Tomé e Príncipe” e a designação da era, e no reverso a legenda “República Portuguesa”, com a designação do valor.

Art. 3.º As moedas terão as seguintes características:

Valor legal	Diâmetro em milímetros	Título		Peso	
		Legal	Tolerância	Legal Gramas	Tolerância
₡50	22,8	61% Cu-19% Ni-20% Zn	$\pm 1,5\%$	4,5	$\pm 1,5\%$
₡20	20,5	95% Cu- 3% Zn- 2% Sn	$\pm 1,5\%$	3	$\pm 1,5\%$
₡10	17,5	95% Cu- 3% Zn- 2% Sn	$\pm 1,5\%$	2	$\pm 1,5\%$

Art. 4.º À medida que as moedas forem sendo recebidas, o Governo de S. Tomé e Príncipe coloca-las-á à disposição do Banco Nacional Ultramarino, contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo Governo.

Art. 5.º Na Direcção dos Serviços de Fazenda da província será aberta uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Cunhagem de moeda divisionária”, pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, fretes, despachos, seguro e despesas de amoedação, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco Nacional Ultramarino nos termos do artigo antecedente.

§ 1.º Será oportunamente publicada no *Boletim Oficial* da província de S. Tomé e Príncipe uma conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere este artigo.

§2.º O Ministério do Ultramar deverá ser informado com a pormenorização necessária, e dentro de sessenta dias, do encerramento dessa conta e seus resultados.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços dos Governo da República, 4 de Janeiro de 1958. – FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES – *António de Oliveira Salazar* – *Raul Jorge Rodrigues Ventura*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe – *R. Ventura*.

#### MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

#### Direcção-Geral de Economia

#### Decreto n.º 44 068

Sendo necessário substituir na província de S. Tomé e Príncipe as moedas mandadas emitir pelos Decretos n.ºs 28 893 e 36 788, respectivamente de 30 de Julho de 1938 e de 11 de Março de 1948, em virtude da acentuada diferença que existe entre as suas características e as das moedas cunhadas ultimamente;

Atendendo ao que em tal sentido manifestaram o Governo da província e o Banco Nacional Ultramarino;

Tendo em conta a urgência de se legislar em conformidade e o que dispõe o § 1.º do artigo 150.º da Constituição;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas destinadas à província de S. Tomé e Príncipe, no montante de 1000 contos, sendo:

88 000 moedas de 5\$00, no valor de 440 contos.

144 000 moedas de 2\$50, no valor de 360 contos.

160 000 moedas de 1\$00, no valor de 160 contos.

80 000 moedas de \$50, no valor de 40 contos.

§ único. As moedas terão características idênticas às da emissão autorizada pelo Decreto n.º 38 203, de 13 de Março de 1951.

Art. 2.º À medida que as moedas forem sendo recebidas, o Governo de S. Tomé e Príncipe colocá-las-á à disposição do Banco Nacional Ultramarino, contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo Governo.

Art. 3.º O Governo de S. Tomé e Príncipe fixará, por meio de portaria, o prazo a partir do qual deixarão de ter curso legal as moedas substituídas.

Art. 4.º Na Direcção dos Serviços de Fazenda da província será aberta uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe «Cunhagem de moeda divisionária», pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, fretes, despachos, seguro e despesas de amoeção, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco Nacional Ultramarino nos termos do artigo antecedente.

§ 1.º Será oportunamente publicada no *Boletim Oficial* da província de S. Tomé e Príncipe uma conta definitiva das operações tesouraria a que se refere este artigo.

§ 2.º O Ministério do Ultramar deverá ser informado, dentro de sessenta dias, do encerramento dessa conta e seus resultados.

Art. 5.º Ficam revogados os Decretos n.ºs 16 777, 28 893 e 36 788, respectivamente de 25 de Abril de 1929, de 30 de Julho de 1938 e de 11 de Março de 1948.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Novembro de 1961. - AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ - *António de Oliveira Salazar* - *Adriano José Alves Moreira*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe. - A. Moreira.

**MINISTÉRIO DO ULTRAMAR**  
**Direcção-Geral de Economia**  
**Decreto n.º 44 286**



## Apontamentos: Legislação

Atendendo a que o actual custo dos metais destinados à amodação obriga a rever as características das moedas mandadas cunhar pelos Decretos n.ºs 41 501 e 44 068, respectivamente de 4 de Janeiro de 1958 e de 28 de Novembro de 1961;

Considerando que é urgente eliminar as dificuldades de trocos que se vêm verificando na província de S. Tomé e Príncipe;

Ouvido o Governo da província;

Tendo presente o que dispõe o § 1.º do artigo 150.º da Constituição Política;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. As moedas mandadas cunhar pelos Decretos n.ºs 41 501 e 44 068, respectivamente de 4 de Janeiro de 1958 e de 28 de Novembro de 1961, terão as seguintes características:

Valor facial	Diâmetro — m/m	Liga		Título		Peso	
		Designação	Elementos	Padrão	Tolerância	Padrão — Gramas	Tolerância
510	16	Bronze	Cu-Zn-Sn	95/3/2 $\frac{0}{100}$	$\pm 2 \frac{0}{100}$	1,8	(a) $\pm 2 \frac{0}{100}$
520	18	Bronze	Cu-Zn-Sn	95/3/2 $\frac{0}{100}$	$\pm 2 \frac{0}{100}$	2,5	(a) $\pm 2 \frac{0}{100}$
550	20	Bronze	Cu-Zn-Sn	95/3/2 $\frac{0}{100}$	$\pm 1 \frac{0}{100}$	4	(a) $\pm 1,5 \frac{0}{100}$
1500	26	Bronze	Cu-Zn-Sn	95/3/2 $\frac{0}{100}$	$\pm 1 \frac{0}{100}$	8	(a) $\pm 1,5 \frac{0}{100}$
2550	20	Cupro-níquel	Cu-Ni	75/25 $\frac{0}{100}$	$\pm 1,5 \frac{0}{100}$	3,5	(b) $\pm 1,5 \frac{0}{100}$
5500	22	Prata	Ag-Cu	600/400 $\frac{0}{100}$	$\pm 6 \frac{0}{100}$	4	(b) $\pm 7 \frac{0}{100}$

(a) Não serrilhadas.

(b) Serrilhadas.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Abril de 1962. - AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ - António de Oliveira Salazar - Adriano José Alves Moreira.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe. - A. Moreira.

**Direcção-Geral de Economia**



**Decreto n.º 189/70**

Considerando que o 5.º centenário do descobrimento das ilhas de S. Tomé e Príncipe deve ficar assinalado com a emissão de uma moeda comemorativa;

Atendendo ao que nesse sentido foi solicitado pelo Governo da província;

Ouvido o Banco Nacional Ultramarino;

Tendo em vista o disposto no § 1.º do artigo 150.º da Constituição, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de 150 000 moedas de prata, serrilhadas, do toque de 650 milésimas, valor facial de 50\$00, diâmetro de 34 mm e peso de 18 g, destinadas à província de S. Tomé e Príncipe.

§ 1.º A moeda terá numa face ao centro, lado a lado, os brasões das cidades de S. Tomé e Santo António sobrepostos a uma rosa-dos-ventos, cujo ponto norte é representado por uma flor-de-lis, tendo por baixo uma faixa de ondas representando o mar, e na orla, as legendas «S. Tomé e Príncipe - V Centenário» e as datas «1470-1970».

A outra face terá ao centro uma cruz de Cristo e as cinco quinas sobrepostas, e na orla, a legenda «República Portuguesa» e o valor «50\$00».

§ 2.º Esta moeda terá a tolerância de 5 milésimos para mais ou para menos, no toque e no peso.

Art. 2.º Na Repartição Provincial dos Serviços de Fazenda e Contabilidade de S. Tomé e Príncipe será aberta uma conta de operações de tesouraria sobre a epígrafe «Cunhagem de moeda divisionária», pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, frete, despacho, seguro e despesas de amoedação.

Marcello Caetano - Joaquim Moreira da Silva Cunha.

Promulgado em 21 de Abril de 1970.

Publique-se.

Presidência da República, 30 de Abril de 1970. - AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe. - J. da Silva Cunha.

**Direcção-Geral de Economia**

**Decreto n.º 458/70**

De 3 de Outubro

Tornando-se necessário ocorrer à falta de moeda divisionária na província de S. Tomé e Príncipe;

Atendendo ao que nesse sentido foi pedido pelo Governo da província;

Ouvido o Banco Nacional Ultramarino;

Tendo em vista o disposto no § 1.º do artigo 150.º da Constituição, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas destinadas à província de S. Tomé e Príncipe, no montante de 4800 contos, sendo:

- 75000 moedas de 20\$00, no valor de 1500 contos;
- 100000 moedas de 10\$00, no valor de 1000 contos;
- 160000 moedas de 5\$00, no valor de 800 contos;
- 240000 moedas de 2\$50, no valor de 600 contos;
- 350000 moedas de 1\$00, no valor de 350 contos;
- 600000 moedas de \$50, no valor de 300 contos;
- 750000 moedas de \$20, no valor de 150 contos;
- 1000000 de moedas de \$10, no valor de 100 contos.

Art. 2.º As moedas obedecerão às seguintes características:

Valor legal — Escudos	Diâmetros — Milímetros	Título		Peso	
		Legal — Percentagens	Tolerância — Perce- tagens	Legal — Gramas	Tolerância — Perce- tagens
20\$00	30	Ni		12	± 1,5
10\$00	28	75 Cu, 25 Ni	± 1,5	9	± 1,5
5\$00	24,5	75 Cu, 25 Ni	± 1,5	7	± 1,5
2\$50	20	75 Cu, 25 Ni	± 1,5	3,5	± 1,5
1\$00	26	95 Cu, 3 Zn, 2 Sn	± 2	8	± 2
\$50	22,5	95 Cu, 3 Zn, 2 Sn	± 2	4,5	± 2
\$20	16	95 Cu, 3 Zn, 2 Sn	± 2	1,8	± 2
\$10	16	99 Al, 1 Mg	± 2	0,6	± 2

Art. 3.º As moedas de \$10, \$20, \$50 e 1\$00 não serão serrilhadas e terão numa das faces as armas da província com a legenda «S. Tomé e Príncipe» e a designação da era e na outra face a legenda «República Portuguesa» e a indicação do valor.

Art. 4.º As moedas de 2\$50, 5\$00 e 10\$00 serão serrilhadas e terão numa das faces os distintivos aprovados para a Ordem do Império com a legenda «República Portuguesa» e a era e na outra face as armas da província com a legenda «S. Tomé e Príncipe» e a designação do valor.

## Apontamentos: Legislação

Art. 5.º As moedas de 20\$00 serão serrilhadas e terão numa das faces o escudo nacional sobreposto à esfera armilar com a legenda «República Portuguesa» e a designação da era e na outra face as armas da província com a legenda «S. Tomé e Príncipe» e a indicação do valor.

Art. 6.º À medida que as moedas forem recebidas, o Governo da província colocá-las-á à disposição do Banco Nacional Ultramarino, contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo Governo.

Art. 7.º - 1. Na Repartição Provincial dos Serviços de Fazenda e Contabilidade de S. Tomé e Príncipe será aberta uma conta de operações de tesouraria sob a epígrafe «Cunhagem de moeda divisionária», pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, frete, despacho, seguro e despesas de amoedação, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco Nacional Ultramarino nos termos do artigo anterior.

2. Será oportunamente publicada no Boletim Oficial de S. Tomé e Príncipe a conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere este artigo.

Marcello Caetano - Joaquim Moreira da Silva Cunha.

Promulgado em 16 de Setembro de 1970.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe. - *J. da Silva Cunha*.

## SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

**MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS**  
**Direcção Geral do Fomento Colonial**  
**Decreto n.º 35:754**

Tendo sido necessário adoptar providências urgentes para que na colónia de Timor se não sentisse a falta de meio circulante, ao terminar a situação anormal ali verificada nos últimos anos;

Reconhecendo-se que o limite da circulação fiduciária na mesma colónia carece de ser alterado;

Tendo em vista o disposto no artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, e nos termos do seu § 2.º, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 28.º do Acto Colonial, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º O Banco Nacional Ultramarino é autorizado a utilizar, para ocorrer às necessidades de meio circulante na colónia de Timor, notas de 5, 25 e 100 patacas das emissões destinadas à colónia de Macau, com a sobrecarga “Pagável em Timor”, nas quantidades que, dentro do limite da circulação fiduciária fixado neste decreto, sejam necessárias.

Art. 2.º É autorizada uma nova emissão, na importância total de 500:000 patacas, de notas do valor de uma pataca, cujas características, já aprovadas pelo Ministro das Colónias, deverão ser oportunamente anunciadas no *Diário do Governo*.

Art. 3.º É autorizada a cunhagem de moeda divisionária, no montante global de 65:000 patacas, sendo 100.000 moedas, em prata, do valor de 50 avos, 50:000 de 20 avos e 50:000 de 10 avos, com as características indicadas no quadro seguinte:

Valor	Diâmetro (m/m)	Título		Peso	
		Legal	Tolerância	Legal (gramas)	Tolerância
50 avos	20	650 $\frac{0}{100}$ 20 Zn	$\pm 5 \frac{0}{100}$	3,5	$\pm 7 \frac{0}{100}$
20 avos	26,8	19 Ni- 61 Cu	$\pm 1 \frac{0}{100}$	8	$\pm 1,5 \frac{0}{100}$
10 avos	20,5	95 Cu 3 Zn 2	$\pm 2 \frac{0}{100}$	3	$\pm 2 \frac{0}{100}$

§ 1.º A moeda de 50 avos será serrilhada e terá no anverso a era do fabrico e o distintivo da Ordem do Império Colonial, com a legenda “República Portuguesa”, e no reverso a indicação do valor, um ornato de ramos de loureiro e a legenda “Colónia de Timor”.

§ 2.º A moeda de 20 avos será também serrilhada e terá no anverso a efígie da República, a era do fabrico e a legenda “República Portuguesa” e no reverso o escudo nacional, a indicação do valor e a legenda “Colónia de Timor”.

§ 3.º A moeda de 10 avos não será serrilhada, terá no anverso as cinco quinas, circundadas pela legenda “República Portuguesa”, e no reverso a indicação do valor, um ornato formado por dois ramos de oliveira, cruzados, e a legenda “Colónia de Timor”.

Art. 4.º É fixado em 2.000:000 de patacas o limite da circulação fiduciária na colónia de Timor, podendo ser elevado a 3.000:000 por despacho ministerial, se as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 5.º O Banco Nacional Ultramarino procederá à recolha das notas anteriormente em circulação à medida que nela forem sendo lançadas as das emissões autorizadas pelos artigos 1.º e 2.º.

Art. 6.º As moedas a que se refere o artigo 3.º serão integralmente postas à disposição do Banco Nacional Ultramarino, contra a entrega de notas da correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao governo da colónia.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

*Para ser publicado no “Boletim Oficial” da colónia de Timor.*

Paços do Governo da República, 19 de Julho de 1946. – ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *António de Oliveira Salazar* – *Marcello José das Neves Alves Caetano*.

## MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

### Gabinete do Ministro

#### Decreto n.º 41 428

1. O Decreto n.º 19 869, de 9 de Junho de 1931, que promulgou a reforma monetária da metrópole, previa já, no seu artigo 24.º, que igual regime de moeda viesse a ser aplicado às províncias ultramarinas.

Dentro de tal propósito, vários estudos, sobre os quais se pronunciou o Conselho Ultramarino, se ocuparam da reforma monetária da província de Timor, que, no entanto, não chegou a efectuar-se.

Publicada a Lei Orgânica do Ultramar, de 27 de Junho de 1955, e dado o disposto no n.º II da base LXXIII, voltou a encarar-se a reforma monetária daquela província, que, no parecer da comissão adrede nomeada, nenhuns inconvenientes de montra apresentava.

Sugeria ainda a referida comissão que na conversão viesse a adoptar-se um câmbio fixo.

No artigo 38.º do Decreto n.º 39 958, de 7 de Dezembro de 1964, fixou o Governo o câmbio de 6\$25 por pataca, tanto nas relações entre a província de Timor e as demais províncias e metrópole, como para as operações de contabilidade e apresentação das contas públicas.

Sem qualquer reparo, vem vigorando desde então tal relação, que apresenta a vantagem de permitir uma conversão fácil dos escudos em patacas, pois basta multiplicar os primeiros por 16 por cento.

A cotação comercial da pataca pode dizer-se que quase não difere do câmbio fixo que vem sendo aoptado pelo Governo.

2. O presente diploma efectiva a substituição da pataca de Timor pelo escudo e, com o intuito de facilitar a transição para o novo sistema, manda cunhar moedas do valor aproximado à pataca actual (6\$), a metade da pataca (3\$), a um décimo da pataca (\$60) e a um vigésimo de pataca (\$30), podendo dizer-se que as moedas de 1\$ e \$10 são para preencher espaços nos trocos.

Com a mesma ideia se estabelecem notas do valor de 300\$, 60\$ e 30\$, que se aproximam das actuais expressões de 50, 10 e 5 patacas.

Presentemente circulam na província notas de 25, 20, 10, 5 e 1 patacas. Em razão do contrato com o Banco Nacional Ultramarino, não poderiam manter-se notas de valor aproximado a 1 pataca. Mantêm-se, pois, valores aproximados a 10 e 5 patacas e, em vez de valores aproximados a 25 e 20 patacas, teve-se por melhor criar um valor aproximado de 50 patacas, uma vez que para as grandes quantias as notas de 25 e 20 patacas já se reconheciam incómodas.

Contra o novo agrupamento do escudo em notas se poderá apontar o defeito ou inconveniente de não permitir a disposição das notas em maços de 1 conto. Preferiu-se, porém, sacrificar essa facilidade à aproximação indicada, tanto mais que nada impede que as notas se reúnam em maços de 3 contos, o que, com o hábito, representará a mesma facilidade que reuni-las a conto por conto.

Nestes termos:

Ouvido o Conselho Ultramarino e dado cumprimento ao disposto nas cláusulas 33.<sup>a</sup> e 42.<sup>a</sup> do contrato entre o Estado e o Banco Nacional Ultramarino;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º A unidade monetária da província de Timor é o escudo, trocável ao par pelo escudo da metrópole nas condições constantes da base LXXIII da Lei Orgânica do Ultramar.

Art. 2.º O escudo será indicado simbolicamente por Esc., fazendo-se uso do sinal \$ para separar a parte inteira da parte decimal nas expressões numéricas de qualquer soma de escudos.

Art. 3.º A unidade ou padrão do novo sistema será, tal como na metrópole, o valor definido no Decreto n.º 19 869, de 9 de Junho de 1931.

Art. 4.º O escudo subdividir-se-á em 100 partes, denominando-se centavo cada uma dessas partes ou submúltiplo. A unidade de conta, o conto, corresponderá a 1000 escudos.

§ único. Nos actos oficiais e extra-oficiais poderá ser empregado o escudo ou o conto para indicação dos valores.

Art. 5.º O escudo em Timor será representado materialmente por notas do banco emissor e por meodas, da responsabilidade do Estado, com os valores faciais de 6\$, 3\$, 1\$, \$60, \$30 e \$10 e as seguintes características:

Valor legal	Diâmetro — Milímetros	Título		Peso	
		Legal	Tolerância	Legal — Gramas	Tolerância
6\$00	25	650 ‰	± 5 ‰	7	± 7 ‰
3\$00	20	650 ‰	± 5 ‰	3,5	± 7 ‰
1\$00	26,8	61 ‰ Cu — 19 ‰ Ni — 20 ‰ Zn	± 1,5 ‰	8	± 1,5 ‰
\$60	22,8	61 ‰ Cu — 19 ‰ Ni — 20 ‰ Zn	± 1,5 ‰	4,5	± 1,5 ‰
\$30	22	95 ‰ Cu — 3 ‰ Zn — 2 ‰ Sn	± 2 ‰	4	± 2 ‰
\$10	18	95 ‰ Cu — 3 ‰ Zn — 2 ‰ Sn	± 2 ‰	2	± 2 ‰

§ 1.º As moedas de prata de 6\$ e 3\$ e as de alpaca de 1\$ e \$60 serão serrilhadas e terão: de um lado, os distintivos aprovados para a Ordem do Império, com a legenda “República Portuguesa” e a era; do outro, as armas da província de Timor, com a legenda “Timor” e a designação do valor.

§ 2.º As moedas de bronze de \$30 e \$10 terão no anverso as armas da província de Timor, com a legenda “Timor” e a designação da era, e no reverso a legenda “República Portuguesa”, com a designação do valor.

Art. 6.º A equivalência entre a nova unidade monetária — o escudo — e a actual pataca será feita à base do câmbio de 6\$25 por pataca, fixado pelo artigo 38.º do Decreto n.º 39 958, de 7 de Dezembro de 1954.

Art. 7.º As moedas a que se refere o artigo 5.º terão curso legal e forçado em todo o território da província e só nele, sendo proibido a sua exportação da província

Art. 8.º Ninguém, poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 200\$ em moeda de prata, 20\$ em moeda de alpaca e 5\$ em moeda de bronze.

Art. 9.º O banco emissor, nos termos das cláusulas 43.ª e 44.ª do seu contrato com o Estado, procederá à recolha das cédulas e moeda divisionária em circulação na província, fazendo simultaneamente a distribuição da nova moeda que a substitui.

Art. 10.º O banco emissor procederá à substituição das notas do sistema monetário actual por notas do novo sistema monetário.

§ único. O Ministro do Ultramar poderá autorizar o banco emissor, se este assim o desejar, a carimbar em escudos as notas da sua actual emissão, por forma que seja fácil distingui-las do valor representativo das actuais patacas.

Art. 11.º É fixado em 45 000 contos o limite da circulação fiduciária da província de Timor, sendo 33 500 contos em notas do referido banco emissor e 11 500 contos em moeda divisionária da responsabilidade do Estado.



§ 1.º A moeda divisionária será assim representada:

Valor facial	Emissão	
	Quantidade	Valor
De 6\$00 . . . . .	1 000 000	6:000.000\$00
De 3\$00 . . . . .	1 000 000	3:000.000\$00
De 1\$00 . . . . .	1 200 000	1:200.000\$00
De \$60 . . . . .	1 000 000	600.000\$00
De \$30 . . . . .	2 000 000	600.000\$00
De \$10 . . . . .	1 000 000	100.000\$00
		<b>11:500.000\$00</b>

§ 2.º As notas do banco emissor serão do valor nominal de 300\$, 60\$ e 30\$ e do tipo ou chapa que, sob proposta do banco, forem aprovados pelo Ministro.

Art. 12.º Todos os elementos de receita e taxas do Estado relativamente aos quais os diplomas que os estabelecem não disponham já os seus quantitativos na nova moeda serão convertidos e liquidados à base do câmbio de 6\$25, fixado pelo artigo 38.º do Decreto n.º 39 958, de 7 de Dezembro de 1954, com arredondamento para a dezena de centavos superior.

Art. 13.º Todas as transacções, contratos e operações comerciais de qualquer natureza feitos entre si, pelos bancos e casas bancárias, entre estes e particulares, entre particulares ou entre estações oficiais e qualquer daquelas entidades, e que tiverem sido ajustados em patacas de Timor, serão convertidos e liquidados na nova moeda, adoptando-se para a conversão a relação estabelecida no artigo 6.º

§ único. Para a liquidação das transacções, contratos e operações comerciais de qualquer natureza ajustados em outras moedas aplicar-se-ão as disposições gerais vigentes e em especial as dos artigos 724.º a 727.º do Código Civil.

Art. 14.º Na Repartição Provincial dos Serviços de Fazenda e Contabilidade da província de Timor será aberta uma conta de operações de tesouraria, sob a epígrafe “Reforma monetária”, pela qual serão satisfeitos toso os encargos resultantes: do custo, fretes, despachos, seguros e mais despesas efectuadas com a amoedação; do valor da recolha de moeda e cédulas da responsabilidade do Estado, de conformidade com a cláusula 44.º do contrato entre o Estado e o banco emissor; das despesas com a sobretaxação de valores selados e com a primeira emissão destes nas novas taxas.

§ 1.º Constituirá receita da conta a que se refere o corpo deste artigo:

a) O contavalor em notas entregue pelo banco emissor em pagamento da nova moeda divisionária que lhe for entregue nos termos da cláusula 43.ª do seu contrato com o Estado;

b) O lucro eventual da emissão.

§ 2.º O encerramento da conta de que trata o corpo deste artigo faz-se-á ou pela abertura de crédito bastante para solver o saldo negativo que a mesma venha a acusar, ou pela



entrega, como receita do Estado – “Lucros de amoedação” -, do saldo positivo da conta havendo-o.

Art. 15.º Sem prejuízo de se iniciarem desde já as operações a que se refere o artigo anterior, fica o Ministro do Ultramar autorizado a determinar em portaria a data em que o novo sistema monetário há-de iniciar-se, pela entrada em circulação da nova moeda, e o Governo da província a fixar o prazo durante o qual se poderá proceder à troca de notas e à recolha de moedas e cédulas no banco emissor.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 6 de Dezembro de 1957. – FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES – *António de Oliveira Salazar* – *Raul Jorge Rodrigues Ventura*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* da província de Timor. – *R. Ventura*.

**MINISTÉRIO DO ULTRAMAR**  
**Direcção-Geral de Economia**  
**Decreto n.º 43 778**

Sendo necessário aumentar o limite da circulação fiduciária da província de Timor, por forma a dar-se satisfação às exigências do actual movimento financeiro resultante das obras dos Planos de Fomento;

Ouvidos o Governo daquela província e o Banco Nacional Ultramarino;

Tendo em conta a urgência de se legislar em conformidade;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, e tendo presente o que dispõe o § 1.º do mesmo artigo, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o aumento para 50000 contos do limite das notas em circulação na província de Timor, fixado no artigo 11.º do Decreto n.º 41428, de 6 de Dezembro de 1957.

§ único. As notas do banco emissor serão, além das referidas no § 2.º do artigo 11.º do Decreto n.º 41428, de 6 de Dezembro de 1957, do valor nominal de 500\$00, 100\$00, 50\$00 e 20\$00 e do tipo ou chapa que, sob proposta do banco, forem aprovados pelo Ministro.

Art. 2.º É autorizada a cunhagem de 600000 moedas divisionárias do valor facial de 10\$00, com idênticas características das de 6\$00 emitidas ao abrigo do disposto no artigo 5.º do Decreto n.º 41428, de 6 de Dezembro de 1957, e do seu § 1.º

Art. 3.º De futuro, os limites da circulação fiduciária acordados pelo Governo e pelo Banco Nacional Ultramarino, em execução do Decreto n.º 41428, de 6 de Dezembro de 1957, bem como a alteração do valor das moedas e notas em circulação, serão estabelecidos por meio de portaria, ao abrigo do disposto no n.º VI da base X da Lei Orgânica do Ultramar.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Julho de 1961. - AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ - *António de Oliveira Salazar - Adriano José Alves Moreira.*

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Timor. - A. Moreira.

**Direcção-Geral de Economia**

**Decreto n.º 49 015**

O Decreto n.º 41428, de 6 de Dezembro de 1957, promulgando a reforma monetária de Timor, determinou a substituição das moedas e notas de patacas em circulação na província por moedas e notas em escudos.

No sentido de facilitar a transição para o novo sistema monetário, pelo referido diploma foi determinada a cunhagem de moedas com o valor de 6\$00, 3\$00, 1\$00, \$60, \$30 e \$10.

Considera-se agora chegado o momento de avançar no processo iniciado em 1957, pois o período transitório decorrido é considerado suficiente para se estabelecer desde já uma maior uniformização da moeda metálica no espaço português.

Nesse sentido:

Atendendo ao solicitado pelo Governo de Timor e ouvido o Banco Nacional Ultramarino;

Tendo em vista o disposto no n.º 1.º do artigo 150.º da Constituição, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas destinadas à província de Timor, no montante de 17500 contos, sendo:

700000 moedas de 10\$00, no valor de 7000000\$00;  
1200000 moedas de 5\$00, no valor de 6000000\$00;  
1000000 de moedas de 2\$50, no valor de 2500000\$00;  
1200000 moedas de 1\$00, no valor de 1200000\$00;  
1000000 de moedas de \$50, no valor de 500000\$00;  
1000000 de moedas de \$20, no valor de 200000\$00;  
1000000 de moedas de \$10, no valor de 100000\$00.

Art. 2.º As moedas obedecerão às seguintes características:

Valor facial	Diâmetro — Milímetros	Liga		Título		Peso	
		Designação	Elementos	Padrão	Tolerância — Porcentagem	Padrão — Gramas	Tolerância — Porcentagem
510	16	Bronze	<i>Cu-Zn-Sn</i>	95- 3-2	± 2	1,8	± 2
520	18	Bronze	<i>Cu-Zn-Sn</i>	95- 3-2	± 2	2,5	± 2
550	20	Bronze	<i>Cu-Zn-Sn</i>	95- 3-2	± 2	4	± 1,5
1500	26	Bronze	<i>Cu-Zn-Sn</i>	95- 3-2	± 2	8	± 1,5
2550	20	Cuproníquel	<i>Cu-Ni</i>	75-25	± 1,5	3,5	± 1,5
5500	24,5	Cuproníquel	<i>Cu-Ni</i>	75-25	± 1,5	7	± 1,5
10500	28	Cuproníquel	<i>Cu-Ni</i>	75-25	± 1,5	9	± 1,5

Art. 3.º As moedas de bronze não serão serrilhadas e terão numa das faces as armas da província com a legenda «Timor» e a designação da era, e na outra a legenda «República Portuguesa» com a indicação do valor.

Art. 4.º As moedas de 2\$50 serão serrilhadas e terão numa das faces as armas da província com a legenda «Timor» e a indicação do valor, e na outra os distintivos aprovados para a Ordem do Império com a legenda «República Portuguesa» e a designação da era.

Art. 5.º As moedas de 5\$00 e 10\$00 serão serrilhadas e terão numa das faces o escudo nacional sobreposto à esfera armilar com a legenda «República Portuguesa» e a designação da era, e na outra as armas da província com a legenda «Timor» e a indicação do valor.

Art. 6.º À medida que as moedas forem recebidas, o Governo de Timor colocá-las-á à disposição do Banco Nacional Ultramarino contra a entrega de notas do correspondente valor nominal ou comunicação de que a respectiva importância foi creditada ao mesmo Governo.

Art. 7.º O Governo de Timor fixará, por meio de portaria, o prazo a partir do qual deixarão de ter curso legal as moedas substituídas.

Art. 8.º Na Repartição Provincial dos Serviços de Fazenda e Contabilidade de Timor será aberta uma conta de operações de tesouraria sobre a epígrafe «Cunhagem de moeda divisionária», pela qual serão satisfeitos todos os encargos resultantes do custo, frete, despacho, seguro e outras despesas efectuadas com a amoedação, tendo como contrapartida as quantias recebidas do Banco Nacional Ultramarino nos termos do artigo 6.º

§ único. Será oportunamente publicada no *Boletim Oficial* da província de Timor a conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere este artigo.

Marcello Caetano - Joaquim Moreira da Silva Cunha.

Promulgado em 12 de Maio de 1969.

Publique-se.

Presidência da República, 21 de Maio de 1969. - AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Timor. - J. da Silva Cunha.



# ÍNDICE

<b>Introdução</b>	3
<b>Portugal</b>	4
<b>Lei de 22 de Maio de 1911</b>	
Cria o novo sistema monetário: O Escudo	4
<b>Lei n.º 220</b>	
Altera o teor de prata das moedas de 1 escudo	11
<b>Decreto n.º 927</b>	
Cria a moeda comemorativa de 1\$ 5 de Outubro	12
<b>Lei n.º 679</b>	
Altera as características das moedas de 1, 2 e 4 centavos	12
<b>Lei n.º 950</b>	
Altera as ligas de bronze das moedas de 1 e 2 centavos	13
<b>Decreto n.º 4:849</b>	
Cria as moedas de ferro de 2 centavos	14
<b>Lei n.º 1:085</b>	
Cria novas moedas de 5 centavos bronze	15
<b>Decreto n.º 9:718</b>	
Cria novas moedas de 5, 10 e 20 centavos	15
<b>Decreto n.º 9:719</b>	
Cria as moedas de 50 centavos e 1 escudo de bronze-alumínio	20
<b>Decreto n.º 13:797</b>	
Define os montantes de emissão de moedas de bronze-alumínio	24
<b>Decreto n.º 15:386</b>	
Cria a moeda comemorativa da Batalha de Ourique	25
<b>Decreto n.º 19:871</b>	
Reforma monetária	27
<b>Decreto-lei n.º 32:648</b>	
Cria novas moedas de 10 e 20 centavos	35
<b>Decreto-lei n.º 39:508</b>	
Cria a moeda de 20\$ Renovação Financeira	36
<b>Decreto-lei n.º 42:138</b>	
Cria a Série Comemorativa Infante D. Henrique	38
<b>Decreto-lei n.º 42:357</b>	
Reformula a Série Infante D. Henrique	39
<b>Decreto-lei n.º 45 129</b>	
Cria as moedas de 2\$50 e 5\$cuproníquel	40
<b>Decreto-Lei n.º 47 111</b>	
Cria a moeda comemorativa “Ponte Salazar”	41
<b>Decreto-Lei n.º 49 001</b>	
Cria a moeda comemorativa “Pedro Álvares Cabral”	42
<b>Decreto-Lei n.º 49 167</b>	
Reforma do sistema monetário	43
<b>Decreto-Lei n.º 399/70</b>	
Cria a moeda comemorativa “Vasco da Gama”	46
<b>Decreto-Lei n.º 525/70 de 6 de Novembro</b>	
Reforma as moedas de 10 centavos e 10 escudos	47
<b>Decreto-Lei n.º 311/71 de 17 de Julho</b>	
Cria a moeda comemorativa “Óscar Carmona”	48

	<b>Decreto-Lei n.º 134/72</b> de 28 de Abril	
	Cria a moeda comemorativa “Banco de Portugal”	49
	<b>Decreto-Lei n.º 399/72</b> de 24 de Outubro	
	Cria a moeda comemorativa “Os Lusíadas”	50
	<b>Decreto-Lei n.º 381/76</b> de 20 de Maio	
	Cria a Série Comemorativa “25 de Abril”	51
	<b>Decreto-Lei n.º 847/76</b> de 15 de Dezembro	
	Cria a moeda de 25\$	52
	<b>Decreto-Lei n.º 534/77</b> de 30 de Dezembro	
	Defina as características das moedas de 25\$	53
	<b>Decreto-Lei n.º 46/78</b> de 16 de Março	
	Cria a Série Comemorativa “Alexandre Herculano”	55
	<b>Decreto-Lei n.º 519-R/79</b> de 28 de Dezembro	
	Reforma as moedas de 24\$	56
	<b>Decreto-Lei n.º 299/80</b> de 16 de Agosto	
	Cria as Séries Comemorativas “Região Autónoma Açores” e “Região Autónoma Madeira”	57
	<b>Decreto-Lei n.º 545/80</b> de 17 de Novembro	
	Cria a moeda de 1\$ latão níquel	60
	<b>Decreto-Lei n.º 326/81</b> de 4 de Dezembro	
	Reforma as características técnicas das Séries Comemorativas “Região Autónoma Açores” e “Região Autónoma Madeira”	61
	<b>Decreto-Lei n.º 325/81</b> de 4 de Dezembro	
	Cria a moeda comemorativa “Luís de Camões”	62
	<b>Portaria n.º 307/81</b> de 31 de Março	
	Define as características do desenho da Série Comemorativa “Região Autónoma dos Açores”	63
	<b>Decreto-Lei n.º 353/82</b> de 4 de Setembro	
	Cria a Série Comemorativa “Ano Internacional do Deficiente”	64
	<b>Decreto-Lei n.º 354/82</b> de 4 de Setembro	
	Cria a Série Comemorativa “XXV Mundial de Hóquei em Patins”	66
	<b>Decreto-Lei n.º 22/83</b> de 22 de Janeiro	
	Reforma a Série Comemorativa “Ano Internacional do Deficiente”	67
	<b>Decreto-Lei n.º 84/83</b> de 11 de Fevereiro	
	Cria a Série Comemorativa XVII Exposição Europeia de Arte, Cultura e Ciência	68
	<b>Decreto-Lei n.º 70/84</b> de 27 de Fevereiro	
	Cria a moeda comemorativa “FAO Conferência das Pescas”	70
	<b>Decreto-Lei n.º 123-A/84</b> de 16 de Abril	
	Cria a moeda comemorativa 10.º Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974	72
	<b>Decreto-Lei n.º 127/84</b> de 26 de Abril	
	Cria a Série Comemorativa “Dia Mundial da Alimentação”	73
	<b>Decreto-Lei n.º 183/84</b> de 28 de Maio	
	Cria a moeda comemorativa “Ano Internacional da Criança”	75
	<b>Decreto-Lei n.º 17-A/86</b> de 6 de Fevereiro	
	Cria a moeda comemorativa “Fernando Pessoa”	77
	<b>Decreto-Lei n.º 17-B/86</b> de 6 de Fevereiro	
	Cria a moeda comemorativa “Adesão à CEE”	78
	<b>Decreto-Lei n.º 47/86</b> de 11 de Março	
	Cria a série comemorativa “Batalha de Aljubarrota”	80

<b>Decreto-Lei n.º 76-A/86</b> de 30 de Abril	
Cria a moeda comemorativa “Mundial de Futebol México 86”	82
<b>Decreto-Lei n.º 191/86</b> de 17 de Junho	
Cria a moeda comemorativa “D. Afonso Henriques”	84
<b>Decreto-Lei n.º 293/86</b> de 12 de Setembro	
Reforma o sistema monetário	85
<b>Decreto-Lei n.º 224-A/87</b> de 3 de Junho	
Cria a moeda comemorativa “Mundo Rural”	91
<b>Decreto-Lei n.º 282/87</b> de 24 de Junho	
Cria a 1ª Série Comemorativa dos Descobrimentos	93
<b>Decreto-Lei n.º 159/88</b> de 13 de Maio	
Cria a moeda comemorativa “Jogos Olímpicos Seul”	96
<b>Decreto-Lei n.º 210/88</b> de 17 de Junho	
Cria a moeda comemorativa “Região Autónoma dos Açores”	97
<b>Decreto-Lei n.º 144/89</b> de 4 de Maio	
Cria a moeda comemorativa “Amadeo Souza-Cardoso”	99
<b>Decreto-Lei n.º 343/89</b> de 11 de Outubro	
Cria a 2ª Série Comemorativa dos Descobrimentos	101
<b>Decreto-Lei n.º 355/89</b> de 17 de Outubro	
Cria a moeda comemorativa “Batalha de Ourique/Fundação de Portugal”	104
<b>Decreto-Lei n.º 439-A/89</b> de 20 de Dezembro	
Cria a moeda de 100\$ bimetálica	106
<b>Decreto-Lei n.º 363/90</b> de 24 de Novembro	
Cria a moeda comemorativa “Camilo Castelo Branco”	107
<b>Decreto-Lei n.º 364/90</b> de 24 de Novembro	
Cria a moeda comemorativa “Restauração da Independência”	109
<b>Decreto-Lei n.º 156/91</b> de 23 de Abril	
Cria a moeda de 200\$ bimetálica	110
<b>Decreto-Lei n.º 193/91</b> de 25 de Maio	
Cria a 3ª Série Comemorativa dos Descobrimentos	111
<b>Decreto-Lei n.º 367/91</b> de 4 de Outubro	
Cria a moeda comemorativa “Antero de Quental”	115
<b>Decreto-Lei n.º 449/91</b> de 30 de Novembro	
Cria a moeda comemorativa “Encontro de Dois Mundos”	116
<b>Decreto-Lei n.º 63/92</b> de 21 de Abril	
Cria a moeda comemorativa “Presidência da Comunidade Europeia”	118
<b>Decreto-Lei n.º 94/92</b> de 23 de Maio	
Cria a moeda comemorativa “XXV Jogos Olímpicos”	120
<b>Decreto-Lei n.º 57/93</b> de 1 de Março	
Cria a 4.ª Série Comemorativa dos Descobrimentos	122
<b>Decreto-Lei n.º 129/94</b> de 19 de Maio	
Cria a moeda Comemorativa “Lisboa 94 Capital Europeia da Cultura”	125
<b>Decreto-Lei n.º 157/94</b> de 3 de Junho	
Cria a 5.ª Série Comemorativa dos Descobrimentos	127
<b>Decreto-Lei n.º 158/94</b> de 3 de Junho	
Cria a moeda Comemorativa “Tratado de Tordesilhas”	131

<b>Decreto-Lei n.º 266/94</b> de 26 de Outubro	
Cria a moeda comemorativa “Espécies em Via de Extinção - Lobo”	132
<b>Decreto-Lei n.º 110/95</b> de 23 de Maio	
Cria a moeda “D. João II”	134
<b>Decreto-Lei n.º 111/95</b> de 23 de Maio	
Cria a 6.ª Série Comemorativa dos Descobrimentos	136
<b>Decreto-Lei n.º 122/95</b> de 31 de Maio	
Cria as moedas comemorativas “D. António Prior do Crato” e “Autonomia dos Açores	139
<b>Decreto-Lei n.º 123/95</b> de 31 de Maio	
Cria as moedas comemorativas “ONU” e “FAO”	141
<b>Decreto-Lei n.º 233/95</b> de 13 de Setembro	
Cria a moeda comemorativa “Santo António”	143
<b>Decreto-Lei n.º 270/95</b> de 23 de Outubro	
Cria a moeda comemorativa “Fragata D. Fernando II e Glória”	144
<b>Decreto-Lei n.º 8/96</b> de 12 de Fevereiro	
Cria a moeda comemorativa “Jogos Olímpicos Atlanta”	146
<b>Decreto-Lei n.º 101/96</b> de 24 de Julho	
Cria a 7.ª Série Comemorativa dos Descobrimentos	148
<b>Decreto-Lei n.º 191/96</b> de 9 de Outubro	
Cria a moeda Comemorativa da Nossa Senhora da Conceição	152
<b>Decreto-Lei n.º 192/96</b> de 9 de Outubro	
Cria a moeda Comemorativa do Banco de Portugal	154
<b>Decreto-Lei n.º 171/97</b> de 8 de Julho	
Cria a série fauna marítima costeira portuguesa e ao centenário das primeiras expedições oceanográficas portuguesas	156
<b>Decreto-Lei n.º 194/97</b> de 24 de Julho	
Cria a 8.ª Série Comemorativa dos Descobrimentos	159
<b>Decreto-Lei n.º 341/97</b> de 5 de Dezembro	
Cria a moeda Comemorativa “Padre António Vieira”	163
<b>Decreto-Lei n.º 342/97</b> de 5 de Dezembro	
Cria a moeda Comemorativa “Dança dos Pauliteiros”	165
<b>Decreto-Lei n.º 377-A/97</b> de 24 de Dezembro	
Cria a moeda Comemorativa “Crédito Público”	167
<b>Decreto-Lei n.º 62/98</b> de 17 de Março	
Cria a moeda Comemorativa “Ponte Vasco da Gama”	170
<b>Decreto-Lei n.º 150/98</b> de 30 de Maio	
Cria a série Expo 98 e Ano Internacional dos Oceanos	172
<b>Decreto-Lei n.º 153/98</b> de 6 de Junho	
Cria a moeda Comemorativa “Santa Casa da Misericórdia”	174
<b>Decreto-Lei n.º 318/98</b> de 27 de Outubro	
Cria a 9.ª Série Comemorativa dos Descobrimentos	176
<b>Decreto-Lei n.º 319/98</b> de 27 de Outubro	
Cria a moeda Comemorativa “D. Manuel I”	180



<b>Decreto-Lei n.º 29/99</b> de 29 de Janeiro	
Cria a moeda Comemorativa “Liga dos Combatentes”	182
<b>Decreto-Lei n.º 147/99</b> de 4 de Maio	
Cria a moeda Comemorativa “25 de Abril”	184
<b>Decreto-Lei n.º 307/99</b> de 10 de Agosto	
Cria a série Comemorativa “UNICEF”	186
<b>Decreto-Lei n.º 313/99</b> de 11 de Agosto	
Cria a 10ª série Comemorativa dos Descobrimentos	188
<b>Decreto-Lei n.º 314/99</b> de 11 de Agosto	
Cria a moeda Comemorativa “Milénio do Atlântico”	191
<b>Decreto-Lei n.º 456/99</b> de 5 de Novembro	
Cria a moeda Comemorativa “Macau”	192
<b>Decreto-Lei n.º 113/2000</b> de 4 de Julho	
Cria a moeda Comemorativa “Jogos Olímpicos Sidney”	194
<b>Decreto-Lei n.º 114/2000</b> de 4 de Julho	
Cria a moeda Comemorativa “Presidência do Conselho da UE”	196
<b>Decreto-Lei n.º 203/2000</b> de 1 de Setembro	
Cria a moeda Comemorativa “Eça de Queiroz”	198
<b>Decreto-Lei n.º 255/2000</b> de 17 de Outubro	
Cria a moeda Comemorativa “Cavalo Lusitano”	200
<b>Decreto-Lei n.º 299/2000</b> de 18 de Novembro	
Cria a 11ª série Comemorativa dos Descobrimentos	201
<b>Decreto-Lei n.º 300/2000</b> de 18 de Novembro	
Cria a moeda Comemorativa “D. João de Castro”	205
<b>Decreto-Lei n.º 167/2001</b> de 25 de Maio	
Cria a moeda Comemorativa “Porto – Capital da Cultura”	207
<b>Decreto-Lei n.º 252/2001</b> de 22 de Setembro	
Cria a moeda Comemorativa “Campeonato da Europa de Futebol 2004”	209
<b>Decreto-Lei n.º 339-B/2001</b> de 28 de Dezembro	
Cria a moeda Comemorativa “1\$00 de Ouro”	211
<b>Angola</b>	
<b>Decreto Provincial de Angola n.º 13</b> de 7 de Maio de 1921	
Reforma o sistema monetário da Província de Angola	213
<b>Decreto n.º 12:124</b>	
Reforma o sistema monetário da Província de Angola	216
<b>Decreto n.º 35:486</b>	
Autoriza a emissão de moedas de \$10, \$20 e \$50 para Angola	229
<b>Decreto n.º 38:695</b>	
Autoriza a emissão de moedas metálicas do valor facial de \$50, 1\$00, 2\$50, 10\$00 e 20\$00, destinadas à província ultramarina de Angola e Revoga o Decreto n.º 38289	231
<b>Decreto n.º 44 328</b>	
Autoriza a emissão de moedas metálicas de \$10 e \$20, destinadas à província ultramarina de Angola - Revoga o Decreto n.º 35486.	232

**Decreto n.º 49 142**

Autoriza a emissão de moedas metálicas de 5\$00, 10\$00 e 20\$00, no montante de 120000 contos, destinadas à província de Angola. 233

**Cabo Verde**

**Decreto n.º 18:495**

Autoriza a emissão de moedas metálicas divisionárias do valor facial de \$05, \$10, \$20, \$50 e 1\$00, destinadas à colónia de Cabo Verde, em substituição das cédulas emitidas pelo Banco Nacional Ultramarino 236

**Decreto n.º 37:274**

Autoriza a emissão de moedas metálicas de 1\$00 e \$50 destinadas à colónia de Cabo Verde 237

**Decreto n.º 38 975**

Autoriza a emissão de moedas metálicas do valor facial de 10\$00, 2\$50 e 1\$00 destinadas à província ultramarina de Cabo Verde 238

**Decreto n.º 47 709**

Autoriza a emissão de moedas metálicas de valor facial de \$50, 1\$00, 2\$50 e 5\$00 para a província ultramarina de Cabo Verde. 239

**Guiné**

**Decreto n.º 22:297**

Autoriza a emissão de moedas metálicas divisionárias, destinadas à colónia da Guiné, em substituição das cédulas emitidas pelo Banco Nacional Ultramarino, que actualmente circulam 242

**Decreto n.º 34:772**

Autoriza a emissão de moedas metálicas do valor facial de 1\$00 e \$50 destinadas à colónia da Guiné 243

**Decreto n.º 35:598**

Dá nova redacção ao artigo 4.º do decreto n.º 34772, que autoriza a emissão de moedas metálicas do valor facial de 1\$00 e \$50 destinadas à colónia da Guiné 244

**Decreto n.º 38:585**

Autoriza a emissão de moedas metálicas do valor facial de 20\$00, 10\$00, 2\$50, 1\$00 e \$50 destinadas à província ultramarina da Guiné 245

**Decreto n.º 293/72 de 12 de Agosto**

Autoriza a emissão de moedas metálicas destinadas à província da Guiné 246

**Índia**

**Decreto, com força de lei, de 25 de novembro de 1910,**

Mandando cunhar até 300:000 rupias para reforçar a circulação de moeda de prata privativa do Estado da Índia 249

**Decreto ministerial de 20 de julho de 1912**

Estabelecendo as legendas e os emblemas característicos da rupia mandada circular no Estado da Índia pelo decreto com força de lei de 25 de Novembro de 1910. 249

<b>Decreto n.º 23:833</b>	
Autoriza a emissão de 400000 rupias em moedas metálicas destinadas à circulação no Estado da Índia	250
<b>Decreto n.º 36:476</b>	
Autoriza a cunhagem de moedas metálicas destinadas ao Estado da Índia	250
<b>Decreto n.º 38:657</b>	
Autoriza a cunhagem de moedas metálicas do valor facial de 1 tanga e ¼, ½ e 1 rupia , destinadas ao Estado da Índia	251
<b>Decreto n.º 41 680</b>	
Promulga a reforma monetária do Estado da Índia	253
<b>Macau</b>	
<b>Decreto n.º 38607</b>	
Autoriza a cunhagem de moeda divisionária no montante de 15000000 de patacas para substituição das cédulas e notas que se vão inutilizando, na província ultramarina de Macau	257
<b>Decreto n.º 47579</b>	
Autoriza a emissão de moedas metálicas do valor facial de 5 avos, 10 avos e 1 pataca destinadas à província ultramarina de Macau	258
<b>Decreto-lei n.º 635/70 de 22 de Dezembro</b>	
Autoriza a emissão de 500000 moedas de prata, valor facial de 5 patacas, destinadas à província de Macau.	259
<b>Decreto-lei n.º 11/72 de 10 de Janeiro</b>	
Altera as características, em diâmetro e peso, das moedas de 50 avos da emissão autorizada a circular na província de Macau pelo Decreto n.º 38607.	260
<b>Decreto-lei n.º 138/75 de 18 de Março</b>	
Autoriza a emissão de 1 milhão de moedas de prata comemorativas da inauguração da ponte Macau-Taipa, destinadas a Macau, com o valor facial de 20 patacas.	261
<b>Decreto-Lei n.º 42/77/M de 29 de Outubro</b>	
Autoriza a emissão de novas moedas de 50 avos	262
<b>Decreto-Lei n.º 33/78/M de 4 de Novembro</b>	
Contrato entre o Governo de Macau e a The Phillips Mint of America para produção de moedas para colecionadores	263
<b>Decreto-Lei n.º 39/80/M de 8 de Novembro</b>	
Autoriza a emissão de novas moedas de 1 pataca	264
<b>Decreto-Lei n.º 6/81/M de 21 de Fevereiro</b>	
Autoriza a emissão da série Ano Lunar Chinês 1981	265
<b>Decreto-lei n.º 47/81/M de 19 de Dezembro</b>	
Autoriza a emissão da série Ano Lunar Chinês 1982	266
<b>Decreto-Lei n.º 49/81/M de 26 de Dezembro</b>	
Reforma monetária de Macau	267
<b>Decreto-Lei n.º 61/82/M de 30 de Outubro</b>	
Autoriza a emissão da série Ano Lunar Chinês 1983	270
<b>Decreto-Lei n.º 44/83/M de 26 de Novembro</b>	
Autoriza a emissão da série Ano Lunar Chinês 1984	271
<b>Decreto-Lei n.º 26/88/M de 28 de Março</b>	
Autoriza a emissão de série comemorativa referente ao Grande Prémio de Macau	272
<b>Decreto-Lei n.º 63/84/M de 30 de Junho</b>	
Autoriza a emissão das séries Ano Lunar Chinês 1985 a 1990	273

<b>Decreto-Lei n.º 39/85/M</b> de 11 de Maio	
Autoriza a emissão da Moeda Comemorativa da Visita Presidente Ramalho Eanes a Macau	274
<b>Decreto-Lei n.º 70/90/M</b> de 19 de Novembro	
Autoriza a emissão das séries Ano Lunar Chinês 1991 e 1992	275
<b>Decreto-Lei n.º 34/91/M</b> de 6 de Maio	
Reforma monetária de Macau	276
<b>Decreto-Lei n.º 44/92</b> de 3 de Agosto	
Autoriza a emissão das séries Ano Lunar Chinês 1993 a 2004	279
<b>Decreto-Lei n.º 27/93/M</b> de 31 de Maio	
Autoriza a emissão de série comemorativa do 40º Grande Prémio de Macau	280
<b>Decreto-Lei n.º 35/95/M</b> de 31 de Julho	
Autoriza a emissão de série comemorativa do Aeroporto de Macau	281
<b>Decreto-Lei n.º 49/96/M</b> de 9 de Setembro	
Autoriza a moeda de 10 patacas bimetálica	283
<b>Decreto-Lei n.º 22/98/M</b> de 25 de Maio	
Autoriza a emissão da moeda comemorativa da 19.ª Conferência East Asian Insurance Congress	284
<b>Decreto-Lei n.º 16/99/M</b> de 12 de Abril	
Autoriza a emissão moeda comemorativa da Transferência de Macau	285
<b>Decreto-Lei n.º 54/99/M</b> de 4 de Outubro	
Autoriza a emissão de série comemorativa da Transferência de Macau	286
<b>Decreto-Lei n.º 75/99/M</b> de 8 de Novembro	
Autoriza a emissão de moeda de ouro comemorativa da Transferência de Macau	287
<b>Moçambique</b>	
<b>Decreto n.º 24368</b>	
Autoriza a emissão de moedas metálicas de valor facial de \$10, \$20, \$50, 1\$, 2\$50, 5\$ e 10\$ destinadas à colónia de Moçambique.	289
<b>Decreto n.º 28640</b>	
Autoriza a emissão de moedas metálicas de valor facial de 2\$50, 5\$ e 10\$ destinada à colónia de Moçambique.	291
<b>Decreto n.º 30701</b>	
Autoriza a emissão de moeda metálica de valor facial de 10\$, 5\$, 2\$50, 1\$, \$50, \$20 e \$10 destinada à colónia de Moçambique.	292
<b>Decreto n.º 34291</b>	
Altera as características das moedas de valor facial de \$50 e 1\$00 mandadas cunhar pelo decreto n.º 30701 para a colónia de Moçambique	294
<b>Decreto n.º 37619</b>	
Autoriza a emissão de moedas metálicas de 5\$, 2\$50, 1\$, \$50, \$20, e \$10 destinadas à colónia de Moçambique.	295
<b>Decreto n.º 38609</b>	
Autoriza a emissão de moedas metálicas do valor facial de \$50, 1\$00, 2\$50, 10\$00 e 20\$00 destinadas à província ultramarina de Moçambique - Revoga o Decreto n.º 38151	296
<b>Decreto n.º 41682</b>	
Autoriza a emissão de moedas metálicas do valor facial de 20\$00, 10\$00, 5\$00, \$20 e \$10 destinadas à província ultramarina de Moçambique	298

<b>Decreto-Lei n.º 459/73</b> de 13 de Setembro	
Autoriza a emissão de moedas metálicas destinadas ao Estado Português de Moçambique, no montante de 308000 contos.	300
<b>São Tomé e Príncipe</b>	
<b>Decreto n.º 16:777</b>	
Autoriza a emissão de moeda metálica divisionária para circular na colónia de S. Tomé e Príncipe, em substituição de cédulas emitidas pelo Banco Nacional Ultramarino que ali circulam - Extingue na colónia a moeda representativa de \$05	302
<b>Decreto n.º 28:893</b>	
Autoriza a emissão de moeda metálica de valor facial de 1\$00, 2\$50, 5\$00 e 10\$00, destinada à colónia de S. Tomé e Príncipe	303
<b>Decreto n.º 36:788</b>	
Autoriza a emissão de moedas metálicas de \$50, 1\$00, 2\$50 e 5\$00, destinadas à colónia de S. Tomé e Príncipe	305
<b>Decreto n.º 38:203</b>	
Autoriza a emissão de moedas metálicas do valor facial de 10\$00, 5\$00, 2\$50, 1\$00 e \$50 destinadas à colónia de S. Tomé e Príncipe	306
<b>Decreto n.º 41:501</b>	
Autoriza uma emissão de moedas de \$50, \$20 e \$10, no montante de 300 contos, destinadas a substituir na província ultramarina de S. Tomé e Príncipe as mandadas emitir pelo Decreto n.º 16777	308
<b>Decreto n.º 44 068</b>	
Autoriza a emissão de moedas metálicas destinadas à província ultramarina de S. Tomé e Príncipe	309
<b>Decreto n.º 44 286</b>	
Altera as características das moedas mandadas cunhar pelos Decretos n.ºs 41501 e 44068 para a província ultramarina de S. Tomé e Príncipe	310
<b>Decreto-Lei n.º 189/70</b> de 30 de Abril	
Autoriza a emissão de 150000 moedas de prata de valor facial de 50\$00, destinadas à província de S. Tomé e Príncipe	311
<b>Decreto-Lei n.º 458/70</b> de 3 de Outubro	
Autoriza a emissão de moedas metálicas destinadas à província de S. Tomé e Príncipe, no montante de 4800 contos	312
<b>Timor</b>	
<b>Decreto n.º 35:754</b>	
Altera o limite da circulação fiduciária na colónia de Timor	315
<b>Decreto n.º 41:428</b>	
Promulga a reforma monetária da província ultramarina de Timor	316
<b>Decreto n.º 43 778</b>	
Autoriza o aumento do limite da circulação fiduciária da província ultramarina de Timor	320
<b>Decreto n.º 49 015</b>	
Autoriza a emissão de moedas metálicas de 10\$00, 5\$00, 2\$50, 1\$00, \$50, \$20 e \$10, destinadas à província de Timor, no montante de 17500 contos	321